

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



**A EDUCAÇÃO DOS NEOCOLONIZADORES: A ESCOLA
COLONIAL E A INVESTIGAÇÃO DO ULTRAMAR NO
IMPÉRIO PORTUGUÊS (SÉCULOS XIX E XX)**

Carlos Manoel Pimenta Pires

Orientador: Professor Doutor Jorge Ramos do Ó

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor em Educação,
especialidade História da Educação

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



A EDUCAÇÃO DOS NEOCOLONIZADORES: A ESCOLA COLONIAL E A INVESTIGAÇÃO DO ULTRAMAR NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (SÉCULOS XIX E XX)

Carlos Manoel Pimenta Pires

Orientador: Professor Doutor Jorge Ramos do Ó

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor em Educação,
especialidade História da Educação

Júri:

Presidente:

Professor Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Catedrático
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutor Luís Alberto Marques Alves, Professor Associado com Agregação
Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Doutor Frederico Martins dos Reis Ágoas, Investigador de Pós-Doutoramento
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Ernesto Candeias Martins, Professor Coordenador
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco;

Doutor Ricardo Nunes Afonso Roque, Investigador Auxiliar
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Catedrático
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;

Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó, Professor Associado
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, orientador;

Doutora Ana Isabel da Câmara Dias Madeira, Professora Auxiliar
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Tese financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

2016

AGRADECIMENTOS

Foi num curso feito durante meu mestrado na Universidade de São Paulo que conheci o professor Jorge Ramos do Ó. Nos poucos dias de aula, com ele tive a possibilidade de perceber uma forma de pensar a história da educação indo além da hermenêutica asfíxiadora que tinha contato até então. Os intelectuais de que falou e que através deles reflexionava, fez-me querer vivenciar com maior amplitude aquela forma de pensar.

Por ele e com ele vim para este lado do Atlântico, conseguindo iniciar uma trajetória de aprendizado que se encerra nesta tese. Tenho que agradecer-lo como mestre, como pessoa generosa que abriu sua biblioteca e casa, lisboeta que me iniciou na cidade que tanto gosta.

Esta tese traz um pouco do professor Fernando Alvarez-Uria, quem me acolheu na Universidade Complutense de Madri para estágio doutoral e, com sua grandeza d'alma “desatou nós” de escrita, indicou novas leituras, e em “charlas” foi-me apresentando mais sobre a investigação espanhola em educação. ¡Gracias profesor!

Tive uma pessoa que convivi no meu primeiro ano em terras lisboetas e que tenho como irmão. Thomas Stark, muito do que penso tem você. Vamos juntos traquinar por muito tempo ainda.

Duas pessoas que conheci em Lisboa e que se tornaram amigas de cá e de lá, de encontros no além-mar, de momentos de bem-aventurança. Obrigado por tudo Mónica Raleiras e Ricardo Bernardes.

Conheci amigos que foram parceiros na felicidade de viver em Portugal e que me ajudaram nas tristezas e dissabores que algumas vezes surgiram: Irene Hipólito dos Santos, Helena Maurício, Rodrigo Theodoro, Carlos Marques, Isabel Cartaxo, Inês Cartaxo Marques, Ana Cartaxo Barreto, Marcos da Rocha Oliveira, Rômulo Góis, João Verges, Lia Laranjeira, Cilia Cardoso, Viviane Camozzato, Daniele Kowalewski e Joy Nunes: quero poder sempre reencontrá-los e brindar a vida.

Muitas das reflexões que viraram linhas escritas surgiram em falas nas reuniões de seminário ou dos corredores do Instituto de Educação. Agradeço imenso aos colegas de doutoramento Ana Luísa Paz, Lúcia Penin, António Henriques, Tomás Valera e Helena Cabeleira. Não posso deixar de lembrar das aulas, avaliações e conversas com

mestres que engrandeceram minha experiência na Universidade de Lisboa: professores Justino Magalhães, Ricardo Roque e Sérgio Campos Matos.

Portugal detém acervo histórico riquíssimo, onde se tem muito a descobrir e escrever. O acesso a ele foi um privilégio nesses anos de investigação. Portanto, tenho muito a agradecer aos funcionários e administradores dos acervos das Bibliotecas do Instituto de Educação, da Faculdade de Letras, da Faculdade de Direito, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (todas pertencentes à Universidade de Lisboa), do Arquivo Histórico Ultramarino, do Instituto de Investigação Científica Tropical, da Biblioteca Nacional e o sítio de internet “Memórias de África e do Oriente”.

Tenho que agradecer, também, ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), instituições que me permitiram fazer o doutoramento e confiaram-me suas instalações e financiamento.

Minha família me apoiou totalmente nessa empreitada – como em muitos outros momentos da minha existência –, passando-me segurança aquando dos momentos de fragilidade e calma nas ocasiões de tensão. Adoro-os, Clidi, Celdy, Zeca, Luís, Mariana, Frederico e Guilherme.

Perdi meu pai após partir para Portugal. Na despedida do aeroporto intuía que seria a última vez que o veria. Infelizmente eu estava certo. Dele recebi o desejo de conhecer o lugar de onde viera seu pai, memória construída na infância sobre um país que parecia não existir. E ele existia sim, melhor do que o das reminiscências. Sempre vejo o pai Zé comigo nas ruas de Lisboa ou na Madeira, e tendo a certeza que ele seria muito feliz em um país que me recebeu bem e que aprendi a gostar.

RESUMO

A educação dos neocolonizadores: a Escola Colonial e a Investigação do Ultramar no Império português (séculos XIX e XX).

“A Educação dos neocolonizadores” descreve parte da história de uma *Ciência* e de uma *Escola* formadoras de expertise e agentes estatais, os quais incumbiram-se de realizar a utopia imperial portuguesa, nos séculos XIX e XX.

Para tanto, tratar-se-á, primeiramente, da narração de momentos cruciais da construção do que nomeamos de *Ciência da Colonização*, campo de conhecimento específico encarregados produzir mais-poder sobre o mundo fora do continente europeu, incidindo principalmente no controle das populações colonizadas.

Elegemos como capitais para a formação desta *Ciência* algumas instituições e personagens: a biografia de quem fora qualificado como o fundador por historiografia especializada, o explorador Lacerda e Almeida; a história da instituição que mais se embrenhou na efetivação do campo no século XIX, a Sociedade de Geografia de Lisboa; a descrição e a análise da produção acadêmica dos grupos de intelectuais sediados na Junta de Investigações do Ultramar e na Escola Colonial, já no século XX.

Indo além, complementamos com reflexões acerca do cotidiano da própria Escola Colonial, estabelecimento de ensino superior que desde 1906 até 1962 (ano de sua incorporação à Universidade Técnica de Lisboa) procurou, entre inúmeras ações, reunir especialistas, professores e demais profissionais na estruturação de um sistema escolar para os agentes estatais lotados nas colônias, tentando aplicar uma disciplinarização desses funcionários e um atrelamento deles aos desígnios Imperiais.

Diante de um contexto desfavorável à manutenção de um Império análogo a dos séculos XVI-XIX – calcada na tríade de dominação militar de caráter policial-destrutivo, exploração de trabalho escravista e alianças às elites locais oligarcas e arrivistas –, a escolarização se mostrou como uma possibilidade de rearticulação das forças portuguesas e de refinamento dos exercícios de poder sobre as populações nativas.

A constituição de uma nova configuração da dominação do ultramar significava cumprir demandas de melhorias na governança, somente possíveis para a expertise das três instituições da tese só aplicadas na formação de neocolonizadores em práticas que estivessem de acordo com os preceitos do processo civilizacional ocidental, da racionalização administrativa e de um conhecimento produzido na metrópole.

Palavras-chave: História da colonização portuguesa na África – História da Educação – História de Portugal – História da África – História da Ciência

ABSTRACT

The education of the neo-colonizers: the Colonial School and the Oversea Research in the Portuguese empire (19th and 20th centuries).

“The education of the neo-colonizers” describes part of the history of a science and a school responsible for forming expertise and public workers that carried out the Portuguese imperial utopia in the 19th and 20th centuries.

Therefore, firstly are narrated the crucial moments in the construction of the Colonial science, which was a specific field of knowledge created for getting more-power outside Europe and controlling primarily the colonized populations.

Some institutions and characters were elected as capitals to build this science: a biography of the explorer Lacerda and Almeida, who was qualified as the founder by specialized historiography, the history of the Geographical Society of Lisbon, which was the most involved institution in its realization in the 19th century, and the description and analysis of the intellectual groups' academic production based in the overseas research board and the Colonial school in the 20th century.

Furthermore, we add some reflections about the Colonial school's daily routine, which was a college from 1906 until 1962 when it was incorporated by the Technical University of Lisbon. This college sought many ways to reunite experts, professors and other professionals for structuring an educational system for the public workers allocated in the colonies for disciplining them according to the Imperial interests.

The school proved to be a possibility for re-articulation of the Portuguese forces and refinement of power over the native populations as the context was unfavorable for the maintenance of an empire similar to the 16th-19th centuries based on the triad: military domination with a police-destructive character, slave labor and local oligarch elites.

The establishment of a new configuration of the overseas domination meant fulfilling the demands of improvements in governance, only possible for the expertise of the three institutions of the thesis with the neo-colonizers' training in practices according to the precepts of Western civilizational process, the administrative rationalization and the knowledge produced in the metropolis.

Keywords: History of Portuguese colonization in Africa – History of Education –History of Portugal – History of Africa – History of Science

SUMÁRIO

<u>1 – Apresentação</u>	9
PARTE I> POR UMA GENEALOGIA DA CIÊNCIA DA COLONIZAÇÃO	17
<u>2 – Os eleitos da Ciência: mitos fundadores de um neocolonialismo</u>	22
2.1) A história natural e seus embates com a natureza imperial e o ambiente metropolitano	23
2.1.1) A História Natural ambiciona novos usos de Portugal e suas colônias: os projetos de Vandelli	25
2.1.2) A Academia Real das Ciências de Lisboa na propalada <i>Ilustração</i> portuguesa	35
2.2) Lacerda e Almeida: primeira tentativa de se colocar em prática o cientismo no Império	41
2.2.1) 1ª etapa da viagem: apreciações de um naturalista <i>versus</i> atitudes de governador	44
2.2.2) 2ª etapa: tragédia de um cientista no sertão africano	48
2.2.3) Da quimera científica no ultramar: Lacerda e Almeida como herói	54
<u>3 – Sociedade de Geografia de Lisboa: por um colonialismo renovado e cosmopolita</u>	61
3.1) Novas ideias para um “Velho Império” europeu	62
3.1.1) O Império como encruzilhada: revigoramento da ideia de um Portugal colonizador	62
3.1.2) A Sociedade de Geografia de Lisboa almeja o protagonismo investigativo sobre a África	64
3.2) O “Velho Império” e os embates com o neocolonialismo	69
3.2.1) Embaraços e frustrações iniciais	69
3.2.2) A tatear o Império: agindo informalmente numa tarefa incomensurável	75
3.3) Caminhos de um neocolonialismo: a Ciência da Colonização e o Instituto Colonial como saídas da encruzilhada	80
3.3.1) As questões coloniais do secretário perpétuo	80
3.3.2) Algumas propostas de constituição de uma civilização portuguesa na África	87
3.3.3) Estatística, gerência e escola: três inflexões	92
3.3.4) Uma Escola para formar expertise colonizadora	95
Parte II> A ESCOLA COLONIAL E A INVESTIGAÇÃO DO ULTRAMAR	100
<u>4 – Escolarizar para o ultramar: finalmente um Instituto Colonial</u>	107
4.1) Primeiros anos: uma <i>Escola</i> “modesta”	108
4.2) A <i>Escola</i> tenta-se institucionalizar	113
4.2.1) A Escola Superior Colonial e sua adesão à reforma do Império	114
4.2.2) Reestruturação da carreira de administrador: agregar mais responsabilidades	118
4.2.3) Mesmo aderindo ao projeto do Estado Novo, a <i>Escola</i> se sente isolada	121
4.3) A Escola tenta-se aliar a outros grupos colonialistas e ampliar seus cursos	128
4.3.1) A reforma no ministério de Marcelo Caetano e o surgimento do ISEU	130
4.3.2) A entrada de Mendes Correia	135

4.3.3) Os antropólogos adotam a ESC	138
5 – Investigar para colonizar: “os povos primitivos têm civilização”	142
5.1) A investigação na “Escola modesta”	143
5.1.1) Prof. Lopo de Sampaio e Melo questiona a colonização empírica	144
5.1.2) Por uma política colonial ensinada na <i>Escola</i> e fundamentada na Ciência	150
5.2) A Ciência da Colonização finalmente se torna empírica?	153
5.2.1) A Junta de Investigações e as Missões Científicas	155
5.2.2) António de Almeida e a mutilação das identidades	158
5.2.3) Mendes Correia descobre um “Império com Raças”	162
5.3) Da Biocracia ou “expandir a colonização sobre as vidas do além-mar”	166

Parte III> DO ESPECTRO IMPERIAL PARA UM NOVO POSICIONAMENTO NO GLOBO	169
6 – Dilemas imperiais: pertencer à Ciência da Colonização ou alcançar a autonomia investigativa? O CEPS e Adriano Moreira	173
6.1) Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS): dar maioria à Ciência da Colonização	173
6.2) Prof. Adriano Moreira: do devaneio lusotropical à amargura de pertencer à geração traída	175
6.2.1) A estreia: do degredo como problema ultramarino	180
6.2.2) Em defesa da política ultramarina portuguesa	184
6.2.3) O lusotropicalismo e a associação a Gilberto Freyre	191
6.2.4) O fim do estatuto indígena e a autonomia política fornecida pelo “modo de ser português”	195
6.2.5) “A geração traída”	198
7 – Perscrutar os sertões: compreensões das gentes do interior por António Jorge Dias	205
7.1) De expatriado ao retorno às raízes	205
7.2) Institucionalizando práticas e teorias	207
7.3) A Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (MEMEUP)	213
7.4) <i>Os Macondes de Moçambique</i>: o início do trespassar da Ciência da Colonização	218
8 - O crepúsculo da Ciência da Colonização no ISCSPU	229
8.1) “A escola do Adriano”: a conquista da autonomia	233
8.2) Um conhecimento que não alcançou o estatuto de Ciência?	236

<u>Bibliografia e Documentos Referenciados</u>	243
-------------------------------------------------------	-----

ÍNDICE DE SIGLAS

AIA: Associação Internacional da África
CEEU: Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar
CEDI: Centro Europeu de Informação e Documentação
CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EC: Escola Colonial
EMT: Escola de Medicina Tropical
ESC: Escola Superior Colonial
ISCSPU: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas
ISEU: Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
JIU: Junta das Investigações do Ultramar
JMGIC: Junta das Missões Geográficas e Investigações das Colônias
MEMEUP: Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português
NATO: Organização do Tratado do Atlântico Norte
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONU: Organização das Nações Unidas
PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado
RAU: Reforma Administrativa Ultramarina
SDN: Sociedade das Nações
SGL: Sociedade de Geografia de Lisboa
SPAЕ: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
UE: União Europeia
UPA: União das Populações de Angola
UTL: Universidade Técnica de Lisboa

1 – Apresentação

Portugal chegou não a uma, nem a duas, mas a várias encruzilhadas. Para além de profundas reformas na sua estrutura econômica, social e política, Portugal terá, e a breve prazo, de escolher entre duas opções que dizem respeito à sua história, a mais profunda. Portugal terá que escolher entre a Europa e o Atlântico.

Se rumar para a Europa – e esta Europa de agrado dos tecnocratas – Portugal perderá independência de novo, chegará a mais curto ou a mais longo prazo à situação de 1580. Na Europa do Mercado Comum, e numa futura, hipotética, Europa política, a economia dos grandes espaços forjará uma Península Ibérica unificada, e seguramente com a capital econômica em Madri, que de capital econômica se transformará, a mais curto ou mais longo prazo, em capital política. Ora este seria um resultado contra a natureza, na medida em que nunca existiu, nem existe, uma unidade de civilização na Península Ibérica.

[...] Assim, perante a encruzilhada, a Europa ou o Atlântico, pronunciamonos pelo Atlântico, como única condição para que Portugal reencontre a sua individualidade, a sua especificidade, a sua genuidade, medieva e renascentista.

[...] Propomos, portanto a criação de uma autêntica Comunidade Luso-Brasileira, e, se possível, uma futura Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Nela todas as partes se reencontrariam na mais genuína individualidade linguística e civilizacional. É esta a condição para que Portugal volte a ser ele próprio (CARVALHO, 1974, pp. 77-81).

Este é um texto do historiador Joaquim Barradas de Carvalho¹, escrito nos entrementes do *25 de Abril* e das negociações das independências do que viera a ser o PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e do Timor. A derrocada do Estado Novo e da estrutura imperial não evitou que o professor, no seu final de exílio na França, questionasse o caminho exclusivamente europeu para o futuro das relações exteriores portuguesas, afirmando da impossibilidade de soberania ao país, o qual seria “engolido” pelo continente – e especificamente pelo velho rival castelhano –, abandonando uma civilização linguística secular que a duras custas ajudou a estabelecer.

Nesta nova encruzilhada histórica – respectiva à escolha de estar atrelado aos ditames do resto da Europa em que está grudado ou poder estar solto no mundo, para se relacionar com quem quisesse – a nação deveria reforçar sua identidade-global, numa interpretação que a “comunidade lusitana intercontinental” era um projeto e uma realidade historicamente constituída, que ultrapassava o regime autoritário derrotado.

¹ Formado em ciências histórico-filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1946), doutorou-se na França e exilou-se até o fim do Estado Novo. No período de exílio foi docente de História Ibérica na Universidade de São Paulo (década de 1960) e pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) de Paris.

Passados quarenta anos dos prognósticos do professor Barradas, haveria algo que ele percebera acertadamente: estamos diante de uma União Europeia a reordenar-se de maneira desigual – a despeito de deter ainda algumas ações localizadas em grupos políticos, coletividades e instituições que tentam sustentar um caráter mais comunitário – onde os países (e suas regiões) vão sendo acondicionados a acatar hierarquias econômicas, culturais e sociais determinadas por agentes fora dos círculos políticos democraticamente eleitos.

Diante do momento presente, em que a globalização e a competitividade multipolar alimentam um discurso crítico de um federalismo europeu de cariz mais solidário, ocorre a imposição de uma reestruturação da Europa sobre o ideal do *laissez-faire* e da meritocracia. Nisso, Portugal e outros países encarados como economicamente frágeis, e, também, avaliados como obstes à manutenção do predomínio da UE sobre o resto do mundo, deveriam estar à mercê de tecnocratas formados em escolas de negócios, com papéis de relevância na estrutura de poder dos órgãos continentais e dos governantes.

O que vemos como conduta predominante nos últimos anos é o acatamento a códigos de normas neoliberais, absorvidos como formas únicas de pertencimento ao “clube exclusivo” dos membros da zona do euro.

Poderíamos citar alguns pontos desta “carta de refundação” da UE: no contraponto aos “mastodônticos” países protecionistas, constituir-se-ia um Estado mínimo eficiente acompanhado de um mercado competitivo e autorregulado; no ataque às leis, organismos e entidades sustentadoras do “custoso” Estado do Bem-Estar Social, dever-se-ia sobressair uma flexibilização das relações econômicas/empregatícias, na busca de uma maior produtividade do conjunto de trabalhadores, assim como um apuramento do indivíduo no caminho da eficiência; no combate às relações socioculturais locais acusadas de provincianas e parasitárias, naturalmente emergiria uma sociedade cosmopolita, sustentada por uma circulação intensa de pessoas nas universidades, profissões e demais atividades humanas do espaço continental; no proveito de uma produção de conhecimento mais calcada no universal, as barreiras linguísticas precisariam ser superadas, para a expansão de uma comunicabilidade que ultrapassasse a herança de um mundo cultural e científico babélico.

Impõe-se, assim, uma ambiência homogeneizadora de cariz pacificador, a qual rompe com qualquer desejo de constituição de identidades regionais, acusadas de germes de muitos conflitos do passado. A não ser que se submetessem a um imperativo

comum, contentando-se em se expressarem apenas em momentos secundários e controlados, mormente em eventos sociais de conagração com o europeu cosmopolita.

Outra ocorrência foi o fortalecimento de órgãos, legislação, instituições regulatórias, programas de intercâmbios (estudantis, acadêmicos, trabalhistas, culturais, etc.) e toda uma miríade de estruturas e ações que detivessem o caráter de supranacionais, posicionando-se acima de políticas dos Estados-nacionais.

Haveria, portanto, a imposição de um projeto ético-político civilizador, em que as identidades regionais careceriam soçobrar diante de um soberano continental. Associados a isso, constitui-se um tipo específico de sujeito continental, que seria, por sua vez, referência de sujeito universal para o globo. E este teria, primeiramente, que se livrar do que o caracterizou por muito tempo, ou seja, abrir mão dos nacionalismos e das heterogeneidades econômica e cultural; romper com a herança da beligerância interna.

The unity of “the soul” of the European becomes an abstraction used to measure national differences in relation to principles about what a European citizen should be [...]. What is given significance is the integration, coherence and harmony of European systems and institutions. [...] Nationness is subsumed within the unity. [A unidade “da alma” do europeu se torna uma abstração usada para medir diferenças nacionais em relação aos princípios do que deveria ser um cidadão europeu. O que é valorizado é a integração, a coerência, e a harmonia dos sistemas e instituições europeias. A Nacionalidade está subsumida na unidade] (POPKEWITZ e MARTINS, 2013, p. 46).

A “alma” do europeu, assentada nesse sujeito civilizador racional, pacífico e cosmopolita, seria o modelo para o resto do mundo; inclusive e principalmente aqueles países e regiões que anteriormente eram colônias. O que antes seriam vários agentes continentais – os Impérios –, com suas especificidades – línguas, histórias, “povos” e culturas tão diferentes como de portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses, belgas, alemães e italianos – agindo sobre outras populações em paralelo no intuito de impor sua cultura, agora se metamorfoseariam em um padrão unificado de produção de civilização europeia em outros continentes.

Para Barradas, já em 1974, o então Mercado Comum estaria no mesmo rol de acontecimentos de inserção continental em condições de subordinar o país atlântico, equivalentes às tentativas de anexação castelhanas do medievo, à União Ibérica dos Habsburgos, às Invasões Napoleônicas e ao Ultimato inglês, atravancadores da soberania, esta somente possível de sustentar com o uso de relações ultramarinas.

Portugal sozinho teria o peso de todo o continente estaria em cima, sufocando o projeto Atlântico.

Parece que o espectro da dicotomia Europa/Mundo ronda a interpretação histórica de Portugal e a formatação de suas relações exteriores, persuadindo a manter uma espécie de jogo duplo entre identificar-se e pertencer ao primeiro espaço, mas sentir-se mais a vontade no segundo ambiente.

Corroborar ainda que a vivência imperial tem sido questionada nas últimas décadas por parecer provinciana, particular em demasia diante de um projeto muito maior que é o cosmopolitismo do Velho Mundo, este um modelo de outras concertações regionais pelo globo. Justamente algo que por muito tempo foi apresentado como um programa civilizatório de cariz universal, como foi a lusofonia, é posto em segundo plano e é abandonado justamente pelo impulsionador. Por outro lado, a lusofonia tem sido criticada como ponto de fuga, espécie de fantasma invocado aquando de momentos de sensação de pequenez diante dos parceiros da unidade continental. Por alguns grupos políticos da antiga metrópole, usam-se as “velhas colônias” apenas como aglutinadores de força diante de barganhas internas.

Dentro de uma perspectiva mais tradicionalista, há certo incômodo com o que foi constituído nas seculares ações de se “esparramar pelo mundo” a cultura e a língua portuguesas: elas se mostraram multiformes, dinâmicas, sem respeitar um roteiro pré-determinado; uma espécie de insolência das criaturas com seu criador. Os países que compartilham o português acabaram por assumir-se senhores de algo que lhe era externo e achando-se autônomos na (re)criação da lusofonia.

Numa espécie de “espelho maldito” ao renovado Portugal do século XXI – que, lembremos, sente-se incorporado ao projeto civilizatório da União Europeia –, os povos e terras que dominou refletem e trazem ao presente o seu papel ativo de colonizador no passado e mostra seus próprios limites.

O paradoxo disso tudo é que para Portugal ser europeu deve se afastar de uma identidade constituída por séculos pelo próprio país: o de ser lusófono. É como rejeitar uma parte substancial de si, abandonar pelo caminho algo que lhe sempre foi inerente. Na promessa da unidade continental estaria um conforto não encontrado no fragmentado “mundo que o português criou”, repetindo o bordão nacionalista do Estado Novo. Em contraponto, vez ou outra acaba por emergir a “sedução” de se realinhar aos “parceiros do velho Império”, principalmente ao se comparar uma unidade europeia que

se mostra abstrata, a uma lusofonia que é concreta devido às aproximações acarretadas pela língua e história comuns.

Na suposta posição subalterna de Portugal diante de outras nações da própria comunidade a qual escolheu se inserir a partir de 1985, numa interposição semiperiférica, o universo lusófono serviria apenas como espaço de reprodução da nova civilização europeia. Boaventura de Sousa Santos especula que essa disposição já ocorrera anteriormente, encontrado aquando o país se colocara como colonizador, e que se repetiria dentro da UE, “despromovendo” tudo que genuinamente fosse português:

As sociedades de desenvolvimento intermédio exercem uma função de intermediação no sistema mundial, servindo simultaneamente de ponte e de tampão entre os países centrais e os países periféricos. [...] No caso de Portugal, a função de intermediação assentou durante cinco séculos no império colonial. [...] O fim do império colonial não determinou o fim do caráter intermédio da sociedade portuguesa, pois estava inscrito na matriz das estruturas e das práticas sociais dotadas de forte resistência e inércia. Mas o fim da função de intermediação de base colonial fez com que o caráter intermédio que nela em parte se apoiava ficasse de algum modo suspenso à espera de uma base alternativa. [...] No início dos anos oitenta era já claro que essa base teria como elemento fundamental a integração na comunidade europeia (SANTOS, 1995, pp. 58-59).

Diante de tal hipótese, a de posição intermédia que qualifica a nação portuguesa – a de ser usada como bem entenderem os demais parceiros continentais, e de pouca influência sobre o “mundo ultramarino que criou” –, temos a sensação de que a dicotomia Atlântico/Europa é uma ambiguidade sufocante, em que não se consegue reposicionar o país na geopolítica mundial, obrigando a estar em encruzilhada *ad aeternum*.

Acrescenta-se ainda um conceito que ganhou vida própria no seio do senso comum lusófono, persistindo como uma sombra persecutória a qualquer tentativa de integracionismo no cerne da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a ordem discursiva do lusotropicalismo. As elucubrações acerca da naturalidade de uma mestiçagem nas culturas portuguesa e brasileira, os repiques de colonialismo de agentes econômicos, os conflitos inerentes e escondidos da imigração das ex-colônias à antiga metrópole, tudo isso faz repetir as balelas da democracia racial e do caráter pouco conflitivo do luso no além-mar (ALMEIDA, 2000, pp. 179-183).

A amputação que possa ter representado a Portugal as independências de 1975 (LOURENÇO, 1988), ou o afastamento natural que se deu nos últimos anos devido à integração continental, ou mesmo a perduração da posição semiperiférica na geopolítica

mundial, assim como as reminiscências do devaneio lusotropical, qualquer uma dessas assertivas não vêm ao caso nesta tese. Nosso objetivo não é ser enlaçado por tal debate, tampouco propor novas possibilidades, ou mesmo recolocar antigas, para se sair da encruzilhada descrita pelo professor Barradas.

Em realidade, desejamos tentar refletir como justamente essas sensações de pequenez diante dos vizinhos gigantes, de colocar-se na semiperiferia perpetuamente, de que sempre se está dividido entre o Atlântico e o Continente, das encruzilhadas, da intoxicação lusotropical e o que mais pode ser conceituado como a impossibilidade do país caminhar sozinho, como isso tudo foi constituindo um tipo de identidade nacional, entrando no senso comum do pensamento político português. Indo além, tentar descobrir de como se tornou campo epistemológico primordial o colonialismo, auxiliado por um estudo da genealogia do sujeito imperial português. De alguma maneira, a formação desse novo sujeito de cariz cosmopolita, que é o europeu das últimas décadas, teve como contraponto um antepassado imediato, o sujeito imperial.

Anunciamos, assim, que esta tese se debruçará acerca da montagem desse sujeito imperial em terras portuguesas. Longe de querer proceder sobre todos os processos formativos desse antigo/atual sujeito, cujas origens são diversificadas, tentaremos focar nossas observações e análises sobre algumas instituições específicas que participaram de forma consciente – e arriscamos a afirmar que foram as que mais se empenharam em tal ação – na produção desse sujeito.

Perscrutaremos sobre as atuações institucionais da Sociedade de Geografia de Lisboa (fundada em 1876), da Escola Colonial (posta a funcionar a partir de 1906) e a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (reorganizada a partir de 1926) e suas relações íntimas com a investigação ultramarina e a formação de funcionários para atuarem como neocolonizadores durante parte do século XX. Sobre elas é que nos debruçaremos tentando compreender nas suas produções acadêmicas, nos seus cotidianos, nos currículos, planos pedagógicos e estruturas de funcionamento.

Recuaremos aos chamados fundadores de uma Ciência dedicada à Colonização, a qual trouxe à baila a reconfiguração do discurso português sobre o seu Império, reposicionando o país em direção ao Atlântico. Estruturamos nossos argumentos de uma forma a tentar reconhecer a continuidade e as rupturas de um aprimoramento discursivo com relação ao Outro ultramarino, o qual funcionou como referência para se organizar um corpo de saberes imenso acerca dos domínios do além-mar e que condicionará, entre

muitas outras coisas, a própria percepção que o português e/ou europeu terá de si mesmo.

Esta tese propõe-se a tentar descrever como se deu a conexão das inúmeras teorias acerca da forma de ser português a uma apenas, aquela que se dedicava a reconfigurar o espectro imperial e ser esse, e apenas esse, o contorno identitário lusitano. A proposta seria então reconstituir uma trajetória escolhida por um grupo de intelectuais do final do século XIX e a primeira metade do século XX, ligados a esta ação de amarração de saberes sobre o ultramar, provocados pelo contato cada vez maior com a colonização *in loco*, formatado agora por uma objetivação científica baseada em classificação e reflexão sobre a alteridade.

Tentaremos localizar, seguir e interpretar o guião investigativo-instrucional constituído pela Ciência da Colonização, e ir percebendo um a um, nas genealogias discursivas de vários intelectuais e professores das instituições, como foram forjados os enunciados acerca do Império, e como se estabeleceu uma ordem discursiva própria, feita finita – e, que na realidade, era infinita – para constituição de dois tipos de poderes: primeiro, um poder-saber, localizado dentro do ambiente metropolitano e que se dispunha servir como capital específico aos campos científico e político-estatal; o outro, o poder-fazer, este não tão usado pelas ações de colonização, mas que de certa forma serviu, em alguns momentos, para dispor um melhor governo das populações ultramarinas.

Portanto, queremos entender a obra da Ciência da Colonização – produzida na Sociedade de Geografia de Lisboa e na Junta de Investigações, e o braço difusor e disciplinador, a Escola Colonial – e a sua pretensão de ser hegemônica na constituição dos paradigmas coloniais.

Um dos pontos a se considerar na pesquisa, é que os intelectuais envolvidos com a colonização elaboraram um currículo específico que se espalhou para outros locais de poder de Portugal no século XX. E este será um dos principais pontos de análise, o de como os centros de investigações e uma instituição de ensino superior, marcados por comprometimentos de disciplinarização e racionalização das ações colonizatórias, logrou, de alguma forma, determinar hábitos, medir competências e propor identificações para o corpo social. Ou seja, arranjou-se um currículo com demandas específicas, mas que criou didática e pedagogias com ambições universais, que atingiram boa parte da população do Império, principalmente aquela localizada na metrópole.

Assim que organizamos da seguinte maneira nossa tese:

- Na Parte I, inicialmente, contaremos a biografia do que foi considerado o fundador da Ciência da Colonização, o explorador Lacerda e Almeida, e contextualizaremos o período histórico que consideramos de alvorada desta Ciência, que ocorrera, principalmente, dentro dos salões da Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Na Parte II, analisaremos as duas instituições centrais da tese, dissecando suas estruturas de funcionamento e currículos, assim como delineando parte do que investigaram, calcados em pesquisadores e professores renomados, sendo que alguns chegaram a atuar dentro da burocracia do Estado Imperial, com destaque a Lopo Vaz e Sampaio, Mendes Correia, Lourenço Caiola, Santa-Rita e António de Almeida.
- Na Parte III, escreveremos sobre as mudanças ocorridas nas instituições – aliás, cada vez mais atreladas entre si – após a II Grande Guerra, dando ênfase à obra de dois professores e intelectuais de uma renovada Ciência da Colonização: Adriano Moreira e António Jorge Dias. Aqui encontramos o início de uma caracterização mais autônoma e universitária dos estabelecimentos comprometidos com o Estado Imperial. Por fim, uma conclusão que tenta refazer a amarração dos capítulos, assim como descrever o destino das instituições na derrocada do Império. Mesmo porque não iremos até o *25 de Abril*; pararemos no momento em que o então Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (como a Escola Colonial foi chamada nas décadas de 1950/60/70) sai da alçada do Ministério do Ultramar e se estabelece na Universidade Técnica de Lisboa.

A Escola Colonial e a Junta de Investigações incorporaram a utopia de que o Império seria, em realidade, um grande Portugal e que o currículo da instituição escolar e a episteme constituída do campo investigativo seriam o plano da Nação, determinadores que fossem das ações e subjetividades da pátria. É sobre essa utopia ambiciosa própria do Império, engendrada numa Escola e por um grupo de investigadores – com os dramas que isso possa ter acarretado – que escreveremos.

PARTE I
POR UMA GENEALOGIA DA CIÊNCIA DA COLONIZAÇÃO

Mesmo quando se pôde conceber o desmantelamento do antigo Império português, devido às inúmeras pressões advindas de potências mundiais ao longo do século XIX, das instabilidades políticas e econômicas na própria metrópole e, igualmente, das incertezas da opinião pública, de governantes e de parte da intelectualidade quanto à conservação de territórios no ultramar, manteve-se e revigorou-se o espectro do colonialismo.

Após o processo de independência do Brasil e o amainar das revoluções liberais na metrópole, a relação portuguesa com seus domínios extraeuropeus entraria num novo período – o qual parte da historiografia consagra como o *Terceiro Império* (ALEXANDRE, 2000; BETHENCOURT e CHANDURI, 1998; CLARENCE-SMITH, 1990) –, retomando-se as forças do empreendimento colonizador, ao mesmo tempo em que se mudaria a região principal onde incidiria a carga administrativa e exploratória econômica, passando-se a priorizar a África.

O que continuou como traço primordial na colonização portuguesa, do mesmo modo na segunda metade dos anos 1800 e no começo do século seguinte, seriam as atuações individuais e espontâneas dos negociantes – muitas vezes ligadas ao tráfico e escravização de nativos – e ações estatais instáveis, sobretudo de cunho bélico-repressivo. A manutenção de formas de trabalho compulsórias, assim como as missões militares ao interior das colônias, ambas com alto grau destrutivo e de desagregação dos vários grupos autóctones, de alguma forma conservavam formas de controle pouco afeitas à percepção das idiossincrasias locais (ALEXANDRE, 1999).

Em geral, as relações europeias com os outros povos eram acanhadas aquando praticavam políticas que proporcionassem a autonomia e o autogoverno. Mantinha-se claramente uma linha demarcatória entre os que se presumiam dominadores e os tidos como súditos, a qual transparecia em teses identitárias de diferenciação construídas no bojo da dicotomia de superioridade e inferioridade raciais e/ou culturais. Ademais, poderíamos caracterizar as inúmeras descrições e acepções dos sujeitos lançados ao além-mar (tanto os exploradores econômicos assim como os desbravadores intelectualizados) sob influência das dificuldades de adaptabilidade ao inóspito, e de se basear sobremaneira ao empírico (BETTS e USIWAJU, 1987, p. 341).

Acrescentando-se ainda que a prática colonialista até então, apartava Portugal de suas colônias, sendo o ultramar encarado mais como um espaço que avocava algumas necessidades de um melhor governo do território metropolitano, alojamento de poucos custos ao que não se albergava dentro da área europeia: no caso, a delinquência social, a

subversão política, os empreendimentos comerciais que apenas radicavam na maneira mercantil-protecionista e a exploração de mão-de-obra compulsória. A presença estatal metropolitana era de linha auxiliar apenas, mormente para a manutenção dos portos e das cidades de entrada e saída de produtos, da salvaguarda dos caminhos de circulação das mercadorias de interesse dos colonos, da proteção aos ataques de povos locais, na cobrança de impostos e na construção de aparato prisional e de controle policial sobre os degredados (MARQUES, 1998).

Ao se tratar dos domínios que não se localizavam na América, o Império foi mais oceânico do que mediterrânico, sendo o mar a principal incidência de circulação colonial portuguesa, pois era por onde se conectavam os portos coloniais com Lisboa. A manutenção segura das rotas para os navios assumia a preferência de atuação estatal se comparamos aos controles das estradas terrestres, estas conjugadas mais aos interesses de particulares (HESPANHA e SANTOS, 1993, pp. 395-396).

Com relação aos grupos de pensadores metropolitanos, com algumas exceções, o que ocorria era um desapego por conhecer mais a África, a Índia e a Ásia; estando estes mais atrelados a uma produção de conhecimento de cariz teológico-missionário ou mesmo com intenções de um alinhamento a um pensamento europeu. Sabia-se do que se apresentava nas costas; o interior, por sua vez, era representado na metrópole como um universo desconhecido e de pouco interesse.

Na administração direta nas terras do ultramar havia, na prática, um domínio dos crioulos, encastelados que estavam nas principais Câmaras Municipais, empoderados por antigas coligações a alguns chefes locais e ao acúmulo de saber sobre a terra e as populações. Assim que era imperativa aos governadores destacados por Lisboa a iniciativa de manter um quadro de alianças com os que estavam mais tempo nos territórios para minimamente impor a dominação.

A metrópole era usada como um aparato militar protetor dos interesses políticos e comerciais dos líderes crioulos, os quais, muitas vezes, não acatavam a legislação central e desobedeciam a hierarquia ditada pelo Estado colonizador. Por fim, dos funcionários administrativos enviados – em sua maioria militares – era comum integrarem-se à vida colonial, acatando o sistema de mando mercantilista-escravista (ALEXANDRE, 1999, p. 46).

Na retomada das políticas colonialistas dos países imperiais da segunda metade do século XIX, entretanto, surgiram vários projetos de mudanças de rumo na governança do ultramar, resultando em grupos de intelectuais e instituições que

apregoaram iniciativas questionadoras do predomínio do trabalho forçado e do controle territorial via repressão; propondo-se ir além, ou seja, incorporando ideais de colonização que na época estavam em voga na Europa, como educar e civilizar os “indígenas”, salubrir e controlar a natureza e, também, modernizar e dinamizar os ambientes econômicos coloniais.

Dentre os pensadores e estabelecimentos lusos, ao longo dos anos 1800-1900, que se dedicaram a compreender o processo colonizador como um todo, alguns nos chamam a atenção, pois propuseram soluções acadêmicas e instrutivas aos problemas de administração do além-mar, e se mostram fonte alentada de informações acerca de uma nova relação que germinava entre a metrópole portuguesa com seus domínios. Foram indivíduos e instituições que perceberam, empiricamente, transformações na história colonial, na qual se passasse de uma manutenção imperial de características hegemonicamente mercantilistas e militaristas, para algo que priorizasse a organização de um governo das populações de forma mais eficiente, isto como principal maneira de exercício do poder.

Surgia, pois, uma *expertise* e/ou um novo corpo de agentes estatais que teorizariam e colocariam em prática um neocolonialismo, com duplo propósito inicial. Aqui incorporamos o entendimento que Nikolas Rose (1998, p.12) faz do conceito de *expertise*, que seria a formação de um corpo específico de profissionais com competências especiais de administração de recursos humanos e relações interpessoais, constituidores de saberes específicos e utilitários para cada tipo de governo, assim como detentor de um conjunto de técnicas e procedimentos que possam racionalizar os recursos humanos e sua otimização.

A eles cabia, primeiramente, rearranjar o saber colonial de modo a poder substituir a centralidade de militares, crioulos e sertanejos no conhecimento acerca de terras e gentes do ultramar; muitos destes sujeitos do “tradicional colonialismo”, ao chegar o último quartel do século XIX eram encarados como entrave à expansão dos dispositivos imperialistas portugueses, obliterados que estavam nos sertões africanos, indianos e timorenses, resistentes às transformações determinadas pelo Estado metropolitano de então.

Em segundo lugar, intentar-se-ia a agregação de todas as populações do além-mar, inclusive os próprios crioulos e sertanejos, a um projeto colonizador mais homogêneo e hierarquizado, que mantivesse a direção dos ditames do governo colonial no Estado metropolitano. Sair do esquema colonial já mencionado, que apartava o além-

mar da metrópole, e pensar como incorporar efetivamente o ultramar ao projeto de Estado-nacional.

Nossa tese seria a de que passaria a existir uma nova geração de colonizadores, que, aos poucos, logravam impor-se politicamente e intelectualmente, de tal modo que alcançariam protagonismo nos ditames do Império português, inclusive chegando a almejar a sua monopolização discursiva e parte do domínio do campo político institucional.

Nesta primeira parte da tese, dedicar-nos-emos, portanto, a perscrutar sobre alguns personagens históricos, projetos e ideias que possibilitassem ou detivessem como objetivo a reorganização da colonização via racionalização científica do *corpus* de saber ultramarino. Fazer uma espécie de genealogia da ideia de organização do discurso colonial de acordo com os preceitos de cientificidade.

Para tanto, no capítulo dois descreveremos a tentativa de montagem de uma rede primitiva de conhecimento científico-colonial em Portugal, em fins do século XVIII, e como isso repercutiu na atuação de um desbravador da África, que percorreu e escreveu sobre a região austral deste continente na mesma época, o luso-brasileiro Lacerda e Almeida. Trazemos a história desse personagem histórico aqui, pois ele teve propagandeada suas ações por algumas instituições científicas coloniais posteriormente, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Escola Colonial, a Junta de Investigações das Colônias e a Agência Geral das Colônias. De alguma forma, foi encarado pelos compiladores da Ciência da Colonização como sendo o seu fundador.

No capítulo posterior, mostraremos alguns tirocínios de pensadores preocupados com a manutenção de colônias e em fabricar teorias de um *neocolonialismo* ao estilo português, numa instituição de iniciativa privada: a própria Sociedade de Geografia de Lisboa, onde se reuniram defensores de um Império reformado e mais eficiente, preocupando-se em constituir um *corpus* científico mais alentado, atrelado aos territórios e as populações coloniais e onde se propôs com mais força a concretização da escolarização dos colonizadores.

2 – Os eleitos da Ciência: mitos fundadores de um neocolonialismo

Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexcedíveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra [...]. Habitaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. [...] Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo nos matos.

Trecho do texto “Trabalho e Aventura”, encontrado no livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, 1994[1936], p. 16.

Essa liberalidade dos portugueses pode parecer, em comparação, uma atitude negativa, mal definida, e que porviria, em parte, de sua moral interessada, moral de negociantes [...]. Pouco importa aos nossos colonizadores que seja frouxa e insegura a disciplina fora daquilo em que os freios podem melhor aproveitar, e imediatamente, aos seus interesses terrenos. Para isso também contribuiria uma aversão congênita a qualquer ordenamento impessoal da existência, aversão que, entre os portugueses, não encontrava corretivo na vontade de domínio, sujeita aos meios relativamente escassos de que dispunham como nação.

Trecho do texto “O semeador e o ladrilhador”, *ibid.*, p. 75.

2.1) A História Natural e seus embates com a natureza imperial e o ambiente metropolitano

Nos anos 1700 aumentara o interesse por um certo pensamento cientificista para parte da intelectualidade portuguesa. Juntamente à denúncia da escolástica como teoria ultrapassada, havia um empenho de aumentar o conhecimento sobre o mundo e reproduzir o que havia de mais recente em ideias no continente. Nesse contexto, os chamados *estrangeirados* lograram, de certa forma, obter um lugar de influência nos ditames teóricos dos campos jurídico, médico, filosófico, linguístico, físico e da história natural, indicando nova literatura para se estudar, e, por extensão, outros paradigmas a serem incorporados na produção intelectual.

O que havia até então era a predominância de um ecletismo de ideias, que mesclava tendências reflexivas e métodos mais antigos, com conceitos mais modernos advindos do exterior. Por um lado o ambiente universitário ainda estava sob controle da Igreja, esta com bastante autonomia do Estado, e que impunha um paradigma teosófico ao exercício reflexivo além de método de aprendizagem, associado à manutenção da tal tradição escolástica de produção de conhecimento (DIAS, 1972).

Por outro lado, influenciava ainda um novo impulso para um europeísmo, afastando-se de um paradigma cultural iberista, local ainda predominantemente influenciado pela intolerância religiosa a um pensamento secular, e onde a censura inquisitorial detinha força relevante. “Portugal começou a odiar e a desprezar a Espanha como um obstáculo situado entre ele e o resto da Europa [...]. Gradualmente, [...] foi-se tornando menos ibérico e mais europeu. E a frustração portuguesa de isolamento e de distância acentuou-se também” (MARQUES, 1984, p. 327).

Menos do que uma substituição automática de conhecimento, de um com cariz teosófico a ser abandonado e a evolução para uma ilustração como novo padrão epistemológico, o que transpareceu foi a reestruturação da produção de saber em si, e a reorganização das instruções de modo a se ocupar secularmente o lugar institucional das congregações religiosas. O Estado absolutista regalista almejou arrancar da Igreja, e mais especificamente do movimento ultramontano, o controle intelectual e pedagógico sobre o corpo social. A (re)fundação de instituições e as reformas educativas tiveram este sentido no último quartel do século XVIII.

Alinhadas a esse movimento interno de absorção de ideias de fora – acompanhadas da expulsão da Companhia de Jesus e o ocaso temporário das tendências eclesiais nas determinações das instruções em todas as idades – advieram as reformas

pombalinas no ensino superior e, mais especificamente, a alteração dos estatutos da Universidade de Coimbra. Ali surgiram os cursos de Matemática e Filosofia (o qual incluía as áreas de História Natural, Física Experimental e Química), além das já existentes Teologia, Cânones, Leis e Medicina. Instituições auxiliares foram indicadas a se constituir, como o Observatório Astronômico, o Hospital Escolar e o Gabinete de História Natural (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772).

Num contraponto que colocava alguns travões na busca por um ambiente mais integrado às prescrições *ilustradas* de qualquer origem, havia a *Junta de Providência Literária*, comissão organizada para reformar os próprios estatutos universitários e na proposição de mudanças curriculares. Com ambições iniciais de propor livros que carregassem as “novas ideias” para os cursos que surgiam, esbarrou-se em restrições regalistas sobre a literatura que trouxesse críticas contundentes ao Antigo Regime e que fosse de tendências ou escritores ultramontanos. Adotou-se um controle de cariz conservador sobre o que se podia ler na Universidade, ao contrário do que se apregoava como a “Nova Fundação” (RODRIGUES, 1985, pp. 214-217).

Pois que brotava uma relação paradoxal com o conhecimento continental, entre um incentivo da expansão intelectual do acanhado ambiente acadêmico português e a permanência de verdadeiras atalaias sobre as conclusões que radicalizassem nas transformações do campo político e das mentalidades. Obviamente, almejava-se o controle estatal sobre o que era aprendido.

Neste contexto paradoxal, prestemos atenção ao juramento dos lentes no dia 29 de setembro de 1772, aquando da visita do Marquês de Pombal à Universidade para outorga dos novos estatutos:

Eu F. juro a estes Santos Evangelhos, que bem, e fielmente observarei, e farei observar, em tudo o que pertencer ao meu ofício, os Estatutos que constituem as Leis, com que el-Rei Dom José I n. s. fundou esta Universidade de Coimbra, sem deles me apartar em coisa alguma por mínima que seja: antes porei todo o meu cuidado, e vigilância, em que as lições sejam as mesmas, que estão determinadas; os métodos os mesmos, que se acham neles estabelecidos. E em que todos os meus fatos, e escritos terão sempre por únicos objetos o aproveitamento dos discípulos, a utilidade pública, o bem comum da Igreja e do Estado em sua perfeita concórdia e harmonia, e a boa reputação e esplendor da mesma Universidade [...] (UNIVERSIDADE DE COIMBRA *apud* RIBEIRO, 1871).

Mesmo assim, acreditava-se que o remodelamento curricular e a chegada de novos docentes fossem atrair mais alunos e produzir uma Universidade mais adequada

ao mundo acadêmico europeu, com sua atualização aos moldes científicos e sua promessa de cosmopolitismo.

2.1.1) A História Natural ambiciona novos usos de Portugal e suas colônias: os projetos de Vandelli

Dentre os novos professores estrangeiros, um dos mais biografados foi o italiano Domenico Vandelli, que assumiu as cadeiras de História Natural e Química a partir de 1772 e fora um dos responsáveis pela organização dos Jardins Botânicos de Coimbra e da Ajuda. O mestre naturalista paduano detinha formação em Medicina e era influenciado pelas ideias do investigador sueco Carl von Linné (Lineu).

Por sua vez, Lineu foi autor de *Systema Naturae* (1735)², obra aclamada como uma das basilares da História Natural. Foi ele um dos formatadores, na modernidade, da classificação taxonômica, na continuidade das obras de Tournefort, Cesalpino e John Ray. Era depositário de um pensamento criacionista do mundo natural, qualificando-o como imóvel na sua história (VIRVILLE e LEROY, 1969, pp. 681-683).

Lineu e Vandelli pertenciam, assim, ao campo naturalista, afastando-se dos sentidos místicos, do simbolismo tradicional, da superstição e do utilitarismo medicinal das descrições da natureza. Em exercícios categorizadores ancorados numa racionalidade dita imparcial, excluía a avaliação antropocêntrica do olhar, tentando inaugurar uma análise objetiva sobre o mundo natural. Partiam de uma hierarquização elaborada numa lógica própria que fosse útil ao serviço humano, onde animais, plantas e demais objetos da natureza eram postos numa classificação de modo a não sofrer influências de interpretações já arraigadas em meios sociais específicos.

Viram como necessária a separação da história natural de uma análise da natureza que tivesse o ser humano como referencial, ou seja, que escapasse ao subjetivo e cultural. Distinções de raças de cavalos entre “nobres” (se para guerra ou desfiles nobiliárquicos) e “de carga”, associações de insetos e suas funções na sobrevivência da espécie às hierarquias sociais humanas (abelhas-rainha e formigas-operárias) e nomenclaturas dadas a flores de acordo com odor e formato seriam desprezadas, tais como nomenclaturas vulgares e locais. Foi o momento da imposição da taxinomia normativa de caráter universal (THOMAS, 1988, pp. 62-76).

² Nome completo da obra de Lineu: *Systema naturae per regna tria naturae, secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus differentiis, synonymis, locis*.

Nas proposições investigativas de uma História Natural com o novo paradigma, o ato classificatório teria dois sentidos, que se interagiriam e se autopromoveriam: um primeiro movimento seria o de tentar agrupar o que fosse semelhante; no segundo andamento, perceber as diferenças, exercendo-se a comparação entre os grupos que são compreendidos equivocadamente como homogêneos. Para tanto, seria necessário o armazenamento de espécimes dos três reinos, para observar, notar as diferenças e agrupar de acordo com as conformidades e heterogeneidades. Senão fosse possível a detenção dos objetos, plantas e animais, a descrição minuciosa seria apreciada, assim como os desenhos (CALLOT, 1965).

Descrever e nomear – atos taxonômicos – tudo que existia na natureza, foi a ambição de Lineu e seus seguidores. A primeira edição de *Systema Naturae* foi publicada com 12 páginas; a última com mais de 1500. Acreditava-se, como já afirmado, na fixidez da natureza para saber mais sobre ela, em intentos de reconstituição de como ela é em ambientes fabricados, como estufas, jardins botânicos e museus de História Natural, que iam se multiplicando na Europa.

Não obstante, estes recintos expunham o mundo natural de acordo com classificações artificiais e externas, montadas de acordo com parâmetros da nomenclatura binomial. Juntando muitas vezes flora, fauna e minérios que não estariam assim dispostos se estas instituições não o tivessem feito, tentava-se dar a sensação aos investigadores do controle do mundo natural e seu enquadramento numa racionalidade própria do campo que se constituía. Acrescenta-se que o modo classificatório de Lineu invocava uma espécie de vernaculidade ao avaliar os objetos e os animais, não priorizando informações acerca do local de origem, obliterando o meio como uma das determinantes, algo que será tão caro aos cientistas do século XIX (DROUIN, 1996).

Numa troca de correspondências entre o mestre Lineu e o seguidor Vandelli, ainda quando este último estava na Itália, percebe-se a importância das descrições, das classificações e do acúmulo de informações no determinado campo científico que ia se estruturando:

Domenico Vandelli saúda afetuosamente o sapientíssimo e celeberrimo varão, o cavaleiro Carlos Lineu, doutor em matéria divina. [...] Em troca destas tão raras e peculiares observações, não posso oferecer-te outra coisa senão a descrição do zoófito ou holotúria³ coletado por mim nas lagoas

³ Zoófito: Antiga designação dos seres vivos com simetria radiada (apesar de pertencerem ao reino animal), que têm conformação semelhante à dos vegetais. Com aparência de plantas, como medusas,

vênetas, a respeito dos quais te escrevi em outra ocasião; posso, do mesmo modo, acrescentar outra descrição de *Testudo coriaea*⁴, espécie que chegou à costa do mar Tirreno, no campo laurenciano, e foi enviado de presente à Universidade de Pádua por Clemente XIII, sumo pontífice (VANDELLI, 1761 *apud* SCARANO, 1987, pp. 35-36).

Vandelli estabeleceu um canal de correspondência por anos com Lineu, sendo colaborador, inclusive, da Sociedade das Ciências de Uppsala. A relação ia além da epistolar, ou seja, de pedidos de avaliações sobre como investigar e classificar em História Natural. Havia troca de informações intensas, de plantas e sementes, leituras de artigos e escritos, na tentativa de se montar uma rede de conhecimento continental, intentando criar fatos científicos, para se implantar um contrato tácito que regeria o trabalho de objetivação de todos que adentrassem ao campo da História Natural⁵.

Neste contrato científico que se celebrava, acertavam-se, entre vários itens, os critérios de trocas de material de pesquisa e informações, em que a raridade e o não notado anteriormente seriam a moeda de troca; e determinavam-se as posições hierárquicas de cada um dos contratantes, onde Lineu irradiaria as instruções de recolha, organizaria o arquivo de informações colhidas e aprovaria a classificação taxinômica, enquanto a Vandelli sobrava a função de repasse ao sueco de tudo que achasse que fosse interessar ao campo da História Natural, enviando o dado bruto, uma espécie de matéria-prima informacional, para a análise requintada do centro da rede, onde se tornaria uma manufatura científica.

A afinidade intensificou-se entre o italiano e o sueco, sendo que o contrato foi posto à prova em terras portuguesas. Ali aspirou a imposição de um monopólio sobre o que seria o discurso competente científico, usando como pólos irradiadores as instituições onde Vandelli assumiu a direção e/ou docência. Dos cursos na Universidade de Coimbra e de Gabinetes de Investigação estruturou a habilidade de discorrer e agir legitimamente, de forma a justamente celebrar uma nova autoridade, a da *Ilustração* europeia, que ao mesmo tempo seria reconhecida na própria rede internacional de naturalistas, e tentaria se espalhar a outros campos sociais portugueses, impondo-se sobre outras autoridades já existentes.

O que vemos é que na longa vida acadêmica de Vandelli foi alcançado o lugar de autoridade na matéria da História Natural, tornando-se agente de reprodução de seu

corais e esponjas marinhas. Holotúria: equinodermo que vive no fundo dos mares, de corpo mole e alongado, conhecido como pepino-do-mar.

⁴ Uma espécie de tartaruga marinha.

⁵ Sobre os conceitos de fato científico e contrato tácito entre instituições/pesquisadores, cf. BOURDIEU, 2004, p. 33.

paradigma científico nos diversos locais científicos onde atuou. Isto estando alinhado a uma estrutura de poder no campo num formato piramidal continental, em que no topo estava Lineu, no meio os professores espelhados pela Europa e na base os investigadores e viajantes naturalistas locais⁶.

Em outra carta, após a chegada de Vandelli a Portugal, Lineu o felicita, dando ênfase ao universo riquíssimo que encontrará não só em terras europeias do Império, mas em todo o seu território ultramarino:

Tomara que possas mesmo ir ao Brasil, terra que ninguém calçou, exceto *Marcgraf*⁷ [...] quando ainda não havia um facho de luz aceso na história natural, e por isso tudo deve ser descrito de novo à sua luz. [...] Depois que a Europa inteira foi calcada pelos pés dos botânicos, resta agora somente Portugal, terra próspera que merece a alcunha de Índia da Europa. Dali temos somente o *Viridarium Lusitanicum* de Grisley, obra paupérrima, cujas plantas não há Édipo que compreenda⁸. Esta terra produz uma enorme quantidade de plantas raríssimas, como fica evidente pelos numerosos exemplares lusitanos nomeados por *Tournefort*⁹ em *Institutiones rei herbariae* [...]. Acaso não há ninguém, em todo o belíssimo reino, que possa oferecer ao mundo letrado uma genuína flora da região? Bom Deus! Quão bela e desejada obra realizaria aquele que estabelecesse essa flora (LINEU, 1765, *apud* SCARANO, op. cit., p. 58).

A cobiça estrangeira sobre o ambiente natural português: o olhar do naturalista sueco era ávido pelas diferenças alheias, buscando nos outros o que não tinha em seu próprio território. Vandelli, em terras lusitanas, representaria justamente a expansão da rede de investigadores abastecedores do arquivo de Lineu, possibilitando ao do norte europeu invadir a fronteira Ibérica e tomá-la para a nova ciência, acrescentando-a como espaço para exercer a taxinomia e dando a possibilidade de, inclusive, ir além na ânsia pela classificação, alcançando inclusive domínios extraeuropeus.

Tratar-se-ia de uma estratégia política de ocupação de um espaço de grande importância na geopolítica científica, que agregasse a inauguração do campo da História Natural em um ambiente ainda imberbe aos preceitos científicos, podendo-se impor

⁶ Para compreender mais sobre a organização de discursos autorizados científicos cf. BOURDIEU, 1983, pp. 122-123.

⁷ Georg Marcgraf (1610-1644) foi um naturalista alemão, quevistou o Brasil na época do domínio holandês sobre a região de Pernambuco. Escreveu com outro naturalista de origem italiana, Piso, a obra *Historia Naturalis Brasiliae*, publicada em 1648.

⁸ Vandelli indicou a republicação desta obra à Academia das Ciências de Lisboa no ano de 1788. Nos dizeres de Rômulo de Carvalho “A reedição levada a efeito pela *Academia* não foi motivo pela excelência da obra [...] mas porque Vandelli desejou aplicar às plantas referenciadas por Grisley, talvez como entretenimento e exercício, as regras da classificação estabelecidas entretanto por Lineu” (1987, p. 13).

⁹ Joseph Pitton Tournefort foi o naturalista do século XVII que determinou os gêneros como um item classificatório em Botânica. Esteve lotado principalmente no *Jardin des Plants de Paris*.

hierarquicamente uma atuação científica quase sem contestadores. Além do mais haveria a mais-valia da exploração das terras do velho Império.

O objetivo contido no trecho da carta de Lineu seria, justamente, de assumir as diretrizes intelectuais em Portugal, aproveitando-se da expulsão jesuítica, e descartando o que se escreveu anteriormente no próprio campo. As estadias de naturalistas e suas descrições como, por exemplo, Tournefort, um dos irmãos Jussieu, do boticário Jean Vigier e de Merveilleux são ignorados no texto, assim como o português Ribeiro Sanches – justo ele que logo quando saiu publicada a obra de Lineu, a propagandeou (CARVALHO, 1987). E Vandelli foi o escolhido para estar na ponta lusitana da rede da História Natural, em intenso processo de montagem.

Porém, nas limitações impostas pela realidade *eclética*, Vandelli deparou-se com uma reticência às novidades forasteiras dos naturalistas, numa intelectualidade ainda formatada pelos preceitos de uma tradição eclesial de conhecimento. Numa carta a Lineu, ele reproduz parte de seu discurso de posse nas cadeiras de História Natural e Química na Universidade de Coimbra, invocando o atraso do conhecimento sobre a natureza em solo português, rogando um progresso científico que se aventaria:

Falei sobre a antiguidade do globo terrestre e sobre quão necessária é a ciência das coisas naturais em Portugal. Aqui, excelente mestre [Lineu], muito de bom grado e oportunamente fiz uso das tuas palavras: “Bom Deus! Se portugueses e espanhóis conhecerem os bens da sua natureza, quão infelizes serão os outros, que não possuem terras exóticas! Em seguida, mostrei a origem dos falsos milagres, e, como a ocasião a mim se apresentava, expus a verdade sobre a expulsão da larva de *Phalaena calamitosa*¹⁰, visto que aqui uma determinada sociedade letrada, ligada aos religiosos e muito bem vista pelas autoridades, assegura que se pode evitar sua irrupção pelo campo de Coimbra com o auxílio de um tintinabulo, objeto de extrema veneração entre os rústicos que é levado aqui e ali como algo sacrossanto. Os monges, portanto, de tal modo persuadiram os rudes camponeses sobre a virtude da sua campânula que esses temiam pelo sucesso do ano caso ela não percorresse a região. A história natural pode facilmente desmascarar este e outros tantos milagres, que os impostores encapuzados certamente criaram para ganhar dinheiro. Por isso esta época, em que os olhos dos homens são abertos para notar essas fraudes, será certamente memorável nos anais portugueses, uma vez que seu povo, penetrado pela luz da ciência, assim se exime de um enorme tributo e ao mesmo tempo do ludíbrio das demais nações. [...] No futuro, todas as produções naturais deste reino, das suas ilhas e das colônias do Brasil e da África devem ser diligentemente remetidas para cá; podemos, portanto, esperar muitas novidades importantes e proveitosas no campo das ciências naturais” (VANDELLI, 1773, *apud* SCARANO, op. cit., p. 109)

¹⁰ Antiga denominação à ordem de insetos dos Lipodopteras, que incluem borboletas, mariposas e traças.

A taxinomia popularesca atrelada aqui ao campo teológico, ambos locais constituídos *in loco*, nas experimentações de séculos de camponeses e monges, iria ser combatida pelo paladino cientista recém-chegado. Herbários, termos vulgarizados de animais e plantas, crendices tradicionais acerca do funcionamento de climas e do subsolo e todo o tipo de descrição da natureza, tudo seria posto sob suspeição, e desacreditado se não se alinhasse à rede de conhecimento naturalista.

Não que o conhecimento popular não causasse atenção aos naturalistas. O impulso fundante dos estudos da história natural fora o de perceber uma melhor aplicação da natureza aos homens, procurando uma utilidade para a medicina, culinária e manufatura. Não obstante, neste momento de busca de um amadurecimento, carecia-se de submeter este conhecimento “vulgar” às regras discursivas do campo científico, além do que haveria de se estabelecer o cientista como o anunciador. “No entanto, o conhecimento popular logo foi ofuscado pela investigação mais sistemática dos cientistas, cujo ponto de vista não era estritamente utilitário e que não demoraram a perder qualquer ilusão que tivessem quanto ao alcance da curiosidade rural” (THOMAS, op. cit., p. 88).

Neste contexto, o uso do latim como língua franca entre cientistas, algo que era usual entre os naturalistas, tinha como objetivo justamente alcançar uma nomenclatura isenta das influências “vulgares” do conhecimento popular acumulado e do simbolismo tradicional que fazia uso da natureza. Havia Perseguia-se uma classificação universal e definitiva, substituta da vernaculidade local dos nomes dados às plantas, animais e demais coisas da natureza, na tentativa de fortalecer a rede com seu próprio código e complexidade.

O trecho da carta contém mais um dado importante: Portugal era diferente por ter um universo ultramarino a se desvendar, e portanto, deveria ser prioridade à rede naturalista já que se mostrava estratégico nas lutas pelo domínio discursivo e de acúmulo de conhecimento em meio ao mundo científico europeu da época. A metrópole se transformaria numa espécie de porta de entrada do mundo natural de suas colônias para o restante do continente europeu, um intermediário para o centro da rede.

No texto *Memória sobre a utilidade dos museus de história natural*, Vandelli vai justificando o porquê da estruturação de uma exposição de coleções de objetos naturais do mundo todo, primeiramente tentando dizer da importância do próprio campo de conhecimento em que está inserido, contrapondo-se aos colonos que estão nos territórios coloniais, mormente renitentes ao alinhamento às fileiras do “novo

conhecimento” e ignorantes das riquezas que existem ali: “Que utilidade pode o Estado, e o príncipe tirar de homens, que nunca examinaram as produções da natureza, e que somente instruídos em ciências especulativas, ou de legislação, se ocupam em presidir às minas, casas de moedas, agricultura, e manufaturas?” (VANDELLI, 2003[1787], p. 60).

No mesmo texto, defende uma dedicação maior para tornar mais complexo o trabalho do naturalista em Portugal, capacitando-o a melhor acessar todo o conhecimento que a natureza poderia proporcionar: “Não consiste o estudo de história natural na simples nomenclatura; mas nas observações, e nas experiências: para conhecer as relações, a ordem da natureza, sua economia, polícia, e formação da Terra, e as revoluções, que sofreu, e enfim as utilidades que das produções naturais se podem tirar, além das conhecidas” (Ibid., p. 60)

E este complexo mundo natural poderia ser mostrado em Portugal, sendo explicado e simplificado. “Um museu bem distribuído será o verdadeiro teatro da natureza; na qual um mestre poderá ensinar a história natural, e donde um observador pode tomar o gosto e instruir-se; e por isso tudo deve ser distribuído na vista principal de instruir” (Ibid., p. 62).

Propõe-se a abertura da natureza aos que estão na Metrópole – incluindo-se a que se localiza no além-mar –, num propagandeamento e estímulo da curiosidade. Cúmplices foram buscados para a exploração investigativa, extrapolando com os jardins botânicos e museus a ambiência naturalista. Ciência passaria a ser encarada como tendo um público para poder existir. A Nação é incluída no projeto naturalista, impondo a massa o seu modo próprio de olhar o mundo. Indo além, a história natural poderia acarretar uma espécie de instrução moral, no exercício de percepção do que seriam o normal e o diferente.

Nos primeiros anos em Coimbra, ele conduziu seus alunos a coletarem dados e inventariar objetos naturais em solo metropolitano e nas colônias. Vários de seus discípulos eram provenientes das colônias americanas, alguns, inclusive, da posteriormente denominada geração de brasileiros coimbrãs da década de 1790, que foram importantes nos movimentos de independência do Brasil no século seguinte (PEREIRA, 1999, pp. 15 7-158). Reforçando como docente ainda mais a rede científica que estava inserido, Vandelli ensinou uma maneira de descrever e classificar a natureza, indicando olhares mais meticulosos aos seus aprendizes sobre as colônias.

Ao voltarmos aos *Estatutos* da reformada Universidade de Coimbra, encontramos tratativas de normatização da cadeira de História Natural, onde o lente italiano teria como uma das deliberações estatutárias à sua atuação a descrição, esta posta como “o meio de fazer conhecer cada uma das coisas em particular, dando uma ideia justa da sua conformação e notando os caracteres que a distinguem das outras” (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 240).

Reforçava-se a constituição de uma prática pautada pelo apuramento do escópico às coisas que viriam a ser encontradas, num melhoramento do olhar para percepção do diferente. Além disso, deveria vir acoplada a habilidade de criar e saber um léxico de um novo idioma próprio, dando expressividade à complexidade da natureza e no auxílio na formação de uma comunidade a se inventar e/ou o reforço a uma existência científica. “Este é como o vocabulário que deve servir de preliminar à Ciência da História, a qual consiste nos fatos conhecidos pela observação, porque antes de saber o uso e préstimo das coisas, é necessário conhecê-las” (Ibid.).

Um imperativo epistemológico veio surgindo, com intenções universalizantes (vide o *modus operandi* científico atrelado à movimentação continental), de propaganda (bem claras no caráter do Museu de História Natural) e com proposições político-econômicas (nos conteúdos programáticos de atuação de Vandelli).

No texto *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*, assinalou-se que uma das destrezas essenciais dos naturalistas que viajavam era o domínio da escrita do diário. “Muito pouca seria a utilidade das peregrinações filosóficas se o naturalista, fiando-se na sua memória, quisesse fazer as suas relações e descrições sem ter notado antecedentemente com a pena, todos os objetos que fosse encontrando no seu descobrimento” (VANDELLI, 1779, *apud* SCARANO, op. cit., pp. 83-84). O instrumento *Diário* seria como o estruturador do andamento da viagem, ou seja, um relato ordenador do mundo natural pautado pelo tempo do homem. “O diário, pois, não é outra coisa mais que um livro de papel ou outra qualquer matéria, dividido em anos, meses, dias e horas, no qual se irão notando os objetos que se encontram, do país de seu descobrimento, com respeito ao ano, mês, dia e lugar [...]” (Ibid.).

O diário como um dos organizadores do conhecimento deste tipo de cientista é concebido enquanto registro permanente do mundo natural, este compreendido como sendo estático, lá parado à espera do apontamento. Então, o relato só poderia acrescentar dados numa concepção de mundo unitário e acabado, aonde os que viriam a

posteriori deveriam usar como guia de conhecimento perpétuo. Nesse sentido, qualquer experiência relatada tem como característica a desafetação.

Seguindo-se pelo mesmo texto, um guia para os neófitos e suas viagens filosóficas, o mestre de Coimbra e condutor da *Historia Natural em Portugal* indica em vários trechos os usos da natureza, e como poderia se harmonizar com os interesses econômicos dos homens da metrópole. Isto passa, obviamente pelo crivo do entendimento das ideias de Lineu, de perceber o processo de equilíbrio constante ocorrido na natureza, na interconexão entre dádivas e necessidades.

Do Reino Animal

1º O reino animal é outra parte da história natural não menos de atenção de um filósofo, nem os seus indícios ocupam menor parte do globo terrestre, sendo ao mesmo tempo quase todos da primeira necessidade dos homens, e formando, entre os Estados, importantíssimos ramos do comércio. [...] Ele, pois, os recolherá e descreverá com toda a exatidão na sua história, notará o seu sustento, o tempo do seu coito, da sua prenhes, o número de seus filhos, os seus gêneros de vida, os seus costumes e instintos, as suas habitações, o modo de os caçar, o que tudo se alcança tanto pela observação contínua feita sobre animais guardados em viveiros como pela conversão com os homens naturais do país. [...] Nem deve igualmente esquecer-se de observar entre eles os que podem entreter o comércio, ou este seja das suas carnes, leites, ou das suas peles, pontas, dentes, etc., notando abundância ou raridade dos mesmos animais, o uso que poderão trazer deles as nações estrangeiras, os meios de promover a sua propagação” (Ibid., 1796, *apud* Scarano, op. cit., p. 140)

De acordo com o mestre estrangeiro, não havia a apreensão do que Portugal continha no além-mar, parecendo ser a casualidade a reguladora da maneira de explorar as colônias. Reflexionava-se, em contraponto, que o máximo aproveitamento das riquezas a serem encontradas no ultramar proporcionaria o equilíbrio da Nação, dando conta de suas necessidades, algo não recorrente até o momento. Assim que, no exercício de fazer notar as minúcias, poder-se-ia descobrir a dádiva tão necessária ao progresso do país.

Passados alguns anos de atuação na *História Natural*, Vandelli passou a pensar a Economia Política e as operações necessárias para enriquecer o país, isto a partir, principalmente, de seu engajamento na Academia das Ciências de Lisboa (CARDOSO, 2003). O acúmulo de conhecimento do mundo natural parece que veio demovê-lo a transitar a uma maneira de refletir sobre os usos produtivos das colônias e da metrópole.

Algo que vemos confirmar-se em trecho de um documento escrito para as *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, onde Vandelli afirma “em lugar de gastar o tempo de procurar a origem, e modo pelo qual se formaram tantas

riquíssimas minas de sal nestas ilhas [de Cabo Verde]; não será melhor investigar os meios mais convenientes, para que estas minas possam ser mais úteis ao reino?”. E continua, afirmando, agora, priorizar-se a busca de uma melhor exploração das riquezas que estão na natureza, indicando uma transição da relação do posicionamento do cientista com o que estuda, de uma maneira mais apartada e indiferente, para uma admoestação do mundo a se descobrir por quem se propõe a estudar, provocando-se um deslocamento: “Experimentar, se este sal é, como dizem, melhor para a salga das carnes e peixe, que o das marinhas? Se o sal amargoso pode servir na medicina? Estas observações são dignas de um cidadão filósofo” (VANDELLI, 1991[1812], p. 51). Transitou-se da racionalização sobre as estruturas da natureza existentes para especulações sobre as riquezas possíveis.

Em *História da Botânica em Portugal*, publicação de divulgação de cunho instrutivo para Brasil e Portugal publicado quase um século após a morte do cientista italiano, a prática naturalista de Domenico Vandelli foi descrita da seguinte maneira:

Que maior estímulo poderia deparar-se a um botânico do que o pedido de Lineu para o desempenho da flora deste país? Pois nem ainda assim lhe pôde demover o ânimo para meter ombros a tal empresa! Quer fosse por indolência, que facilmente se adquire pelos hábitos acomodaticios da cidade; quer fosse pelas dificuldades naquela época ofereciam as jornadas para percorrer as diversas zonas do nosso país [...]; ou porque finalmente Domingos Vandelli se não reconhecesse com as forças e habilitações necessárias para tamanha empresa: o certo é que nunca a tal obra se propôs. E limitou os seus trabalhos botânicos a meia dúzia de memórias que escreveu [...], como também à publicação do referido Dicionário dos termos técnicos de História Natural extraídos das obras de Lineu, no intuito mais de lisonjear o botânico sueco do que verdadeiramente de prestar valiosos serviços à ciência (BIBLOTECA DOS POVOS E DAS ESCOLAS, 1883, p. 11).

A biografia tinha caráter nacionalista, propondo-se a denegrir o “estrangeiro”. Entretanto, a ênfase em que se dá à falida “empresa científica” de Vandelli faz-nos refletir uma incapacidade de se perceber que se colocava mais energia na constituição de uma nova epistemologia laica e cosmopolita, hierarquizadora, e de propulsora de mais disciplina aos viajantes e desbravadores dos sertões coloniais.

Vandelli nunca saiu da Europa, foi um naturalista de gabinete. Tinha contato com o ultramar nas descrições dos que se aventuraram a coletar e descrevê-lo e nos objetos advindos de lá. Exerceu a Ciência mais como um sistema de notações fechado, onde o homem, por exemplo, tinha papel secundário. Ainda preocupava-se em prever os fenômenos e os classificar, enredado que estava numa *episteme* própria de seu campo de conhecimento. “[...] a ciência vai definir-se, daqui para frente, mais pela maneira de

saber do que pelo objeto do saber. Poderão aparecer novas ciências na medida em que o procedimento científico se irá aplicar a setores até então impensáveis ou negligenciados pelo conhecimento. O caráter de ordenamento lógico tornou-se primordial e continua a ser até aos nossos dias” (GUSDORF, 1988, p. 13).

Estava ainda imerso numa escopia limitada, chegando no máximo a aspirar uma praticidade simplória que buscava formas de adequar o conhecimento da natureza para o proveito econômico futuro da Nação. Priorizou o ordenamento científico da natureza e propôs a expansão da educação do diverso. “Não demorarei a mostrar os prejuízos, que produz na economia política a falta de instrução nas ciências filosóficas porque seria muito prolixo, e somente indicarei que se Portugal não se aproveitar delas será sempre mais sujeito às outras nações, e tão dispendiosos estabelecimentos de nada mais servirão, que de entreter a curiosidade, e de divertir a ociosidade [...]” (VANDELLI, 1994[1791], p. 103).

Contudo, já se vai percebendo uma mutação, ainda lenta, de se invocar um novo posicionamento do explorador da natureza, que vá além de uma conveniência academicista isolada à europeia, que persiga utilidades econômicas e políticas mais atreladas ao que é necessário, incorporando uma compreensão sobre o que seria o diferente, num remodelamento da ética científica de forma cosmopolita. Mas ainda faltaria umas boas décadas para que esta formatação ética se estabelecesse como premissa essencial nas atividades científicas da metrópole.

2.1.2) A Academia “Real” das Ciências de Lisboa na propalada *Ilustração* portuguesa

Uma possível resultante das tratativas de renovação e homogeneização das produções ecléticas de conhecimento foi a reunião de intelectualidade “estrangeirada” em novas instituições que se autodenominaram científicas. A Academia das Ciências de Lisboa (que iniciou suas atividades em 1779) foi um ensaio de concatenação de ideias alienígenas ao ambiente intelectual lusitano, assim como de ordenador das informações acerca do mundo à produção de conhecimento de cariz racional e secular. Como chegou a descrever Teófilo Braga cem anos após a fundação, a *Academia* trouxe dinamismo ao campo intelectual em contraponto ao imobilismo dos docentes da velha Universidade: “[...] a nova academia vinha da corrente filosófica do Enciclopedismo, contra a qual trabalhava a Inquisição [da Universidade] de Coimbra” (BRAGA, 1898, p. 650). Domenico Vandelli foi um de seus primeiros sócios.

Teófilo Braga se coadunava a interpretações que relativizariam a relevância pedagógica do que acontecia nas salas de aula coimbrãs na formatação de uma nova *intelligentsia* nacional. Rômulo de Carvalho afirma que nos primeiros cinco anos a presença de alunos foi diminuta, assim como que a vigília e repressão sobre o cotidiano universitário, após o fim do ministério pombalino, teve certa energia, impondo morosidade à circulação das “novas ideias” (1985, pp. 498-506). Muitas das reformas ou não surtiram o efeito esperado ou mesmo foram abolidas aquando do fim do governo do Marquês, estabelecendo-se um retomar dos ditames eclesiais no ensino em Coimbra. A novidade seria a de efetivação no cotidiano universitário do incremento da disciplinarização do alunado (RODRIGUES, 1985, pp. 221-223).

Porém, com o aparecimento da Academia de Ciências de Lisboa parece que seria posta em prática a renovação. Dentre as suas pretensões iniciais, havia, por exemplo, o estabelecimento de uma escola formativa para jovens cujas prestezas necessitassem de instrução e espaço neutro e autônomo para pesquisa, incorporando a ideia de que se deveria dedicar também à formação e não apenas à produção de conhecimento. O gabinete de investigação científico primeiramente estruturado foi o de História Natural, e posteriormente o de Física, o Laboratório de Química e o Observatório Matemático (CARVALHO, 1981, pp. 14-19). Assim que a *Academia* tinha como perspectiva, ao menos nos objetivos traçados em seu primeiro estatuto, a produção de um saber prático atrelado “ao amor à ocupação e a toda espécie de trabalho, que possa redundar em benefício da pátria” (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS, 1780).

Cardoso, no prefácio da edição publicada em 1990 de *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, traça um perfil dos autores – portanto, os investigadores associados e correspondentes da instituição – entre a fundação e o ano de 1812 (a periodização dos cinco tomos da obra) e traz duas informações que corroboram a perspectiva de inovação ao ambiente científico português: a de que uma boa parte dos que escreviam era de uma nova geração, que recentemente havia concluído a sua formação, em sua maioria, na Universidade de Coimbra pombalina; outro dado é que ao menos 30% era de origem brasileira, incorporando o ultramar como parceiro (1991, p. XXXI).

José Correia da Serra, tido como um dos idealizadores da *Academia* ao lado do Duque de Lafões, no “Discurso Preliminar” da mesma obra *Memórias Econômicas* anuncia o principal objetivo da instituição, ao se estudar as ciências naturais, as exatas e a literatura, o qual seria de contribuir à prosperidade de Portugal, para que o “agricultor,

o artífice, o fabricante, o navegador [possam] receber luzes, de que se aproveitem com perfeição dos seus ofícios, e nestas os que vigiam ao governo dos povos podem achar, ou novos produtos, e artes que protejam, ou novas observações, e descobrimentos [...]” (1789, p. 9).

Para Serra, conhecer as terras do Reino com o máximo de perfeição e em toda a sua extensão é primordial à “pátria”, para justamente apreender as potencialidades e o que se pode produzir em todas as suas terras. A vulgarização do conhecimento construído na *Academia*, as experiências institucionais e as descrições de viajantes poderiam constituir, para o naturalista português, uma das bases para o progresso da Nação. “Toca aos particulares aproveitar-se das instruções, e fazer que elas sejam frutuosas. É de esperar que em um século, em que a indústria comece a despertar-se em Portugal, e a agricultura, as artes, o comércio vão sendo objetos da pública curiosidade, não sejam de todo baldados os seus esforços” (Ibid., p. 11).

Uma das primeiras ações do estabelecimento científico foi o incentivo à organização de expedições conduzidas por indivíduos qualificados nos ditames científicos da época, que pudessem sair da metrópole preparados a conhecer de maneira distinta o ultramar, abertos aos “descobrimentos”. Foram então arregimentados sócio-correspondentes, alguns que viviam na metrópole, mas principalmente os espalhados pela colônia americana e África, especializados nas tais das “ciências da observação” (SILVA, 1999)¹¹.

Numa de suas publicações do início, intitulada *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as Remessas dos Produtos para Formar um Museu Nacional* (ACADEMIA, 1781), propunha-se a angariação de objetos e plantas, assim como narrações geográficas e humanas para a montagem de um museu natural e um centro de investigação naturalista na própria metrópole. Pois que fora preocupação no início a elaboração de um Manual de Procedimentos para a atuação do naturalista no momento de recolha no meio-ambiente imperial, numa espécie de programa mínimo de observação, seleção e coleta no sertão para naturalistas novatos.

Nas três primeiras partes, tomava-se o cuidado de se explicar detalhadamente os estados ideais de envio e o próprio traslado de “quadrúpedes, aves, répteis, peixes, crustáceos, outras produções pertencentes ao reino animal, vegetais e minerais” (pp. 8-

¹¹ “Dizia Vandelli na sua carta que os naturalistas estavam prontos para partir, mas numa folha anexa indicava alguns bacharéis de Filosofia que moravam no Brasil. Eram eles Joaquim Veloso de Miranda, em Vila Rica, Minas Gerais; José Vieira Couto, no Serro Frio, também em Minas; Serafim Francisco de Macedo e José da Silva Lisboa, na Bahia; Estácio Gularte, no Rio de Janeiro” (SILVA, op. cit., p. 50).

38). Na quarta parte, intitulada “Das notícias pertencentes à História Natural” (p. 38), já se passava às instruções da descrição propriamente dita: nomear animais, vegetais e minerais de acordo com os termos europeus e indígenas; classificar o que fora remetido de acordo com as regras expostas pela *Academia*; e incentivar o registro dos espaços de onde foram encontrados os objetos, os animais e as populações.

Por fim, a indicação de uma parte dedicada a consignar o que eles chamaram de “a moral dos povos que habitam”. Aqui, inicia-se por uma diferenciação de gênero: no caso dos homens, há que se atentar na “estatura e forma exterior, o feitio do seu rosto, a sua força, a cor natural”; já nas mulheres “a fecundidade ou esterilidade, a facilidade ou dificuldade de seus partos” (Ibid.); no caso comum, pergunta o *Manual* sobre os tipos de doenças mais frequentes (Ibid., p. 41). Posteriormente, “poderão reduzir todas as notícias, que examinarem, a títulos diversos, preferindo sempre a divisão natural: religião, política, economia, artes, tradições, etc.” (Ibid., pp. 44-45).

Mais do que apenas um olhar realista que queria se lançar sobre os objetos, as plantas, os animais e as populações do Império, almejava-se constituir um acervo do que não havia na metrópole, estabelecendo uma didática que primeiro passasse pelo ordenamento do olhar e do discurso do que recolhe e descreve, passando obviamente pela excitação da curiosidade do naturalista. Este exercício executado alhures não seria mais solitário, como em expedições anteriores. A *Academia* propunha-se a ensinar o desbravador os preceitos científicos, incorporando-o institucionalmente. Indicava-se a objetividade e a inteligibilidade no discurso do viajante, numa normatização estrita definida à partida, controladora da expressividade do conhecimento com propósitos de universalização.

Damos importância ao manual *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências*... devido ao seu caráter inaugurador de um novo desbravador, determinando novas regras para as entradas no sertão, tentando constituir uma nova ética e uma ordem discursiva mais complexa. Primeiramente, por determinar a soberania do conhecimento científico universal sobre a natureza local, não existindo em nenhum momento indicações sobre a necessidade de recolha de conhecimento dos que vivem na localidade, com exceção da busca dos “nomes indígenas” (estes, que, aliás, na taxinomia corrente serão desprezados). Em segundo lugar, a externalidade indicada como postura do naturalista, já afirmado como um dos pressupostos do naturalismo artificial.

Indo adiante, havia um objetivo claro que era a montagem de uma exposição permanente na capital do Reino, numa propagação de um novo conhecimento com ambições de domínio e pedagogização do desconhecido, que seria difundida entre os leigos da natureza diferente pertencente ao Império, numa primeira produção do que seria exótico entre a população metropolitana. Estabelecer-se-ia, assim, como um dos pressupostos da cientificidade da *Academia*, uma propaganda sobre a natureza diferenciada, calcada na construção de uma alteridade, mesmo que ainda idílica e pueril.

Descrições de portugueses circulavam na Europa da segunda metade do século XVIII, na época do atijamento das cobiças academicistas do continente sobre o que pudesse vir de informações do além-mar. Nesse caso, a Índia era o principal local de incidência de interesse, muito por conta do avanço britânico sobre aquela região (CURTO, 1998, pp. 421-428). No mais, muitos dos esforços de atenção dos gabinetes de investigação do Império lusitano era o Brasil, onde se desenrolavam disputas fronteiriças com a Espanha e cresciam as inter-relações econômicas; ou seja, a região colonizada que demonstrava maiores possibilidades de ganhos geopolíticos e econômicos para a Metrópole (SILVA, id.). A África também poderia ser secundária no que tange aos que se dedicaram a entender e descrever o Império.

Contudo, rapidamente desvaneceram as ideias ilustradas de instituições como a *Academia*, esta que poderia ter sido a promotora de um campo de saber relevante em Portugal e de organização hegemônica sobre o discurso colonial. O crepúsculo da instituição chegou antes de uma alvorada e desenvolvimento de um corpo de saberes consistente, que dessem força suficiente para se impor em tempos de tantas proposições e ações de transformação das ideias na Europa.

A *Academia* sofreu, primeiramente, com as disputas de poder do próprio Estado monárquico da época, onde oposições à instituição surgiram, travando financiamento prometido pela Coroa e se constituindo vigília e censuras do Intendente. Igualmente, os próprios membros sofriam de uma quimera política, de que somente a divulgação dos estudos e das ideias, e não uma atuação direta no Estado e no corpo social, poderia fortalecer o novo estabelecimento científico. “Os fundadores da Academia das Ciências laboravam na ilusão da teoria de Turgot, confiando que a reforma social e política se faria pela propagação das ideias, pela ação exercida de cima para baixo. [...] a Academia, depois da morte do Duque de Lafões e da perseguição contra Correia da Serra, perdeu a coragem da sua missão espiritual. Vegetou na sombra” (BRAGA, 1898, p. 661).

No seu início, a instituição científica vivia das dotações do Duque. Até 1833 não tinha sede própria, ocupando ainda espaços por empréstimo e mudando-se constantemente. Boa parte de seu patrimônio material era doação, como do padre franciscano Mayne. Empreendeu ensino científico apenas no século XVIII, ocupando posteriormente esta função outras instituições em Lisboa, como o curso de físico-química da Real Casa da Moeda. Muito de seu arquivo, livros e maquinário se perdeu em meio às frequentes mudanças, falta de verba e descuido (CARVALHO, 1981).

Com relação ao outro fundador, Correia da Serra, como já informado, fora perseguido politicamente e acusado de colaborar com os invasores franceses. No exílio conseguiu fama ao pertencer a instituições científicas na Inglaterra e nos Estados Unidos. A permanência e atuação no exterior foi o momento em que ele conseguiu inserir-se numa comunidade internacional de naturalistas. “Olhando retrospectivamente a vida e as contribuições científicas de Correia da Serra, poderíamos classificá-lo, dentro do contexto português, como um dos cientistas mais notáveis de sua época, cujas concepções vieram mesmo a ser adotadas pelos mais eminentes botânicos estrangeiros. Ironicamente, este estatuto advém-lhe do fato de não ter, efetivamente, praticado Ciência que se pudesse classificar portuguesa” (SIMÕES et al., 2002, p. 12).

Parece que de maneira lenta, mas contínua, foi empurrada ao ostracismo a *Academia das Ciências* e seus principais membros, transformando-se em uma instituição menor. Obviamente, a instituição resistiu, mas não logrou manter-se atrelada ao Estado, seja o absolutista ou o liberal (até meados do século XIX), ficando circunscrita a produzir e difundir ideias em meio a uma elite letrada apenas (MATOS, 2008, p. 36).

Muito do que se produziu teve caráter mais literário que científico-prático, além de que se perdeu em suas estantes ou extraviou-se a outras instituições (DOMINGUES, 1994, p. 113). Veremos adiante, que solidificada a constituição de uma Nação portuguesa moderna, outras instituições, fundadas na segunda metade do século XIX e no XX, tomaram para si o protagonismo científico no que condiz ao conhecimento sobre as colônias, com auxílio da *Academia*.

No tocante à organização de entradas de perscrutação das terras e das gentes da África, aí sim a Academia de Ciências se envolveu sobremaneira. Muitos dos seus enviados descreveram o que se passava e o que se via, alimentando um arquivo relevante. Mesmo assim, as entradas foram ainda dispersas e com critérios não muito

bem definidos, a despeito de que vimos que se tentaram a normatização e a compilação institucional das informações e estudos do além-mar.

Os fracassos foram inúmeros dos sócio-correspondentes, apesar da repetição de descrições e memórias de cunho ufanista dos viajantes e sertanejos de outrora. A precariedade material e a deletéria natureza rondavam os atravessadores do continente, acarretando uma alternância de períodos de grande estagnação com outros de avanços, de testemunhos ricos ao mesmo tempo em que surgiam descrições com grandes inverossimilhanças ou referências vagas.

O que propomos agora, como exercício de aprofundamento analítico, é estudar com detalhes o relato de um dos naturalistas-viajante, sócio-correspondente da *Academia*, que esteve na África. Tentar perceber como foi o *desempenho de um cientista na natureza*.

2.2) Lacerda e Almeida: primeira tentativa de se praticar o cientismo no Império

Ao longo do século XVIII, a Coroa Portuguesa organizou expedições para se conhecer melhor suas terras do além-mar. Nestas incursões investigativas o Estado fora o determinador de trajetos, selecionador e contratador de exploradores e o subvencionador. A Academia das Ciências de Lisboa fez alguns desses agentes estatais sócio-correspondentes e quis incorporar ao seu arquivo as informações colhidas (SILVA, 1999, pp. 49-59). Dentre alguns desses, o paulista Francisco José de Lacerda e Almeida foi distinguido como o primeiro cientista que percorreu a região africana do Império, onde tentou atravessá-la de leste à oeste, de Moçambique à Angola.

Vários outros naturalistas, seus contemporâneos e igualmente de origem luso-brasileira, tiveram na época maior poder de influência no campo da História Natural, assim como os percursos deles como viajantes foram registrados com mais abnegação pela historiografia luso-brasileira. Poderíamos citar Manuel Arruda da Câmara, Alexandre Rodrigues Ferreira, frei Veloso e José Bonifácio de Andrada e Silva¹², para ficarmos nesses, apenas. Contudo, o que parece ter tomado importância foi, especificamente, o fato da eleição de Lacerda e Almeida como *fundador* da Ciência da Colonização portuguesa por parte de alguns historiadores do século XX envolvidos

¹² Ângela Domingues elenca os três primeiros como os principais viajantes nascidos na colônia americana (1994, pp. 824-826). No mesmo dicionário, no verbete de Lacerda e Almeida há uma indicação de que teve papel secundário nas missões de demarcação das fronteiras após o Tratado de Santo Ildefonso (SILVA, 1994, p. 47), sendo Alexandre Rodrigues Ferreira o mais importante (SILVA, 1994, p. 47).

diretamente com a colonização e lotados em instituições, como, por exemplo a Agência Geral das Colônias.

Lacerda formou-se no novo curso de Matemática da Universidade de Lisboa, no último quartel do século XVIII¹³. Na sequência foi participante de expedições de demarcação de fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola. No retorno à metrópole em 1790 assumiu o cargo estatal de professor de matemática na Companhia (Escola) dos Guardas-Marinhas, onde foi promovido a 1º tenente-do-mar. Quando atingiu o posto de capitão-de-fragata foi nomeado, em 1797, governador dos Rios de Sena, pelo ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares). Este é o exato momento que é admitido como sócio-correspondente da Academia das Ciências.

Na África deveria repetir parte da missão que havia executado na América, de avançar sobre a *hinterland* desconhecida, cruzando a região austral de leste a oeste e produzindo informações para posterior ocupação imperial. Não obstante, não logrou êxito ao completar a viagem, falecendo sem chegar a percorrer metade do trajeto proposto¹⁴.

Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu um artigo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde propunha reabilitar brasileiros “ilustres pelas Armas, Letras e Virtudes”, mesmo antes da existência da pátria, identificando como um desses “ilustres” o próprio Lacerda, caracterizado como astrônomo. Pois que este personagem histórico após percorrer o interior do Brasil mudou-se para Lisboa, mas tendo um “gênio afeito à vida ativa” e que “não podia conformar-se com a monótona permanência em uma cidade de tão pouca animação como era então a metrópole portuguesa”, pediu ao ministro e secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos voltar ao sertão (1873, p. 181). O artigo do Barão de Porto Seguro conclamava à publicação dos diários relacionados a África, algo que não

¹³ Quirino da Fonseca não consegue comprovar a passagem de Lacerda e Almeida pela Universidade de Coimbra: “Dos registros na Universidade de Coimbra, não conseguimos a informação dos elementos relativos à passagem de Francisco de Lacerda e Almeida por esse estabelecimento de ensino, cursando a faculdade que veio a formar-se, assim como também desconhecemos a sua filiação e terra de naturalidade. [...] É presumível que houvesse tido como professor, o notável matemático português Anastácio da Cunha, que regeu na Universidade, a cadeira de Geometria, de 1773 a 1778” (1936, pp. 15-16). Já Freitas, numa obra que elenca os paulistas que estudaram na universidade, afirma que fora matriculado no novo curso de Matemática em 1772, licenciado em 1776 e com doutorado finalizado no ano seguinte. Foi discípulo do professor Miguel António Ciera, da cadeira de Astronomia e docente também no Colégio dos Nobres (1959, p. 138). Sérgio Buarque de Holanda transcreve uma parte do registro de nascimento do explorador na paróquia da Sé da cidade de São Paulo, assim como a contagem dele no recenseamento de 1765 da mesma cidade; também afirma que passara por Coimbra entre 1770 e 1776 (1944, pp. IX-XI).

¹⁴ Para biografia de Lacerda e Almeida cf.: FONSECA, 1936; HOLANDA, 1944; COUTINHO, 1926; SANTOS, 1978; SILVA, 1994; MARTINS, 1997.

ocorrera até o momento. “Essa publicação virá também por ventura a mostrar como se o Dr. Lacerda não tivesse infelizmente falecido na empresa, as ciências geográficas poderiam ter possuído meio século antes muitos dos esclarecimentos e observações astronômicas que elas vieram a dever ao Dr. Livingstone” (op. cit., p. 184).

A Agência Geral das Colônias publicou os diários em 1926 no seu Boletim. O almirante Gago Coutinho na apresentação afirma que “De entre os antigos viajantes portugueses, que exploraram o interior do continente africano, o mais famoso foi, sem dúvida, o Dr. Francisco de Lacerda e Almeida [...]”. Cita que em seus diários e cartas estão dados astronômicos, o que daria um cariz científico ao descrito pelo desbravador, abonando-lhe a titulação de “o primeiro astrônomo diplomado que visitou o centro do continente africano” (1926, p. 3).

Sérgio Buarque de Holanda afiança que ele fora um dos iniciadores, no Brasil, das grandes expedições de caráter científico. “Restringindo-se à observação direta dos fatos e à concisa narração do que testemunhava durante suas viagens, Lacerda nunca se deixa levar por critérios fáceis ou por soluções simplistas” (1944, p. XVII). Oliveira Marques vem fazer-nos conhecer – nas poucas linhas que usa para escrever sobre a história da colônia de Moçambique desde o Renascimento até as Revoluções Liberais – a ocorrência da expedição que partiu do Tete em 1798, alinhando-o ao rol de governadores-gerais importantes da região (1984, p. 435).

Quirino da Fonseca num livro que organizou para homenagear o naturalista, qualifica-o como herói, indicando também ser “o pioneiro verdadeiramente científico dessa obra de exploração [...] quanto à audácia, perseverança, retidão e saber como geógrafo” (1936, p. 10). Aliás, o historiador, na transcrição que faz dos diários do *cientista* intitulado *Um Drama no Sertão*, enfatiza a integridade portuguesa neste homem diante de colonos corruptos, chegando a ensinar aos traficantes de Moçambique a honestidade (ibid., p. 43). Fonseca diferencia as experiências de Lacerda com as de antecessores, chamando os últimos de naturalistas e a Almeida de geógrafo (ibid., p. 21).

Maria Emília Madeira Santos escreve o seguinte, já após o fim do Estado-Novo, sobre o paulista:

Em maio de 1797 partia de Lisboa com destino à África o primeiro cientista-explorador geográfico. Pode dizer-se que estamos perante o tipo desse explorador polivalente que se fora preparando ao longo do século XVIII. Moldado na Universidade de Coimbra, Lacerda e Almeida munuiu-se dos mais modernos instrumentos destinados a observações e medidas exatas. [...]

Durante a viagem vemo-lo ocupado em observar os eclipses dos satélites de Júpiter, ao mesmo tempo que punha os seus conhecimentos ao serviço das populações. Em Tete, ensinou a fazer sabão e anil e exemplificou o tratamento a dar ao açúcar. Era o cientismo em atividade prática em pleno sertão: a ciência tudo resolvia! Esta foi a primeira exploração africana planejada e organizada em Lisboa precedida de um estudo e cuidadosamente apetrechada (1978, pp. 186-187).

Pois que este luso-brasileiro seria um dos mais importantes exploradores da história da África portuguesa. De acordo com algumas das biografias citadas, ele teria uma escrita complexa, que foi além das descrições simplórias que até então existiam, sendo o fundador de uma escola científica colonial em Portugal. Nele se incidiria o início do ápice de uma tradição de longa data com uma nova forma de olhar a África: menos aventureira, mercantilista e beligerante, que ia além da simplória curiosidade. Detinha intenções mais qualificadas, detalhistas e de valores superiores aos de seus antecessores, sendo ele o resultado de um amadurecimento intelectual e atrelado ao progresso científico universal.

Holanda chega a afirmar que a leitura dos diários de Lacerda e Almeida são pouco atrativos, não tendo por ambições o de se ter o grande público como leitor, mas era endereçado às autoridades e, quiçá, às instituições científicas, com objetivos de instruir e informar (op. cit., p. XVI). Por isso, ao lê-los, seriam observadas intenções que não parecem somente ser de acúmulo de conhecimento para uma ciência *strictu sensu*.

2.2.1) Primeira etapa da viagem: apreciações de um naturalista versus atitudes de governador

Escolhemos analisar duas versões dos diários da expedição de Lacerda e Almeida, uma publicada em Portugal pela Agência Geral das Colônias (1926)– que detém apenas a segunda parte intitulada *Instruções e diário da viagem da Vila de Tete, capital dos rios da Sena para o interior da África* – e outra brasileira, organizada por Sérgio Buarque de Holanda (1944) – e que incorpora, após consulta a manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, uma primeira parte dos diários completos não encontrados na versão portuguesa, cujo título é *Diário de Viagem de Moçambique para os rios de Sena*. É principalmente em cima delas que tentaremos descrever e analisar a trágica ida ao sul da África portuguesa.

Por parte do explorador feito governador dos Rios de Sena, já de início mostravam-se interesses mais atrelados às explorações de riquezas, a dominação

territorial e da população, indo de encontro mais aos auspícios utilitários das viagens filosóficas e de interesses da Coroa, ao contrário de projeções feitas *a posteriori* sobre a atuação do luso-paulista, que se tratava de um naturalista atuando em nome de um *cientismo* puro: “[...] poder-se tirar do centro da mesma África, por meio do comércio com os seus habitantes, as utilidades, que o terreno, e a indústria podem dar, além da principal causa, que move Sua Majestade a fazer tão grande despesa, qual vem a ser, a redução daqueles infiéis ao grêmio da Igreja” (ALMEIDA, [1798] 1944, p. 10). Assim que se buscava caminhos e rios que chegassem mais rapidamente e de forma segura do centro da África às duas costas.

Como as outras expedições feitas por Lacerda e Almeida dentro do território do que veio a se chamar Brasil após 1882 – onde demarcava-se o domínio lusitano sobre o espanhol e que deu base informacional à execução do Tratado de Santo Ildefonso –, a ida à África do experimentado agente imperial parecia seguir o mesmo guião, com intenções de fortalecimento geopolítico. O objetivo principal seria o de arrecadar informações geográficas físicas para uma posterior ocupação do centro austral africano, o que ficasse no meio dos já ocupados litorais angolanos e moçambicanos. Influenciado pelo espectro imperial lusoamericano do século XVIII, parece, pelo início do diário, que se intencionava repetir na África o planejamento de uma posterior expansão colonial, inclusive aproveitando-se da parca existência de outras potências europeias nesta região do globo.

Não obstante, não se repetiu o logro americano do explorador. E os diários apresentam uma fracassada missão, que de científica não teve quase nada.

Já no início, após descrever as dificuldades de se chegar por mar ao porto da vila de Quilimane, de ressaltar o descuido com a pecuária (com inúmeras mortes de gado devido a carrapatos e pragas desconhecidas), há escândalo com o estado de insalubridade da região, principalmente por conta dos poços artesanais, verdadeiros lodaçais, com água cor de leite, cheio de insetos e viveiros de sapos “Tudo isso concorre para produzir nos homens sezões, febres biliosas, podres, disenterias, catarrais, enfim moléstias provenientes da podridão. A sarna é geral e se conserva por meses”, (Ibid., p. 132). Já ocorre, inclusive, nos primeiros dias, o adoecer e falecimento de sua esposa (ibid., pp. 145-146).

Na vila de Sena, situada na margem do rio Zambeze, Lacerda e Almeida descreve um quadro social temerário à civilização cristã e ao poder imperial de Portugal. “Assim o permita este Senhor todo poderoso, pois na verdade esta é uma vila

de levantados, desobedientes, e malcriados e de inimigos recíprocos do Estado e de Deus, de supersticiosos no último grau de perfeição, de invejosos, de ladrões, enfim um distrito onde se acham todos os vícios e nenhuma virtude” (Ibid., pp. 147-148). Ele aponta como o principal culpado de tal situação calamitosa os próprios capitães-generais, imbuídos de ambição exacerbada, colaborando ou tendo sociedade com os exploradores da população local e agindo normalmente na ilegalidade. Acrescenta ainda a tirania descabida destes governantes (Ibid., pp. 148-151).

E cita um caso: o do sargento-mor de milícias José Gomes Monteiro. Este senhor, famoso por sua fortuna, era casado, mas mantinha-se amancebado com outra mulher, também comprometida maritalmente, o que veio a lhe ser punido com o degredo à Manica. A repetição do delito, denunciado pela esposa, ocasionou sua prisão. Este acostumado a corrupção dos governantes enviados por Lisboa, intenta a soltura com um pagamento de cinco mil cruzados ao governador-explorador.

Como o dito sargento-mor não foi atendido nos muitos requerimentos que me fez para ser solto debaixo de frívolos pretextos, recorreu às poderosas armas que raras vezes deixam de alcançar vitórias e mandou-me oferecer 5.000 cruzados em bom ouro. Oh! Meu Deus! Só eu posso avaliar a alegria e o prazer em que nada meu coração, não só porque no íntimo dele desprezei e desprezo com horror semelhante proposta. [...] Os moradores de Tete depois que souberam da dita prisão exclamaram: – Pois não foi solto este homem que tem quarenta portas? (isto é, 40.000 cruzados). [...] Eis aqui o como correm as coisas destes Rios, e agora é que decifro o enigma daqueles que me diziam: se você não tirar dos Rios de Sena 40.000 para 50.000 cruzados no primeiro ano não tem juízo. Eu os tiraria com efeito se quisesse, não digo somente de fazer injustiças, bastava vender a mesma justiça, pois as ofertas são muitas, mas já se vão desenganando comigo (Ibid., p. 155).

Além da prática da corrupção, há indignação com a adesão de europeus e crioulos às práticas religiosas de origem local. “Este erro se tem propagado entre os portugueses, de forma que o maior número lhe dá crédito e praticam o mesmo que fazem os cafres” (Ibid., p. 156). Desprezo pela Igreja cristã, crença em adivinhação, feitiçaria, subordinação a preceitos de sacerdotes politeístas, poligamia e outras situações presenciadas, dão a sensação ao racional governador de que os colonizadores constituíram uma forma própria e caótica de religiosidade.

[...] João Manuel [...] é um monstro, um homem abominável, e se fosse possível merecia ser reduzido a átomos. Eu li em uma devassa que se tirou sobre o crime que o fez fugir para o rei do Baroé, arrombando a cadeia, o depoimento de duas testemunhas, que juraram também que ele todos os anos fazia sacrifícios humanos, servindo de vítimas cafres, no princípio e fim das sementeiras, para que elas medrassem e rendessem bem. É provável que ele

aprendesse dos outros este abominável rito e não dos cafres, pois não tenho ouvido dizer que eles executem esta barbaridade (Ibid., p. 157).

Diante da organização do trabalho, Lacerda e Almeida denunciava a escravidão a qual considerava absurda, pois se dava sobre indivíduos que no seu modo de ver não deveriam estar nessa condição. Caçados por negociantes ou por devedores de tributos a régulos, estes que obrigavam os devedores a ressarcir-los com escravos, estabelecia-se um comércio desregulado e cruel (Ibid., pp. 163-165). “Devo contudo dar aos cafres a justiça que lhes pertence: eles são homens fortíssimos, robustos, e de uma paciência e sofrimento incríveis. Quem poderá resistir a um trabalho de dias e violentíssimos. [...] Eles contudo o sofrem sem murmurar, e também as bordoadas com ânimo alegre. [...] Evitei quanto pude maltratá-los, e o consegui [...]” (Ibid., 167).

Pois que antes de atuar como cientista, ele fora convocado pela comunidade local para ser administrador de conflitos. Na Vila de Sena, a 03/01/1798, Lacerda tentou resolver um crime de roubo com assassinato perpetrado por dois botungas sobre a esposa do crioulo Afonso José Fernandes. Este apesar de desconhecer os nomes dos autores, acusava a fuga dos assassinos às terras do reino Sazua, rogando, portanto, que o governador agisse em seu nome, já que sozinho não conseguiria se vingar. Diante do ocorrido o governador-cientista não via “outro expediente mais oportuno e pacífico que o de mandar um pequeno donativo ao mesmo rei [macombe de Sazua], pedindo-lhe que entregasse os culpados” (GONÇALVES, 1798 *apud*, MARTINS, 1997, p. 41). E se a ordem do governador não fosse obedecida pelo soba, dever-se-ia agarrar “algum príncipe parente [...] ou declarar-se guerra [...] fazendo certo ao rei que ele seria responsável a compensar-lhes pelos bens dos malfeitores acusados nos seus distritos” (Ibid.).

É da justiça que se tratava a incumbência solicitada pelos locais ao enviado por Lisboa; e foi no conflito entre a vila e o sertão que se deveria intervir antes de efetuar qualquer entrada. A pressão da vila foi a de se comprar do rei Sazua ou sequestrar um parente seu ou, até mesmo, exterminá-lo caso não se alcançasse o que era reconhecido como a justiça crioula.

O mesmo rei Sazua, no dia 08/01/1798 foi também, diante do governador-cientista, pedir o perdão de um protegido seu, João Manuel Pereira, já condenado.

[...] atendendo a ser o dito João Manoel, protegido do mesmo rei, e sobretudo em contemplação da boa paz, harmonia, e livre passagem que o mesmo rei tem dado aos portugueses, que passam para Manica, e da promessa que novamente ratifica de proceder sempre do mesmo modo, e de

castigar os delinquentes seus vassalos, que forem contra as suas ordens, representaria a sua majestade pela sua Real Junta do Crime para obter ao dito João Manoel, a graça de poder voltar com o salvo conduto à vila, tratar da sua justificação e livramento, sendo-lhe livre voltar às terras do dito rei quando o queira fazer, depois do seu livramento, se o conseguir (ibid., p. 38).

Por parte do régulo, ele ainda chama a atenção a acordo anteriormente estabelecido com representantes do Estado metropolitano, lembrando-se da colaboração do poder imperial ao líder local e vice-versa. O líder Sazua parecia reforçando um tipo de contrato já estabelecido, com bases na troca de favores, em que os dois tipos de poder se interagiam, dividindo a conservação do mando sobre súditos nativos e crioulos, cada de um lado do território, o governador na cidade e o régulo no sertão.

Lacerda e Almeida encontrou uma maneira de exercício de poder ainda calcado na instabilidade das regras de convivência entre os líderes de origem local e os enviados pelo governo central metropolitano. O que estabeleceria o permitido e o proibido era fluido e de pouca previsibilidade, dependendo muito da habilidade de cada um dos representantes metropolitanos designados. Mais que um roteiro pronto sobre como mandar em terras ultramarinas, via-se a pessoalidade e a improvisação na atuação governativa. Daí que o sucesso tinha mais a ver com a vivência em cada um dos cantos das colônias, do que algo uníssono e imposto. Para os desígnios governativos nos Rios de Sena parece que o guião das viagens filosóficas ainda ficava a dever.

2.2.2) Segunda etapa da viagem: tragédia de um cientista no sertão africano

O tal aspecto importante de Lacerda e Almeida apregoado por Santos (ibid.), o *cientismo* calcado em conhecimentos astronômicos – o qual ele emprega para descrever, na primeira parte dos diários, a localização das vilas por onde vai passando, justamente na região mais habitada e conhecida pelos europeus –, é usado pelo desbravador apenas em um momento, quando surge a insegurança diante do desconhecimento sobre os caminhos a se trilhar, como substituto do silêncio dos povos locais com relação às entradas no sertão no início do empreendimento, rumo ao desconhecido: “pessoa alguma que me desse a mais ligeira ideia e noções de coisa alguma que me pudesse fazer resolver sobre o caminho mais trilhado, e menos sujeito às hostilidades [...]. Partindo da dita vila do Zumbo por ser o estabelecimento que temos mais para o interior d’África, servindo-me de guia as observações astronômicas, verdadeiros práticos das estradas [...]” (ALMEIDA 1798 *apud* AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS 1926, pp. 16-17). Depois desse momento não encontramos uma citação sequer sobre usos de

instrumentos de localização ou qualquer dado geográfico na segunda parte do diário, dando-nos a impressão de superfluidade do cientismo.

Num momento crucial da expedição – na etapa de ultrapassagem da região dos Rios de Sena, desde a vila de Tete, em direção ao interior desconhecido pela colonização portuguesa – Lacerda e Almeida agradece a Deus pela chegada do sertão de um grupo de embaixadores do rei Cazembe, que o informam dos caminhos, os quais posteriormente foram desenhados num mapa por ele feito naqueles dias.

Ou seja, o conhecimento astronômico, fora posto pelo próprio “cientista” como última alternativa de deslocamento, sendo ainda necessária a população local para se conhecer as entradas no continente (Ibid., p. 17). Mas mesmo o mapa não daria autonomia nas andanças do *geógrafo*, e o que fora aprendido nas salas de aula de Coimbra – assim como a experiência nas expedições no Brasil –, não bastarão para “dominar o sertão”, como veremos a seguir.

Nos primeiros dias de saída da Vila de Tete, Lacerda e Almeida reclama dos abusos dos comerciantes crioulos: “[...] o coronel de milícias de Manica, Jerônimo Pereira [...] foi muito vilão, não só porque vendeu o fato por um exorbitantíssimo preço, como porquê [...], esperando todos que o fato fosse singular, em atenção ao seu altíssimo preço, sucedeu pelo contrário, pois é o pior que se tem visto nestes rios [...]” (Ibid., p. 18). Deste comerciante ele determinará que se abrissem obrigatoriamente seus armazéns e tomassem os fatos melhores e necessários para sua expedição (Ibid., p.19).

Adversidades imensas ocorreram na convocação dos carregadores e a manutenção deles na expedição. Um dos motivos relatados seria o da própria empreitada, tida como de impossível conclusão e que assustava aos próprios habitantes da região (Ibid., p. 21). Para iniciá-la, incorreu-se na derrama, ou seja, a captura obrigatória de escravos dos senhores em nome da Coroa, e, também, indicou-se que se cassassem as autorizações (mercês) para os resistentes e sabotadores crioulos que sonegassem cativos (Ibid., p. 25). Diante das resistências dos senhores e da falta de gente devido à carestia por qual passava a região no período, Lacerda e Almeida indica o apoio de uma comerciante crioula de nome D. Francisca Josefa de Moura e Menezes, viúva de dois ex-governadores, que ele convencera ceder alguns de seus escravos.

De acordo com uma carta de um morador dos Rios de Sena, enviada às autoridades competentes na metrópole, Lacerda, após a morte de sua esposa, casa-se com a sobrinha de Dona Francisca Josefa, com o intuito de poder ter mais recursos para a entrada. “Os poucos que sabem desse casamento o condenam, e desaprovam em alta

voz; porém eu não direi tal porque penetro os fins dele” (LISBOA, 1799 *apud* MARTINS, 1997, p. 54). O signatário defende a atitude do governador, que o fez para cumprir seu objetivo que era ter escravos suficientes para atravessar a África, já que os necessitava como carregadores. “Viu também que a casa de Dona Francisca possuía perto de dois mil escravos, que todos o conheciam seu senhor, se ele nela casasse, e que levariam a timbre acompanhá-lo [...] Isto pois é a real causa de seu casamento” (Ibid., p. 56).

Já no primeiro dia de jornada fugiram alguns carregadores, seguidos de mais trinta no segundo, alguns deles de uma senhora crioula, que de acordo com o escrito no diário, cederá seus escravos de malgrado e de maneira obrigatória (ALMEIDA *apud* AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, 1926[1798], p.24). No quarto dia mais 34, mesmo com Lacerda não dormindo, apreensivo com as evasões (Ibid., p. 27):

Dia 10 [de julho de 1798] Pois de noite fugiram 52. Esta deserção tão grande, e impossibilidade em que quase me punha de seguir viagem, me pôs em grande amargura, e agora neste instante me dão parte que fugiram mais 37. Quem tiver conhecimento do meu gênio ativo, e obediente às ordens de Sua Majestade, avalie a minha aflição; mas todavia me faça a justiça de me julgar ainda com muito ânimo, e seguir avante, e retroceder quando já absolutamente não poder ser de outra forma (Ibid., p. 31).

A falta de carregadores, que se evadiam, fazia com que constantemente se deixasse carga pelo caminho. Vai se descrevendo, pouco a pouco, uma deprimente priorização do que se devia abandonar, assim como o que se perdia, devido ao desaparecimento das cargas junto com os carregadores. “Assim como os navegantes em um rijo temporal arrojam cargas ao mar para não naufragarem, ou ficarem soçobrados, assim fiz eu neste dia, para não ficar encalhado, diminuindo cargas” (Ibid., p. 26).

Os carregadores empacavam quando menos se esperava e constantemente afrontavam os mandos do governador-cientista, negando-se a partir na hora ou dia determinados. Ocorria, também, de chantagearem em troca de melhores pagamentos, que na maioria das vezes era feito com objetos, como roupas, por exemplo (Ibid., p. 33).

Percebe-se além da falta de autoridade, certa ignorância de como se organizavam as populações a se comandar, esperando que eles percebessem, não se sabe como, de que tinham obrigações com a rainha de Portugal. “Mas a experiência de pouco tempo me tem mostrado, que no mesmo instante fazem o contrário do que prometem, como homens que vivem inteiramente entregues à lei divina, ou humana, que reprima os estímulos da nossa vontade e liberdade” (Ibid., p. 34).

Entre os militares havia também abatimento constante e descrédito com a missão. O episódio do abandono de cargas trouxe reclamações dos soldados e oficiais, com o governador-cientista tendo que constantemente reforçar sua autoridade e o ânimo da tropa (Ibid., p. 26). Ao mesmo tempo, na inibição aos roubos, alguns militares mostraram-se ineficientes. Numa ordem para atirar nas pernas de qualquer ladrão capturado, na tarde do dia 18 de julho, Lacerda relata que “pôs em execução a dita ordem; porém penso que o soldado errou o tiro (não é novidade)” (Ibid., p. 36).

Num motim perpetrado por um dos capitães, no dia 19 de julho, incentivaram os carregadores de D. Francisca de Moura e Menezes a fugirem – justamente os que se mostravam mais fiéis à expedição. Estes cativos denunciaram o capitão amotinador, que foi apenas repreendido (Ibid., p. 38). Oito dias depois, após uma arremetida de salteadores maraves, Lacerda e Almeida despediu um sargento-mor de ordenanças, por ter sido pusilânime durante um ataque em que esteve cercado por dias (Ibid., p. 45).

A ausência de autoridade pareceu uma constante da expedição do governador, mostrada também nas determinações dos carregadores em fazer paradas constantes e longas, de acordo com crendices e tradições, contrários à lógica de uma expedição de longa duração.

Dia 11 – Foi preciso fazer alto pelas 10 horas e um quarto; porque os cafres costumam passar a noite neste lugar, como se me explicou um oficial da comitiva. Se a água estivesse muito distante dele, era forçoso com efeito parar; porém podendo-se seguir mais avante, sem que todavia se fizesse jornada longa, só porque os cafres costumam aqui ficar, é este um caso, e uma razão que desespera e tira algum tempo de vida, considerando, que se aumenta a despesa, que talvez nos venha a faltar recurso para comprarmos mantimentos, pelo risco, e toda a probabilidade bem fundada, que tenho de inverarmos dentro da África, e sobretudo pelo receio, que tenho, de que neste ano não me seja possível dar inteira execução às ordens de Sua Majestade (Ibid., p. 50).

Nos dias 28, 29 e 30 de julho ele está doente e diante da inutilidade dos médicos da expedição em ajudar na sua cura, ele se automedica. “A minha moléstia cresceu de forma, que desconfiei de mim mesmo, e não tive outro remédio, que recorrer à Água da Inglaterra¹⁵ contra os votos dos médicos, que vêm na comitiva, os quais apenas sabem ler. Para eles não há mais que três moléstias neste mundo, que vêm a ser: constipação, mordexim [cólera] e fraqueza” (Ibid., p. 47). Aliás, o estar enfermo será a constância, sendo que entre março e agosto, por exemplo, acometeram-lhe quatro febrões (Ibid., p. 63). E no dia 15 de setembro novamente (Ibid., p. 75).

¹⁵ Bebida a base de quinino que ajudava a combater os sintomas da malária (paludismo).

Os erros das informações geográficas de outros desbravadores e da população local sobre as regiões percorridas, também vão aparecendo com o tempo, fazendo com que Lacerda se sentisse enganado. “Se eu tivesse trazido em minha companhia os livros de geografia que deixei em Tete, hoje imitava ao barbeiro Nunes, e ao abade... quando reduziram a cinzas o Amadis de Gaula, e o livro da cavalaria de D. Quixote, queimando-os também, em castigo de seus autores, por terem desfigurado a face do orbe terráqueo” (Ibid., p. 72).

Há uma irritação do *geógrafo* com as festas e bebedeiras dos carregadores, sendo esta outra situação que provocava atrasos. “[...] quando passei pela povoação do Caperapande, os achei nas suas bacanais [...]. A povoação parecia um inferno, e os Muizas os demônios. Este dia em que se juntam para beber Pombe¹⁶, é dia de gala” (Ibid., p.64).

A natureza vai dificultando pouco a pouco a viagem, enquanto mais se internava, tendo-se a impressão de desorientação e ruína. As longas jornadas para se encontrar água salobra, os terrenos pantanosos, os incêndios, a mata que vai se fechando, o calor de dia intermediados por frio da noite. “[...] além de tudo isto as minhas indisposições, febres [...]. Se pelo menos houvesse caça que suprisse a falta do milho, aves e pássaros pequenos, que lisonjeassem nossos ouvidos com o seu canto, não se teria feito esta travessia tão enfadonha. Há três dias que temos andado muito para o poente: nunca supus, que houvesse de chegar tão perto da equinocial” (Ibid., p. 68).

Dia 18 de outubro de 1798 morreu Lacerda e Almeida. No seu lugar foi nomeado como condutor (pelo próprio *governador-cientista*, antes mesmo de seu falecimento) o padre Francisco João Pinto, que retorna com o que restou da expedição ao Tete, sem menos dificuldades.

Em nenhum momento do diário, encontram-se trechos que descrevam o uso de guias locais ou de trocas de pedidos de informações, a não ser no início, como já relatado. Ao par com a desconfiança crescente, devido aos obstes à entrada, parece que reinava uma certa altivez em poder saber sozinho como funcionava tudo. Os delírios científicos do teórico o faziam afastar-se dos chamados “cafres” e os “práticos”.

[...] o pasmo em que me põe a conformidade, que acho no modo de pensar dos cafres como de alguns brancos, que me acompanham, e me foram inculcados, como inteligentes nos usos e costumes cafreares, me fazem uma efervescência no sangue, que não posso dulcificar com a reflexão, e uso da razão tal qual Deus me deu, pois olho para o futuro: a inteligência dos usos e

¹⁶ Destilado típico do Zambeze.

costumes de se jactam estes chamados práticos, eu ainda não descobri neles outra mais, do que terem adotado os seus usos, costumes, religião, superstição, e todos os seus abomináveis vícios, que unidos aos próprios se fazem detestáveis (Ibid., p. 50).

O diário realça as incapacidades dos que já viviam na África, em detrimento daquele que vinha de fora com o saber. Contudo, parecia mais a inépcia do dito *cientista* em perceber sociabilidades e a natureza distintas do que havia conhecido nos livros na metrópole e nas expedições feitas anteriormente pela América portuguesa. O que se percebe é uma descrição baseada em generalizações de conceitos e paradigmas importados, que faziam impedir de se conhecer o que vinha se apresentando de diferente, numa imposição de um *a priori* sobre os povos. Partiu-se de um hermético saber, em que os outros eram percebidos como culturalmente fechados, portadores de tradicionalismos inúteis e descabidos.

Importa-nos, aqui, mais é perceber justamente a visão e a interação dele com os colonos e crioulos. No que tange a relação com o governador de Moçambique Francisco Guedes de Carvalho e Meneses da Costa parece que fora muito difícil desde o início. Numa carta do capitão-general ao seu substituto, onde descreve a expedição de Travessia da África, há reclamos sobre a maneira muito autônoma de Lacerda e Almeida na sua atuação como governador e expedicionário, justo com quem se esperava mais obediência por ser um subalterno seu: “[...] se bem que o dito governador não cessasse de me pôr de má fé com o mesmo real senhor, ou porque pensasse que tendo eu qualquer parte na sua expedição lhe roubaria alguma porção de glória conseguindo-a e ele só desejava para si” (COSTA, 1802 *apud* MARTINS, 1997, p. 140). Na mesma missiva, o governador de Moçambique indica como deveria ser o expedicionário ideal para tal empreitada, em contraponto ao do malogrado “cientista insubordinado”:

Um homem feito mercador sem aparato com negros carregadores da fazenda de comércio, e que soubesse a língua, munido de uma bússola e um sextante para determinar a posição dos lugares em uma derrota, porque em tal caso o julgaria feiticeiro, e obrigado a purgar um crime execrando entre eles, seria a que em semelhantes expedições faria melhor progresso e este mesmo não deixaria de ser com passos lentos (Ibid., p. 142).

Não fosse somente cientista ao mesmo tempo em que não parasse no conhecimento das atividades de comércio: Dever saber tratar com as populações que vai encontrando, tendo sapiência de julgar e parcimônia em emitir opiniões, além obviamente entender a comunicação dos locais. Tudo isso seriam os atributos de um

agente estatal colonizador e tudo isso no entendimento de que seriam lentos os progressos, tudo isso não percebido na curta experiência de Lacerda e Almeida.

2.2.3) Da quimera científica no ultramar: Lacerda e Almeida como herói

Ao rerepresentarmos a memória de Lacerda e Almeida, gostaríamos de conjecturar sobre um constructo ainda débil da Ciência da Colonização em finais do século XVIII, em contraponto ao que alguns historiadores da colonização portuguesa citados nos quiseram fazer crer. Indo mais fundo, a tragédia de Lacerda e Almeida foi um episódio do fracasso dos métodos científicos de então aquando empregados fora do continente europeu, demonstrando, ao menos no caso africano, o quão esquálidos poderiam ser os usos de uma formação universitária no ultramar.

Ao mesmo tempo, queremos afirmar a tese de que aos que percorreram a África, tanto da mesma época assim como os que o fizeram posteriormente, participaram sim de uma espécie de filogenia da formatação dessa ciência, sendo percebidos pelos seus sucessores como uma espécie de “experimentadores” de uma nova epistemologia, contribuintes informacionais mais do que não se devia fazer, por onde não se podia percorrer e de como não se deveria portar. Suas descrições e suas biografias, se conhecidas, poderiam amparar a organização de um discurso de poder imperial, como uma espécie de espelho que escancarasse imperfeições nas atuações e que pudesse remeter em aprimoramentos.

Um dos grandes aprendizados da viagem de Lacerda seria de que uma metodologia científica para colonizar não se produziria na metrópole, mas se engendraria no *vis a vis* colonial, compreendendo-se que seria uma teoria surgida em meio aos embates de quem não deveria se submeter a um poder que se manifestava até o momento como natural e tradicional, colocando em movimento o processo de dominação do cotidiano ultramarino na relação direta com os colonizados¹⁷. E o que queremos também introduzir aqui, e desenvolver mais adiante, é que se encontrava já imberbe um conhecimento que se propunha a categorizar alteridades enxergadas – inclusive as dos próprios compatriotas que há muito tempo viviam fora. Esta poderia ser não a novidade, já que de alguma forma isso já ocorria nas andanças de europeus pelo

¹⁷ “Contudo, sejamos claros: não são os filósofos que ‘inventaram’ o racismo, e sim os colonos do Haiti – foi um colono segregacionista quem escreveu o artigo ‘*Mulâtre*’ da *Encyclopedie*. O que introduziram os pensadores do século XVIII foi um método de pensamento: o pensamento científico. É atribuído ao naturalista Buffon (1707-1788) ter sido o primeiro, em sua *Histoire naturelle*, a introduzir o conceito de raça” (VIDROVITCH, 2003, p. 791).

resto do mundo até o momento, mas o reconhecimento de que o cientificismo com relação às colônias fora também fundado na incorporação e aprimoramento de um exercício hierarquizador cultural.

E quais seriam esses “defeitos refletidos no espelho”, enxergados no diário da *Travessia* que obstaram o controle da alteridade naquele momento? Reforçamos a ideia de que não poderíamos qualificar esta dita viagem científica como exitosa. Foi um embate infecundo de um homem contra um continente inteiro. As sabotagens dos comerciantes crioulos, as constantes fugas dos carregadores, roubos, ataques de grupos locais, fome, doenças, motins dos militares que acompanhavam, até o falecimento de Lacerda e Almeida, somente demonstrava a fragilidade da colonização.

A malograda “primeira expedição científica portuguesa” encerrava-se em descrições em que apenas se reforçava dados que já eram de conhecimento público e notório, ou seja, a precariedade de vida econômica das populações que iam sendo encontradas, definições não muito precisas de lugares que pudessem deter riquezas minerais e a não chegada ao outro lado da África. Por fim, repetia-se, com constância, que os habitantes locais eram ladrões, preguiçosos ou se escondiam no mato, e que não entendiam, como se devesse ser de forma natural, os valores e razões imperiais de Portugal¹⁸.

Uma das maiores desgraças que considero poder acontecer ao homem é o tratar com pessoas a quem falta o senso comum, e têm absolutamente indiferença para o bem, e para o mal; só o sentem quando o sofrem, e finalmente não se deixam vencer da razão. Eu estou neste caso a respeito dos cafres. Não há razão que os convença, que devemos marchar unidos quanto for possível, para podermos resistir aos inimigos, que se nos quiserem opor, e evitar os roubos; que devemos sair mais cedo para adiantarmos a marcha, afim de que se não acabe a caixa militar, e depois venhamos a cair na última necessidade, etc. (ALMEIDA *apud* AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS, op. cit., pp. 44-45).

No diário tudo pode caber, desde que respeitante do calendário, ou melhor, deveria obedecer a toada do cotidiano da viagem filosófica previamente concebida. Ao final o que é registrado vai de encontro ao artificialismo constituído como pressuposto das classificações naturalistas. De alguma forma, a leitura dos diários *a posteriori* determinará uma mudança, pois escancararão uma complexidade difícil de encaixar, ao

¹⁸ “Os naturalistas viajantes, como os outros viajantes ‘instruídos’, não só forneceram elementos narrativos à literatura como também favoreceram o sucesso das ideias filosóficas sobre a diversidade e a relatividade dos modos de pensamento, e alimentaram os debates sobre um hipotético estado de natureza, suscitando argumentos tanto favoráveis como desfavoráveis ao ‘mito do bom selvagem’. De maneira mais direta, pelas suas descrições da vegetação tropical, eles enriqueceram o imaginário europeu com um tema cujo sucesso foi desmentido até hoje” (DROUIN, op. cit., p. 154).

menos nesse momento, nas tais prédicas da História Natural. Ou seja, o diário de viagem comporá uma espécie de armadilha que prende a nova ciência a outra forma discursiva, que desvela, questiona a utilidade da ciência “pura taxinômica”, fazendo do que parecia fútil – os homens? o meio? – se sobressair e atravancar a observação.

Abre-se a possibilidade de se questionar a escrita científica isolada no continente como calcada numa ilusão. Os diários trarão o acaso, o não planejado, o entrave ao olhar meticoloso. O escópico pretendido pela História Natural, já anteriormente citado, acaba por ter uma espécie de cisco que atrapalha a sua efetivação. Descrições, classificações e julgamentos homogeneizadores serão barrados em discurso pelo real. “Parece que devem ficar incomunicáveis a experiência própria da obra, a visão pela qual começa, ‘a espécie de descaminho’ que provoca, e as relações insólitas que estabelece entre o homem que podemos encontrar todos os dias e que precisamente mantém um diário de si próprio (BLANCHOT, 1984, p. 197).

No mais, a quixotesca travessia, glorificada anos depois em delírios de grandiosidade pelos que intentavam constituir uma tradição da ciência colonial portuguesa, pareceu mais pertencer ao grupo de viagens anteriores que tiveram muitos poucos resultados práticos, tendo como diferencial os requintes de escrita do diário e com a entrada em cena de um douto, que não foi além do reforço do apedeutismo sobre a África. O *cientista-governador* teve e manteve uma relação pueril com a gente e as terras, longe de estabelecer uma interação com o cotidiano local, colocando-se em externalidade, incorrendo numa não compreensão do local e pondo-se em conflitos com quase todos que iam junto ou que encontrava, acarretando no ostracismo e na sua morte.

Ressalta-se aqui, ainda, a memória de outra expedição de ida à contracosta por agentes estatais que viriam em seguida, incumbidos de repetir e terminar a missão de Lacerda e Almeida. Um deles foi outro governador do Tete e dos Rios de Sena, Manuel de Vasconcelos e Cirne que em 1829 num ofício ao secretário dos Negócios da Marinha e do Ultramar escreve o seguinte:

Vossa Excelência me recomenda nas minhas instruções o entrelaçamento e descobrimento das riquezas do império do Cazembe e também o da Araguangua, o que o Ministro de Sua Majestade há tantos anos tem tendo em vista, a ponto que mandou até para se intentar essa descoberta em governador desta Rios de Sena o sábio Dr. Lacerda, o qual com grandes trabalhos intentando-a, depois de longínquas viagens e privações horroresas conseguiu descobri-lo, mas lá mesmo morreu, o que fez baldar todos os seus interessantes trabalhos, pois nada apareceu, pelas desordens que suscitaram a sua morte no interior de África. E tendo-se feito a mesma recomendação ao meu antecessor o brigadeiro Brotero, este requereu ao governador Botelho e à Real Junta da Fazenda para se lhe darem as despesas necessárias para tão útil

e acreditada descoberta; mas este porque tinha como inimigo capital ao dito governador Botelho, este a nada quis atender não obstante as Ordens Régias, e nada lhe concedeu; de cujo despotismo queixando-se o dito Brotero ao Exm.º Sr. Ministro de Estado, foram novas ordens para se suprir da Real Fazenda com as despesas precisas para a dita descoberta, a qual ordem achando-a já morto tudo ficou em nada (CIRNE, 1964[1829], pp. 1074-1075).

Este fora o governador que organizou a expedição de José Maria Correia Monteiro e António Pedroso Gamito (1831-32), outra que se apresenta no rol das importantes pela historiografia da Expansão Portuguesa. De acordo com Oliveira Marques (1998, p. 135) acrescenta a informação de que os expedicionários também deram importância à experiência de entrada de Lacerda e Almeida pelo uso dos mapas dele nos caminhos que ele trilhou até o Cazembe.

O próprio Gamito, no seu diário publicado em 1853, ressalta a relevância da expedição do antigo governador dizendo-se continuador de tal obra, mas não cita o uso de mapas (1937[1853] p. 9). Afirma sim as dificuldades de serem achados os caminhos e das poucas informações que detinha, assim como quase nada para se nortear: “[...] E dos indivíduos que sabiam ler e escrever eram os dois comandantes. De instrumentos de observação, apenas uma agulha de marear foi entregue ao comandante, e nada mais, nem ao menos um óculo” (Ibid., p. 12). Com relação aos mapas, o qual pudesse ser justamente o artefato científico *strictu sensu*, não se tinha conhecimento.

Queríamos nos debruçar mais detalhadamente sobre a publicação dos diários. Parece não haver muitos registros de consultas no século XIX. Primeiro, porque estavam depositados na então longínqua Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ou resguardados na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios do Ultramar.

Indo neste sentido de reconstituir os caminhos por onde se fortaleceu a ordem discursiva do pioneirismo lusitano, o historiador Visconde de Santarém¹⁹, durante a primeira metade do século XIX, acabou por se dedicar a organizar e publicar a cartografia marítima portuguesa desde o século XV, assim como das suas *hinterlands*, fabricada por seus navegadores e exploradores. Parte desta cartografia e as descrições saíam publicadas nos *Anais Marítimos Coloniais*, na altura em que o Marquês Sá da Bandeira promovia ações de fortalecimento da política ultramarina no próprio Estado

¹⁹ Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (1791-1856) foi ministro do Reino, da Marinha e do Ultramar, e dos Negócios Estrangeiros. Foi declarado por Armando Cortesão como o inventor do termo cartografia, estando em igual credibilidade no campo da geografia a Alexander von Humboldt – cf. CORTESÃO, Armando. *History of Portuguese Cartography*. Coimbra: Junta de Investigações Ultramarinas, 1969, p. 26.

português. Fora neste periódico, justamente, onde houve o primeiro resgate da memória da viagem de Lacerda e Almeida para um público metropolitano. A segunda parte do diário foi publicada em espaço não oficial dos *Anais*, no número 7 da década de 1840. Mas sem os mapas, diga-se de passagem. Após isso, eles passaram alguns anos sem serem conhecidos ou lembrados.

Gago Coutinho (1926, pp. 7-8) afirma que até o ano de 1889 os diários não haviam sido postos à disposição do grande público. Antes disso, na Grã-Bretanha, no ano de 1873, o desbravador Richard Burton fez publicar os diários pela Real Sociedade de Geografia de Londres, mas apenas a primeira parte, justa a que não descrevia os sertões desconhecidos²⁰.

O diário desta viagem foi publicado em 1889, pelo Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, sem indicação da origem do manuscrito original. É provável que essa origem seja alguma cópia, existente à data nos arquivos do Ministério, e agora entregue na Biblioteca Nacional de Lisboa. Mas o diário original assinado pelo Dr. Lacerda existe cuidadosamente arquivado [entre] os manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. [...] datado da Secretaria da Sociedade Real Marítima, em 11 de novembro de 1799, remetendo ao Ministro da Marinha, Sousa Coutinho, (Conde de Linhares), o original do diário de Lacerda [...], acompanhado do ‘mapa competente da referida derrota’. Este mapa, lamentavelmente, não se sabe onde está [...]. É natural que o diário, de que me estou ocupando, tivesse feito parte da coleção de muitos milhares de manuscritos vendidos em Lisboa em 1895, quando se fez leilão da Biblioteca do Conde de Linhares. No respectivo catálogo, que corre impresso, encontram-se só referências gerais dos manuscritos da coleção [...]. E, contudo, existe uma cópia desse mapa, a qual me foi permitido estudar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [...]. São 23 folhas muito bem conservadas, de papel de desenho, marcado a água com a data 1799. Elas não foram, portanto, desenhadas pelo Dr. Lacerda, falecido em 1798; foram naturalmente copiadas do borrão do seu itinerário, que este viajante ia desenhando durante a viagem (COUTINHO, id., pp 7-8).

Estamos rememorando a trajetória de um personagem histórico que teve papel relevante no estabelecimento de um conhecimento sobre as colônias africanas, esta que teve sua plenitude no século XX. Entretanto, era desconhecida a sua atuação pormenorizadamente, já que o acesso aos diários era restrito e não havia notícia dos mapas. Mesmo assim insistiu-se de que fora ele uma base de informações para outros que correram a África posteriormente.

No final do século XIX, encontramos outros historiadores que relativizaram a importância da expedição. Pinheiro Chagas, mesmo dando ressalvas da sapiência de

²⁰ ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY (Great Britain). *Lacerda's Journey to Cazembe in 1798, translated and annotated by Captain Burton... Also Journey of the Pombeiros P. J. Batista, and Amaro José, across Africa from Angola to Tette on the Zambeze; translated by B. A. Beadle and a Résumé os f the Journey of M. M. Monteiro and Gamito by Dr. C. T. Blake. London: John Murray, 1873.*

Lacerda e Almeida, indica a relevância superior da expedição dos pombeiros negros Pedro João Batista e Amaro José, a mando do governador Saldanha Gama, pois esses sim alcançaram a costa oriental da África Austral saindo de Angola: “Os dois pretos angolenses, apesar de infinitas demoras, chegaram em 1811 a Moçambique, e voltaram trazendo cartas do governador, que só foram recebidas em Luanda em 1815, quando já governava José de Oliveira Barbosa” (1890, p. 9).

Sérgio Campos Matos, num artigo que reflete acerca da historiografia portuguesa sobre os descobrimentos no século XIX, indica-nos que o discurso inicial que entoou o pioneirismo português na Europa com relação às navegações ao sul do continente, e a elaboração de um conhecimento de cariz científico para o achamento das terras de além-mar, está localizado no secretário da Academia das Ciências Francisco Garção Stockler (1759-1829), reforçando-se a ideia da reunião de um grupo de navegadores na “Companhia de Homens Sábios”, onde se teria gerado uma propensão portuguesa a sempre constituir e usar os conhecimentos científicos nas navegações e demais ações ultramarinas, confirmando serem eles os precursores dessa matéria.

E isto, inserido num contexto de uma proto-competividade entre nações europeias sobre territórios e caminhos africanos. “Num tempo em que a atenção das elites britânicas e francesas se voltava para África, abria-se um “programa” de investigação [...] que iria dominar todo o século, e em especial o seu segundo quartel: a da fundamentação histórica dos direitos de Portugal a administrar diversos pontos do litoral africano [...], em litígio com potências coloniais dotadas de recursos muito superiores. (MATOS, 2008, pp. 52-53).

Para finalizarmos, não podemos afirmar que o ultramar já tivesse alcançado relevo em meio aos estudos acadêmicos portugueses até a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa e as imposições externas advindas do novo período de reconfiguração territorial dos Impérios. Voltando a Matos, ele defende a existência do que poderíamos chamar de imperativos epistemológicos relacionados aos estudos de Alexandre Herculano (e, também, Antero de Quental), os quais enfatizavam temas exclusivos ou mais atrelados ao território metropolitano, como, por exemplo, o jesuitismo, o municipalismo e a formação medieval da Nação. Isso faz com que ocorra um ocaso, após Visconde de Santarém, na produção historiográfica – e, por que não, de outras áreas científicas – voltada ao ultramar (Ibid., p. 60).

Lacerda e Almeida fez parte da equipe que teve como missão o mapeamento das fronteiras das colônias portuguesas na América, após o tratado de Santo Ildefonso.

Ademais, era descritor dos territórios num discurso mais ao gosto do geopolítico, com a dupla função de perceber as riquezas a se explorar e os povos a se dominar. A curiosidade científica, tão cara a um desbravador da Academia das Ciências passou ao largo dele, que parecia mais liderar uma tentativa de missão de tomada do interior em nome da Coroa. A puerilidade de uma ciência ditada pelas *Instruções da Academia de Ciências* parecia equidistante das práticas de entrada, num momento ainda que a natureza imperial mostrava-se distante e a realidade colonial era algo ainda de outro mundo.

Ou seja, não se pode sobremaneira incluí-lo numa perspectiva cientificista, a não ser *a posteriori* numa construção de memória institucional, buscando-se uma tradição redentora e justificadora dentro de um determinado campo de conhecimento que se pretendia hegemônico. Parece-nos que o mais importante dos diários de Lacerda relaciona-se aos preceitos da governança da colônia, que teriam como foco o aparato estatal europeu. Daí que poderíamos tirar uma espécie de gênese do que viria a ser o sentido da organização das ações colonizatória algumas décadas depois:

Concluo este diário dizendo que me parecia muito necessário que Sua Majestade se servisse mandar para estes rios algum ministro de vara branca, contando que fosse homem que respeitasse as leis, temesse a Deus e ao Rei, e finalmente tivesse todas as circunstâncias que devem ter os homens públicos, e tivesse autoridade para acabar todos os pleitos presentes sumariamente; tomasse contas exatas dos bens dos órfãos e ausentes e sumariamente decidisse, assim como também dos testamentos, que tudo isso está na última miséria, porque de outra forma ficam as coisas nos mesmos termos em que estão, sem saberem requerer as partes de sua justiça, por falta de quem os encaminhe nas suas causas. Deveria ter também bom ordenado com o qual pudesse transportar-se, e viver independente, pois a não ser assim será melhor que o não haja. Os juízes ordinários destas vilas são ignorantíssimos, apaixonados, e não há um só homem letrado que os encaminhe e dirija. Daqui vem fazerem eles, e seus escrivães, o que querem, e o que qualquer pessoa lhe manda. Eles por ignorância ou por medo, põem verbas nos livros das notas, porque uma das partes lhes pede que assim o façam, e repentinamente fica desfeito um solene contrato com prejuízo da fazenda da outra parte interessada (ALMEIDA, [1798] 1944, pp. 173-174).

3 – Sociedade de Geografia de Lisboa: por um colonialismo renovado e cosmopolita

*Oh descoberto engano inopinado!
Oh pérfida, inimiga e falsa gente!
Camões, Lusíadas, c. II.*

*Peuple, lâche et barbare, ... voilà le piège
Affreux où tous entraînaïs !
Les Luísdes, trad. par J. B. Nilié*

*O Listenthüllung, Glück und Herzerquickung!
O falsche, feindliche, verschmitzte Schaar!
W. Storck, Luiz de Camons Sâm, Gel.*

*..... oh genti avare
O promesse crudeli e infide pacè!
Lus., trad. A. Nervi*

*O unexpected treachery laid bare!
O race perfidious, false, malevolent!
The Lus., of Cam., transl. Aubertin*

Trechos da obra Os Lusíadas de Luís de Camões, citados desta maneira na primeira página da 9ª série/nº 1 do ano de 1890 do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, o exemplar do periódico que se dedicou à crise do Ultimato Britânico (SOCIEDADE, 1890, p. 5). Diante da humilhação, a nostalgia.

3.1) Novas ideias para um “velho Império” europeu

3.1.1) O Império como encruzilhada: revigoramento da ideia de um Portugal colonizador

A Conferência de Berlim (1884-85) e o Ultimato inglês (1890) foram dois fatos que, de certa maneira, possibilitaram o fortalecimento de um discurso que convencesse o corpo social português a se embrenhar na utopia de revigoramento de um grande Império ultramarino. Não que tenha ocorrido uma paralisação total dos processos colonizatórios até então – a Índia, a África e a Ásia portuguesas ainda mantinham-se atreladas, de alguma forma, ao Estado e/ou economia metropolitanos –, mas o além-mar ocupava um lugar secundário no imaginário social e científico de Portugal.

A expedição de Ivens, Capelo e Serpa Pinto e o “mapa cor-de-rosa” foram apenas os primeiros instrumentos de propaganda de cunho ufanista de muitos que vieram depois, os quais tentavam convencer a “nação portuguesa” a pensar-se além de seu território original, propagando a ideia do ultramar como destino imperativo e essência identitária. Ademais, foi ainda usada como maneira de persuadir a Nação a afirmativa que ao se acompanhar os outros grandes impérios na marcha sobre a África, viria a reboque um protagonismo continental.

No caso do campo científico, onde era objeto de estudos de pouco prestígio, o ultramar ressurgiu como possível agregador de capital específico nas disputas internas pela hegemonia. Não apenas agentes econômicos, religiosos e militares lançaram-se à nova onda colonialista, como sempre ocorrera até então. Haveria, igualmente, o acompanhamento de representantes de instituições científicas dos países centrais na marcha, empenhados em atividades de conhecer e refletir sobre os territórios e gentes encontrados nas novas conquistas. Seria natural que surgissem ou crescessem estabelecimentos acadêmicos que operassem em prol do colonialismo, que trouxessem conhecimento do além-mar e que produzisse teoria.

Dentro disso, atuou-se em dois caminhos, os quais deveriam se encontrar nas produções que surgiam do campo de conhecimento que viria a se dedicar ao ultramar. Um deles seria o de constituir uma ciência de cariz internacionalista: de princípio seria incorporadora e organizadora de conhecimento local já guardados no imenso arquivo que Portugal acumulara nos vários séculos, para *a posteriori*, converter tudo isso a interpretações de caráter universalista, moduladas por paradigmas do campo europeu da Ciência da Colonização e baseadas em ambições ilustradas de constituição de uma racionalidade global.

Concomitantemente, aspirou-se estabelecer paradigmas epistêmicos nacionais, que atravessassem os globais. Por um lado, uma produção acadêmica mais interessada em questões locais, a qual se relacionasse institucionalmente no nível nacional; por outro lado, em meio aos intercâmbios científicos surgidos entre as instituições estrangeiras da Ciência da Colonização, lograr-se-ia estabelecer algumas ideias próprias do “Portugal Imperial” como genéricos a todas as realidades coloniais, ou mesmo, ao se comparar, tentar-se-ia demonstrar uma possível superioridade civilizatória (WAGNER, 2006, p. 16).

A produção de conhecimento colonial atingiu esse caráter sincrético, pois foi capaz de, ao mesmo tempo, impor-se como nacional (abarcava outros territórios que não apenas o europeu, alcançando outras regiões do mundo congregadas como Nação), assim como se alinhava a uma produção mundial de conhecimento. Neste contexto, as Academias de Ciências, as Exposições Coloniais e Universais, as Sociedades de Geografia, as Escolas Coloniais, os Congressos Internacionais de Colonialismo, as Revistas e Boletins especializados, e os próprios cursos universitários exemplificam bem como seria esta rede solidificada de cariz universalizador que veio a crescer e se complexificar ao longo do século neocolonial²¹.

Neste capítulo começaremos a tentar discutir como o novo campo acadêmico que nomeamos Ciência da Colonização tentou congraçar conceitos consagrados como universais – como, por exemplo, os já citados civilizar e modernizar economicamente – com demandas nacionais – a *raça portuguesa* ou *o mundo que o português construiu* –, numa rede internacionalista de produção de conhecimento.

Dentre alguns dos estabelecimentos lusos surgidos nos anos 1800, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) deteve estrutura acadêmica fomentadora deste novo campo científico que se dedicaria a melhor-colonizar. Propôs, portanto, mudanças ao colonialismo, que passassem de uma manutenção imperial de características hegemonicamente soberanas, para algo que priorizasse a organização de um governo das populações de forma mais racional e eficiente.

Foi a *Sociedade de Geografia* uma das primeiras em Portugal que se dedicou com afinho na remontagem discursiva continental sobre a alteridade e, por conseguinte, sobre o que viria a ser uma civilização europeia. Ademais, teve como projeto – que levou a cabo – a fundação de uma instituição superior de ensino dedicada à formação de

²¹ No caso português, um longo século neocolonial, que abarcou desde a fundação da SGL até as independências das colônias africanas (1875-1975).

agentes coloniais, local onde poderia ser propagado o conhecimento a ser usado nas ações de controle do além-mar por uma *expertise* ultramarina. Serão, portanto, a estruturação da Ciência da Colonização e as proposições de uma escolarização dos neocolonizadores que iremos descrever como produtos deste estabelecimento.

3.1.2) A Sociedade de Geografia de Lisboa almeja o protagonismo investigativo sobre a África

A partir da segunda metade dos 1800 encontramos um ambiente intelectual diferente do anterior às revoluções liberais. As instituições científicas já se impunham como espaços centrais de produção acadêmica. A universidade tinha efetivamente se movimentado nos currículos para incorporar demandas da sociedade industrial, rompendo a velha matriz das antigas *artes liberais*, em que as faculdades de engenharia surgiam e os campos de conhecimento das matemáticas e das ciências naturais se atrelavam às descobertas científicas do século, caminhando para uma complexificação do que se aprendia e investigava, e escapando de vez do abstracionismo escolástico (MANACORDA, 2006, p. 288).

No ambiente universitário português ocorreram progressos nesse sentido. Surgem cursos em Lisboa e no Porto, indo-se além da Universidade de Coimbra, esta que, também, vai lentamente se adaptando aos novos tempos e suas demandas formativas. A Academia Politécnica do Porto (iniciada em 1836), a Escola Politécnica (de 1837), o Instituto Industrial (fundado em 1852, e depois fundido com o Instituto Comercial, em 1869) e o Curso Superior de Letras (1861) – estes três últimos de Lisboa – são estabelecimentos que nos mostram as tentativas de adequação do ambiente acadêmico lusitano ao espectro do cientificismo²².

A Academia das Ciências de Lisboa (para ficarmos na instituição que justamente discutimos no capítulo anterior) já se apresentava como um dos espaços que reunia uma *intelligentsia* atuante em outros estabelecimentos universitários e científicos. Ao contrário do que acontecera na passagem do século XVIII para o XIX, em que ficara eclipsada devido aos embates políticos de então, demonstrou vigor institucional ao justamente participar na circulação de intelectuais e conhecimento no período.

²² Ainda podemos acrescentar a existência de uma Escola Industrial do Porto, iniciativa da Associação Industrial Portuense, desde 22 de novembro de 1852; essa escola foi assumida pelo poder político a partir de 1853-54; como Escola Industrial do Porto manteve-se entre 1852-54; como Instituto Industrial do Porto, entre 1864-87; e como Instituto Industrial e Comercial do Porto, entre 1887-1919. Para mais pormenores ver: ALVES, Luís Alberto Marques. ISEP 150 anos. Memória e identidade. Porto: ISEP; Edições Gêmeo, 2005, pp. 19-35.

Era um diferencial importante pertencer à *Academia* nos processos de seleção para professores do recém aberto Curso Superior de Letras sendo, inclusive, no início a sede da nova faculdade. Estar no quadro de sócios mais que valorizava o currículo para se assumir outros postos de prestígio social, mormente ligados ao comando do Estado. Com o tempo, o contrário também era importante, tendo-se constituído, aos poucos, uma trama de instituições que se inter-relacionavam através de seus sócios, investigadores e docentes. “Se num período inicial foi quase condição *sine qua non* pertencer a esta Academia [das Ciências] para aceder ao magistério [do Curso Superior de Letras], verifica-se que, na fase final, só depois de serem já professores, alguns dos indivíduos [...] foram aceites como académicos” (COUVANEIRO, 2012, p.131)²³.

Vivia-se outro momento, em que a ciência e os pensadores institucionais foram içados a participar não apenas dos desígnios intelectuais, mas também convocados pelo Estado a governar a Nação. E havia uma carreira intelectual a se demonstrar, em que as publicações em periódicos e a divulgação científica ganhavam importância, assim como a experimentação em campo fora incorporada como algo relevante e capitalizador de conhecimento.

Daí que uma definição muito restrita do que seria um intelectual e sua proveniência reconhecida pelo campo específico seriam deixadas para trás, já que ocorria uma profusão de autoridades nas matérias científicas, assim como os assuntos investigados se tornavam abstrusos. Os intelectuais vinham em definitivo influenciar os diversos campos de poderes do corpo social.

No caso específico do colonialismo, isto se confirma no surgimento da Sociedade de Geografia de Lisboa. Fundada em 1875, reproduziu em solo lusitano um projeto investigativo que outras sociedades europeias já desenvolviam²⁴. Entre outras ambições, desejava organizar e propagar um conjunto de conhecimentos acerca do próprio Império, com intuítos de redimensionar as ações colonizatórias. Em seus quadros, normalmente, estavam profissionais diretamente envolvidos no cotidiano colonial, como militares, intelectuais, políticos, médicos, juristas, viajantes, etc. Organizavam congressos, conferências, publicações, viagens científicas, museus e

²³ João Couvaneiro nos apresenta os seguintes números para professores do Curso Superior de Letras que eram sócios de Academias e Sociedades de Estudo e Investigação em Portugal, entre 1861 e 1911: Academias das Ciências de Lisboa: 15 docentes; Sociedade de Geografia de Lisboa: 7 docentes; Instituto de Coimbra: 7; Associação Promotora de Estudos Orientais: 3; Academia Portuguesa de História: 2; Instituições estrangeiras: 13 professores.

²⁴ Como, por exemplo, a Société de Géographie de Paris (1821), a Geographische Gesellschaft von Berlin (1828) e a Geographical Society of London for the Advancement of Geographical Science (1830).

exposições, atentos na compreensão e disseminação de um conhecimento acerca das terras ultramarinas.

Em todos os casos, o objetivo primordial na elaboração de um escopo de informações e análises sobre a África (a região que acabou assumindo a prioridade investigativa) foi, ao menos no início, de tentar manter e aumentar o domínio jurisdicional sobre este continente. No caso específico lusitano, cujos territórios eram alvo de ambições das chamadas nações imperialistas como a Inglaterra e a Alemanha, a SGL assumia a responsabilidade de ajudar na preservação do Império.

De forma crescente, foi adquirindo influência sobre os mandatários do Estado português nas matérias concernentes ao planejamento e às ações colonizatórias, criando seções internas de pesquisa, como também, preocupando-se com a formação de alguns funcionários para a governança das colônias. Pertencentes ao grupo de sócios da entidade, por exemplo, estavam pessoas ligadas à administração direta das colônias ou que teriam posições privilegiadas no comando dos ditames portugueses no além-mar (CARVALHO, 1999). A título de exemplo, já em 1880, cinco anos após a fundação da instituição, tornou-se ministro da Marinha e Ultramar um de seus fundadores e primeiro presidente, o Visconde de São Januário.

Indo além, organizou variadas atividades pedagógicas e de propaganda da política colonialista na metrópole e no exterior: as “Semanas das Colônias”, realizadas anualmente desde 1927; a manutenção de um Museu Colonial e Etnográfico; a cessão de parte do edifício para sede da Escola Colonial, desde a fundação até 1934; participação e organização de diversos congressos e conferências coloniais, realizados em Portugal e no estrangeiro; os Serviços de Intercâmbio Escolar, desde 1932; etc. (PAULO, 1996).

A SGL teve seu apogeu, no que concerne à influência sobre as políticas colonialistas, até o fortalecimento das instituições de investigação ligadas diretamente ao Ministério do Ultramar/Colônias: no caso, a Agência-Geral das Colônias e a Junta de Investigações das Colônias (década de 1930). Após isto, foi aos poucos se tornando um centro de estudos de papel acessório, pese-se a seu favor a manutenção, até os dias atuais, de seu periódico *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* e de uma sede com centro cultural, arquivo e biblioteca.

Logo de início foram propostas divisões de investigação, tanto quantas foram necessárias para entender melhor a Nação e seu território, num formato que seguia as escolas científicas europeias. Surgiram as seguintes sessões, já indicadas nas primeiras

reuniões da instituição: Geografia Comercial e Econômica; Ensino Geográfico; Geografia e Estatística Militar; Geografia Médica; Geografia Matemática e Física; Náutica; Antropologia e Ciências Naturais; Geografia Histórica e Arqueologia; Etnologia e Viagens; Geografia Política e Estatística (SOCIEDADE, 1876, pp. 14-19).

Os assuntos tratados pelas sessões acompanharam, em parte, a formação inicial da *Sociedade*, esta com o número maior de professores e investigadores (43), políticos e funcionários públicos (33), médicos (21), militares (20), diplomatas (15), jornalistas (15) e proprietários de negócios (15), entre sócios correspondentes e ordinários (Ibid.).

Ao mesmo tempo, a SGL vai dando ênfase aos assuntos ultramarinos e, mais especificamente, os africanos. Luciano Cordeiro, um de seus fundadores e secretário perpétuo, na sessão do dia 7 de julho de 1876, destacou que a organização de uma Ciência da Colonização seria o caráter essencial da instituição, ainda não existente em Portugal, sendo que este país continha tradição, era a segunda potência imperial da Europa e tinha o valor de ser um tema vital ao país. Assim “que era necessário levantar o espírito público à compreensão dos grandes interesses e dos impreteríveis deveres que o problema africano significava para nós [portugueses]” (Ibid., p. 49).

Na mesma sessão, numa carta à *Majestade*, a direção e o conselho central propõem a efetivação de uma expedição científica à África Central, associando à soberania nacional as tentativas de se manter terras no além-mar. “Que será de nosso nome das nossas tradições, das nossas esperanças, dos nossos grandes interesses em África, se outro povo [...] lograr sem nós e contra nós abrir o enorme e opulento continente africano que nós há séculos descobrimos” (Ibid., p. 20).

O sócio Sousa Viterbo, na sessão de 27 de outubro do primeiro ano de existência da *Sociedade*, propunha como ação inicial a disposição de uma comissão compiladora de tudo que se tinha sobre a África em arquivos portugueses, e que a mesma traduzisse esse material para o inglês, alemão e francês, espalhando-o pelo mundo científico, assim como o arranjo de uma ampla biblioteca sobre o assunto “África Portuguesa”. Lançava o desafio de se reescrever cientificamente o ultramar.

[...] A empresa que proponho à sociedade de geografia bem sei eu que é muito vasta e de difícilima execução, e que pede muito tempo para se realizar. No entanto a comissão nomeada tratará de preferência qualquer assunto, por exemplo, a travessia de África ou a descoberta das nascentes do Nilo e sobre qualquer destes pontos especiais elaborará as suas memórias para demonstrar quanto Portugal tem contribuído para semelhantes empresas (ibid., pp. 57-58).

Assim, a SGL constituía-se como um estabelecimento incumbido de reunir e difundir um novo corpo de conhecimentos sobre Portugal e suas possessões ultramarinas. É importante se perceber que a este grupo de intelectuais pensava-se agora o território como uno, com metrópole e colônias sendo encarados em assuntos científicos como iguais.

Obviamente, a SGL não fora a primeira instituição privada que se intitulava científica e que pensava o ultramar. Toda a movimentação em solo lusitano, no século XVIII e início do XIX, de fundações de Academias, abertura de cursos de Ensino Superior e demais estabelecimentos de investigação fez com que estas instituições se incumbissem de explorar um conhecimento nomeado científico. Acrescenta-se a isso o surgimento dentro do Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar da Comissão Central Permanente de Geografia²⁵, encarregada de manter investigações acerca das colônias (MARQUES, 1984, pp. 328-332).

Todavia, há duas novidades na *Sociedade*, que a descolava das outras: a primeira está relacionada à sua prioridade de montagem de uma estrutura que reunisse um corpo de conhecimentos sobre o ultramar, como já afirmado, o qual se propusesse a ir além das descrições de sertanejos e demais desbravadores dos últimos séculos, que ficaram restritas a gabinetes de ministérios ou estavam esquecidos nos arquivos estatais; propagandear e estimular a ideia do colonialismo para o corpo social era vista como uma das suas finalidades. A segunda seria a efetividade de um cosmopolitismo ao seu cotidiano investigativo, tentando se inserir na rede europeia de centros de pesquisa que tinham os mesmos objetivos, fugindo do nacional como espaço limitador de atuação.

Assim que a SGL compunha-se para entrar num campo científico de ambições continentais o qual se pensava além-fronteiras, de modo a construir um modelo civilizacional europeu numa grande narrativa universal, onde a Europa se fortalecia ainda mais como o centro geográfico do conhecimento e o objetivo temporal de todos os povos. O novo estabelecimento intelectual tentaria reiniciar a instauração discursiva do Ocidente com relação ao quinhão lusitano do globo, incluindo-se em exercícios de diferenciação do europeu de *um Outro* a ser imaginado, isto desde um lugar que ambiciona ser exclusivo de enunciação (LANDER, 2003, p.16).

Num outro aspecto, poderia estabelecer práticas próprias ao neocolonialismo, elaborando uma ciência que se apresentava como produtora de verdades acerca de como

²⁵ Esta que não foi tão permanente assim, foi incorporada à Sociedade de Geografia de Lisboa já em 1880, aquando o Visconde de São Januário assume a pasta do Ministério.

perceber e atuar no ultramar. Alinhando Portugal como um ancestral colonizador diante das nações mais novas, invocava experiências imperiais emancipadoras.

Um dos momentos esperados seria justo o das viagens a serem organizadas, de base científica. Aliás, essas experiências, como demonstrado no capítulo anterior, já eram de longa data usados no “método colonial português”. No diário do desbravador e sócio Serpa Pinto, editado após o retorno da uma tentativa de ir de Angola à Moçambique, há na apresentação a defesa de que os exploradores-cientistas estariam imbuídos de um saber único, adquiridos nas vivências dos caminhos que percorreram:

Não tento mesmo pintar o que sofri, não procuro mostrar o quanto trabalhei, que me façam ou não a justiça de que me julgo merecedor aqueles que examinaram os meus trabalhos, hoje é isso para mim indiferente; porque me convenci, de que só isso posso ser bem compreendido pelo que como eu pisaram os longínquos sertões do continente negro, e passaram os maus tratos que eu por lá passei. [...] só o homem que foi explorador pode compreender as atribulações de um explorador. Há sentimentos que se não podem avaliar sem se haverem experimentado. Os fatos narrados neste livro são a expressão da verdade. [...] Procurei apresentar nele os resultados de um trabalho aturado de muitos meses, e garanto o que digo sobre geografia africana, porque só eu sou autoridade para falar nela na parte respectiva à minha viagem, em quanto outro houver seguido passos através da África, e não me convencer do contrário (PINTO, 1881, p. XVIII).

Haveria, assim, uma movimentação entre a *intelligentsia* com intenções de compilar as informações dadas pelos desbravadores, de modo a tentar constituir um novo tipo de literatura que estava em voga na Europa dos Estados-nacionais imperiais. A ciência passava a ser invocada como o escopo das incursões e outras atividades afins. Isso agregaria capital científico capaz de autorizar a exclusividade da SGL – e seus sócios, obviamente, como no caso de Serpa Pinto – nos estudos sobre a África, determinando sua autoridade na matéria.

Irrompia, ao mesmo tempo, uma proposta institucional de colonização, em proposições de reorganização do domínio ultramarino que ultrapassassem a violência militar (calcada nas incursões estratégicas de tropas) e de controle místico (o viés dos missionários cristãos). A Sociedade de Geografia de Lisboa tentava se inserir nesta voga.

3.2) O “velho Império” e os embates com o neocolonialismo

3.2.1) Embarços e frustrações iniciais

Desapontando expectativas de que seria acolhida como representante de uma nação imperial, a Sociedade de Geografia de Lisboa não foi convidada a participar da

Conferência de Bruxelas de 1876, organizada pelo rei Leopoldo II da Bélgica. Neste encontro foi fundada, entre outras atividades, a Associação Internacional para a Exploração e a Civilização da África Central (conhecida posteriormente por Associação Internacional da África), além de surgirem debates acerca de intervenções internacionais sobre uma tradicional zona de influência portuguesa, a bacia do rio Congo.

Isto veio a gerar certo desconforto entre os sócios:

Considerando que ela [a Conferência de Bruxelas] se atribuiu [...] uma significação de internacionalidade não somente de estudo e discussão particular mas de ação [...]– civilizador, humanitário e político; considerando que em tal caso a restrição da iniciativa e da direção dos empreendimentos projetados, a um pequeno grupo de países e associações douts não se fundando em razão alguma de ciência ou de direito, pôde ser interpretado como uma injusta ofensa ao nome e aos interesses das mais nações cultas excluídas e como estabelecendo arbitrariamente uma inferioridade que só a incapacidade científica e não a fraqueza relativa – numérica e material – poderia determinar, com relação às mais associações geográficas não convidadas nem ouvidas; [...] considerando que não podia ser igualmente ignorado pela Conferência de Bruxelas a existência em Portugal de duas corporações geográficas, pois que até alguns membros dessa conferência eram membros correspondentes ou honorários de uma ou de outra dessas corporações [...]. A Sociedade de Geografia de Lisboa, crente de que não existiu intenção reservada ou ofensiva na exclusão de Portugal ou dos estudiosos portugueses, dessa conferência; 1º Adere inteiramente ao sentimento geral que tal exclusão provocou no nosso país. 2º Lamenta vivamente que essa exclusão se desse. 3º Faz votos para que o governo português e a ciência nacional continuem a manter vigorosamente a honra e o direito da nação portuguesa com relação ao problema africano (SOCIEDADE, 1876, pp. 54-56)

Como exposto, ocorre uma primeira frustração logo na fundação, já que a “nação douta” que há mais tempo mantinha terras no além-mar (a velha colonizadora), e sua instituição regeneradora da grandeza imperial, foram esquecidas na reunião da Associação Internacional da África (AIA), justo o estabelecimento europeu que tentaria aglutinar os esforços dos países na renovação da obra colonizatória. A ironia é que a organização da AIA foi promovida pelo rei de uma jovem nação que nunca antes colonizara.

O equívoco do esquecimento foi reparado após um ano, na sessão ordinária de 27 de março da SGL, onde foi lançada a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África (mais conhecida como Comissão da África), com objetivos de promover as explorações científicas no continente, reforçar a ação civilizadora baseada nos estudos das próprias explorações (as novas e as anteriores), com vistas de aprimorar

a administração colonial e entrar como membro da Associação Internacional Africana (SOCIEDADE, 1878a, p. 218).

Pensava-se que a *Comissão da África* atenderia às reivindicações de entrada na rede de instituições de investigação e exploração científicas europeias, dirimindo o mal-estar da exclusão de representantes portugueses na Conferência de Bruxelas²⁶. Seria um lugar institucional de integração à ocupação científica da África junto com as outras nações, expondo o equívoco que fora à “velha nação colonizadora douta” o de apenas se agarrar à tradição secular portuguesa, acatando os parâmetros da nova Ciência da Colonização.

Prontamente, coligada à Comissão Permanente de Geografia, a *Sociedade* patrocinou uma primeira expedição, as famosas entradas de Serpa Pinto, Ivens e Capelo pelo sertão africano de 1877, sem menos reacender o antigo “sonho” da viagem da Costa à Contracosta²⁷. Iniciando-se por Angola, tentaria cartografar as bacias hidrográficas do Zaire (e sua relação com o Cuango) e Zambeze, fazendo a travessia até Moçambique.

Interessante é que apesar das afirmativas de que o velho colonizador ibérico detinha já um arquivo valioso e uma biblioteca imensa sobre a África, e que com tudo isso acumulado ter-se-ia vantagem com relação aos outros países neocolonialistas, um dos expedicionários-cientista, Serpa Pinto, mostrou desconhecer a geografia de que ia percorrer.

Numa carta enviada ao sócio Luciano Cordeiro no começo da expedição, descreveu que teve que pedir o auxílio do explorador estadunidense Henry Morton Stanley que encontrara em Cabinda, recém retornado de uma viagem que atravessara a África central, num roteiro parecido ao que os portugueses pretendiam seguir: “O Stanley hoje é meu amigo. Tem-me desvendado os segredos dessa África desconhecida e sei coisas, agora, que vão fazer alterar o itinerário que traçáramos. Há aí ainda muito que estudar e sei hoje os pontos a que nos devemos dirigir para bem do nosso país” (SOCIEDADE, 1877, p. 134).

²⁶ Nas atas da Sociedade de Geografia de Lisboa, na própria sessão de 27/03/1877 lemos o seguinte: “Do secretário de sua majestade o rei dos belgas convidando a Sociedade a formar de acordo com a Comissão Central permanente de geografia uma comissão portuguesa de exploração e civilização da África; e dando conta dos trabalhos que neste sentido tem feito a Associação Internacional” (SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 1878a, p. 216).

²⁷ Na sessão de 04/07/1878 Serpa Pinto e Brito Capelo estiveram presentes recebendo uma bandeira da Coroa Portuguesa que levariam durante a viagem e expuseram o objetivo da expedição, que seria o “reconhecimento geográfico das bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze, nas relações entre si que possam ter [...]” (SOCIEDADE, 1878b, p. 251)

E num momento de agruras, por conta de não conseguir, na entrada ao sertão, arregimentar pessoas do local para transportar a bagagem que traziam, Serpa Pinto pede ao “ianque” os que viajaram com ele, já que sabiam os caminhos a se trilhar: “Eu propus-lhe ceder-me ele os carregadores para a minha exploração, com a condição deles anuírem a isso de boa vontade. Consultados os chefes disseram que me não conheciam e que por isso não queriam ir comigo” (ibid., p. 133).

Roberto Ivens numa outra carta enviada à SGL relata também dificuldades no tratar com as pessoas locais, incluindo os crioulos: “[...] Posso afiançar-lhe que se em toda a costa são geralmente ladinos, aqui em Benguela primam por extremamente falsos, isto devido talvez às constantes relações com os sertanejos brancos, de cuja convivência nada têm a aproveitar, muito ao contrário [...]” (ibid., p. 137).

A expedição que parecia seguir por um caminho pré-determinado em Lisboa, dividiu-se em duas. Serpa Pinto separa-se e vai em direção ao Oceano Índico, seguindo mais o pretendido pela SGL. Ivens e Capelo mantiveram-se restritos a estudar as possíveis ligações das bacias hidrográficas, o que fora determinado pelo órgão estatal Comissão Permanente de Geografia.

Uma primeira descrição da SGL diz que a separação ocorrera de maneira premeditada, em algo que tivera que ver mais com uma otimização da expedição, que poderia trazer mais informações se executada em duas rotas diferentes a se percorrer.

Por conveniência de serviço os expedicionários resolveram separar-se, seguindo Capelo e Ivens numa direção e Serpa Pinto noutra. Esta necessidade fora prevista e na previsão dela se organizara devidamente em Lisboa o material da expedição. Pôde ganhar com o fato a ciência porque mais largo será o campo de exploração, e em todo o caso onde estiver um dos expedicionários está a Expedição portuguesa à África Austral (CORDEIRO, 1878, p. 208).

Porém, em sessão da *Sociedade* de 07//11/1878, o presidente da Comissão Permanente de Geografia, José Júlio Rodrigues (e também sócio da SGL), não pareceu muito contente com as mudanças de rota e “declarou [...] que este novo plano, não fora aprovado superiormente e que os exploradores eram empregados do Estado, o que os obrigava a seguir simplesmente as instruções do governo”. (SOCIEDADE, 1878b, p. 275). Acusou a Sociedade de desviar correspondência oficial dos exploradores e denunciava que o primeiro plano era o melhor aos interesses da Coroa, sendo a mudança de interesse apenas de particulares.

Na mesma sessão, outros sócios atacaram a posição do representante do Ministério: o médico Leonardo Torres acusa a J. J. Rodrigues de desconhecedor dos negócios do ultramar e que apenas os consócios da SGL tinham competência para determinar qual plano seguir, devido à experiência no ultramar que os membros da SGL detinham, “lá já havia estado, e que se a Sociedade o não soubesse ele podia afirmar que viajar na África não era o mesmo que viajar na Europa ou na América” (ibid., p. 276).

O Visconde de São Januário afirma que a ordem do governo central carregava ambições mesquinhas, e que atravessar de costa à contracosta traria de novo a respeitabilidade ao nome de Portugal (ibid., pp. 276-277). O engenheiro Costa Sequeira compara a expedição científica a militar, afiançando aos exploradores a mesma autonomia que os generais tem em campo de batalha e que “mãos ocultas” vindas da metrópole desprestigiavam a exploração e indignava aos portugueses (ibid., p. 277). O militar Eugênio de Azevedo interpelou a J. J. Rodrigues se ele estava como membro do governo ou como sócio (ibid.).

Por fim, Luciano Cordeiro lamenta a censura feita por J. J. Rodrigues aos exploradores, desdenhando o ministro que estava confortavelmente sentado todos os dias em seu gabinete. Os consócios que estavam no sertão da África mais precisavam de apoio na empreitada do que críticas: “triste espetáculo dávamos da nossa ignorância, estupenda prova era da nossa ingratidão” (ibid., p. 278).

Há uma desautorização dos sócios da SGL ao que o governo central determinara, acarretando nas mudanças de rota dos exploradores. A nova instituição arvorava-se o mais-saber sobre o como deveria ser uma melhor expedição. Nesse contexto de disputa, as viagens seriam reivindicadas como ação científica colonizatória primordial, numa perspectiva de ocupar o terreno por grupos de pensadores da metrópole, estes em busca de serem percebidos tão importantes quanto os mercadores, os missionários e os militares. E toda a arrecadação de informações e percepções seria juntada ao arquivo a ser compilado e à biblioteca a ser catalogada.

No II Congresso Internacional de Geografia Comercial, ocorrido em Bruxelas no ano de 1879, Serpa Pinto foi um dos enviados pela Sociedade de Geografia de Lisboa, sendo indicado, inclusive, como um dos vice-presidentes da comissão diretora. A *Sociedade* parece que o enviou com o propósito de marcar posição dentro da comunidade científica para a colonização, agora podendo mostrar que tinha organizado uma expedição aos moldes das lideradas por Livingstone, Stanley e Brazza. O desbravador-cientista luso discursou no primeiro dia do evento, assim relatado:

[...] e sendo o ilustre explorador convidado pelo presidente do congresso a usar da palavra, foram realmente comovedoras, para os poucos portugueses que se achavam naquela reunião, as manifestações de entusiasmo com que toda numerosa assembleia acolheu o major Serpa Pinto, quando ele levantou. É que os aplausos conferidos ao que arrojadamente atravessara o continente africano, não podiam ser ouvidos com indiferença pelos membros desta família portuguesa, que tanto preza seus homens ilustres, embora uma ou outra vez haja entre nós que se esqueça de que são esses homens que engrandecem a pátria, e a tornam respeitada no convívio universal das nações (SOCIEDADE, 1880, p. 228).

No terceiro dia de congresso, entretanto, “tiveram os delegados de Portugal um dos maiores dissabores que qualquer pôde sofrer quando se acha em terra estranha” (Ibid., p. 230). Numa espécie de “fogo amigo”, os representantes da SGL foram “alvejados” por uma acusação acerca da já tão “afamada expedição”, esta posta em dúvida com relação ao seu êxito.

Em exemplar do dia 12 de setembro de 1879 do jornal *Comércio de Portugal* saíra publicado um editorial onde se acusava à SGL, ao governo português e a Serpa Pinto de terem abandonado os exploradores Ivens e Capelo. Membros do congresso carregavam o exemplar do periódico e se dirigiam aos representantes da SGL, interpelando-os pela veracidade de tais acusações. Parece que o envio do jornal teria sido feito anonimamente e diminuiu o impacto da presença de Serpa Pinto, abalando a credibilidade da instituição científica de Lisboa (ibid., p. 232).

Outro momento inesperado em Bruxelas foi a chegada de uma comunicação do sócio da SGL Eduardo Ayala dos Prazeres, a qual versava sobre uma proposta de construção de ferrovia que unisse Angola a Moçambique. O problema é que fora enviada diretamente ao congresso, sem passar pelo crivo da *Sociedade*. Há um embaraço por parte de Rodrigo Pequito (um dos representantes de Lisboa) aquando pressionado a responder se o Congresso deveria aceitar ou não a comunicação como sendo da instituição que ele representava. Pequito acabou por não fazer oposição, constrangido já que era apresentado à proposta naquele momento (ibid., p. 233).

Nas reuniões do II Congresso, para “regozijo” dos representantes portugueses, ao menos Lisboa foi escolhida como sede do próximo encontro. Seria uma espécie de redenção aos dissabores sentidos pela comitiva. Não obstante, no transcorrer dos meses, a seção italiana ofereceu a cidade de Veneza como sede e foi apoiada, preterindo-se novamente “a velha colonizadora doura” (SOCIEDADE, 1882, pp. 331-333).

Até estes momentos iniciais da nova instituição, repetiam-se as quimeras expedicionárias de outrora, da precariedade das entradas que se embrenhavam no

interior africano e da falta de traquejo institucional da *expertise* nascente do Império. As disputas entre as várias instâncias de poder envolvidas com o colonialismo minavam novamente possibilidades de estruturação de um *cientismo* ultramarino. Os primeiros anos da *Sociedade* escancaram a seus sócios o quão arcaico eram os métodos portugueses de ocupação do além-mar e irreal era a sua forma de percebê-lo.

Os mapas em branco do interior africano encontrados nos arquivos – e pareciam agora serem incomensuráveis –, deveriam ser preenchidos não apenas com dados geográficos, mas com experiências, informações, hipóteses, teses, métodos, planejamentos e projetos advindos de várias áreas do conhecimento científico da época, tantas quanto pudessem corroborar na reconfiguração do projeto imperial. Uma colonização eficaz dependia mais da efetivação de um projeto de controle sobre as populações e a natureza do que a simples cartografia dos domínios.

Era mister ir além do que se tinha feito até aquele momento e que estava arquivado nas instituições estatais e acadêmicas. Era necessário se reinventar o colonizador em paradigmas racionais e mais: propagandear a obra colonizatória de modo a seduzir a Nação.

3.2.2) A tatear o Império: agindo informalmente numa tarefa incomensurável

Apesar dos obstáculos para se institucionalizar e ser aceito na comunidade científica local e internacional, a SGL logra fortalecer-se e prosperar. Primeiro que incorpora o órgão estatal Comissão Permanente de Geografia (decreto-lei de 12/08/1880), o que lhe abre o gabinete ministerial ao ser eleita como instituição principal de consulta na matéria de estudos sobre colonialismo. Expande o número de sócios, chegando a aproximadamente 738, cinco anos após sua fundação (SOCIEDADE, 1878b, pp. 265-273). Recebe constantemente palestrantes especializados em matérias próprias das colônias, além de participar com mais afinco da rede de Sociedades de Geografia associadas.

Por outro lado, acaba por ser copartícipe em outras expedições científicas, ou mesmo acaba por alimentar-se por informações advindas de outros exploradores não necessariamente associados, mas que repassavam à instituição suas descrições. São inúmeros os relatos que estão publicados em seu Boletim, desde a exploração científica da Ilha de São Tomé, onde o professor da Universidade de Coimbra Adolfo Müller colheu conchas terrestres e marinhas em 1885 – esta exploração descrita pelo sócio Augusto Nobre – (SOCIEDADE, 1886a, pp. 197-240), passando pelas afamadas

entradas do naturalista José de Anchieta, até a descrição do superior das missões do Congo, Padre António José de Sousa Barroso de 1886 (SOCIEDADE, 1886b, pp. 455-498).

Saem publicados estudos linguísticos detalhados, como dos variados crioulos existentes: o de Cabo Verde, descrito por Hugo Schuchardt (SOCIEDADE, 1886a, pp. 325-388), ou os do professor da Escola Superior de Letras Adolfo Coelho sobre a diversidade e usos do português no mundo lusófono (SOCIEDADE, 1886d, pp. 705-755), assim como de A. De Paula Brito (diretor dos correios da cidade de Praia) com apontamentos acerca de uma forma específica da Ilha de São Tiago de Cabo Verde (SOCIEDADE, 1887c, pp. 611-669).

Geologia também foi um assunto com registros nos Boletins: de Paul Choffat “Dos terrenos sedimentares da África Portuguesa”²⁸ (SOCIEDADE, 1887a, pp. 143-150). Com relação a um melhoramento da exploração econômica, o sócio Viera da Costa Botelho se dedica a descrever acerca da região de Benguela e sua estrutura de produção agrícola (SOCIEDADE, 1888-89, pp. 239-263); o mesmo ocorre em 1890, num longo relatório sobre os “Terrenos e a Agricultura no Distrito de Moçâmedes” (SOCIEDADE, 1890f, pp. 579-635).

Estudos históricos, como o de Vasco da Gama e a Vidigueira, feito por Teixeira de Aragão (SOCIEDADE, 1886c, pp. 543-699), o qual, entre outras coisas, descreveu sobre o sepultamento dos restos mortais do navegante no Mosteiro dos Jerônimos; a tradução feita por Francisco Maria Esteves Pereira de História de Minás e Adegás Sedad, rei da Etiópia – contendo o texto original em etíope (SOCIEDADE, 1887d, pp. 741-827), e os “Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII”, escrito por Sousa Viterbo, acompanhado de documentos (SOCIEDADE, 1890c, pp.299-333).

Há ainda os relatos das conquistas militares ao interior da África, como do capitão Arthur da Paiva e a expedição de Cubango – de 1889, atual Moçambique – (SOCIEDADE, 1890b, pp. 253-293), a Expedição ao Muatiânvua (de 1843, no atual nordeste angolano), publicado no Boletim num manuscrito original dos diários do sertanejo Joaquim Rodrigues Graça (SOCIEDADE, 1890d, pp. 365-468), ou estudos orientalistas em Portugal no século XVI, novamente por Souza Viterbo (SOCIEDADE, 1893, pp. 315-330).

²⁸ Artigo que também foi publicado na revista científica do Jornal do Comércio, de 31 de dezembro de 1886.

Mas sobrepunha-se, ainda, investigações ou proposições alheias ao mundo ultramarino, demasiado fechado aos circuitos acadêmicos e estatais. Neste aspecto, ainda estavam presentes muitos estudos na construção de um passado glorioso e na busca de heróis da colonização, assim como se agarravam a vangloriar ações de dominação já há muito utilizadas, como, por exemplo, as atuações militares destrutivas de povos e culturas africanas e as expedições do passado que não traziam informações relevantes para a ocupação da África naquele momento.

Claro que os estudos históricos faziam parte do rol de justificativas para a posse de terras na África, no contexto de competitividade por territórios aberto pela Conferência de Berlim. Achava-se que manter o status de “velho colonizador” justificava a sustentação de Portugal como parceiro imperial das demais potências continentais.

Não se pode dizer que não se tentavam pensar alternativas de investigações, alguns calcados num melhor colonizar, em que se encaixariam um maior aproveitamento econômico – já propondo planejamento de infraestrutura e incremento da cartografia das riquezas –, um aperfeiçoamento da ocupação militar – propondo ir além do que a simples repressão ou desestruturação dos poderes locais, propondo incorporar o estudo linguístico –, métodos próprios para um processo civilizador lusitano – posto em proposições de aumento das missões religiosas e nas estações civilizatórias – e, por fim, na disponibilidade de uma racionalidade administrativa – propugnando uma formação dos agentes estatais envolvidos com a obra imperial.

Mostrando uma dessas investigações, as especulações do tenente de engenharia Pedro Álvares é típico desse ambiente de idealizações da Sociedade de Geografia, em que expõe o que seria o funcionamento de uma possível colônia agrícola de emigrantes na região do Inharrime (Moçambique), onde seria mantido um ambiente rural equilibrado internamente e beligerante com o entorno, ditado por normas rígidas advindas de manuais militaristas, e que a defesa seria necessária diante de natureza e populações locais hostis aos emigrados. “Ali se estabeleçam e vão com o suor do seu rosto buscar às entranhas da terra as riquezas que ela reserva solícita para os seus filhos, que a espada, aliando-se com a charrua, promova a única nacionalização possível em terras ultramarinas” (ÁLVARES, 1895, p. 961).

E mesmo sendo a região ainda tão instável, o tenente propõe um prazo pequeno para a autonomia do empreendimento colonizador, uma meta exígua à nova colônia para se manter sem a ajuda da metrópole. O Estado imperial apenas subvencionaria por

dez anos a “aventura rural”, deixando após esse período à mercê dos agricultores que ali se fixassem. Com relação à “qualidade do colono contratado”, não seriam aceitos “os vadios e os deportados”, e os que não detivessem a idade entre 20 e 45 anos. Deveriam estar apenas os saudáveis, os jovens produtivos e com experiência de trabalho na área rural (ibid., 953-954).

Havia um descontínuo entre as proposições da instituição científica e a prática colonialista, no desconhecimento do que ocorria fora da metrópole e na autonomia que os colonizadores detinham na sua atuação no ultramar. “De que propôs [a SGL] pouco conseguiu [...]. Tem-se a impressão de uma grande impermeabilidade das forças aí tradicionalmente estabelecidas a esta nova força colonialista que em certos aspectos lhe é antagônica” (GUIMARÃES, 1984, p. 102). E há um excesso de textos encontrados, em seu Boletim, sobre a estrutura de exploração colonial dos quatrocentos e tantos anos do velho Império, como o texto sobre a “Construção de Naus em Lisboa e em Goa para a Carreira da Índia no Começo do Século XVII” (SOCIEDADE, 1898-99, pp. 5-72), que parece ter um sentido fetichista do passado, nada prático com relação à infraestrutura que se deveria montar naquele momento para maximizar o poderio e a exploração da África.

Num contexto de pós Conferência de Berlim, o sócio Francisco Chamiço escreve um relatório sobre o desempenho da SGL na Exposição Universal de Antuérpia (1885)²⁹, onde a Sociedade tentou propagandear o quão adiantada estava o processo civilizatório português na África. Contradizendo as propagandas que afirmavam ocorrer uma adequação do colonialismo português em direção aos parâmetros civilizatórios compartilhados pelas Sociedades e Centros de Investigação Científicos Colonizatórios, no início do dito relatório há um alerta de que ocorreram questionamentos à comitiva, do porquê de estarem presentes em tal evento, já que para a comunidade neocolonial e a opinião do público que visitava, Portugal era ainda um Império atrasado, o qual baseava sua presença na África não por civilizar e sim para escravizar:

E essa demonstração [a parte que cabia a Portugal na exposição], surpreendia ainda os homens mais instruídos, os mais versados em assuntos de colonização, e os representantes da imprensa europeia, que ali afluíram; [...] começamos desde logo a chamar em torno do nosso país as simpatias que lhe andavam alheadas pela sistemática propaganda caluniosa, adrede calculada para sermos considerados escravagistas, administradores ignorantes, e povo

²⁹ Já na Exposição Colonial de Amsterdão, ocorrida em 1883, Portugal não enviou representantes, tampouco expôs nada, justificando não ter verbas suficientes.

inacessível aos progressos da civilização; e portanto incapaz de levar aos sertões de África (SOCIEDADE, 1887b, p. 362).

O tráfico de escravos envergonhava a todos, e era o que expunha a quão bárbara era ainda a colonização portuguesa, enfraquecendo a *intelligentsia* dita civilizadora do país. Comércio de interesse a pequenos grupos locais há muito enraizados nos cotidianos ultramarinos, mas que detinham poder e conhecimento suficientes para existirem nesse período, quase não receberam estudos nesse momento por parte dos sócios da SGL. Ao entrar na corrida civilizatória no território africano, e invocar o cientificismo como maneira superior de se colonizar, a SGL ficava sem maneiras de justificar a manutenção de algo tão sorrateiro e vergonhoso, e pouco fazia para entender o porquê de persistir a escravidão.

Daí que vem como resposta a desqualificação do ambiente nascente da comunidade da Ciência da Colonização em geral. No final da *Exposição*, de maneira desesperada, o presidente da Comissão Executiva enviada a Bruxelas acusa a Associação Internacional da África e o desbravador Stanley por serem os que caluniavam Portugal, passando essa imagem negativa para assenhorearem-se das terras dos Congo, acusando-os de trapaças.

Antes de terminar esta resumida resenha, devo constatar que desde que entrei na Bélgica, julguei dever esquecer que fora ali que nascera e vivia a célebre *Internacional*, que pelo seu agente Stanley procurara caluniar-nos e abater-nos, para coonestar ambições interesseiras, e despojar-nos do que nossos antepassados haviam descoberto e conquistado, mais pela missão civilizadora e religiosa, do que pelo derramamento de sangue indígena, ou pela destruição das populações (ibid., p. 374).

A escravidão é uma relação de convivência ultramarina posta como derivada de práticas antigas e bárbaras, mas que ainda estava presente e defendida por agentes coloniais portugueses. E como um Império podia se arvorar, entre seus pares e diante do esplendor do processo civilizador que se iniciava na Europa – mostrado para as populações metropolitanas na *Exposição* de Bruxelas e, portanto, imbuídas de uma civilidade calcada na autonomia –, se ainda há país que mantém tal prática irracional? A presença do “velho Império” causava mal-estar.

Novamente, volta-se aos problemas administrativos das colônias, ou melhor explicando, da maneira descontrolada que se dá a administração do ultramar português, com poderes locais muito firmes e a posição de Lisboa fragilizada, ou como Hespanha e Santos conceituam como sendo “estratégias informais de domínio”, muito mais

preocupadas em manter o Império com as dimensões geográficas e agindo de forma conservadora no que tange a exploração econômica (1993, pp. 398-399). À Sociedade de Geografia de Lisboa, enquanto somente local de investigação, mostrava-se impotente e com um discurso esvaziado de sentido. Sem se avançar sobre os postos de comando do Estado, expandir-se sobre o mundo acadêmico científico na metrópole e tomar a direção da formação dos administradores, sobravam os vexames diante da comunidade que pensava fazer parte. Ou como expõe o africanista José de Macedo no Congresso Colonial de 1901 organizado pela *Sociedade*:

O problema de colonização carece ser estudado e tratado com toda a cautela, porque é muito dependente dele que se encontra a solução favorável da crise colonial portuguesa. O momento não é de fantasias nem de indecisões: ou entramos a valer no estudo das questões magnas que se agitam ou é melhor terminar de vez com as balofas fanfarronadas de potência colonial com que adoramos e nos envaidecemos sem que consigamos dar-lhes efetividade prática e concreta. Já não é com algumas disposições legais relativas a assuntos ultramarinos que conseguiremos desenvolver as nossas colônias e assentar definitivamente no seu progresso. As leis são ordinárias simples pontos de partida para assentar uma vida nova e ampla no caminho progressivo dos adiantamentos sociais (MACEDO, 1900, pp. 596-597)

Uma colonização no viés científico ainda não fora posta em marcha em Portugal, ao menos na proposição de uma tecnologia apropriada a estabelecer novas ações ao Estado imperial. E a crise da administração colonial continuará ignorando o que vem se estabelecendo na Europa como novos parâmetros civilizatórios, como a repressão e supressão do trabalho forçado, a aplicação de uma ocupação territorial pacífica e cada vez menos militarista e a assimilação das ditas “culturas inferiores”.

3.3) Caminhos de um neocolonialismo: a Ciência da Colonização e o Instituto Colonial como saídas da encruzilhada.

3.3.1) As questões coloniais do secretário perpétuo

Desde que surgiu a Sociedade de Geografia de Lisboa se delineou o protagonismo de Luciano Cordeiro, tanto na própria instituição como em outras instâncias da estrutura do colonialismo, ele que se promovia como defensor do Portugal-Atlântico e militante do campo da Ciência da Colonização, e destes lugares tratava de angariar prestígio na academia portuguesa.

Este trasmontano formou-se em Letras pela Escola Superior de Letras em 1867, passando a ser professor de literatura e filosofia do Real Colégio Militar em 1871, ao mesmo tempo em que ensejava a carreira de crítico literário. De acordo com seu colega

de SGL e de curso de Letras, Consiglieri Pedroso, aquando escreveu o obituário de Cordeiro, foi rejeitado pelo campo literário, sendo posto no ostracismo; “e bem pode dizer-se que grande parte das malquerenças que o acompanharam quase até ao último dia de sua vida, se originaram naquela atitude intransigente [dos críticos de literatura], por ele assumida perante o que se podia chamar o mundo oficial da literatura deste país!” (PEDROSO, 1900, p. 674).

Em 1872 disputou, juntamente com Teófilo Braga e Pinheiro Chagas, a cadeira de Literatura Moderna na Escola Superior de Letras, sendo Braga o vitorioso, num concurso que ficou famoso por Antero de Quental ter se recusado a concorrer, por intuir que era mal visto no instituto de ensino superior e, por isso, teria poucas chances de ser aprovado (COUVANEIRO, 2012, p. 102). Foi também funcionário público, no posto de chefe de repartição da Direção Geral de Instrução Pública.

Como professor, crítico e burocrata, até este momento, não havia ainda tido contato com a África ou o colonialismo, objetos de estudos que serão a sua obsessão. Todavia, após a rejeição da Escola Superior de Letras e a ida ao Congresso de Geografia de Paris de 1875, acabou por se engajar no colonialismo, passando a ser um dos principais intelectuais da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde tinha o cargo de secretário perpétuo. Seria, assim, fora do mundo acadêmico universitário, que atuaria Luciano Cordeiro.

Meteu-se a escrever sobre muitos assuntos, traduziu alguns textos do árabe (principalmente relacionados à Reconquista dos muçulmanos no período medieval), foi jornalista³⁰, fez estudos geográficos e históricos e tentou pertencer a comissões de comemoração de efemérides nacionalistas, como a de Camões.

Foi um dos representantes de Portugal na Conferência de Berlim de 1884/85, atuando como delegado especializado nas questões técnicas da África. Nesse mesmo período era deputado. Após a volta da capital alemã fora acusado, juntamente com a delegação, de haver cedido em demasia às outras nações no acordo final da Conferência, principalmente por terem perdido a região que ligaria Angola à Moçambique, desperdiçando o trabalho do mapa cor-de-rosa (SOUSA, 1936, p. 21).

Apesar de propagandista eufórico do colonialismo e de escrever sobre o ultramar, nunca foi a nenhuma das colônias. Agia dentro do continente europeu, nos salões de reunião das Sociedades de Geografia e nos gabinetes de ministros.

³⁰ Editou, por exemplo, um periódico, *Revista de Portugal e Brasil* (1873), em que saíram apenas dois números, além de ter sido diretor do *Jornal do Comércio* e do *Diário de Lisboa*.

Dentre os textos que produziu, há um que obteve relativa importância, feito em formato de opúsculo. “Questões Coloniais” é diferente da maioria de seus escritos e traduções por não deter o ufanismo imperial como mote, tratando-se de uma reflexão mais crítica ao colonialismo, numa avaliação negativa das ações portuguesas no Atlântico e no Oriente. Não parando aí, propunha a reforma do Império, na garantia de se efetivar uma racionalidade administrativa do ultramar, pautada por padrões civilizatórios da época e na constituição de um novo paradigma ético ao agente estatal colonizador.

Crê a Sociedade, e nisto julga ter por si a opinião segura e unânime do país, que o nosso domínio e soberania colonial, estão exigindo imperiosamente uma revisão minuciosa e uma reforma enérgica que do seu organismo na Metrópole até às suas ramificações no sertão – do Ministério da Marinha e do Ultramar, até ao mais remoto presídio, procure renovar e reforçar a vitalidade, o exercício civilizador, a ação produtiva dessa soberania, acrescentando-a com as lições da experiência os recursos e conquistas da Ciência e da administração moderna (CORDEIRO, 1986, p. 40).

O reformismo apregoado passava, necessariamente, por uma inflexão sobre o como a política colonial era levada até então e o caráter que deveria tomar daqui para diante. Vimos que na estrutura investigativa inicial da *Sociedade* já se ensaiava uma especialização, objetivando um maior conhecimento, tentando-se sair do confinamento do saber isolado dos antigos colonizadores e propor novos rumos à administração.

A Ciência da Colonização deveria fazer esse papel aglutinador, numa revisão necessária que aproximaria o que até então se fazia em separado, uniformizando métodos de se conhecer o ultramar – avançando sobre a economia, assim como a geografia ou a etnologia, e quantas áreas fossem necessárias e existentes –, tornando o discurso metropolitano mais homogêneo. Havia de se estabelecer um rompimento do paralelismo dos diversos agentes colonizadores, indicando a possibilidade de união de forças no domínio do ultramar.

A inflexão científica da colonização deveria ultrapassar o formato despretensioso do naturalismo e da história oficial, que ainda pareciam persistir na maneira como os membros da SGL, em sua maioria, insistiam em encarar o continente africano. Ou melhor explicando, afastar-se do idealismo acerca do que acontecia e era o além-mar, da prostração das descrições irreais de ambientes harmoniosos e pessoas pacíficas, ou os discursos pessimistas sobre tudo que o país empreendia.

Incorporando ao seu texto uma proposta de Joaquim António de Carvalho e Meneses de 1834, Luciano Cordeiro indicava onde seria o foco da “reformação”,

escolhendo as populações locais e suas dinâmicas próprias, e incentivando o abandono dos métodos soberanos de submissão e extermínio. Há propostas de constituição de uma tecnologia colonial apropriada à mutação das alteridades ainda isoladas em unidades. Os cientistas dedicados à colonização seriam os descobridores dessas ferramentas de mutação e provocadores do tal processo civilizatório unificador, que já deveria estar em marcha.

“Eleva os negros à civilização europeia, até o grau de que são suscetíveis, instruindo-os com método e paciência, não pretendendo mudar de salto os seus costumes e menos alterar seus princípios religiosos, mas insensivelmente modificar os seus usos com persuasão, policiá-los com o exemplo, e obrigando-os igualmente por meio da paga do seu trabalho, e nunca com violência, desviando-os, também, por este modo das guerras em que se cativam uns aos outros, por não terem outro meio de subsistirem” (MENESES *apud* CORDEIRO, *ibid.*, p. 46).

Aplicando metáforas da politécnica (tão em voga naquela época), a tecnologia apropriada a um processo civilizatório surgiria numa clarificação das regras próprias dos conflitos do além-mar, intentando constituir uma engenharia própria, a qual entendesse a “mecânica dos povos” e sua inter-relação com a terra e os europeus, numa perspectiva racionalizadora da exatidão e de intervenções mais totalizadoras, fazendo funcionar de volta a grande maquinaria da colonização, que se encontrava até então emperrada.

Os novos engenheiros do homem social africano, concebidos pelo secretário perpétuo para assumir a condução da “mecânica dos povos”, dispunham-se a constituir um corpo de conhecimentos sobre as diversas naturezas descritas por seus antecessores, os desbravadores e sertanejos, propondo regulações de potencial maior dos que os invocados no domínio anterior³¹.

A conversão do africano à civilização ocidental, perpetrada por esses engenheiros sociais, passava antes por compreender as limitações da outra comunidade, assimilando realmente o subjugado, num reforço de ligação intracultural, abandonando a presunção soberana de aniquilamento do Outro. Ou como Said indica, seria a incorporação de uma espécie de mantra para o neocolonizador: “Em uma palavra, o Império deve ser sábio; deve temperar sua cupidez com abnegação, e sua impaciência com disciplina flexível” (2007, pp. 69).

³¹ Para melhor entendimento do conceito de engenharia social colonizadora, cf. BALANDIER, 1963, p. 362.

Indo além da sapiência, em “Questões Coloniais” Cordeiro elenca ações colonizadoras clássicas e propõe reformá-las, pautadas no sentimento de altruísmo que os diversos agentes ultramarinos deveriam carregar a partir de então.

Como relação ao fenômeno do missionarismo, indica também racionalização da atuação do padroado, o qual deveria incorporar preceitos do cientismo. O neocolonizador cristão, baseado no conhecimento científico e civilizatório, tem que se preparar muito mais do que os antigos missionários, estes imbuídos na busca de objetivos restritos – que era o de condicionar as populações do além-mar à obediência doutrinária cristã apenas. O novo apostolado de cariz científico requeria atributos e competências muito maiores, e para tanto careceria também de uma formação mais complexa:

Se D. João II, com a bela inteligência e com a política habilíssima que tanto o ilustrou na história do nosso ultramar, escolhia já, [...], quando enviava as primeiras missões ao Congo, sujeitos entendidos nas matemáticas para que nas horas que lhe vagassem da pregação fossem inquirindo alguma notícia pelo sertão adentro, o missionário de hoje, tem de ir armado de uma certa instrução de ciências naturais, tem de possuir noções seguras de medicina e de agricultura, tem de prover-se duma qualquer educação profissional, para que possa representar dignamente a civilização de que vai ser apóstolo e corroborar perante o selvagem a evangelização devota com a afirmação positiva e direta da superioridade dessa civilização, finalmente com o auxílio e com o ensino da vida real (CORDEIRO, *ibid.*, p. 48).

Propunha-se uma mistura entre as ações do apostolado e os atributos do cientista, numa reconfiguração do neocolonizador. O cientista deveria ter a determinação e o sentimento de missão a cumprir do apóstolo, e o apóstolo deveria carregar o esmero e o tirocínio das ciências. O apostolado traria a vocação ao neocolonizador, qualidade que deveria se sobrepor aos desejos gananciosos do velho conquistador. O cientista-apóstolo ou o apóstolo-cientista, com formações baseadas nos mesmos princípios racionalizados, se dedicariam com afinco aos povos ultramarinos, capacitando-se para civilizar com bases cristãs e patrióticas.

O missionarismo católico já detinha uma integridade ética importante e não podia ser desperdiçada. O que se deveria fazer, apenas, era a incorporação de saberes mais apropriados, integrando-se ao cientismo da época. A aliança religião e ciência, que em princípio parece um paradoxo, para Luciano Cordeiro – e, posteriormente, para a sequência da produção de conhecimentos sobre as colônias portuguesas, e, igualmente, um dos pontos de sustentação das teses lusotropicalistas – é imperativa e um atalho que vem a calhar para o fortalecimento da Ciência da Colonização em Portugal. “As missões

católicas [...] têm sido e podem continuar a ser [...] um auxiliar poderosíssimo, um instrumento e um aliado de incalculável vantagem [...] para a grande e complexa obra da civilização universal” (ibid., p. 47).

O reforço do missionarismo católico científico deveria vir com a reabertura e reestruturação do seminário de Cernache de Bonjardim, que passaria, primeiramente, por uma reforma de seu currículo e a importação de mestres estrangeiros melhor preparados que os religiosos do país (ibid., pp. 48-49).

Outra iniciativa vista como necessária seria a expansão escolar, em todos os níveis de ensino, às populações africanas. Na percepção do secretário perpétuo – sem mostrar nenhum dado concreto –, a oferta escolar estatal era quase inexistente, porém, em compensação, as missões católicas mantinham uma razoável estrutura escolar. O mais óbvio seria de se unir, na instrução pública de todos os níveis a Igreja e o Estado (ibid., pp. 49-51). De qualquer maneira, defender a educação dos povos originais da África era uma tomada de posição, em meio a defesas de tese dos partidários do darwinismo social, de que os povos não europeus eram “inferiores intelectualmente” e pouco suscetíveis a ações educacionais.

A formação escolar do funcionalismo ultramarino é outra extensão da reforma do colonialismo. Luciano Cordeiro indica que já existe uma proposta na SGL (de 1878), e que pouco se fez desde então. Este parece ser um dos pontos mais periclitantes das ações imperiais portuguesas ao longo da história, e o mais negligenciado pelas autoridades.

A história de nosso funcionalismo ultramarino pode dizer-se que é a história dos nossos desastres, das nossas vergonhas e dos nossos perigos coloniais, sendo muito novas as páginas consoladoras e brilhantes que nela se encontram. Organizar e preparar esse funcionalismo, facultar essa preparação aos filhos das colônias, criar um centro de informação e de estudo de nossas vastas possessões, continua a afigurar-se-nos que é um salutar princípio de boa administração, um compromisso de honra e uma necessidade impreterível (ibid., p. 51).

Outros obstáculos à presença europeia na África – que, inclusive, apontamos nas descrições do capítulo anterior desta tese, ou seja, ainda persistia, cem anos depois, como problema para se ocupar a África –, eram a insalubridade da natureza e a falta de higiene dos corpos. Para combater seriamente e com empenho esse problema, seria necessário o surgimento de escolas de práticas médicas nas capitais de Angola, Moçambique e Cabo Verde – para além da Escola Cirúrgica de Goa –, já que faltavam

médicos no além-mar. Sem doutores instruídos nos males tropicais seria impossível uma atuação propedêutica (ibid., pp. 52-53).

Luciano Cordeiro dedica-se a pensar, também, acerca da infraestrutura e defende o aumento de circulação de pessoas e mercadorias nas colônias, tanto internamente como pelo Império. Para tanto, haveria a necessidade de incrementar as redes de transportes, estas que se mostravam muito aquém do que se necessitava. Desenraizar e misturar as populações poderiam agregar os diversos povos em torno da cultura portuguesa (ibid., pp. 54-57).

Por fim, há a defesa de fundação de estações civilizadoras e de exploração econômica, locais onde se incidiriam as ações neocolonizadoras por excelência, dentro de um circuito de núcleos de “ação política” incrustados nos sertões africanos, os quais serviriam justamente para executar o grande plano de conversão suave das populações locais à civilidade.

[As estações civilizadoras] poderão corresponder a uma ocupação efetiva, estratégica sem ser hostil, militar sem ser invasora, obedecendo, em todos os casos, ao pensamento de atrair ao trabalho culto e ao convívio português as populações indígenas, de irradiar sobre elas as benéficas revelações e estímulos da nossa civilização, de promover a conquista pacífica e moral da barbárie etíope (ibid., p. 45).

Lá se reuniriam os novos agentes estatais e missionários escolarizados, se instalariam as escolas para ensino das populações locais, dariam apoio às expedições científicas e onde se alojariam os novos interpostos comerciais. Ademais, estabeleceriam os percursos seguros da rede de circulação de pessoas e mercadorias pelo interior, sendo locais privilegiados de relato dos problemas da colonização e das riquezas disponíveis (ibid., pp. 57-59).

A requalificação do missionarismo, a ampliação do ensino aos africanos, a escolarização dos agentes estatais, a organização de uma infraestrutura que facilitasse os deslocamentos e proporcionasse o domínio da natureza tropical e o estabelecimento das estações civilizadoras foram as propostas do secretário perpétuo para o melhor-colonizar.

A engenharia social traçada por Luciano Cordeiro trazia a proposta de incorporar a capacitação das variadas populações envolvidas num possível processo civilizador, numa regulação das condutas via instituições escolares e estações do sertão. E nesses estabelecimentos do novo Império, deveriam se posicionar os “engenheiros”, as autoridades na matéria do colonizar, que seriam os profissionais da saúde, da

administração pública e da doutrinação cristã. Todos imbuídos de um apostolado civilizatório e nacionalista.

O secretário perpétuo estabeleceu a população e o seu governo como prioridades da Ciência da Colonização. Um governo que fosse capaz de premeditar suas ações sobre os indivíduos e controlar as relações de força intestinas, de maneira que se reconstituísse um corpo social imperial seguro propagador de maior produtividade e riqueza. Contudo, a principal “Questão Colonial” interposta à geração de Luciano Cordeiro seria de como convencer o Estado metropolitano e a Nação na constituição dessa rede de governança do ultramar.

3.3.2) Algumas propostas de constituição de uma civilização portuguesa na África

A tentativa de edificação das Estações Civilizadoras por parte do Ministério da Marinha e do Ultramar veio em 1881, com íntima participação da SGL na elaboração do decreto-lei e na propaganda do empreendimento. Não fora originalmente concebida pelo “antigo colonizador”, apesar da reivindicação de ancestralidade na execução do projeto. “Esta ideia é velha entre nós. Muitos dos nossos antigos presídios não foram mais do que a sua realização, à feição particular no tempo” (SOCIEDADE, 1881, p. 597-600).

A configuração das Estações surgira em meio aos debates da Conferência Internacional de Geografia de Bruxelas de 1876, e foi um dos primeiros empreendimentos da Associação Internacional Africana, escolhendo a costa de Zanzibar e a foz do rio Congo para as fixações iniciais, pontos estratégicos para se ocupar o interior. Em 1879, a França e o rei Leopoldo II já começaram as instalações das Estações no Congo, liderados, respectivamente, pelos expedicionários Brazza e Stanley.

À *Sociedade*, as Estações serviam como mais uma oportunidade de solidificar sua posição dentro da rede das comunidades científicas para a colonização, já que capacitaria, juntamente com a criação da Comissão Africana, a ser um dos vetores do processo civilizatório em uma grande região na África. Além disso, finalmente o Estado se convencera de incorporar uma proposta da SGL como política de Estado. Foi premente somar forças nesse momento de chegada de competidores na África Austral.

Outra novidade é que ao longo do decreto-lei ficava clara a escolha pelas populações ultramarinas, justamente uma das principais ações colonizadoras necessária ao restabelecimento da força ao “velho Império”:

Receber e socorrer os viajantes que o respectivo chefe julgar dignos de abrigo e auxílio [...]; iniciar, pelo exemplo, doutrinação e conselho, as populações

indígenas no trabalho culto; atuar nelas direta e indiretamente, mas sempre por meios pacíficos no sentido de modificar os seus costumes bárbaros; auxiliar, vigiar e dirigir o estabelecimento de colonos europeus [...] e promovendo, enfim, tudo quanto possa contribuir para dar estabilidade, desenvolvimento e segurança à colonização e ao comércio; Auxiliar, proteger e vigiar, dentro do respectivo território ou circunscrição, o estabelecimento de depósitos e interpostos comerciais (Ibid.).

Com a viabilização das *Estações*, ter-se-ia como consequência o fortalecimento do campo administrativo civil, cujo exercício seria dedicado ao governo das populações, a finalidade do Império a partir de agora. “Viajantes” e “indígenas” seriam o centro da ação de colonização, atendendo-se às suas demandas e possibilitando a garantia de um ambiente seguro a todos os agentes colonizadores e indivíduos colonizados, numa maximização dos ganhos do comércio e da agricultura. O paradigma da pacificação deveria prevalecer em detrimento da belicosidade, principal maneira de conduzir as culturas locais à civilização.

Há algo mais que chama a atenção das proposições das Estações de Civilização, e que acompanhavam pleitos de outros membros da SGL: a eficiência da colonização passaria por um aumento da segurança do colonizador, sendo ele funcionário administrativo ou colono, agente econômico ou médico, militar ou trabalhador local, assimilado ou nativo.

O médico Manuel Ferreira Ribeiro, da expedição dos caminhos-de-ferro de Ambaca, convidado pela SGL para relatar problemas da adaptabilidade dos europeus ao clima equatorial, na sessão de 13/12/1880, discorre sobre como a morte está presente no cotidiano imperial:

Atente-se bem nestas observações de simples intuição, se não queremos andar toda a vida em experiências, se não queremos perder as nossas possessões por não as sabermos aproveitar. [...] Mas que impressões poderia receber quem teve mais de duzentos furúnculos no rosto e no peito, sofrendo por um modo atroz; quem viu alguns expedicionários quase à morte, retirando-se alguns para Lisboa, onde foram dados por incapazes de todo o serviço no ultramar; quem viu morrer na cidade de Luanda, trinta dias depois da chegada, um operário; (...) quem sabe que nos trabalhos de construção da linha telegráfica, nas margens do rio Quanza, faleceram cinco europeus, sendo um vítima do jacaré, e outro de uma perniciosa fulminante. (SOCIEDADE, 1880, pp. 197-208)

Como resolução ao persistente problema da insalubridade, o médico propõe que se criem maneiras de se capacitar todos os agentes estatais e missionários envolvidos no como evitar as doenças, afirmando ser um bom serviço de saúde o melhor propagador de um modo de viver mais higiênico em climas equatorial e tropical. Sobre o corpo de

saúde, sem uma formação específica educacional ao médico e ao enfermeiro seria impraticável continuar com a expansão da colonização para o interior.

Ribeiro enaltece a importância da SGL como fomentadora das trocas de experiências em saúde pública, principalmente no que tange ao ultramar, sem, contudo, deixar de afirmar da necessidade de aumentar isso, e a efetivação de uma produção escrita médica voltada aos trópicos. Os doutores da metrópole, simplesmente, não faziam questão de saber sobre o sofrimento das pessoas que viviam nas colônias (ibid., pp. 197-208)³².

Para piorar, mesmo estando os portugueses presentes nesses territórios há séculos, detinha-se pouca informação acerca da natureza africana, apontando a necessidade de se organizar realmente um cabedal de conhecimentos. Enaltece-se a *Sociedade* por tentar cobrir este déficit informativo, não obstante ainda ser insuficiente (ibid.).

Outro sócio ordinário, o capitão de infantaria Alfredo Caldas Xavier, discute a situação da insegurança diante dos cenários pós-guerras entre as forças armadas e os vários grupos locais resistentes, em que a aparente vitória da metrópole traz, em realidade, uma negatividade, já que normalmente devastava os corpos sociais, indo além dos revoltosos armados, atingindo outras populações envolvidas na colonização, principalmente os emigrados:

Uma guerra de negros consiste em incendiar povoações, arruinar culturas, apreender gados, matar uma parte da população, e fazer emigrar o restante, por não encontrar os recursos necessários à vida. Facilmente se compreende que tais guerras, não sendo seguidas de ocupação do território arrasado, apenas poderão ter influência temporária. Se porém, depois da guerra ocuparmos no país pontos seguros e importantes, onde possamos colocar com segurança, autoridades e forças que só permitam a reunião dos emigrados debaixo de condições, poderemos assegurar a paz no futuro, podendo igualmente resolver com prontidão as pequenas questões entre os régulos, entre estes e seus cabos [...]. Se não procedermos deste modo, veremos reunir os emigrados com suas famílias, fazendas e gados que por acaso tenham posto a salvo; as povoações reconstruir-se-ão rapidamente, os campos serão agriculturados, e em poucos anos, o país vencido achar-se-á bastante forte para de novo tentar satisfazer os seus interesses e ódios (XAVIER, 1880, p. 493).

Recomenda-se a mudança da atuação das forças armadas, que deveriam ter um parâmetro de segurança para a preservação da vida, para com os próprios soldados e igualmente com quem estivesse vivendo nas regiões em guerra. Não mais deveriam se

³² Ainda não existia a Escola de Medicina Tropical, que foi fundada em 1902, apesar que existiam cursos especializados em doenças dos trópicos na Escola Naval.

encarar como exércitos em guerra permanente, ou que somente discernissem a vitória como sendo a submissão por completo do inimigo. O caráter de conflito deveria ser interpretado como algo natural por parte de quem resiste, devendo-se descobrir estratégias de poder que não se contentassem apenas com o controle territorial.

A guerra deveria servir como uma entre várias táticas para se proteger as riquezas e controlar os ímpetos das populações. Dever-se-ia convencer aos militares de que o ultramar contém uma meada de relações e vínculos, e que estas deveriam, a partir de agora, serem entendidas e dissecadas na sua complexidade. É lançado o desafio de descobrirem novos mecanismos de controle do Império com dispositivos que fossem além dos da beligerância.

Trespassar o modo soberano de controle sobre a África deveria ser o mote do neocolonialismo, e a Ciência da Colonização poderia dispor ferramentas para acomodamento das experiências coloniais heterogêneas, de modo a fornecer novas práticas de controle que incluíssem a segurança de todas as populações envolvidas na obra imperial. As Estações Civilizadoras seria a esperança de dispor tudo isso.

Mas parece que foi posta em segundo plano essa perspectiva. Diante da pressão geopolítica acarretada pela possibilidade de perda do Congo, a Coroa acabou por invocar a edificação de tais recintos no sertão em regiões onde insistia serem seus domínios e percebia que poderia perder, deixando de lado as populações, ao menos nesse primeiro momento enxergadas como secundárias.

As rotas planejadas das Estações portuguesas acompanhariam, ao norte, o que os expedicionários do rei dos belgas e do Estado francês estavam estipulando como suas linhas de entrada na África central; nas outras regiões tinham como base os planos e movimentações dos outros impérios. Ou seja, as estações fugiam do caráter inicial de civilizadores, acudindo a emergência de planejar o domínio territorial militarmente. Acabou-se por se preocupar apenas em estabelecer limites, de priorizar a ocupação de regiões muitas vezes pouco habitadas, mas que pelas movimentações de exploradores e de forças armadas dos competidores, tornavam-se relevantes.

Não importavam nesse momento de corrida territorial, as antigas estradas e roteiros dos sertanejos e crioulos, assim como os aglomerados populacionais dos sertões, onde estariam justamente os objetos de conversão e de disposição da segurança. Foram estabelecidos critérios de defesa territorial, mais diplomáticos do que de governo.

Ademais, era necessária a cartografia do interior, ainda desconhecido em grande parte. Como estruturar as tais Estações da *hinterland* sem se saber como seriam os locais onde estariam tais empreendimentos? Assim que como complemento às Estações, o Ministério constituiu a Comissão de Cartografia (1883) com o intuito de auxiliar com informações geográficas os avanços nos sertões. Ressurge o paralelismo de duas instituições, ambas agindo na compilação das informações acerca da África.

Mas, ao menos, a SGL podia se sentir mais pertencente à rede de instituições de investigação sobre a África.

Um dos aspectos que perduraram por décadas nos discursos da Ciência da Colonização portuguesa, e que fora algo fortalecido nos salões e publicações da SGL, foi o de efetivar uma narração histórica baseada na unicidade, de que apenas interessam atos e fatos relacionados à metrópole. Todo o restante é considerado sem importância e dificilmente percebido. Complementariamente, a historicidade do próprio ultramar português foi recortada e reconstruída de tal maneira que escondeu as vulnerabilidades³³, com o intuito de moldar-se a um modelo discursivo ufanista, e que no final, acabou por ser de pouco uso como ferramenta na colonização em si, sobrando apenas a utilização nas disputas dentro do campo universitário metropolitano.

Portanto, até aquele momento, coexistia a narrativa do triunfalismo lusitano no mundo – incansavelmente repetida – e o discurso que denunciava a vulnerabilidade das ações colonizadoras – este que parecia ainda ser depreciado. Nessa disputa pela prevalência enunciativa da instituição, o formato narrativo calcado na glória do além-mar ainda punha subsumida a possibilidade de emergir outros entendimentos da ação do Estado, dos agentes econômicos e das ondas migratórias de Portugal em outras regiões do globo. Não havia capacidade e tampouco vontade de fazer emergir uma compreensão total sobre as alteridades e os conflitos existentes.

Como consequência, o projeto de constituição de ambientes de segurança para todas as populações coloniais não fora ainda incorporado como discurso predominante da instituição, que oficialmente se debatia em não reconhecer justamente a vulnerabilidade da colonização portuguesa. A cada descrição dos agentes coloniais destacados nos territórios africanos, vinha à tona a fragilidade de todo o sistema de

³³ Sobre vulnerabilidade em ambientes de colonização, cf. ROQUE, Ricardo. “O fio da navalha: vulnerabilidade imperial na ocupação do Moxico, Angola”. In: CARVALHO, Clara e CABRAL, João de Pina [orgs.]. *A persistência na história. Passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 64-88.

dominação, que contradizia o excesso de confiança advinda da historiografia oficial da SGL, criando um ambiente de incongruência que paralisava a constituição de um recinto que propusesse novidades às ações colonizatórias.

3.3.3) Estatística, gerência e escola: três inflexões

A crise suscitada pelo Ultimato Britânico parece que, dentre muitos efeitos, trouxe as atenções da população metropolitana à Sociedade de Geografia, apoiado no sentimento nacionalista que se espalhou em Portugal.

Primeiro pela cizânia, obviamente, ter convertido a *questão africana* em prioridade nacional, justo o assunto que o estabelecimento se dedicava há quatorze anos e que por ela reivindicava prioridade. Nesse caso aplica-se o “incidente Serpa Pinto”, que fora propagandeado na época como ato de resistência aos usurpadores, devido ao explorador-sócio ter retirado uma bandeira britânica na região do Niassa, fazendo dele notoriedade e ele fosse novamente escolhido como herói nacional pela *Sociedade*.

Em segundo lugar, por se achar protagonista – mesmo que por um tempo curto – dos círculos das Sociedades Científicas dedicadas a compreender o continente africano. Com o ocorrido foi possível denunciar os excessos da beligerância e da ganância de velhos grupos colonialistas estrangeiros, acabando por se posicionar como defensora da comunidade internacional da Ciência da Colonização. Fica clara essa posição na declaração da SGL acerca das imposições do grande Império inglês:

Assim e agora, também, os interesses da licenciosa e opressiva exploração dos indígenas, as pretensões de especulação e de monopólio comercial, o espírito fanático de seita, as absorventes ambições e ciúmes de predomínio e de expansão política, agitaram-se ferozmente contra o leal e persistente empenho de Portugal em organizar e formar a ordem, a segurança, a transformação pacífica e civilizadora nos nossos territórios mais remotos da África Oriental: no Zambeze, ao Nhassa (Niassa) e na Machona (SOCIEDADE, 1890a, p. 8)³⁴.

Seria a oportunidade, portanto, de poder se autodenominar agente civilizador nacional e globalmente. De instituição muitas vezes ignorada, poder-se-ia almejar, a partir de agora, suficiente visibilidade às suas propostas de reorganização do ultramar, imaginando que fossem incorporadas como políticas imperiais. Mas, mais importante, teria sido o aumento de tempo dedicado no cotidiano da instituição de estudos que objetivavam compreender a vulnerabilidade do “velho império”, de poder se dedicar

³⁴ Trecho de protesto da SGL a todas as Academias, Sociedades, Institutos e jornais das suas relações.

com mais afinco a entender a ação colonizadora portuguesa nos seus aspectos mais frágeis. Contudo, ainda tardaria um pouco mais.

Uma década aproximadamente após o *Ultimato*, a organização pela Sociedade de Geografia do I Congresso Colonial demonstrou o espraiamento atingido pela Ciência da Colonização no mundo acadêmico português. Apresentaram-se algumas comunicações que estabeleceram criticidade com relação ao funcionamento do exercício do poder imperial, assim como informações mais concretas acerca do cotidiano ultramarino.

Um dos assuntos tratados foi, novamente, o relacionado à alta mortalidade nas terras africanas, devido às enfermidades e à insalubridade, só que agora propondo ações concretas de higienização do ambiente colonizador, adaptando-se às condições dadas pelo ambiente tropical. Em “Os Três Maiores Inimigos do Colono Português em África”, o sócio José Francisco Vieira, propôs se iniciarem estudos mais sérios para diminuir a incidência de mortes dos emigrantes e dos agentes estatais metropolitanos.

Para tanto, ele propõe uma atividade imprescindível, e que não fora executada até aquele momento: os levantamentos estatísticos dos óbitos cujas causas fossem exclusivamente as enfermidades, algo inexistente até aquele momento, de acordo com ele. “Fazer o apanhamento geral das doenças predominantes e mortíferas em todas as nossas colônias, fazer, por assim dizer, a síntese de todas as doenças que aí podem determinar a morte, não é tarefa muito difícil” (VIEIRA, 1901, p. 226).

Antecipando-se ao levantamento que deveria ser feito, Vieira descreve o que acha que sairia nas estatísticas, intuindo a partir de sua experiência no ultramar quais seriam as doenças principais: as endêmicas, o impaludismo, a disenteria, a hepatite; as epidêmicas, o cólera, a febre amarela e a peste bubônica; as que estão presentes também nos países temperados, como o alcoolismo, a febre tifoide e a tuberculose; e as que provocam mal-estar, como a insolação e os golpes de calor (ibid.).

Entre os estudos do Congresso Colonial, há um extenso de Tito Augusto de Carvalho sobre a atuação das companhias europeias privadas durante os séculos, onde ele defende a atuação de tais empresas, coordenadas e fiscalizadas pelo Estado metropolitano. “Todas as mais acusações que se possam fazer às companhias coloniais estão mais ou menos compreendidas nas que deixamos apontadas. Mas não são elas de natureza a condenar a instituição de poderosas companhias” (1901, p. 381). Sem querer ele questiona o posicionamento da própria SGL, que havia censurado ações de particulares na exploração econômica da África portuguesa, surgido em meio às reações

nacionalistas ao Ultimato Britânico e movimentações de empresas estrangeiras no interior da África austral.

Para o colonialista, contrapor-se totalmente às companhias era inócuo e um desperdício ao país; dever-se-ia sim, juntar forças a elas, de modo a maximizar os ganhos com os ricos e cobiçados territórios do ultramar. E a história da colonização portuguesa, de acordo com o estudo, demonstrava que os momentos em que havia associação do Estado com a iniciativa privada foram os momentos de maior prosperidade da Nação (ibid., pp. 265-381).

O sócio Eduardo da Costa, defensor da descentralização do poder do além-mar, num longo “Estudo sobre a administração civil das nossas possessões africanas” vai detalhando o funcionamento da governança das colônias, desde os órgãos localizados na metrópole até as câmaras municipais e as administrações de circunscrição do interior. Apontando problemas e sugerindo resoluções, ele defende uma melhor-colonização associada ao formato civil administrativo, em contraponto aos controles estritamente militaristas exercidos até então. Desmilitarizar as relações com as populações coloniais era um dos motes do artigo.

Aos funcionários – as páginas dedicadas a eles estão justamente no final do estudo, nas conclusões – era preciso uma formação que incidisse nas aptidões e nas competências, as quais muitas vezes estavam escondidas em meio à falta de preparo prévio ou os tradicionais vícios adquiridos após um tempo de serviço no ultramar. Para piorar, prejudicava, também, a não existência de planos de carreiras, onde o agente estatal pudesse progredir ou ser avaliado, numa sensação de descrédito pela administração metropolitana e acomodamento do funcionalismo.

Para exercer as funções administrativas mais importantes de um governo colonial, como são os administrativos, nada se exige, nem mesmo frequentemente um bom comportamento anterior. Pois um homem que de repente se vê a testa de uma circunscrição precisava, já não digo de conhecer, mas, ao menos, de ter ideia da sua colocação geográfica, da sua constituição social, assim como de noções de direito administrativo que ele tem a usar e a considerar (COSTA, 1901, p. 738).

Surgem nestes estudos, pois, três proposições que poderiam abarcar mais a realidade específica do colonialismo português, e que escapavam da tradicional maneira estéril de se analisar as colônias: 1) o auxílio da estatística, com a possibilidade de se identificarem os fenômenos em série das colônias, escapando dos enunciados da historiografia tradicional e dos tais estudos pessimistas; 2) a gerência econômica flexível, com possibilidade de aumentar o arco de alianças estratégicas para se escapar

dos condicionamentos geopolíticos gerados pela dependência ou ameaças britânicas; 3) e a formação escolar dos agentes coloniais, que é onde incide nossa investigação a partir de agora.

3.3.4) Uma *Escola* para formar *expertise* colonizadora

Já no segundo ano de existência da *Sociedade*, ocorreram debates acerca da fundação de uma escolarização de nível superior que fosse especializada em formar agentes estatais civis para o ultramar. E o mais peculiar é que surgiram de maneira espontânea, em reunião onde os sócios podiam propor qualquer assunto para debate, sem a existência de uma pauta prévia:

[Numa] sessão sem atividades programadas, já que o parecer da Comissão Africana não estava impresso e seriam as informações ali contidas a serem discutidas, abriu-se a palavra a quem desejasse a discutir o assunto que quisesse. O vice-presidente Teixeira de Vasconcelos defende a abertura de um Instituto especializado em ensinar línguas, história e geografia das colônias a futuros pleiteantes – estes teriam preferência aquando concorressem a um cargo – a funcionários ultramarinos. E pensando ser óbvio que a SGL defendesse esta ideia, apenas justificou citando algumas desvantagens de não se saber as línguas relacionadas às falcatuas dos tradutores com os funcionários do Império (SOCIEDADE, 1878b, p. 286).

De acordo com Teixeira de Vasconcelos a má formação estava demonstrada pelos funcionários ultramarinos não deterem domínio linguístico, e por isso serem frequentemente enganados. Como ser obedecido por uma massa populacional que não entende o dito pela autoridade? O falhanço comunicativo, assim, é o que escancarava os limites do domínio metropolitano sobre o que pensava controlar. Assim que o lugar natural para se aprender línguas seria, para o sócio, um Instituto especializado ainda por se criar (ibid.).

Um assunto que parecia ser para preencher o tempo e de concordância uníssona, foi, em realidade, controverso, provocando entre os sócios um debate tenso, onde parte dos presentes atacou veementemente a existência de uma escolarização aos agentes estatais.

Um primeiro contraponto foi feito por Ferreira de Almeida, defendendo a obrigatoriedade dos colonizados falarem a língua pátria, antes que se determinasse o domínio das línguas locais por funcionários metropolitanos: “Que em relação à África todo o empenho deveria ser principalmente, generalizar ali a língua portuguesa; e que tínhamos o exemplo em uma grande nação como a Rússia, que impusera a sua língua à Polônia”. Ademais, eram tantas línguas e dialetos em Moçambique e Angola que seria

impossível abarcar todas elas numa disciplina universitária ou mesmo num curso de ensino superior (ibid., p. 287).

Alfredo Maia afiançava que os povos colonizados tinham facilidade em aprender o português e que o comércio era o melhor método de ensino de línguas para ambos os lados, colonizadores e colonizados. Ou seja, é de forma direta que se aprenderia, sem a necessidade de intermediação de escola e professores (Ibid., p. 289). Gastão Mesnier adiciona a esta assertiva outra, a de que os missionários seriam os melhores a propagar o ensino da língua pátria e civilizar as gentes da África, discordando, portanto, que cientistas e docentes poderiam fazê-lo (Ibid., pp. 340-341).

Em defesa à proposição de Teixeira de Vasconcelos estiveram Luciano Cordeiro e o Visconde de São Januário, ambos recordando a existência de tais cursos nos Impérios inglês, francês e holandês, e defendendo um alinhamento a essa tendência continental.

Simões Raposo e Francisco dos Santos seguem a defesa da proposta do Instituto, afirmando que para ensinar melhor o português é condição prévia uma noção mínima da(s) língua(s) local(is) – no caso de Raposo – e que sim é possível se aprender as línguas nativas das colônias – Santos é o que afirma –, dependendo apenas de uma sistematização dessa aprendizagem, saindo do experimentalismo sertanejo e entrando na aprendizagem das variadas gramáticas e vocabulários (Ibid., pp. 291-292).

Este debate, com exceção de Cordeiro e São Januário, é feito por sócios que já trabalharam a serviço da Coroa no além-mar, todos, inclusive, invocando sua experiência pessoal na administração como base para as defesas e acusações à criação do Instituto.

E a discussão extrapolou a uma reunião, prologando-se por três sessões no total. Na do dia 11 de março, o presidente da *Sociedade*, Barbosa du Bocage, entra no debate e sistematiza algumas diretrizes para uma otimização da colonização, tendo como ponto central a escolarização dos funcionários e dos povos colonizados. Para os funcionários, o aprendizado de uma língua específica estaria atrelado às alianças políticas estabelecidas pelas autoridades militares com os líderes locais: “Escolher autoridades inteligentes e honestas e conhecendo quanto possível os costumes e língua dos povos que administram” (ibid., p. 302). Para otimizar a educação dos africanos e dos indianos, seria apropriado articular a instrução primária com professores que soubessem a língua do colonizador e de quem eles ensinariam.

Na terceira reunião (18/03/1878), fechando o debate, o professor do Curso Superior de Letras, Adolfo Coelho, intercedeu defendendo a criação do Instituto Colonial, que além das cadeiras propostas inicialmente por Teixeira Vasconcelos, fossem adicionadas as de Direito Colonial e de etnografia. A primeira deveria fazer circular os parâmetros legais da ação do futuro agente estatal; a segunda colocaria à disposição do alunado um conjunto de conhecimentos acerca das “culturas diferentes”.

[...] tendo visto expostas, em várias obras, ideias muito diversas sobre o modo de colonizar este vasto continente, reconheceu que a razão principal da falta de unidade em tais opiniões estava em não terem esses escritores ideias uniformes a respeito das raças; e por isso julgava a etnografia um ramo de conhecimentos indispensável aos que quisessem entrar a sério no complexo problema africano (Ibid., p. 309).

Mesmo com as oposições, elabora-se uma proposta que seria enviada a órgãos do governo metropolitano. Nela a *Sociedade* considerava que para os Estados detentores de territórios no ultramar era condição obrigatória escolarizar os indivíduos que tinham como função a de representar a “majestade da lei” e “distribuir a justiça social”, ultrapassando a “infinitude de vergonhas que todos conhecem” sobre a atuação do funcionalismo colonial. Para tanto, especula um currículo, formado pelas cadeiras já citadas, mais botânica agrícola e florestal, zootecnia, economia agrícola, culturas aruenses e arboricultura. (ibid., pp. 200-203). Missionários católicos deveriam ser incentivados a frequentar o curso e se daria preferência na escolha dos funcionários diplomados no *Instituto*.

No decorrer da década de 1880, surgiu mais uma proposta de um Curso Colonial, dessa vez mais robusta, que incorporava a experiência de outras congêneres já existentes nos outros Impérios e que levou a denominação de Instituto Oriental e Ultramarino. As disciplinas estariam organizadas em cinco grupos³⁵, propondo um currículo extenso e de difícil implementação.

Como na anterior, há a indicação de se estudar mais profundamente as línguas e os dialetos do Império, e serem ensinados aos agentes estatais colonizadores quantas línguas forem necessárias, especulando sobre um tipo de funcionalismo que apresentasse um poliglottismo que poucos em Portugal detinham.

³⁵ Seriam: 1) “doutrinas preparatórias”, contendo as já citadas história e geografia, por exemplo, agregados com atividades mais práticas, como, por exemplo, prática fotográfica e topografia; 2) “doutrinas especiais”, onde estariam indicadas as cadeiras relacionadas “às terras, à gente, e às línguas”; 3) as “doutrinas integrantes”, espécie de disciplinas complementares à formação, a serem cursadas em outros centros de ensino superior; 4) “doutrinas complementares”; e 5) “doutrinas de conferência”, onde se frequentariam cursos professados por homens práticos a se buscarem fora da instituição.

Insistia na importância de se incorporar uma formação jurídica, tanto os marcos legais da administração dos territórios de além-mar – regulador de ação dos colonizadores –, assim como as leis e os costumes locais (a etnologia entraria aqui), estes a serem compreendidos pelo administrador como requisito necessário para um melhor controle das populações. Por fim, estariam a disposição dos alunos conteúdos que identificassem as potencialidades econômicas a se explorar, como a produção agrícola, por exemplo, inteirando-se acerca de como agir em prol do desenvolvimento econômico possível. As cadeiras de história e geografia estariam também presentes (SOCIEDADE, 1890e, pp. 509-516).

O diferente dessa proposição com relação à anterior foi adicionar a defesa de processos avaliatórios para a entrada do alunado na instituição, assim como para os funcionários que já estavam lotados nas colônias, exames esses que eram ausentes entre os portugueses, mas presentes em processos colonizatórios tidos como mais eficientes, como da Grã-Bretanha, da França e da Holanda. (ibid., pp. 517-526).

Outro item que apareceu foi a proposta de fundação de uma escola dedicada ao incentivo da emigração. Para facilitar a escolha e a fixação nos territórios ultramarinos – em detrimento das ondas de portugueses que iam, em grande parte, em direção ao continente americano –, propunha-se um Liceu Instituto Ultramarino, com “doutrinas preparatórias” que proporcionassem conscientizar as vantagens de se fazer parte do Império, preterindo o deslocamento ao estrangeiro. Fazer perceber a África como um outro Portugal existente: “Fazermos que os emigrantes conheçam esse valor, por forma que eles saibam para onde vão, o que os espera, e aquilo com que devem contar” (ibid., p. 531). O *Liceu* teria também um internato para os naturais das terras de além-mar estudarem e saberem como era o território metropolitano *in loco*.

Nas duas propostas há limitações e fogem, de certa maneira, das realidades escolares da Metrópole e/ou do cotidiano das populações nas colônias. No caso específico da década de 1870, o currículo se apresenta escasso, sem profundidade e muito baseado nas opiniões do professor Adolfo Coelho. No caso do Instituto Oriental e Ultramarino, e mesmo do Liceu, o que se percebe é um excesso curricular, numa erudição que poderia ser inútil aos propósitos da administração pública civil e ser impossível a efetivação, por possivelmente não se encontrar docentes e investigadores a disposição suficientes em Portugal ou mesmo na Europa.

Apesar de não terem se concretizado, em ambos os projetos já desponta a preocupação com o governo dos funcionários civis, estes entendidos, pelo que lemos,

ingovernáveis. Mas notados, ao mesmo tempo, como os que mais teriam potencial de requalificar as colônias de maneira a serem mais bem exploradas, mais civilizadas e incorporadas ao “mundo português”.

Uma escolarização do agente estatal colonizador criaria, pois, uma integração dos interesses da metrópole à das colônias. Entretanto, para que isso ocorresse era mister antes vincular os representantes da metrópole aos interesses civilizatórios e sujeitá-los aos ditames do governo imperial, diminuindo as influências das decisões individuais.

Para tanto, a constituição de um ambiente disciplinador do funcionalismo, que efetivasse a instrução de massas na norma, o incentivo da aptidão e o alcance de um padrão de normalidade de atuação, seria o que de mais significativo a Sociedade de Geografia de Lisboa forneceu à obra colonizadora.

Como veremos a seguir, surgiu um Instituto Colonial em 1906 – ou como foi denominado, uma *Escola Colonial*. Entretanto num formato menor que das expectativas e com uma estrutura aquém das expectativas deste clube restrito de colonialistas.

PARTE II

A ESCOLA COLONIAL E A INVESTIGAÇÃO DO ULTRAMAR

Com o início do século XX surgiram novos caminhos ao colonialismo português, engajando definitivamente o Estado metropolitano na vinculação da Nação aos desígnios imperiais.

Da parte da política colonial, o novo regime republicano reafirmou o ultramar como espaço nacional, agindo no reforço do controle sobre suas populações. As campanhas militares no interior africano, que já vinham num crescendo desde a Conferência de Berlim, foram mantidas, senão expandidas (PELLISSIER, 1986). O novo regime que se contrapôs em vários aspectos à Monarquia, não considerou desmobilizar as forças imperiais.

Tendo como perspectiva territórios razoavelmente controlados e fronteiras definidas, a reorganização da administração com vistas a uma maior eficácia passou a ser prioritária. Nessa matéria, o agora renomeado Ministério das Colônias deveria optar por uma governança mais centralizada, seguindo uma linha rígida de mando e obediência, ou aceitar a descentralização, ampliando a capacidade de gerenciamento dos governadores-gerais e demais instâncias de poder encontradas e a se criar nos territórios do além-mar.

Eduardo Costa³⁶ já defendia, num extenso estudo apresentado no I Congresso Colonial de 1901 (organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa), autonomia às províncias, com maior poder dos governadores-gerais e a expansão e aprimoramento da divisão administrativa, criando-se distritos e circunscrições de modo a se dividir responsabilidades com autoridades civis (1901, pp. 535-761).

Entre 1907 e 1912 (antes mesmo da República e continuando nela) atos de reforma colonial já incorporaram a descentralização administrativa. Após isso, no *Regulamento das Circunscrições Administrativas da Província de Angola*, de 17 de abril de 1913, tentava-se fortalecer a administração civil em detrimento da militar. Em 1920, a lei 1005 de 7 de agosto criava conselhos legislativos em Moçambique e Angola e mudava a denominação de governador-geral para de alto-comissário, este podendo agir mais autonomamente com relação ao Ministério, seguindo modelo britânico de administração (ALEXANDRE, 1999, pp. 46-47).

³⁶ Africanista já citado no capítulo 3, fazia parte da geração de administradores coloniais militares forjados após Conferência de Berlim, comandantes da ocupação do interior do continente e defensores de uma reforma ampla do colonialismo, como António Enes e Aires de Ornelas (MACEDO, p. X, s.d.). Participou da campanha militar que derrotou Gungunhame em Gaza. Chegou a ser nomeado professor da Escola Colonial, mas faleceu antes de assumir as aulas (GONÇALVES, 1962, p. 8).

As passagens do general Norton de Matos como governador-geral (1912-1915) e alto-comissário (1921-1923) de Angola são qualificadas, por parte da historiografia (ALEXANDRE, id., p. 47; FREUDENTHAL, 2001, pp. 285-288), como sendo uma das principais experiências de governança independente, e por alguns descrito como excessivamente personalista, beirando a tirania (MARQUES, 2001, p. 25).

De qualquer maneira a possibilidade de contrair empréstimos e gerir as próprias finanças, assim como ser o comandante das forças armadas, mesmo sendo civil, são duas novidades do cargo dos altos-comissários. E no caso angolano, entre as várias ações feitas por Norton de Matos, uma destacada foi a de proporcionar maior poder e responsabilidades às autoridades civis de circunscrição, sendo estes escolhidos preferencialmente entre pessoal especializado da metrópole, substituindo os tradicionais administradores talhados dentro do cotidiano da colonização (ALEXANDRE, id.). Matos tentou estruturar uma hierarquia que oferecesse flexibilidade aos administradores de circunscrição – estes já previamente instruídos e disciplinados na metrópole –, sem a necessidade de intervenções diretas e constantes do Ministério localizado na distante Lisboa.

Com relação à institucionalização do colonialismo, na primeira metade dos 1900 constituiu-se o que João Carlos Paulo denominou como “educação colonial na metrópole”, onde se incidiu por duas frentes: uma tentando montar estrutura escolar e pedagógica aos corpos burocrático, científico, médico e religioso e, complementando, na introjeção do Império nos currículos liceais metropolitanos (1992; 2001)³⁷.

A escolarização do corpo de colonizadores civis vai se tornando factível já em 1901 quando surgiram disciplinas com conteúdos pertinentes à realidade ou o passado colonial no Curso Superior de Letras de Lisboa (geografia e história) e nos ensinamentos elementares do Instituto Industrial e Comercial, além dos já existentes cursos de formação militar. Acrescenta-se um curso especializado em assuntos do além-mar no Real Instituto de Lisboa (herdeiro do Instituto 19 de Setembro) e no ano letivo de

³⁷ Sobre o que seria “educação colonial na metrópole”, João Carlos Paulo conceitua: “A par das discussões concernentes à ‘modernização’ da estrutura político-administrativa e do sistema de exploração económica, a ideia da necessidade de se interessarem as ‘élites e o povo’ pelos assuntos coloniais figurava entre os temas recorrentes da reflexão acerca do colonialismo, dando origem àquilo que, de modo aparentemente paradoxal, se passou a designar por ‘educação colonial na metrópole’. Na verdade, tratava-se da educação colonial da metrópole, visando a socialização da ideologia colonial, a formação especializada de pessoal técnico-administrativo e a constituição de núcleos de preparação de futuros investigadores em ‘ciências da educação’” (2001, p. 31).

1905/06 o aparecimento de um curso colonial na Universidade de Coimbra com doze disciplinas³⁸ (ESCOLA, 1937, pp. 254-277).

Apesar disso, todos esses cursos nascem do espontaneísmo dessas instituições de ensino superior, sem deter vínculo direto com o funcionalismo das colônias ou com o Ministério. Seria apenas com a fundação da Escola de Medicina Tropical, em 1902, e a Escola Colonial (dentro do prédio da Sociedade de Geografia de Lisboa), em 1906, que surgiriam propostas de institucionalizar especificamente ações colonizatórias na metrópole, com o Estado assumindo a escolarização dos agentes civis como premissa.

Há, portanto, desde o Ultimato inglês, paulatinamente, tentativas de convergir a nação para o incremento do Império, tanto no sentido de se ter um maior controle, como de introjetá-lo no cotidiano metropolitano.

Com relação ao contexto externo, a alta destruição resultante da Primeira Grande Guerra trouxe propostas de construção de uma nova disposição geopolítica, em que se reconstituíam relações interestatais modeladas por órgãos de arbítrio dos conflitos de maneira imparcial, auxiliados por comissões que fiscalizassem os abusos de agentes privados e estatais fora de seus territórios originais. A intenção era de evitar novos conflitos e propor resoluções a problemas globais como a escravidão e a corrida armamentista, por exemplo.

A Sociedade das Nações (SDN) no que concerne ao arbítrio sobre os conflitos, nas pressões por diminuição na produção de armamentos e administração de alguns territórios, incluindo-se antigas possessões alemãs na África; a Organização Internacional do Trabalho (OIT) como fiscalizadora de relações laborais que se aproveitavam de formas forçadas e/ou escravistas; a Comissão dos Mandatos avocando o papel de protetora dos povos colonizados: são três exemplos de novas instituições surgidas no período Entre-Guerras, responsáveis pela avaliação e inspeção dos Estados nas suas ações sobre territórios e populações fora de seu domínio original.

Juntamente com a constituição desta nova concertação internacional, vieram alguns questionamentos à atuação dos Impérios e, mais especificamente, a existência de formas compulsórias de trabalho. Tentando propor formas de erradicação da escravidão e do tráfico internacional de trabalhadores, organizaram-se delegações de especialistas

³⁸ Em sua grade curricular somente havia uma disciplina ligada diretamente ao colonialismo (administração colonial, organizada por Marnoco e Sousa e Rui Ulrich) no terceiro ano, num total de doze. A partir do período republicano perde o status de curso de especialização, sobrando apenas a disciplina Administração Colonial como optativa do curso de Direito Administração Colonial (ESCOLA..., 1937, pp. 257-258).

na matéria, excogitadores e denunciadores de governos coniventes ou usuários de tal situação.

A publicação de um inquérito contratado pela OIT ao sociólogo estadunidense Edward Ross (1925) entra nesse rol de avaliações transnacionais. Interpelando Portugal, as conclusões foram altamente negativas, indicando um atraso civilizacional da própria metrópole, qualificando-a como ainda ancorada na manutenção de relações trabalhistas antiquadas, usando variações de formas de trabalho compulsório sem controle. Como na segunda metade do século XIX, via-se às voltas com questionamentos sobre sua atuação como Império e a comunidade internacional ambicionando retirá-la do grupo de países capacitados para colonizar (JERÓNIMO, 2009). Uma das consequências diretas dessa pressão foi a publicação do Código de Trabalho dos Indígenas (1928), já no período ditatorial, que ao menos legislava sobre a proibição do Estado, em suas representações administrativas nas colônias, de recrutamento compulsório de população local.

Com a crise do liberalismo na década de 1920, a indisposição de algumas potências de desmobilizarem suas forças militares e não acatarem decisões dos órgãos transnacionais – acarretando na débil atuação da SDN –, e o recrudescimento dos nacionalismos e fascismos, adicionados às agudas crises econômicas e políticas dos primeiros anos da República, tudo isso fez com que Portugal optasse por um ensimesmamento da Metrópole com suas colônias.

Aproveitando o caminho mostrado desde 1910, de reafirmação do ultramar como espaço nacional, o regime de exceção estabelecido desde 1926 optou por potencializar os processos colonizatórios no caminho de uma unidade imperial. O golpe militar e a posterior solidificação do Estado Novo colocaram em prática essa tendência da unidade, revertendo a disposição da Primeira República de autonomia governativa das colônias, sem, no entanto, desperdiçar outros projetos já existentes, como a escolarização dos agentes estatais.

Daqui para frente se tentariam criar laços mais firmes da metrópole com as colônias em todos os aspectos possíveis. O ministro Armindo Monteiro (1931-35) num discurso que relatava “as diretrizes da governação ultramarina portuguesa”, reforçava o quanto o Estado Novo estava empenhado na obra do colonialismo, estabelecendo um aprimoramento sobre a arquitetura imperial da Primeira República:

Veio a acontecer que, sob o regime de autonomia, as colônias, durante anos, quase completamente ignoraram a metrópole. A obra colonizadora, que devia ser o resultado de persistente esforço comum, passou a tomar aspectos puramente pessoais. Os Altos Comissários tiveram nas mãos todos os

poderes; mandaram como quiseram; foram alguns para o ultramar precedidos da grande esperança dos povos e levando na bagagem consideráveis meios de trabalho: no fim da jornada, poderá alguém dizer, com justiça, que a autonomia trouxe ao ultramar mais prosperidade, ordem, crédito, prestígio do que o regime a que sucedeu? Em 1926 todos ansiavam pelo retorno a mais sensatas normas da vida. [...] Desejava agora o governo, sem romper com os cânones da autonomia, impor ‘mais eficaz superintendência e fiscalização’ e definir, de modo a evitar confusões, a competência da metrópole e dos governos coloniais (MONTEIRO, 1940, pp. 433-434).

As novas “Bases Orgânicas da Administração Ultramarina” (decreto-lei nº 12421 de 2/10/1926) elaboradas na passagem de João Belo no Ministério das Colônias (1927-28), já restringiam os poderes dos altos-comissários. Daqui até as promulgações da carta orgânica do Império colonial português (decreto-lei nº 22288) e da Reforma Administrativa Ultramarina (decreto-lei 23229, ambas de 1933), passando pelo Ato Colonial (decreto-lei nº 18570 de 1930), formarão um conjunto legislativo de reforço do poder metropolitano sobre seus territórios de além-mar, além de executar ampla reforma jurídica e administrativa, estabelecendo funções, deveres e direitos de funcionários públicos, emigrantes, populações colonizadas e demais grupos que participariam da tal obra.

Associado a isso, a propaganda tentava contribuir com o esforço de convencer a população metropolitana que o além-mar seria um imperativo nacional. Daí a organização de inúmeros eventos, como a Exposição e os Congressos Militar e de Antropologia Coloniais (todos no Porto e no ano de 1934); os Congressos Coloniais (1924 e 1930); a I Conferência Econômica do Império Colonial (1936); a I Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa (1937) e a Exposição do Mundo Português (1940), para ficarmos nas mais pretensiosas.

A par disto, reformou-se a Escola Colonial (em 1927 passa a se chamar Escola Superior Colonial), (res)surge a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (1936)³⁹ e aumentam as publicações cuja temática fosse o colonialismo, criando uma miríade de obras, eventos e instituições comprometidos com a manutenção imperial e defesas de uma ocupação científica e instrucional das colônias. Estamos diante do ápice da Ciência da Colonização, ao menos dentro do território continental onde passaram a circular abundantemente informações e análises acerca do ultramar.

Um dos resultados de todo esse processo foi, portanto, a expansão de influência da *expertise* colonialista – agora alocada em instituições estatais e universitárias –,

³⁹ O Instituto de Investigação Científica Tropical, herdeiro da Junta de Investigações do Ultramar após o 25 de Abril, defende que há uma ancestralidade mais antiga que da década de 1930, sendo a Junta de Investigações uma continuidade da Comissão de Cartografia de 1883.

incumbida de melhorar a administração nas colônias (com estudos e formação), de vulgarizar o espectro imperial nos diversos campos sociais da metrópole e de incrementar a ocupação científica do ultramar.

Na perspectiva de participar ativamente na “unificação do Império”, eleita como finalidade do Estado Novo e um de seus sustentáculos no poder, a Ciência da Colonização alçará o posto de um dos determinadores discursivos do novo regime, impondo-se como importante produtora de verdades do que seria o sujeito português nas próximas décadas.

4 – Escolarizar para o ultramar: finalmente um Instituto Colonial

Prof. Santa-Rita

*Eu cá sou o Santa Rita
Tenho um nome bem catita
- Um nome mesmo de fada
Rita sou, agora santa...
- De Santa não tenho nada.*

*Eu sou até bem mausinho,
Bem mausinho por sinal.
- No mundo há tanta maldade.
Fingindo doce carinho,
Eu trato a Colonial
Como queria tratar
A saudosa Faculdade...
Que não me quis aturar.*

*“Chumbo” hoje, “chumbo”
amanhã
Nesta vida vou singrando...
Para “chumbar” sou seu fan.
E posso aqui afirmar
Que me rebolo a gozar
Nos meus “chumbos” pensando.
.....
Nunca vi no mundo assim
Um homem tão pequenino
Com um gosto tão ruim.*

G. Ferrão

Prof. Lima Basto

*Já lá vão dois anos...
Quase uma eternidade.
Dois anos que para mim
São dois séculos de saudade.*

*Foi nessa altura nosso professor.
Alegre, sempre de bom humor,
Todo ele irradiava simpatia.
- Suas aulas corriam plenas de
alegria.*

*Quer o assunto fosse leve,
Quer fosse massudo,
Tinha sempre uma graça
A propósito de tudo.*

*Nunca houve entre nós
Qualquer mal entendido.
- Estou certo que para todos
Foi o mestre mais querido.*

*Já lá vão dois anos...
Quase uma eternidade.
Dois anos que para mim
São dois séculos de saudade.*

G. Ferrão

ESCOLA SUPERIOR COLONIAL
Livro dos finalistas de 1938-1942⁴⁰

⁴⁰ Versos contidos no livro dos formandos da Escola Superior Colonial, turma de 1938-42, com alusão aos professores José Gonçalo de Santa-Rita (Geografia) e Eduardo de Lima Basto (Administração Colonial); (ESCOLA, 1942).

4.1) Primeiros anos: uma “escola modesta”

A primeira geração de sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa praticamente não viveu para ver o surgimento da Escola Colonial. A segunda geração é a que vai efetivar a estruturação de uma instituição de ensino exclusiva para o funcionalismo colonial, já quase no final da Monarquia, usando espaços da novíssima sede da *Sociedade* na rua das Portas do Santo Antão, no centro de Lisboa. Dia 25 de outubro de 1906, na sala Portugal da SGL, foi oficializada a *Escola* tão ambicionada.

No primeiro ano matricularam-se 14 alunos, sendo seis ordinários (que se propunham a frequentar todas as disciplinas) e oito extraordinários (PACHECO, 1963, p. 7). Na sessão de entrega de prêmios aos melhores alunos desta primeira turma, que ocorria na própria SGL, o Conselheiro Francisco Ferreira do Amaral (presidente da *Sociedade* e primeiro diretor da *Escola*), justifica a festa modesta que era proporcionada:

A Escola Colonial [...] teve durante o ano diminuta concorrência, o que não admira, porque essa *Escola* era a princípio um ponto de interrogação. No entanto, se a quantidade foi pequena, a qualidade foi boa. Os professores foram incansáveis no desempenho da sua missão e os alunos deram provas do maior aproveitamento (SOCIEDADE, 1907, p. 393).

Baixa procura discente foi a tônica nos primeiros anos, todavia sem ser uma surpresa para o primeiro diretor, já que nutria pouca expectativa com a nova instituição, ao menos por enquanto. Isto fica bem claro no próprio decreto de criação da EC, onde se almejava comedidamente: que “sejam modestos os moldes muito embora, e suscetíveis de sucessivos aperfeiçoamentos, mas lancem-se as suas bases essenciais” (decreto de 18/01/1906).

Ainda se tinha incerteza quanto à absorção dos egressos na carreira do funcionalismo colonial, isto percebido numa retardatária publicação de legislação que normatizasse a obrigatoriedade de quem detinha diploma da Escola Colonial para ingresso em alguns cargos. Mesmo ocorrendo indicação no decreto de fundação – no artigo 10º, inciso 2º – de que o Diário de Governo deveria publicar constantemente, a partir de 1908, listas de cargos vagos especialmente atribuídos aos que se formavam no curso da EC, somente em 1917 leis foram promulgadas determinando preferência aos ex-alunos a assumirem postos no ultramar (decreto nº 3621 de 28/11/1917).

A “modéstia” apregoada pelo Ministério e direção também se estabelecia quanto às cadeiras oferecidas. Distribuídas em dois anos estavam sete disciplinas, que

versavam sobre Geografia, Colonização, Regime Econômico, Administração Civil e da Fazenda e Higiene: “foi preocupação [...] dotar [...] apenas com as cadeiras verdadeiramente úteis, não tornando longo e dispendioso o curso” (decreto-lei de 18/01/1906).

No caso das línguas escolhidas foram apenas duas: uma de Angola, outra de Moçambique (quimbundo e landim, respectivamente), justificadas como sendo as regiões onde o empreendimento colonizador deveria ter maiores esforços nesse momento, deixando outras línguas e/ou regiões a serem agregadas numa hipotética expansão da EC no futuro (ibid.). Não há justificativas da escolha destes dois idiomas e não outras dos mesmos territórios. Lembremos que na primeira proposta de um instituto colonial, feito dentro da SGL em 1878, as línguas seriam o mote de existência de um instituto de ensino dedicado aos agentes estatais coloniais⁴¹.

O primeiro grupo de docentes não passou por concurso, sendo recrutados entre alguns profissionais envolvidos com a administração colonial, principalmente militares e missionários. Foram indicados em meio “aos atuais professores das escolas de Lisboa, oficiais do Exército e da arma que tenham provado evidente conhecimento de assuntos coloniais e também funcionários civis que tenham servido no ultramar ou publicado trabalhos de valor sobre alguma das matérias regidas no curso colonial” (artigo 9º do decreto de 18 de janeiro de 1906, de criação da Escola Colonial). O diretor, obrigatoriamente, seria o mesmo da *Sociedade*.

No ano seguinte à fundação, já se ordenava o processo de seleção dos docentes usando-se concurso público, feito em duas partes: a primeira era a defesa de uma dissertação impressa livremente e escolhida pelo candidato, com explanação e inquirição do júri; a segunda, duas lições orais de uma hora cada, sobre pontos tirados em sorteio (artigo 6º do mesmo decreto). Havia um controle da Sociedade de Geografia sobre os resultados, pois ela detinha a autoridade de dar a última palavra sobre a entrada ou não do candidato no corpo docente (artigo 30º do decreto de 22 de fevereiro de 1907). Até a reforma de 1926, manteve-se esta estrutura de seleção.

Propostas de incremento curricular da instituição já estiveram presentes quase que imediatamente ao surgimento da EC: primeiro numa proposta de lei do deputado João de Azevedo Coutinho em 1909, que indicava a necessidade de incluir a “instrução aos colonos”, tentando ampliar a oferta de cursos formativos aos emigrantes, tanto os

⁴¹ Cf. parte 3.3.4) *Uma Escola para formar expertise colonizadora*, desta tese.

que queriam se tornar camponeses direcionados a um curso agrícola especializado em meio-ambiente africano, como os que iam para comerciar, instruídos no funcionamento específico das trocas mercantis do ultramar (COUTINHO, 1962[1909], pp. 81-122).

Outra proposta veio três anos depois, escrita pelo deputado Prazeres da Costa, onde fazia uma crítica a inoperância da Escola Colonial, e uma acusação que perseguiria os formandos da instituição daqui para frente, a de serem demasiado “teóricos”:

Não é segredo para ninguém que a instrução colonial prende hoje atenção das grandes potências colonizadoras. [...] Entre nós pouco se tem feito neste sentido. Criada em 1905 [sic], a Escola Colonial de Lisboa representa, é certo, uma iniciativa simpática, mas, volvidos seis anos, devido, sem dúvida, à exiguidade das matérias que nela se professam e à orientação pedagógica, mais teórica do que prática, não satisfaz às exigências da moderna colonização (COSTA, 1962, [1912], pp. 125-126).

O projeto de lei de reforma da EC de 1912 trazia três novas licenciaturas: para magistratura, uma para militares e outra para colonos, além da preservação da administração colonial – como o deputado renomeou o curso já existente dentro da Escola Colonial, que seria estendido em um ano, com a obrigatoriedade de uma parte prática dentro da burocracia do Ministério das Colônias (ibid., p. 126).

Nenhum dos dois projetos-lei foi adiante em sua totalidade, sendo incorporado apenas à estrutura da EC o ensino de emigrantes.

Após dez anos de existência da Escola Colonial, ainda persistia a estrutura modesta. Numa aula de abertura do ano letivo de 1916/1917, o professor José Luís Quintão da cadeira de língua landim, reclamava da pouca atenção dada à instituição que viera para regenerar o colonialismo português, pedindo a expansão curricular e o cumprimento de promessas de inclusão dos egressos no funcionalismo ultramarino. Para ele, existia uma superioridade entre os que se formavam no curso desta instituição.

Os seus profícuos efeitos [de formação que se dá dentro da EC] ter-se-iam feito sentir mais intensivamente, se os governos tivessem atendido as reclamações tão sensatas e justas do conselho escolar, que mais duma vez se tem pronunciado sobre a necessidade imperiosa de dar maior desenvolvimento ao ensino pela introdução de novas cadeiras e alargamento de outras [...], tivesse respeitado as garantias dos diplomados com este curso, [...], pela sua nomeação para os lugares administrativos das Províncias Ultramarinas em substituição de outros funcionários de reconhecida e flagrante inferioridade e incompetência (QUINTÃO, 1920[1916], pp. 229-230).

Em 1919 decide-se ampliar o currículo da Escola Colonial, passando de dois para três anos o total do curso geral para alunos ordinários, incluindo agora as cadeiras de Etnografia/Etnologia (desmembrada de Geografia), Direito Aduaneiro e Estatística,

além do incremento do ensino de línguas com a introdução de concani (Índia) e fulá (da Guiné, mas que não chegou a ser lecionada). Além disso, passa a pleitear o estatuto de curso de nível superior⁴² (decreto nº 5927 de 31/05/1919 que trata da reorganização da Escola Colonial).

A EC ainda segue nos recintos da Sociedade de Geografia, mantendo o mesmo diretor para as duas instituições. Até este ano passaram pelos cursos, tanto como livres, ordinários e extraordinários, 222 alunos, numa média de 17 discentes aproximadamente para cada um dos 13 anos de existência (ESCOLA, 1920, pp. 280-282).

O que podia parecer um aumento expressivo tinha mais o significado de sobrevivência da EC. Não ocorrera ainda o salto de qualidade e tampouco se tornara o centro formativo dos administradores para o Império. Confirmara-se a continuidade do projeto de racionalização das ações colonizatórias e o atrelamento à Ciência da Colonização, mas num formato restrito e de pouco alcance. A despeito da “modéstia”, continuava a aspiração de que um dia se poderia escolarizar a maioria do funcionalismo colonial, e, com isto, ganharia capacidade, no período pós I Grande Guerra, de produzir um colonialismo mais atrelado às demandas de tempos de Sociedade das Nações. Contudo, a EC mantinha-se isolada dentro do próprio Ministério que pertencia e ignorada pelos demais centros universitários metropolitanos, com algumas exceções.

Em 1926, já no período de república militar, o professor Lourenço Caiola (da cadeira de Colonização) na oração de sapiência intitulada “A incompetência colonizadora e o escravagismo de Portugal” esbravejava que vinte anos depois da fundação ocorria ainda o mesmo formato clientelista na ascensão aos cargos do Ministério das Colônias, lamentando que trazer uma formação superior era desvalorizado.

Apesar de tudo, porém, as coisas continuavam na mesma. As nomeações não deixavam de se fazer por favoritismo e em recompensa de serviços políticos e até agora tem continuado a ser uma quimera o reconhecimento dos legítimos direitos dos que tiveram a ingenuidade de pensar que para poderem prestar valiosos serviços ao Estado, nas Colônias, deveriam munir-se previamente dos conhecimentos indispensáveis para bem cumprirem os seus deveres (CAIOLA, 1927[1926], p. 146).

Havia uma barreira aos egressos da *Colonial* no ambiente a que tanto se preparavam, desvalorizados e representantes de um formato de atuação profissional que era rejeitado.

⁴² Reconhecido pelo Ministério da Educação Nacional apenas após a reforma de 1926.

Na premiação aos melhores alunos de 1920-21, o professor-auxiliar José Gonçalo de Santa-Rita (de geografia) na palestra “A escola colonial e a universidade”, repete o tom lamurioso de seu colega Caiola, denunciando o quão a Escola era ostracizada. Para sair desse incômodo lugar, conclamava a um atrelamento do sistema universitário metropolitano como um todo à Ciência da Colonização, ampliando as cadeiras oferecidas cuja temática fosse o melhor-colonizar, assim como dando condições de uma circulação do alunado entre essas disciplinas que fossem sendo criadas, com o intuito de favorecer a formação do futuro colonizador (SANTA-RITA, 1922, pp. 64-83).

Neste sentido, os cursos de história e geografia das Universidades do Porto e de Lisboa pouco tinham de conteúdo acerca dos territórios ultramarinos. As faculdades de direito não se empenhavam em dispor cadeiras e pesquisadores acerca dos aspectos jurídicos das colônias. O curso de etnografia da Escola Colonial vivia isolado do curso de antropologia da Universidade de Lisboa, e etnologia nesta mesma instituição versava sobre somente o território europeu.

As faculdades funcionavam como ilhas fechadas e a Escola Colonial seria a mais isolada de todas. E o ensinado dava a sensação de frustração a que se predispunha ensinar. “Nisto como um todo, a união representa força e a dispersão representa fraqueza e o que é pior, desperdício” (ibid., p. 74). E o espectro colonial mantinha-se estanque em todos os cursos universitários de Portugal, sendo que Escola Colonial poderia estar fazendo esse papel central de uma hipotética rede de universidades portuguesas. Mas muito tinha ainda a se fazer dentro da própria instituição para ambicionar tal lugar central no campo acadêmico. Não detinha nem sede própria, posto que “emprestava” espaço de uma entidade privada, como era a SGL. E mesmo o material didático estava por se fazer, sem apoio de uma área de investigação que lhe alimentasse com informações e análises consistentes.

A cadeira de concani foi inaugurada sem gramática feita e sem literatura suficiente para se consultar. Durante o curso, ainda havia o obstáculo de ter que se alfabetizar os alunos no sânscrito. Ilustrativo da precariedade foi o que ocorreu com o primeiro professor, o qual usaria como material de apoio textos elaborados por ele mesmo, mas que “por dificuldades da ocasião não tem podido estar em condições de serem aproveitadas pelos alunos desta cadeira, por não chegarem a ser impressos, datilografados ou litografados, como se pensou em fazer” (SOUSA, 1922, p. 127).

A Escola Colonial se constituiu finalmente após 28 anos da primeira proposição de escolarização da colonização feita por Teixeira de Vasconcelos na SGL (em 1878). Contudo, surgiu ainda inacabada, indicando por seus fundadores que seria aos poucos sendo constituída, cheia de incertezas quanto a sua continuidade, deixando para *posteriori* a efetivação de uma área de investigação científica e um currículo mais completo.

4.2) A Escola tenta se institucionalizar

Dois anos após o golpe militar, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, no seu retorno como professor na agora renomeada Escola Superior Colonial e tendo assumido o cargo de diretor do *Anuário* da instituição (o primeiro número é de 1919-20), indicou que o periódico mudaria sua linha editorial, tentando abranger toda a comunidade da Ciência da Colonização e, se possível, demais interessados no tema do colonialismo.

O aperfeiçoado periódico não seria mais apenas um guião institucional aos corpos docente e discente; aspirava ampliar os leitores e dotar de mais textos investigativos de autoria dos professores e intelectuais convidados. Teria a ambição de ser “mais eficiente como arma de propaganda colonial com e mais cabalmente ação demonstrativa da necessidade e das grandes vantagens do ensino ministrado nesta Escola Superior Colonial” (MELO, 1928, p. 8).

A reforma editorial veio acompanhada com o incremento do currículo, onde foi determinado um ano a mais para o curso, com a inclusão das cadeiras de Política Indígena, História das Colônias Portuguesas (desmembrada da cadeira de Colonização), Princípios Gerais de Direito Internacional, Público e Privado e Noções de Construção Civil, Construções Coloniais, Traçado e Construção de Carreiras (decreto nº 12539 de 25/10/1926, da reforma do estatuto da ESC).

A instituição de ensino, também, foi nivelada às outras faculdades, proporcionando ao corpo docente a equiparação em carreira e salários aos seus colegas das Universidades, estipulando que daqui para frente fosse exigido dos professores ordinários a dedicação exclusiva e, portanto, um maior comprometimento deles com o projeto pedagógico e com o cotidiano da *Colonial*.

A partir da ditadura também ficava claro onde poderiam atuar os egressos, amparados em legislações que reservavam vagas dentro da burocracia do Ministério das Colônias e na administração nos territórios do além-mar. O decreto da reforma do

estatuto da instituição decidia, em seu 19º artigo, que a partir de 1930, seria obrigatória a reserva de cinco cargos específicos aos formados pela *Escola*: secretários, inspetores e administradores de circunscrição, chefes de postos e administradores de concelho.

Além disso, nos artigos 76, 78, 79 e 80 do mesmo decreto, dava-se a possibilidade, a cada ano letivo, de até cinco oficiais da Armada, dez oficiais do Exército, seis funcionários civis do Ministério das Colônias (das categorias de amanuenses e primeiros, segundos e terceiros oficiais), e mais os provenientes dos serviços administrativos de Angola e Moçambique (quatro) e Índia, Cabo Verde e Guiné (até dois empregados) se matricularem na *Escola* sem perda dos vencimentos e subvencionados no traslado até a metrópole, se acaso viessem do além-mar.

O novo quadro legal daria ensejo que as instruções da Escola Superior alcançariam tanto aos neófitos como os já experimentados na obra colonizatória, numa mistura geracional que, como veremos, não seria bem recebida.

4.2.1 – A Escola Superior Colonial e sua adesão à reforma do Império

O preenchimento de cargos por oriundos de um estabelecimento de formação específica ao exercício do colonialismo civil vinha de encontro com a reestruturação do Império português que estava em marcha, iniciada aquando o oficial da Armada João Belo era ministro das Colônias, e indo adiante mesmo após seu falecimento e início do Estado Novo. Na perspectiva de abarcar o Império como unidade, o novo governo de exceção criou uma profusão legislativa, a qual regulamentou mais detalhadamente a atuação do seu funcionalismo e direcionou mudanças dentro da Escola Colonial.

A principal mudança fora o reposicionamento do mando do Império na metrópole e, mais especificamente no Ministério das Colônias, que se propunha a interferir com mais veemência na burocracia dos governos locais e nas relações dos funcionários com as populações. Para tanto, estabeleceram-se novas “Bases Orgânicas da Administração Colonial” (decreto nº 12421 de 2/10/1926) onde se incrementaram os poderes de superintendência e de fiscalização de Lisboa sobre as autoridades provinciais e distritais. A autonomia conquistada anteriormente pelos Altos Comissariados chegara ao fim a partir do momento em que se estabeleceram rígida hierarquia, normatizações e penalidades.

Na sequência veio o “Ato Colonial” (decreto nº 18570 de 8/07/1930) e sua inclusão na Constituição de 1933, reforçando o Império como política de Estado e o empenho de se intervir e controlar as administrações coloniais. A prática autonômica

das colônias fora muito criticada pela geração que ao final tomou para si o controle da máquina estatal imperial.

Outro marco legal que influenciaria na atuação do funcionalismo, e seria de sua responsabilidade a aplicação, foi o reorganizado “Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique” (Decreto nº 12553, de 30/10/1926), onde se justapôs juridicamente a diferenciação entre “civilizados” e “indígenas”, excluindo estes últimos da obediência ao direito comum e delegando ao Estado português a tutela sobre essa população, além de dar soberania aos poderes locais de montar estruturas jurídicas adaptadas às especificidades de cada grupo.

Este corpo de leis poderia beneficiar em dois pontos o posicionamento da ESC como uma das principais instituições de apoio aos novos desígnios do governo do Império. Primeiramente, tem relação com qual tipo de agente estatal estaria a incumbência da tutela das populações abarcadas pelo Estatuto. A Escola Superior Colonial estaria disposta a assumir esse papel, ainda mais que quem normalmente já tinha essa atividade eram os administradores de circunscrição, os chefes de postos e os administradores de concelho, cargos que deveriam ser reservados aos egressos da *Escola*, reforçado outra vez em legislação que veio *a posteriori* e que regulava o funcionalismo colonial⁴³.

O curso geral, como vimos, incorporou como nova cadeira o ensino de políticas apropriadas ao tratamento dos “indígenas”, além de já ter previsto em seu currículo o estudo da etnologia e de línguas das diversas comunidades do ultramar; logo, dispondo de estrutura instrucional para municiar a demanda de governo desses novos tempos.

O outro ponto passava pela necessidade de mais conhecimento sobre os diferentes corpos sociais do Império, algo que a *Escola* associada à SGL já intuía estar executando. Imaginavam-se num papel de apoio ao campo jurídico na elaboração de legislação e jurisprudência para a miríade de populações colonizadas. Ou seja, predispunha mais uma utilidade ao campo da Ciência da Colonização, o de harmonizar conhecimento que confirmasse a distinção entre os que tinham capacidade de acatar o direito comum, dos que ainda deveriam ser salvaguardados em maneiras próprias de sociabilidade até que tivessem a capacidade de serem incorporados.

Em todo esse movimento reformador e expansivo, a ESC poderia participar ativamente na efetivação de seus parâmetros éticos nas microrrelações das colônias, a

⁴³ Cf. Reforma Administrativa do Ultramar (RAU) e sua discussão na parte 4.2.2) Reestruturação da carreira de administrador: agregar mais responsabilidades deste capítulo.

partir do momento em que seus ex-alunos teriam justamente a exclusividade no acesso a cargos estratégicos dentro da burocracia metropolitana e nas administrações provinciais e de circunscrição, de onde poderiam colocar em prática – no *vis-à-vis* e se aproveitando justamente da rigidez hierárquica do renovado Ministério – as instruções apreendidas do melhor-colonizar.

Complementar ao “Estatuto do Indígena” foi decretado o “Código do Trabalho Indígena” (Decreto nº 16199 de 6/12/1928). Ambos determinaram a obrigatoriedade de vinculação de todas as populações coloniais em atividades laboriosas, não aprovando, em longo prazo, outras formas de sociabilidade que não se conectassem a algum tipo de trabalho de interesse da política econômica metropolitana.

O Estado imperial desejava que se convencessem as populações a largarem a “ociosidade” e se empenhassem em alcançar patamares maiores de produtividade, constrangendo-os a se sujeitarem à moral de um trabalhador compromissado com o aumento da riqueza imperial. Nesta cruzada moralizadora dos vários corpos sociais africanos, o agente estatal que passasse pela Escola Superior Colonial estaria capacitado ao combate às formas de trabalho forçado, sendo o mais adequado incentivador do incremento na formação profissional dos grupos autóctones e na contenção, pelo convencimento racional, dos agentes econômicos que ainda se aproveitavam da exploração de tipos de trabalho estipulados agora como imorais, e atravancadores da expansão econômica de Portugal.

A vinculação das populações a atividades produtivas também tinha o sentido contrário, pois acarretaria na alteração da relação dos próprios administradores coloniais com a produção. A contratação de mão-de-obra local para trabalhos forçados a particulares muitas vezes se dava por intermediação dos funcionários metropolitanos, os quais tiravam vantagens econômicas dessa transação. Com a ajuda de cipaio corria-se o interior forçando indivíduos a irem trabalhar para empregadores muitas vezes distantes e que exploravam abusivamente.

O Código do Trabalho Indígena deveria, por sua vez, desmobilizar os agentes estatais da participação no recrutamento forçado, estabelecendo mais o papel de árbitro entre o contratador e os contratados, constrangendo o “indígena” a trabalhar, mas regulando o contratador a não se aproveitar dessa nova população que entraria como mão-de-obra. A Convenção da Escravidão da Sociedade das Nações (assinado em 25/09/1926), já proibía a intermediação do Estado em relações que envolvessem

trabalho compulsório (artigo 5º), pressionando a metrópole a interferir num comportamento antigo de seus funcionários.

Dentro desse realinhamento legislativo, a volta das missões católicas foi necessária e complementar ao trabalho imaginado aos novos administradores. O Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas da África e do Timor fez com que a educação dos “indígenas” estivesse novamente nas mãos dos missionários religiosos, estes os inculcadores exemplares da civilização do trabalho, do cristianismo e da lusitanidade. A ação missionária agregaria no convencimento dos corpos sociais coloniais o “valor do trabalho”, a “crença de um futuro redentor” e as vantagens de pertencer a uma “comunidade irmanada” em volta da língua e cultura portuguesas (decreto nº 12485 de 13/10/1926).

Uma das principais questões coloniais colocadas nos anos anteriores ao golpe militar seria a desnacionalização pela qual passavam as colônias, em que agentes econômicos e missionários advindos de outros impérios e da União Sul-Africana acabavam penetrando os territórios portugueses. Assustavam-se colonialistas com relação às conversões ao protestantismo e demais doutrinas religiosas evangélicas, as emigrações de Moçambique às minas sul-africanas, a invasão dos capitais estrangeiros na exploração de minérios e agricultura e mesmo pressões para se internacionalizar territórios portugueses. Havia uma expectativa na atuação da dupla missionário/administrador civil para reverter esse processo.

Na nova arquitetura imperial, em que o ditame de um mundo do trabalho se desvinculasse da maneira compulsória, associado a um processo civilizatório calcado no nacionalismo, foi idealizado que um grupo emergente de religiosos e civis escolarizados conseguiria efetivar unidos a obra colonizatória nos sertões da África:

Não se trata de equilibrar o jogo natural das forças econômicas para se assegurar a produção, mas sim de procurar fórmulas mais adequadas à eliminação de quaisquer antagonismos raciais, e mais facilmente conducentes à associação dos esforços de ambas as raças no sentido do êxito da obra de colonização em todos os campos de ação onde se tem de exercer a influência civilizadora do elemento colonizante (MELO, 1927, p. 175).

A centralidade de administradores civis formados em seus recintos deu esperanças aos professores e direção da *Escola* de mudar os rumos da colonização portuguesa no caminho de constituição de uma comunidade ultramarina unida. Nos textos contidos no *Anuário*, em obras de seus professores e muitos eventos relatados em outros documentos, de maneira esfuziante acreditava-se ter finalmente chegado o

momento de protagonismo, passando a ser, com o Estado Novo, o participante essencial dos desígnios da política colonial. Pensaram-se como a “geração que construiria a mística imperial”.

4.2.2) Reestruturação da carreira de administrador: agregar mais responsabilidades

A Reforma Administrativa Ultramarina (decreto nº 23229 de 15/11/1933) veio no bojo dos diversos marcos regulatórios do Império elaborados nos anos iniciais do Estado Novo, delimitando mais claramente a atuação de um funcionalismo que deveria assumir cada vez mais atribuições, ao mesmo tempo em que era chamado a efetivar um novo tipo de autoridade sobre os corpos sociais das colônias.

Como descrito antes, cinco carreiras seriam reservadas aos egressos da ESC a partir de 1930, todas em posição inferior na hierarquia administrativa. Dois cargos tinham a delegação de tratar diretamente com as populações colonizadas, tendo como atividade principal o seu governo: o administrador de circunscrição (ou concelho) e o chefe de posto.

Aos administradores de circunscrição cabia “exercer sobre as autoridades gentílicas uma ativa embora discreta vigilância, procurando conhecer as suas relações com os povos”, devendo conviver diretamente com eles, influenciando na escolha ou destituição dos líderes com quem dialogaria e instruindo-os na melhor convivência com o Estado imperial. Também deveria ter a capacidade de “fazer evoluir, pela persuasão, os costumes e usos dos naturais, proclamando adaptá-los progressivamente à nossa civilização; a sua ação apenas se fará sentir severamente contra os usos e costumes que representarem um ataque à soberania portuguesa ou aos princípios da humanidade” (inciso 3º, 4º e 10º do artigo 51 da RAU).

Tinha-se, como expectativa, a habilidade de controle direto sobre as atitudes desses sujeitos previamente escolhidos para serem líderes, propondo um governo indireto, não menos eficiente, do todo das populações. E essa habilidade passaria pelo entendimento das relações de poder específicas de cada um dos encarregados constituídos entre as diversas comunidades das colônias, e por se formatar uma “autoridade gentílica” nos preceitos do novo Império português.

Em complemento, o chefe de posto tinha mais funções: 1) a vigília policial direta, tanto no sentido ostensivo – de detenção e repressão à delinquência – como na instrução das normas de convivência do Estado imperial; 2) o arrolamento das carências comunitárias e informações sobre os sujeitos – incumbido que era de informar aos

administradores em nível hierárquico superior ocorrências que lhe interessassem sobre a ordem pública e as necessidades da circunscrição, além de organizar os censos; 3) o funcionário que estava em contato direto com as populações colonizadas – aqui estariam delegados a eles a transmissão aos regedores das ordens governamentais, a escolha e convocação das autoridades locais para auxiliar na administração do distrito, a fiscalização das relações de trabalho das populações locais, o registro de casamentos, nascimentos e mortes, etc..

O chefe de posto teria que agir nas diferentes comunidades, vinculando-as a processos sistemáticos de incorporação ao Império, isso tendo de antemão um saber-poder sobre esses corpos sociais muito diferentes. Ademais, era esperada a destreza de equilibrar, por um lado, as percepções empíricas do funcionamento intestino desses grupos (uso de um saber adquirido), com o tirocínio da totalidade da obra colonizatória (o saber constituído no exercício de poder). Esta seria uma lacuna formativa propícia à ocupação de um egresso da ESC.

O consócio, e ex-funcionário militar nas colônias, Alberto Faria de Moraes, em conferência realizada em 1922 na SGL, já alertava à relevância dos administradores de circunscrição na aplicação da política indígena e, portanto, na efetivação de todos os objetivos que Portugal tinha com seus territórios do além-mar. Ele também denunciava a pouca atenção dada pela burocracia metropolitana a tão importante autoridade (MORAES, 1925, p. 92).

Como complicador ao administrador estava a divisão territorial das circunscrições, feita a esmo, mantendo ainda fronteiras elaboradas em períodos remotos, fora de uma racionalidade geopolítica e em desacordo com as diferenças culturais das populações. As designações dos sobas eram feitas sem critérios definidos pelo campo da etnografia, ciência que já existia e poderia ser o parâmetro daqui para frente no reordenamento das circunscrições.

Cada área administrativa deve subdividir-se, tanto quanto possível, em relação ao ponto de vista [da etnografia], isto para que os sobas possam ser investidos de uma autoridade que se sinta apoiada pelos administradores, para que a obediência não seja platônica. Se se não atender ao ponto de vista etnográfico, o soba não gozará do respeito dos naturais dando em resultado perder o administrador um ótimo auxiliar. A escolha dos sobas e dos sobetas não pode ser feita de ânimo livre. Na maioria dos casos, as autoridades desprezam o auxílio dos sobas, vendo neles apenas uma personagem ridícula e da mais ínfima importância” (ibid., pp. 97-98).

Sem uma aliança factível entre sobas e administradores não se efetivaria a obra imperial. E para que o trato se edificasse de maneira mais sólida era condição *sine qua non* o preparo dos funcionários que se relacionariam com esses chefes locais no conhecimento etnográfico, no exercício de percepção do *Outro*. O imprevisto dava margem à falta de autoridade ou aos excessos.

A relação entre os administradores com os cipaiois também causava alarme, de acordo com Alberto Faria Moraes. Em algumas circunscrições essas milícias se sentiam desprendidas de seus superiores enviados de Lisboa, estes vistos como ignorantes sobre as populações e/ou licenciosos com relação ao Ministério. Uma retomada disciplinar e hierárquica era necessária nesse momento, com um aumento de incidência da autoridade baseada em probidade exposta pelo advindo da metrópole.

Depois, haveria que se se reorganizar a disposição dos próprios cipaiois, já que deveriam servir de modelo de organização e de comportamento ao restante do corpo social colonial. Para tanto, deveriam ser recrutados em meio aos casados (moral ilibada, portanto), estarem sempre uniformizados, viverem em moradia higiênica (padrão habitacional a ser ambicionado e repetido pelos demais indivíduos da circunscrição) e bem controlados nas suas ações, para que não exorbitassem suas funções, algo comum e que os fazia também não serem respeitados por seus conterrâneos (ibid., pp. 98-99).

Voltando ao período pós-golpe militar, o professor Lopo Vaz aproveitando a onda reformadora, propõe a reestruturação da economia de funções administrativas, redistribuindo obrigações e responsabilidades, deixando bem claro o que competia aos advindos da metrópole e os que eram nativos, isso concomitante ao estabelecimento de uma conduta única entre ambos. A singularidade dos funcionários deveria, aos poucos, ser deixada para trás, em nome da busca de uma racionalidade governativa única.

Para ele, havia um excesso de atividades e compromissos confiados ao funcionalismo, sendo contraproducente e oneroso exercer cargos nas colônias. A sobrecarga resultava em agentes estatais apáticos, a maioria sem conhecimento do que empreender. As responsabilidades sobre o governo das populações deveria ser compartilhada entre todos os agentes envolvidos, incluindo os locais:

Todos os esforços devem, pois, tender à constituição de organismos de administração indígena fortes, simples e apropriados, subordinando-se todavia, sempre, o funcionamento das rodagens administrativas e os atos dos chefes indígenas à fiscalização exercida pelas autoridades europeias. Tem de se ensinar um povo a administrar-se, tal qual se educa um indivíduo para a luta pela vida (MELO, 1927, p. 185).

Assim que surgiram vários desafios a todo o sistema que estava sendo (re)montado pelo quinhão do Estado português que se dedicava ao Império. No caso da ESC, desejava auxiliar ao que sempre se propôs, o disciplinamento dos funcionários civis, alinhando-os à hierarquia do Ministério. Contudo, havia resistências por parte dos agentes estatais. Diante de tais vicissitudes, como convencê-los a aderir ao projeto do Império do Estado Novo? Como formá-los de maneira a processarem tecnologias apropriadas a um melhor-governo que tomesse as populações colonizadas no plano da sua realidade efetiva, e em cima dessa realidade conduzi-los no caminho do processo civilizatório? E de que maneira integrar e engajar as autoridades nativas e os empregados assimilados na empreitada colonizatória?

Seria uma operação muito delicada de alianças entre uma complexidade de formas de exercício de poder já existentes. O primeiro tipo era dos grupos crioulos, resistentes a se subordinarem ao poder emanado de Lisboa. O segundo vinha das próprias forças armadas, há muito tempo engajadas numa maneira de submeter usando a violência e pouco afeitas de perder espaço para civis e seus modos peculiares de resolução dos conflitos. O terceiro tipo de poder advinha do próprio campo acadêmico, resistente a deslocar forças para o *front* do colonialismo, boa parte desdenhando do que se ensinava na *Colonial* e do que se passava no além-mar nacional.

Por isso, apesar dos marcos regulatórios, da vontade do Estado Novo em unificar o Império, da propaganda mobilizadora da metrópole, uma *Escola* apenas não tinha envergadura de se embrenhar na destituição dos poderes constituídos no ultramar.

4.2.3 – Mesmo aderindo ao projeto do Estado Novo, a *Escola* se sente isolada

Em 1928, num texto publicado no *Anuário* da ESC deste ano⁴⁴, o professor José Gonçalo de Santa-Rita ainda se propunha a justificar a existência de um ensino voltado aos territórios ultramarinos, mesmo após 22 anos do início das aulas na *Escola*, e tendo a Sociedade de Geografia de Lisboa 53 anos de existência. No artigo, ele tencionou responder às seguintes questões: “Haverá motivos que justifiquem a existência de um ensino colonial? Quais são esses motivos, qual o fim, importância e aspectos desse ensino, admitida que seja a sua necessidade?” (SANTA-RITA, 1928, p. 140).

Obviamente que ele responde que não se pode dispensar temática tão importante à Nação em seu sistema educacional. Fugindo do lugar comum de usar o imperativo

⁴⁴ Artigo primeiramente publicado na *Revista de Educação Social*, no número 77, do ano de 1927.

atlântico como apologia, Santa-Rita resolve trazer razões de ordem utilitária para que o conteúdo do além-mar fosse incorporado nos currículos de todas as escolas e universidades portuguesas.

No caso do ensino de nível superior, o principal motivo em se privilegiar tais estudos seria de se criarem condições apropriadas para a adaptação a quem se deslocasse para os territórios nacionais fora da Europa, cuja tendência ele apostava que aumentaria nos próximos anos. Os jovens tinham direito de saber o que se passava em territórios ultramarinos, assim como era suposto o aprendizado sobre o mundo físico, o passado romano e a geografia da Europa do norte (ibid., p. 140).

O professor de geografia denunciava uma espécie de negligência por parte do sistema escolar metropolitano, o qual causava ao potencial emigrante qualificado um desconhecimento que trazia desconfiança e receio, fazendo-o mudar de ideia. A obliteração dos conteúdos ultramarinos funcionava, em realidade, como uma anti-propaganda, desviando contingentes de pessoas para a América e o norte do continente europeu. Em compensação, infelizmente o além-mar acabava atraindo os diletantes e quem não lograva se encaixar em alguma atividade laboral de destaque na metrópole, transformando esse espaço nacional em repositório de indivíduos excluídos ou que não se interessavam em se incluir.

Temos ido buscar o nosso funcionalismo colonial a toda a parte, e muitas vezes ao pior. Uma tradição inconcebível em um país que quer ser uma potência colonial generalizou a opinião de que se trata de terras de pretos, para onde só vai quem não tem préstimo em terras de selvagens brancos... Os relatórios e livros dos mais cotados coloniais têm criticado a forma porque se tem feito o recrutamento do nosso funcionalismo colonial, sem que, todavia, deixemos por completo de mandar para as colônias, os afilhados que os políticos não conseguem colocar na metrópole, os jornalistas que não conseguem outro emprego (ibid., p. 145).

Por sua vez, numa escolarização dos que quisessem servir como colonizadores, almejar-se-ia um comprometimento ético com os desígnios imperiais daquele período, afastando os tais “afilhados de políticos” e “jornalistas fracassados” arrivistas, abrindo o caminho para os que realmente se interessavam em construir um Império unitário.

No ambiente escolar idealizado por Santa-Rita seriam avaliados os futuros colonizadores, num processo seletivo que determinaria *a priori* os mais capacitados à adaptação, além de habilitar o alunado no inóspito a ser encontrado, em simulações feitas repetidamente e refletidas em grupo. Além disso, estaria um currículo apropriado e a disposição aos europeus para praticar as funções de governo e transformação dos sujeitos não-europeus, explicado por um corpo docente experimentado e com didática

apropriada. Seria o local favorável para se “variar a intensidade e dosagem dos conhecimentos a ministrar” (ibid., p. 141) ao futuro agente imperial.

O texto do professor Santa-Rita nos traz, contudo, a percepção que acontecia um círculo vicioso com o ultramar, e, por consequência, arrastava junto a própria Escola Superior Colonial. Quem se deslocava era visto como excluído da metrópole; isto causava, por sua vez, pouca atração aos que tinham melhor formação, que raramente enfrentavam a depreciação que significava sair do continente europeu para seguir uma carreira rumo ao desconhecido. Acrescenta-se que a maioria atraída pelo Portugal imperial tinha um historial de desajuste, que acabava viciando o ambiente em maneiras infecundas de se exercer a função pública, outro motivo que espantava aos que se enamoravam com a obra colonizatória.

A *Escola* tentava resistir ao estigma de formar indivíduos para trabalharem em lugares estéreis, contudo o funcionalismo antigo se incomodava com a chegada dos novos “escolarizados”. Lembremos que os egressos da ESC recebiam desde o início a alcunha de “teóricos”, desdenhados pelo restante de agentes estatais que desqualificavam uma formação universitária, esta que consideravam pouco concreta e inútil, gabando-se de sua empiria.

O professor Lopo Vaz, no *Anuário* de 1930, expressa a ocorrência dessa rejeição sofrida por seus alunos no cotidiano do ultramar: “de tal forma, a superioridade da competência dos diplomados por esta escola se tem tornado, que parece ter cessado, para sempre, aquela desconfiança que, em relação a esses diplomados, desdenhosamente apodados de “teóricos”, se não pejavam de tornar ostensiva alguns incompetentes pretensiosos” (MELO, 1930a, p. 5). Essa mácula não acabou nesse ano de 1930, seguiu perseguindo aos formados na Escola, como atestado pelo professor António Jorge Dias, em 1962, aquando estava numa missão da CEPS⁴⁵.

A constatação do isolamento do ensino colonial numa instituição era mais uma vez demonstrada em outro texto do professor Sampaio e Melo intitulado “Da generalização do ensino colonial a todas as escolas portuguesas”. Propondo o espraiamento desse ramo do conhecimento a outros cursos universitários, ele constata a permanência de uma aridez científica aquando a temática é o ultramar. Um campo de saber específico que podia ser aproveitado pela *intelligentsia* metropolitana, acaba por ficar estanque ao campo da Ciência da Colonização e à *Escola*.

⁴⁵ Cf. capítulo 7 desta tese.

Se a Escola Superior Colonial tal como atualmente funciona, e, principalmente, com a reorganização em projeto, constitui um valioso instrumento de valorização de todos os funcionários para a carreira administrativa nas colônias, ela todavia mais não é do que um sólido, mas que único elo, nessa cadeia de elementos pedagógicos de que, em Portugal, carecemos de dispor para se lograr prender o interesse das gerações novas aos problemas coloniais e à vida colonial (MELO, 1930b, p. 161).

Tentando ultrapassar o papel secundário no ambiente do ensino superior português, a *Escola* lutava para ser reconhecida nos campos dos docentes universitários e de investigadores como instituição relevante na formação e produção acadêmica. Como vimos, reformaram seu estatuto duas vezes (1919 e 1926), atrelaram-se às políticas do Estado Novo e estavam estruturando, lentamente, diga-se de passagem, setores especializados na investigação. Contudo, como percebido nas lamentações dos dois professores da ESC, o estabelecimento ainda era posto no ostracismo.

Corroborava a essa situação de sensação de isolamento alguns aspectos, que como nossas hipóteses, faziam a instituição ensimesmar-se. O primeiro é a origem do corpo discente. Os alunos, de certa forma, já faziam parte do campo do colonialismo, muitos já tendo um curso superior anterior e adquirindo o diploma da Escola Superior Colonial após experiência laboral no ultramar.

Como exposto pelo ex-aluno, o capitão de artilharia Álvaro Tavares dos Santos, que afirma haver uma especificidade dos que frequentam como estudantes a Escola Colonial, onde “sua população tem sido constituída, na sua quase totalidade, por homens não isentos de certas responsabilidades sociais e a quem a dura experiência da vida já tem criado os primeiros cabelos brancos” (SANTOS, 1930, p. 246). Ou seja, a instituição acabava por deter alunos já experimentados e mais velhos, podendo ser esta uma característica intimidatória aos neófitos e mais jovens.

Somam-se ainda os professores, a maioria advinda do militarismo, principalmente a Marinha de Guerra. Em meio a um mundo acadêmico formado essencialmente de bacharéis, com carreiras forjadas no ambiente europeu, deveria causar estranheza a entrada maciça de fardados condecorados, feitos na vida agreste do ultramar, acostumados mais à anuência dos subalternos do que às apreciações de civis.

Por fim, ser um órgão ministerial – ainda mais num período de estado de exceção –, sem a devida autonomia que pudesse acolher a diversidade crítica, acabou por criar um clube restrito de professores análogos nos conceitos e nas conclusões, repetindo em uníssono as prédicas do colonialismo oficial. Seria mais reconhecida como doutrinadora e reprodutiva e menos produtora de verdades.

No mesmo ano de 1930, patrocinou-se uma série de conferências sobre o colonialismo a alunos de outras universidades e escolas superiores, com o intuito de convencer essas comunidades da importância de Portugal deter uma instituição dedicada à formação do ultramar. Na comunicação de abertura, o Conde de Penha Garcia, presidente da SGL e diretor da *Escola*, fez uma conclamação aos jovens da comunidade acadêmica lisboeta, com o título “Alguns conceitos fundamentais da moderna política colonial portuguesa”, tentando didaticamente apresentar o que de básico seria ensinado dentro da *Colonial*, ao mesmo tempo em que repreendia o pouco-caso da juventude sobre o que acontecia nos territórios do além-mar:

Oxalá a minha pobre palavra possa acender, no espírito da gente moça que me escuta, a chama pura do amor pelos estudos coloniais, cujo interesse patriótico é, na hora presente, absolutamente decisivo se a mocidade portuguesa se alheiar da obra colonial portuguesa, mal irá ao país e mal irá às colônias. Mal irá também a mocidade portuguesa que pela sua abstenção e pelo seu cômodo desinteresse, cavar, com a ruína da pátria, a sua própria ruína (GARCIA. 1930, p. 126).

Além da comunicação do conde, consultamos outras três, feitas por professores da *Escola* em outras faculdades de Lisboa, no périplo de persuasão da mocidade para “pararem de se alhearem”, tentarem tirá-los da letargia metropolitana, fazendo-os assumirem de vez as colônias como algo significativo em suas vidas acadêmicas: Lourenço Caiola (cadeira de Colonização) foi à Escola Politécnica falar sobre “A colonização portuguesa em seu conjunto”. José Matias Delgado (de Quimbundo) esteve presente na Faculdade de Letras para chamar a atenção do “Ensino de línguas coloniais: suas necessidades e vantagens...”. Lisboa e Lima (Noções de Construções Cívicas) se deslocou ao Instituto Superior Técnico, onde tentou dizer da “Importância que, para o fomento das colônias, podem e devem ter as suas redes de comunicação” (ESCOLA, 1930). Foram planejadas comunicações de professores nas Universidades de Coimbra e do Porto, que não ocorreram pela ESC não ter verba para pagar os traslados e hospedagens (GARCIA, 1934, p. 299).

A realidade de não se ter uma sede própria e ainda coabitar com a Sociedade de Geografia de Lisboa incomodava. Havia projetos de construção de um local apropriado à reunião das várias instituições de ensino e pesquisa dedicados ao colonialismo, que alguns chamaram de Universidade Colonial de Lisboa, contendo, juntos no mesmo

espaço, um Museu e Curso Superior de Línguas Orientais ainda a se constituírem, a própria *Escola* e o Instituto de Medicina Tropical (ESCOLA, 1937, p. 6)⁴⁶.

À parte desses projetos expansivos, nesse momento ainda pouco prováveis de se concretizarem, a realidade precária se sobrepunha, sendo denunciada pelo ex-aluno Álvaro Tavares dos Santos⁴⁷, num discurso proferido em 1930, na premiação aos melhores alunos daquele ano letivo. “Em matéria de instalações, a pobreza da Escola Colonial vai muito além da lendária pobreza franciscana. Falta-nos tudo!” (1930, p. 246). O aperto dos estudantes fazia prejudicar inclusive o funcionamento da SGL, retirando-lhe espaços de atividades para cedê-los às aulas da *Escola*: “nós todos temos verificado como é difícil de suportar esta inconveniente parasitagem de uma importante instituição oficial em desfavor de um estabelecimento particular” (ibid.).

A falta de espaço prejudicava também o desenvolvimento de núcleos investigativos, estagnando a ESC na função da formação, surgindo algumas pesquisas, mas de caráter pessoal de professores e alguns abnegados alunos (ibid., p. 247). Além de tudo isso, a parte prática do processo educativo, tão apregoado entre os que propunham a fundação de um instituto escolar especializado no ultramar, era avaliado como inexistente. “Isolada, incompreendida, pobre de recursos, sem material didático, apertada de instalações, com uma verba orçamental que é um verdadeiro colete de forças, a Escola Superior Colonial ministra um ensino que se reveste, necessariamente de um caráter verbalista” (ibid., pp. 247-248).

Salas inapropriadas à cartografia e topografia; inexistência de instrumentos e aparelhagem digna com a tecnologia da época, para aprender sobre a construção civil específica das colônias; a fotografia, a telegrafia e a leitura meteorológica, habilidades necessárias para as descrições de quem se embrenhasse nos sertões, não estava no currículo por falta de infraestrutura. “Vivendo a sua atual vida de vagabundagem, habitando cubículos de empréstimos, a Escola Superior Colonial ainda não pôde curar de sua biblioteca” (ibid., p. 248). O museu antropológico e etnológico não havia nem sido projetado.

Vem esta filosofia a talhe de foice, ao frisar quanto os alunos desta Escola sentem que sejam esquecidos, postergados, não por mal, evidentemente, mas por hábito, quiçá porque não fazemos parte das *vias competentes*, todas as suas aspirações, os seus alvitre, os mais legítimos, os mais defensáveis,

⁴⁶ Proposta ventilada por Castro Osório de Oliveira, durante o Congresso de Ensino Colonial no Porto (1934). Mas ela é repetida em vários outros momentos, por outros colonialistas, como em 1940, publicado no *Anuário* deste ano.

⁴⁷ Posteriormente, passou em concurso para professor da cadeira de Direito Aduaneiro, em 1939.

aqueles em que púnhamos toda a nossa ânsia de perfeição, a nossa sede de melhor! (ibid., p. 249).

Por fim, o ex-aluno indica três ações principais que poderiam reverter essa situação, a de incluir os egressos nas tais *vias competentes* e de alcance mínimo dos alvitre de existência da instituição: a construção de uma sede própria, o estabelecimento de uma área investigativa (que ele denomina Instituto Superior de Cultura) e a reforma do currículo (ibid., p. 251).

Conde de Penha Garcia, em 1932, teve vergonha de mostrar a ESC para estrangeiros, aquando ocorreu o congresso do Instituto Colonial Internacional em Lisboa e compareceram colonialistas de várias regiões do mundo. Justamente quando “essa alta coletividade é, neste momento, presidida pelo diretor da Escola Superior Colonial de Lisboa, que infelizmente, não poderá fazer visitar a Escola aos seus colegas, pois essa visita daria, da nossa administração colonial, uma mesquinha e apoucada impressão” (GARCIA, 1934, pp. 293-294). Em 1933 a Escola Colonial conseguiu sair finalmente da propriedade da SGL, mudando-se para edifício na praça Rio de Janeiro (atual do Príncipe Real), entretanto sem ainda ser sua sede exclusiva e definitiva.

No triênio 1931-33 não foram publicados os Anuários respectivos. A justificativa fora o corte de verbas advindo do Ministério das Finanças sobre a *Escola*. A austeridade imposta repercutiu na diminuição da qualidade do ensino, por manter vagas cadeiras cujos professores se reformavam. “A foice implacável dos porcos, e a rasura inexorável do triste jus da idade causaram, à Escola Superior Colonial, nos anos de 1931 e 1932, algumas perdas muito dolorosas para todos os que trabalhamos, e muito dificilmente reparáveis” (MELO, 1934, p. 6). Em 1934, apesar de se publicar o *Anuário* equivalente a 1931-32, não sai o do próprio ano.

Os professores Lopo de Sampaio e Melo (Política Indígena), José de Santa-Rita (Geografia Colonial) e Alfredo Augusto Lisboa e Lima (Noções de Construções Cívicas) acumularam as cadeiras de Etnologia e Etnografia, Administração e Direito Aduaneiro respectivamente, após 1932, com a reforma dos titulares (ESCOLA, 1934, p. 279). Não receberam acréscimos no salário pelas aulas extras (GARCIA, 1934, p. 299).

Ocorria em paralelo o surgimento de outras instituições interessadas no Império e disputando-o como objeto de estudos. Na cidade do Porto o colonialismo estava atraindo investigadores interessados em ampliar seus domínios no campo acadêmico português, mostrando-se forte concorrente às pretensões de preponderâncias no campo científico da colonização. Percebendo o crescimento em importância das temáticas

ligadas ao ultramar, os portuenses meteram-se em estudar as populações colonizadas e expor suas teses em eventos como o Congresso de Antropologia Colonial de 1934 ou a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Em compensação, a “pauperização franciscana” continuaria pelos próximos anos e a mística imperial parecia se distanciar da geração estabelecida na ESC, sendo capturada *a posteriori* por grupos alheios ao colonialismo da *Sociedade* e da *Escola*.

4.3 – A *Escola* tenta se aliar a outros grupos colonialistas e amplia seus cursos

A partir do ano de 1943, a direção resolveu aplicar exames de entrada na instituição, com o intuito de excluir no início do processo, e não no meio, os qualificados por eles como menos aptos para o ingresso no funcionalismo. De acordo com a reforma de 1946 – a que efetivou os processos de seleção no estatuto – eram exigidas provas escritas de língua e literatura portuguesa e exames orais de geografia geral e organização política e administrativa da Nação (decreto nº 35.885 de 30/09).

Alarmavam as altas taxas de reprovação do primeiro para o segundo ano e a qualidade de aluno que recebiam. No ano letivo de 1938/1939, por exemplo, no primeiro ano estavam matriculados 89 alunos; no ano seguinte, frequentavam 30. Isto representava uma alta taxa de reprovação, em torno de 66%; ou seja, 2/3 era excluída. A seleção, a partir desse momento, seria efetivada na entrada, apostando diminuir a influência excessiva dos “chumbos” na regulação da vida escolar (ESCOLA, 1942, pp. 5-6).

Adjacente, tratava-se de acabar com a reputação de ser uma instituição universitária de fácil acesso, estabelecendo seleção mais criteriosa.

Mas não precisa a Escola Superior Colonial, nem aceita uma frequência de rebotalhos escolares. Esses, se vierem, hão de ser implacavelmente excluídos, ainda que a frequência diminua a proporções mínimas, pois licenciaturas há, nas faculdades universitárias, que são frequentadas por pouquíssimos alunos; consideram-se todavia necessárias e não se extinguem por os alunos serem poucos (SANTA-RITA, 1943, p. 16).

Lembremos que além do Curso Superior de Colonização para funcionários, havia um específico para emigrantes, que nunca fora muito frequentado e que no mesmo ano de 1941 tinha apenas um aluno matriculado (ESCOLA, 1942, pp. 5-6). Foi extinto na reforma de 1946.

Pois que a instituição acabava por desistir de abarcar o máximo possível de funcionários coloniais entre seus alunos e, também, de investir na formação escolar dos

emigrantes. A realidade demonstrava que era um projeto demasiado ambicioso. Optou-se, daqui para frente, por algo mais acanhado, estipulando a escolarização factível de uma elite intelectualizada de funcionários e investigadores.

Também tentaram sair do isolamento institucional, baseada que era num ensimesmamento limitado ao seu corpo docente e à Sociedade de Geografia de Lisboa. A partir do final da década de 1930 e principalmente com o início dos trabalhos da Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (1936), passa a firmar parcerias com outras instituições e participar de instâncias nacionais de debate sobre o colonialismo, tentando ampliar o arco de alianças dentro do mundo acadêmico metropolitano.

Uma ação que vai nesse caminho é a abertura da *Escola* a palestrantes convidados de outras instituições de ensino superior, iniciada em 1942. Isto carregava duplo significado: um deles seria o reconhecimento de que existiam outros grupos e intelectuais que pensavam o Império, deixando incluir no cotidiano da ESC outras compreensões da obra colonizatória. O outro era de apresentar o produzido na instituição entre os “forasteiros”, congregando-se com esses intelectuais convidados. “A realização destas conferências [...] constitui uma demonstração indireta, mas oportuna e inteligente, eloquente e expressiva, da fragilidade das afirmações de certos críticos que procuram depreciar a Escola Superior Colonial” (BASTO, 1943, p. 62).

Buscando saídas ao ostracismo, no início da década de 1940, parte do corpo discente tentou usar a Semana das Colônias – evento organizado desde 1927 pela Sociedade de Geografia de Lisboa – para fazer, fora dos círculos colonialistas, propaganda da obra colonizatória. Iniciaram seu périplo pelos sindicatos, falando sobre as próprias investigações, onde acreditavam estar convencendo as pessoas de fora das salas da *Escola* a perceberem as complexidades do além-mar e da necessidade de incorporarem o Império nos seus cotidianos. “Duas dezenas de alunos [...] – entre os quais se contam 4 senhoras – propõem-se fazer palestras, ou melhor, conversar com os membros dos sindicatos durante 40 ou 50 minutos, em linguagem própria, simples e despretensiosa, amena e colorida” (ESCOLA, 1943, p. 90).

É bom o registro de que se vivia um ambiente entusiasmado com o ultramar, ainda mais após a Exposição do Mundo Português (1940), em que na metrópole a população fora implicada a se interessar pelo que ocorria numa “parte da Nação” que estava muito longe da Europa. A Escola Colonial sentia-se impelida a aproveitar esse ambiente, tentando colaborar nessa propaganda e crescer junto com a temática que há tanto tempo se achava possuidora.

Os temas dos alunos passavam por assuntos como “Os cereais na alimentação dos gentios” (feito por Beatriz Gonçalves no sindicato dos motoristas), ou “Riquezas minerais das colônias e suas aplicações pelos indígenas” (explanado por Horácio da Graça Fernandes, no sindicato dos caixeiros), “Chapelaria gentílica” (por José Gonçalves Coelho, também com os motoristas) e “Tabaco, cânhamo e outros excitantes cafreais” (falado por Francisco de Almeida no Cinema do Beato), para ficarmos nesses exemplos (ibid., p. 96). Infelizmente não foi possível aferir se houve boa acolhida e interesse a estes temas pelos trabalhadores, tampouco a quantidade de pessoas que compareceram às tais “conversas com os alunos da *Colonial*”.

Apesar dessas tentativas de expansão dentro da onda colonialista dos anos 1940, a *Escola* ainda sofria com os mesmos problemas das duas décadas anteriores: falta de instalações apropriadas (sem prédio próprio e agora coabitando com departamentos do Ministério, o Museu inexistente, a biblioteca insuficiente, a necessidade de empréstimo de outras instituições de materiais didáticos e de prática), reposição demorada de docentes que faleciam ou se reformavam (repetia-se o acúmulo de cadeiras) e falta de perspectiva profissional aos formandos (ainda se reivindicava junto aos governos coloniais para darem preferência aos egressos). Ademais, perduravam as pechas de curso demasiado “teórico” e de alunos velhos (ESCOLA, 1946, pp. 5-39).

Entretanto, a entrada do professor da Faculdade de Direito Marcelo Caetano trouxe esperanças aos professores de que finalmente chegaria o momento de estruturação da *Escola*:

A circunstância de neste momento ocupar a pasta das colônias um professor da Universidade de Lisboa que tão distintamente marcou o seu lugar de educador na cátedra e ao serviço da Mocidade Portuguesa é garantia de que a Escola terá a organização renovadora e dignificadora do ensino colonial superior e que lhe serão dados os meios de cabalmente a missão que lhe deve cumprir de preparar os quadros de dirigentes do Império Colonial, transformando-se [...] naquilo que deve ser: uma verdadeira Faculdade de Ciências Coloniais (SANTA-RITA, 1945, p. 7).

4.3.1) A reforma no ministério de Marcelo Caetano e o surgimento do ISEU

O Ministério das Colônias sob comando do professor Marcelo Caetano cumpriu algumas das expectativas acerca do incremento e fortalecimento da ESC: primeiramente preservou a instituição, que sofria ameaças constantes de esfacelamento e distribuição a outras universidades de cadeiras e docentes. Depois, deu vazão à uma reorganização curricular reivindicada há alguns anos pelos membros da comunidade da *Colonial*.

O mais relevante foi a divisão do original Curso Superior Colonial em dois: um “acentuadamente profissional e portanto todo ele dirigido a preparar o futuro funcionário”, intitulado de Administração Colonial; o outro “de caráter desinteressado e complementar, destinado a proporcionar ao escol português os conhecimentos dos principais problemas relacionados às colônias”, nomeado de Altos Estudos Coloniais⁴⁸ (Decreto nº 35.885 de 30/09/1946).

“Administração” teria caráter pragmático e voltado a preparar a ação burocrática e de governo em face de um reordenamento profundo do cotidiano ultramarino. Para tal empreitada, o decreto indicava que o curso deveria treinar de maneira correlata às academias militares, num ambiente que zelasse por uma ética profissional calcada na instrução disciplinada do futuro agente imperial. Tanto é que punha como objetivo o regime de internato aos alunos, quando fosse possível (ibid.).

O cerne da formação dos funcionários estaria nas cadeiras de Economia Política/Finanças, Direito e Colonização. Ademais, História e Geografia deveriam proporcionar informações detalhadas sobre o passado dos colonizadores e do espaço do além-mar. Duas línguas coloniais mais o inglês, assim como educação física (desporto e campismo), forneceriam técnicas apropriadas à comunicação com os nativos e a sobrevivência ao meio-ambiente. Incluía-se, também, uma novidade: a disciplina de “Missionologia e Educação dos Indígenas”, onde habilitaria os agentes a tratar com as missões religiosas, tendo como base teórica a etnopsicologia (ibid.).

“Altos Estudos”, por outro lado, era de cariz reflexivo, dando apoio teórico ao funcionalismo no governo das populações colonizadas, assim como tentando qualificar seus alunos como investigadores especializados, apostando elevá-los ao patamar de melhores manipuladores do campo da Ciência da Colonização dentro do ambiente acadêmico da metrópole.

Para tanto, propunha ser um curso predominantemente monográfico e flexível quanto aos conteúdos e parte do currículo. Aos alunos se exigiria capacidade intelectual autônoma, pois teriam que apresentar textos com boa erudição e que carregassem reflexões amadurecidas. Ao corpo docente dava-se a liberdade de escolher assuntos atualizados nas problemáticas da governança do Império e da política ultramarina do momento (ibid.), tanto nas disciplinas fixas (Política, Direito, História, Geografia, Economia e Instituições Nativas), como nas variáveis.

⁴⁸ O decreto informa que a escolha pela denominação “Altos Estudos Coloniais” fora feita por falta de se ter outra melhor.

Corroborando a isso, no artigo 4º da reforma era estipulada que a ESC estava obrigada a atrelar-se à rede de investigadores de outros organismos do Ministério das Colônias, como a Junta de Investigações das Colônias e a Escola de Medicina Tropical, além de promover a conexão com outros centros de pesquisa. Incluiu, também, o encargo de promover o ensino de disciplinas de livre acesso à comunidade, como cursos de extensão com professores da instituição e convidados de fora (artigo 5 do decreto de reorganização da ESC).

Os alunos da “Administração”, de acordo com esta reforma de 1946, deveriam ser homens, entre 17 e 25 anos, sem formação universitária anterior (artigo 30). Dificultava-se, assim, o acesso dos militares a esta carreira. Com relação à garantia de entrada na administração estatal colonial, se daria pelos estágios no Ministério a serem feitos a partir do 3º ano sem vencimentos, sendo que nesta posição deveriam aguardar vagas disponíveis (artigo 38). “Altos Estudos” tinha o ingresso menos restritivo, abrindo-se a indivíduos que já tivessem formação universitária. Os funcionários da ativa eram bem-vindos, assim como os que já tivessem se formado em Administração Colonial (do artigo 45 ao 47).

Se nos basearmos na antiguidade das reivindicações de reforma e propostas de mudança curricular, podemos assegurar que o decreto de 1946 chegou atrasado, ao menos pelas demandas internas. Em 1936 havia uma proposição de remodelamento do currículo, feita pela direção e pelo conselho escolar e enviado ao Ministério. No ano seguinte, foram escritas as “Bases para a criação de uma Faculdade Autônoma de Ciências Coloniais de Lisboa”, elaborada pelo prof. Lopo de Sampaio e Melo (GONÇALVES, 1962), onde se estabelecia a formação de uma nova instituição, liderada pelos professores da Escola e que englobasse todas as instituições na capital do Império envolvidas com a Ciência e Ensino da Colonização. A celeridade de aparecimento de reorganizações, após a efetuada na época de João Belo no ministério, pode nos fazer pensar que esta pode ter sido incompleta e/ou imposta pelo Ministério, sem ter sido feita consulta extensa ao corpo docente.

Cursos de extensão cultural foram criados, como a da Índia Portuguesa (lecionada por orientistas) e de apicultura. As conferências aumentaram, dinamizando mais o ambiente escolar (ESCOLA, 1950). Diminuía-se, com isso, a dependência da Sociedade de Geografia na organização desses eventos, que são típicos de uma instituição de ensino superior, mas que foram vilipendiados.

Acopladas à reforma na estrutura da *Escola*, vieram mudanças na redação da Reforma Administrativa Ultramarina, na parte que determinava os programas dos concursos para chefes de postos e secretários de circunscrição. O que era indicado como conteúdo foi ajustado ao currículo da ESC, criando mais uma vantagem aos egressos aquando concorressem com os que não tivessem formação idêntica (portaria nº 10980 de 4/06/1945).

Outra melhoria pareceu ser o estabelecimento de um núcleo de idiomas, que ofertaria o máximo de línguas possíveis das colônias e da Europa, além de poder ser local de investigação linguística e editor de material de apoio. Quando a Sociedade de Geografia começou a elaborar um plano de Instituto Colonial no último quartel do século XIX, a ideia havia surgido originalmente para prioritariamente oferecer o aprendizado de línguas aos funcionários, como vimos no capítulo 3. A Escola Colonial foi fundada, várias reformas curriculares e estruturais foram postas em prática, e as cadeiras de línguas nunca tiveram um papel preponderante dentro da Escola, como preconizado pelos dos membros da SGL.

Somente após 65 anos dos debates da *Sociedade* é que surgiu um Instituto de Línguas Africanas e Orientais. O novo local, anexo à ESC, tinha o objetivo claro de ampliar consideravelmente a quantidade de idiomas a serem investigados e ensinados, além das três que sempre estiveram presentes no currículo. “A verdade, porém, é que não interessa ao país unicamente o ensino elementar de duas ou três línguas faladas pelos naturais do Império: há que promover o desenvolvimento de estudos de filologia e gramáticos [...] animar a elaboração científica de vocabulários e gramáticas” (dos artigos 48 a 54 do decreto 35.885). O ensino de árabe e sânscrito foi transferido da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para o *Instituto*.

Porém, limitações ocorreram já no início. Primeiro, que os professores advindos da Faculdade de Letras se reformaram ou não quiseram ser transferidos, deixando vago o ensino do sânscrito e do árabe e não estando disponíveis ao menos, por enquanto, ao corpo discente. Com relação às outras línguas, era difícil achar falantes que tivessem o conhecimento aprofundado o suficiente e a capacidade de pesquisa em linguística. Funcionários dificilmente detinham destreza para investigar e didática para lecionar. Tinha-se a esperança de com o tempo surgirem especialistas em meio aos missionários, que o historial do ensino de idiomas na *Escola* demonstrava serem melhor preparados; mas isto ainda demandaria certo tempo. Para estorvo maior, o curso de Altos Estudos Coloniais não continha uma cadeira de linguística, impossibilitando o preparo de

especialistas dentro da instituição, acarretando na dificuldade em se formarem gerações de estudiosos que assumissem como professores (ESCOLA 1951, pp. 16-20).

Passados cinco anos após a execução da reforma de 1946, numa alocução do diretor da *Colonial* na sessão solene de inauguração do ano letivo, são repetidos os velhos problemas de poucos alunos, como as altas taxas de reprovação, agora multiplicados nos dois cursos. E o diretor estipulava, que entre vários motivos possíveis, a diminuição da duração de quatro para três anos dos cursos, ao mesmo tempo em que o aumento do rigor na seleção e dos professores, e a fama de ser muito teórica e pouco prática, acabavam por espantar possíveis alunos (CORREIA, 1952, pp. 8-13). Repetia-se, também, a falta de professores (ibid., pp. 15-16). Havia uma sensação de que a reestruturação não se efetivara por completo, e que a *Escola* ainda se prendia à sua “modéstia”.

Entretanto, entedia-se que avanços tinham sido feitos, como a incorporação da antropologia no currículo, a publicação de uma revista, a oferta de dois cursos, uma maior flexibilização dos conteúdos, a entrada de um ex-aluno e professor da *Colonial* como ministro do ultramar (Sarmiento Rodrigues, professor de estudos dos povos nativos e ministro entre 1950-55), a autonomia com relação à Sociedade de Geografia e acoplagem à Junta de Investigações.

As condições do mundo atual tornaram possível, de modo inédito e surpreendente, a aproximação rápida e fácil entre as entidades metropolitanas e os temas ultramarinos. Nunca, como veremos, este estabelecimento de ensino esteve, como hoje, através dos seus professores e até de muitos dos seus alunos dos Altos Estudos, tão perto do campo a que se referem as nossas preocupações docentes e científicas: o nosso Ultramar. Congratulemo-nos com tal fato (CORREIA, 1956, pp. 8-9).

Por isso, que ao descrever a história desta instituição não faz sentido cobrar mudanças bruscas internas e de desprendimento da obra colonizatória. Isto ia contra a sua natureza e, no entendimento dos professores, como se poderia ir contra um projeto – o de formar funcionários e expertise – se ele ainda não fora posto em prática?

Fechando este ciclo de reformas, em 1954 veio a mudança do nome da instituição, passando a ser chamada de Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, sem demais alterações, somente adequando-se à nomenclatura do Ministério (decreto nº 39902 de 12 de novembro). Deste período até a estada do professor Adriano Moreira como titular da pasta do Ultramar (1961-63), será o momento de zênite do ISEU.

4.3.2) A entrada de Mendes Correia

No dia 5 de abril, aniversário natalício do diretor da Escola Superior Colonial, os alunos do Curso de Altos Estudos promoveram-lhe uma manifestação de homenagem a que se anunciaram os alunos dos outros cursos. [...] Com efeito o segredo da inocente e bem intencionada conspiração foi exemplarmente guardado [...] e foi com verdadeira e profunda surpresa que o prof. Mendes Correia viu ali sua esposa e os professores da Escola e logo a seguir entrarem no gabinete todos os alunos que nele couberam (ESCOLA, 1950, p. 37).

Em 1946 o Ministério das Colônias convidou o afamado antropólogo do Porto, António Augusto Mendes Correia, para assumir a direção, cargo que fora exercido até então de forma interina por vários professores desde o falecimento do conde de Penha Garcia, seis anos antes, este que ficara desde 1928 a frente da *Escola*.

Entrando em meio à reforma implementada pelo Ministério de Marcelo Caetano no ensino e investigação ultramarina – a qual, inclusive, participara como um dos proponentes –, o portuense chegou a Lisboa com a incumbência de participar da estruturação dos novos cursos, de incrementar a instituição em número e qualidade de alunos e desenvolver uma área investigativa. Além disso, aumentar os convênios e associações com outros estabelecimentos científicos e universitários, dispondo a instituição de papel significativo no campo da Ciência da Colonização.

Seu currículo era respeitável. Formado em medicina, especializou-se de início em antropologia criminal. Foi um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (1918), sendo um dos difusores da antropologia física francesa em Portugal. Era professor catedrático na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto desde a década de 1920, onde reuniu um grupo de investigadores a sua volta, que foram posteriormente conhecidos como a “Escola Antropológica do Porto”. Havia sido presidente da Câmara do Porto e desde 1945 era deputado (MATOS, 2012, pp. 24-31; INSTITUTO, 1956, pp. 13-14).

Percebendo um aumento de prestígio da Ciência da Colonização perante o Estado Novo, na década de 1930 entrara no campo do colonialismo em definitivo: coordenou a seção portuguesa na Exposição Colonial de Paris (1931); foi um dos organizadores do Congresso de Antropologia Colonial do Porto (1934), evento patrocinado pela entidade que presidia, a SPAE, e que fazia parte da programação da Exposição Colonial Portuguesa; na nascente Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais, participou da primeira Missão Científica às colônias; esteve presente, também, nos preparativos da Exposição do Mundo Português de 1940, na

parte dos eventos acadêmicos; e fora convocado pelo ministério de Marcelo Caetano para criar um plano de ensino de investigação científica estatal para as colônias (ibid.).

O acolhimento do colonialismo nas pesquisas pessoais de Mendes Correia estava num contexto maior, inserido num projeto de expansão de seu grupo de antropologia do Porto. Eles almejavam ir além dos objetos de análise tradicionais do campo antropológico português – que eram os corpos das populações metropolitanas –, tentando abranger em seus estudos as populações colonizadas e sua diversidade étnica-racial (ROQUE, 2006, pp. 797-798).

Podemos ter várias hipóteses dos motivos de interesse da “Escola do Porto” pelo além-mar e a viragem investigativa do professor Correia. Uma delas, que tem conexão com nossos objetos de estudo, teria a ver com o aumento de demanda estatal por investigadores que pusessem à disposição do Império grande número de práticas de governança das populações ultramarinas. Neste sentido, os antropólogos portuenses poderiam expandir sua influência sobre esse campo, justamente por dispor de práticas e técnicas importadas de expertise de outros Impérios – no caso, os envolvidos na produção de uma Antropologia Física em outras regiões –, ainda não utilizadas em larga escala no campo do colonialismo.

A novidade teórica e a coesão dos antropólogos físicos do Porto poderia ordenar um campo científico que se encontrava disperso em instituições que investigavam em paralelo, sem uma gramática do ultramar única. A experiência do Congresso de Antropologia Colonial já havia demonstrado a capacidade dos portuenses em rearranjar e hierarquizar os diversos discursos surgidos no evento sobre as populações colonizadas (ibid., p. 802).

Para os antropólogos, a Escola Superior Colonial poderia ser o caminho natural para abarcar a formação de agentes que colocariam em prática o que teorizavam. No caso da instituição de ensino, seria fortuito propor uma aliança com tal círculo de expertise proeminente, para se concatenar aos seus círculos de influência no campo intelectual metropolitano. Essas habilidades de unificador discursivo e de reanimador institucional seriam, então, as aguardadas aquando da contratação de Mendes Correia. O antropólogo viria para reinserir o projeto de “ocupação científica das colônias” nas prioridades de ação da entidade.

E ao se acompanhar os anuários e outras publicações da Escola, percebe-se claramente um aumento das atividades desenvolvidas internamente e engajamentos em eventos externos. O efeito dinamizador da entrada de Mendes Correia não se deu apenas

na relação professor-discente como exposto na homenagem feita por seus alunos ao seu aniversário. Deu-se, por exemplo, nas mudanças de atitude dos professores na gestão de Mendes Correia como diretor da ESC: houve aumento na participação deles em congressos, colóquios e encontros internacionais, relacionados não somente ao colonialismo, mas aos eventos próprios dos campos de conhecimento. Parece que a rede a qual pertencia o antropólogo se abria aos da *Colonial*.

No ano letivo de 1949-50, para ficarmos nesse biênio, há relatos de participações dos professores na Conferência Científica Africana (ocorrida na Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo), no Conselho Científico para a África do Sul do Saara (inaugurado numa reunião em Londres), na Conferência Internacional de Economia Rural Indígena (realizada em Jós, Nigéria), na 2ª Conferência Interafricana do Trabalho (que foi em Elizabethville, Congo) e no IX Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizada em Paris (ESCOLA, 1950).

Ao mesmo tempo, o acúmulo da direção com a presidência da Junta de Investigações deu ensejo aos docentes da ampliação de possibilidades de pesquisas e espaço para publicá-los. Resultado desse alargamento investigativo aos pertencentes aos corpos docente e discente da *Escola* foi o lançamento da “Revista Estudos Coloniais”, em 1949, que cobriria de maneira atrasada um déficit acadêmico. “Uma escola superior sem uma revista própria é uma luz que não se vê, sejam quais forem os méritos e os esforços dos que nela trabalhem” (CORREIA, 1952, p. 14).

O período de direção do antropólogo também viu o surgimento de núcleos investigativos, resultado de parcerias entre o ISEU e a *Junta*. Aqui estão os Centros de Estudos de Etnologia (portaria nº 14886, de 15/05/1954), de Estudos Históricos Ultramarinos (decreto nº 40070 de 24/02/1955) e de Estudos Político e Sociais (portaria nº 15373 de 18/02/1956), além da Filmoteca Ultramarina Portuguesa (criada em 28/01/1952).

Os dez anos de direção de Mendes Correia, finalizados aquando reformou-se, caracterizou-se pela coesão e ordenamento de um corpo docente que deveria, justamente, disciplinar o corpo de alunos-funcionários, mas que até a entrada do professor de antropologia não tinha logrado êxito devido às limitações do estabelecimento e o isolamento, já relatados.

Ele ainda viu e foi entusiasta da entrada de dois professores que não vinham do campo da Ciência da Colonização, mas que aderiram ao projeto do ISEU e incorporaram o ultramar como objeto de pesquisa. Foram eles Adriano Moreira, que

sucedeu a Correia na direção, e Jorge Dias, herdeiro do espólio antropológico e etnológico na instituição.

4.3.3) Os antropólogos adotam a Escola Superior Colonial

Na segunda metade da década de 1930 e por muitos anos depois, a antropologia física foi incorporada nos currículos da Escola, e, aos poucos, tornou-se enunciado preponderante. Acompanhando a essa linha teórica, a antropometria veio como um dos parâmetros de prática analítica, passando a ser obrigatória entre os alunos, instruídos amiúde a manejar instrumentos de medição dos corpos que iriam encontrar no ultramar.

Com a intensa e extensa bagagem cultural obtida na parte teórica da 4ª cadeira – Etnologia e Etnografia Coloniais – e a contemplá-la, mostra-se indispensável a prática repetida da antropometria, de sorte que os alunos se familiarizassem com o instrumental apropriado e conscientemente passam a aplicar o método e a técnica mais aconselhada pelos cultores da antropologia e sancionada pelos congressos da especialidade (ALMEIDA, 1940, p. 70).

Até então, a produção de enunciados da Ciência da Colonização da *Escola* se utilizava, por um lado, da historiografia ufanista, das descrições metódicas dos naturalistas, dos relatos de viajantes e expedicionários e das narrações de administradores. Por outro lado, tínhamos dois professores que optavam tentar entender as populações usando a etnografia/etnologia (prof. Lourenço Caiola, principalmente) e a sociologia (professor Lopo Vaz) como referenciais teóricos.

Era sobre ou uma massa informativa advinda de intermediários que estavam no campo ou sobre bases teóricas pouco empíricas, que se vinha estruturando os conteúdos ensinados pelo corpo docente, sem interligação entre um e outro. Não se havia rompido, ainda, com os métodos e as fontes da geração de investigadores da Sociedade de Geografia.

A primeira onda da antropologia na ESC trouxe a possibilidade, igualmente, de reforço à parte de investigação. A *Colonial* se agarrava muito à perspectiva utilitária da formação de seus alunos, dando aspectos muito do campo jurídico-normativo, impondo ao seu corpo docente um ensino mnemônico da legislação, muito voltado ao hipotético encaminhamento de seus formandos aos cargos de dentro do Ministério e das colônias, e sendo negligente em ensinar os funcionamentos dos corpos sociais do ultramar.

A partir da entrada da antropologia, pelo professor António de Almeida, havia a promessa de empiria direta com a incorporação da antropometria rática, com critérios mais rígidos a serem seguidos, baseados em dados saídos de mensurações corporais,

estes anotados em tabelas, que dispostos em séries trariam conclusões baseadas em estatísticas classificadoras de anormalidades. Partindo-se do empírico, fabricava-se a teoria, que por sua vez, se converteria em ação no campo de estudos.

Um dado relevante é que Almeida acabou por ser admitido na Escola Superior Colonial como professor de etnologia/etnografia e não de antropologia, área que não existia. Não se atribuía, por sua parte, que havia incompatibilidade entre os dois campos e, tampouco, parece que não existiam animosidades relevantes de concepções investigativas entre ele e os outros professores que estudavam as populações colonizadas.

De acordo com Rui Pereira, isso poderia acontecer devido a um entendimento dos antropólogos portugueses, das décadas de 1930 e 1940, de que seu campo de estudos era uma ciência ampla, que abarcava além da análise física e racial, também a psíquica e cultural, não sendo da sua natureza a cizânia (2005). De qualquer forma, a antropologia física entrou na *Escola* provocando mudanças epistêmicas relevantes.

Mas como ensinar um corpo discente que está na metrópole na prática da antropometria, com corpos que estão a milhares de quilômetros de distância?

O professor António de Almeida – que assumira a 4ª cadeira de Etnografia e Etnologia no ano de 1938, e, reafirmando, que propunha métodos antropométricos em suas aulas –, mesmo diante da falta de verba da ESC para envio de discentes para medirem *in loco* as populações colonizadas, não se conformou e acabou por buscar outras maneiras de acessar os corpos dos que estavam no além-mar, e treinar seus alunos nas novas técnicas científicas.

A improvisação se deu de várias maneiras, tentando o professor cobrir as lacunas de uma instituição ainda em estado de penúria. Deu-se, por exemplo, em exames antropométricos feitos e relatados por funcionários. Em anúncios em grandes jornais buscando indivíduos oriundos das colônias e que vivessem na metrópole para medições na *Escola*. No convencimento dos condutores de gado angolanos que iam frequentemente a Lisboa levar suas mercadorias. “Uns e outros receberam gratificações satisfeitas liberalmente pelos alunos do curso de antropologia” (ALMEIDA, 1940, p. 71).

Em 1938, dez estudos antropométricos do professor António de Almeida foram publicados ou estavam no prelo em coautoria com alunos de sua cadeira, os que tiveram maior dedicação na avaliação do docente. Alguns deles, em realidade, já eram funcionários coloniais, e usaram do tempo dedicado em seu trabalho para elaborar suas

investigações. Dois artigos foram destacados por Almeida: um versava sobre os “Indígenas do Barué” (Nélson Bravo, 1937), o outro fazia “Notas etnográficas sobre a tribo Bimbundo” (Manuel Gomes dos Santos, 1937). “Não é de estranhar que, na qualidade de organizador dos questionários [antropométricos], me sinta satisfeito com meritório labor destes dois alunos” (ibid., p. 75).

A posse do professor Mendes Correia como diretor representou a segunda onda da antropologia na ESC, este mais contundente. A entrada do portuense trouxe junto o que ele construíra anteriormente no campo antropológico e os grupos de investigação que ele liderava. O espaço da ESC/ISEU seria de influência no que tange às descrições do que seriam e de como agir com as populações colonizadas.

A antropologia física aplicada às colônias veio a transformar os ditames da Ciência da Colonização, tomando-a de assalto. Questionar-se-ia um conhecimento sobre as populações coloniais ainda muito calcado numa percepção pueril da alteridade ultramarina, ao mesmo tempo em que ela se mostrava agarrada a um niilismo com relação a efetivação dos processos civilizatórios postos em marcha até o momento. Tudo isso provocava certa esterilidade deste campo científico em Portugal e, por sua vez, pouca capacidade em se tornar referencial de entendimento sobre as colônias.

Os antropólogos vieram justamente ocupar esse espaço que vinha sendo deixado pela linhagem dos cientistas do Império que estiveram protegidos em instituições que pareciam mais trincheiras de sobrevivência, como a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Escola Superior Colonial. Tomaram para si principalmente a segunda, usando-a como mais um espaço de influência e produtor de capital específico que alimentasse a hegemonia no campo científico metropolitano – e europeu –, que tanto ambicionavam.

A “terceira onda antropológica” ocorreu de maneira natural, aproveitando as aberturas da instituição ocasionadas pelos dois professores de antropologia anteriores. Deu-se com a entrada de António Jorge Dias (1956), cuja formação era internacional – havia estudado na Alemanha – e já tinha feito trabalhos sobre as populações metropolitanas, além de haver tido experiência de investigação com o grupo de antropólogos do Porto no Centro de Estudos da Etnografia Peninsular, antes de sua efetivação como docente do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Mas o que fora mais representativo em sua entrada fora a introdução da antropologia cultural como referencial teórico-metodológico influente.

Na cadeira de Estudos dos Povos Nativos (que viera englobar a anterior de etnologia) do ISEU, estabeleceu o ensino da antropologia cultural. Também assumiu

posição de investigador na Junta de Investigações do Ultramar, onde montou equipe de pesquisa de campo para a Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português, pertencente ao Centro de Estudos de Antropologia Cultural. Esta estrutura veio a crescer, transformando-se no Museu de Etnologia do Ultramar (1965).

De escola isolada, a(o) ESC/ISEU alcançou lugar privilegiado no fabrico de enunciados nos campos da antropologia e da etnologia, e logrou agenciar outros investigadores fora de sua estrutura de ensino, podendo se pensar onde desejava desde sua fundação. Os antropólogos António Jorge Dias, António Mendes Correia e António de Almeida, o primeiro na compreensão cultural das populações e os outros dois baseando suas investigações mais na subárea da física, criaram, internamente, um espaço de influência decisivo dentro do campo universitário metropolitano como um todo.

5 – Investigar para colonizar: “os povos primitivos têm civilização”

Ora, precisamente a altura em que os dicionários e os poetas registravam essa simplicidade, começou a descobrir-se que os selvagens eram mais complicados do que pareciam.

Etnólogos e sociólogos estudaram os selvagens e viram que simples só era a ideia que nós fazíamos da sua vida: que esses povos primitivos tinham civilizações.

[...]

O grande missionário e etnólogo Junod, já notara que a modificação da organização tribal pela intervenção das autoridades europeias tinha uma consequência inesperada: aumentar o despotismo dos chefes indígenas. Na organização tradicional os grandes (indunas) limitavam o poder dos chefes, que em certos casos podiam até serem depostos. [...] E abolição do sistema tribal seria a pulverização das populações indígenas, tornando muito mais difícil a civilização da África.

Trechos da palestra “Selvagens e Civilizados” dada pelo professor Santa-Rita na Emissora Nacional, no dia 11/07/1944, dentro da série de programas “Pelo Império” (1945, pp. 164-170).

5.1 – A investigação na “*Escola modesta*”

O postulante ao cargo de professor-auxiliar de 2º grupo da Escola Superior Colonial (onde estava alojada a área de História), Gaspar Ribeiro Vilas, na sua dissertação apresentada no concurso de 1926 – cujo título fora “Os portugueses na colonização: seu papel ao lado dos restantes povos no movimento colonizador (esboço de história colonial)” (VILAS, 1927[1926], pp. 241-400) – propõe que se escrevam dois tipos de histórias relacionadas à colonização. Uma primeira dos “povos superiores”, o que ele faz durante quase todo o seu estudo, e concernente aos portugueses, e uma segunda que se dedicasse aos “povos inferiores”.

Com relação aos denominados “povos inferiores”, ele desqualifica as descrições executadas até então em Portugal por viajantes, missionários, soldados e demais funcionários, os quais com “espíritos [...] bem intencionados, [os] encarem somente através da fantasia, como tem sucedido” (ibid., p. 246), devido a não pararem para entender os variados povos como particularidades, partindo de um pressuposto falso, aquele de que haveria coincidência entre mentalidades de povos colonizadores e colonizados.

Em regra, todos esses recém-chegados apareciam armados de um critério igualitário, manifestamente mais de origem cristã que provindo do natural atraso da educação intelectual do tempo. De aqui o apreciarem erradamente as raças com as quais se defrontavam, e a maneira de essas raças se conduzirem perante a nova civilização, que as surpreendia, até pelo inesperado. Isto trouxe muita desilusão, muito perigo, muita luta e portanto política defeituosa até no ponto de vista educativo (ibid., p. 246-247).

Acusa uma “plêiade de ideólogos, sonhadores, filantropos”, os quais insistem em se imiscuir no campo do colonialismo, persistindo em descrever as populações ultramarinas da mesma forma, com fórmulas rígidas e usadas sem distinção, “na sua teimosia de encarar todas as raças pelo mesmo prisma” (ibid., p. 247).

Os estudos desses povos deveriam ser delegados, daqui para frente, para uma expertise apropriada, que inclusive já existia à disposição, com alguns estudos executados em psicologia e antropologia, sem, contudo, ser aproveitada pelo Império português, tanto pelos condutores da política colonial, como entre o corpo social metropolitano, onde ainda estavam arraigadas as ideias da tal “plêiade”.

E para o postulante de professor da *Escola*, a expertise produziria um novo ramo de conhecimento, o guia mais útil para as relações “civilizados-civilizadores”, colocando-se como os melhores condutores de uma “política inteligente, equilibrada,

fundamentada, não em abstrações, mas na verdade, vinda da observação e do estudo consciencioso” (ibid.).

Neste momento, vamos elencar algumas dessas reflexões surgidas em meio ao grupo de intelectuais da Escola Colonial, tentando perceber como era contada essa história dos “povos inferiores”, e de que forma esse grupo que se reunia para tentar pensar o ultramar dentro de uma escola formativa de funcionários, onde tentou romper com o tradicional parâmetro naturalista de entendimento do mundo extraeuropeu.

5.1.1) Prof. Lopo Sampaio e Melo questiona a colonização empírica

Um dos primeiros professores da Escola Colonial foi o 2º tenente da armada Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1883-1949). Entrou designado para a cadeira de Colonização no ano letivo de 1910. Por ser monárquico e em protesto pela proclamação da República, abandonou a carreira militar e a docência, se autoexilando na América do Sul (ESCOLA, 1949, pp. 38-42).

Depois desse primeiro momento como docente, voltou em definitivo em 1926 após o golpe militar, ficando vinte anos no estabelecimento que denominou como sendo “sua dama”⁴⁹, regendo as cadeiras de Política Indígena e Etnografia/Etnologia Coloniais, além de dirigir o *Anuário da Escola Superior Colonial*⁵⁰ e fundar a *Revista de Estudos Coloniais*. Quando faleceu ainda estava na ativa como docente, justamente no momento em que conseguira estabelecer a área de Sociologia como uma cadeira, preconizado por ele em textos desde o primeiro ano que entrou na EC (ibid).

No primeiro período de existência da *Escola*, suas proposições acerca das incorporações da sociologia e etnologia aos estudos sobre o ultramar influenciaram na introdução no currículo da compreensão sobre as populações.

Como fizera Luciano Cordeiro vinte anos antes, Sampaio e Melo retomava questões acerca do colonialismo, incluindo respostas de cariz científico para os dilemas do Império. E em 1910, mesmo ano da primeira passagem como docente na EC, ele publicava o livro “Questões coloniais: política indígena”, onde, de certa maneira, empenhava a Ciência da Colonização na preocupação com um governo mais apropriado às idiossincrasias dos habitantes originais da África.

⁴⁹ Numa conferência em 1946, efeméride de 40 anos da Escola Colonial, próximo de sua morte, o professor Lopo Vaz alcunha a instituição onde lecionou por vinte anos por “Minha dama” (MELO, 1946, pp. 36-51).

⁵⁰ Foi desligado da direção do *Anuário* devido a críticas feitas ao Ministério das Colônias pela morosidade em reformar a ESC (ESCOLA, 1954, p. 186).

Sobre o vasto campo científico dos estudos coloniais, surgiu há bem pouco tempo com o brilho radiante e a magnitude avassaladora de um astro de primeira grandeza, a doutrina importantíssima da sociologia colonial, cujo preluzimento veio ofuscar e relegar para segundo plano outras questões de somenos valia, conservadas até esse momento na tela da discussão de associações, congressos, revistas e jornais de técnica colonial. Durante séculos o empirismo da prática colonizadora, orientado pela norma fixa duma uniformidade de processos, tão impossível como irracional, imperou incondicionalmente na política de expansão de quase todas as nações que buscaram um aumento de valor econômico e de importância política, no alastramento do seu domínio colonial. Qualquer que fosse, porém, o sistema de colonização adotado, o conjunto das regras políticas e dos processos econômicos e administrativos que o acompanhavam, estava, na grande maioria dos casos, basilarmente falseado pelo desconhecimento absoluto dos fatores sociológicos em que se devia fundamentar, e pelo desprezo total das condições naturais, que tanto podiam influir na sua modalidade (MELO, 1910, p. 9).

Nas proposições científicas de Lopo de Sampaio e Melo elegeu-se a metodologia própria da sociologia para um melhor entendimento das populações colonizadas. O professor entendia, inclusive, o Congresso de Sociologia Colonial de Paris em 1900 como marco fundante de uma complexificação dos conhecimentos sobre como funcionavam as sociedades africanas (ibid., p.10). Isso em contraponto, como afirmado no trecho acima, ao excesso de empirismo usado até então pelas nações imperiais. Uma inflexão teórica era necessária nesse momento.

Assim que as relações entre as populações no ultramar assumiriam o posto de interesse maior do que ele chamava de Ciência da Colonização, uma abstração própria da metrópole, auxiliar na constituição de uma política correta aos “indígenas” para um melhor colonizar. Era premente que se melhorassem as intercomunicações entre colonizadores e nativos, com o objetivo de mudar gradualmente a “vida moral, política e econômica” dos que eram colonizados. Para tanto, concorriam esforços de teorias tão diferentes como a biologia, a etnologia e a antropologia, já há algum tempo inseridas em entender as populações do além-mar (ibid., pp. 10-11).

No caso da sociologia colonial – a ciência que reuniria todas as informações colhidas pelas outras e produziria a síntese – três objetos de estudo seriam os primordiais: o primeiro seria perceber “as condições morais e intelectuais dos indígenas, baseando toda a instrução e educação civilizadora a ministrá-lhes” (ibid., p. 11), onde seriam detalhadas as propriedades antropológicas, as modalidades étnicas e se perscrutaria a psicologia e mentalidades próprias de cada etnia. O segundo se dedicaria a compreender o(s) funcionamento(s) econômico(s) das sociedades colonizadas, propondo saltos qualitativos nas condições materiais dos agrupamentos sociais. Por fim, o ordenamento jurídico seria descrito, tendo-se em conta as diferenças de relações de

poder que se estabeleciam, com objetivos de melhor ordenar e controlar as sociedades diferenciadas (ibid., pp. 11-12). E foram estes os três principais eixos dos primeiros currículos da *Colonial*.

O professor Sampaio de Melo qualificava como um equívoco as ações de transformação das populações terem como finalidade a assimilação total dos africanos. A sociologia aplicada ao ultramar trazia a certeza de que existiam diferenças culturais intransponíveis e haveria que se pensar em estratégias civilizatórias que compreendessem as populações como alteridades moldáveis, sem se ter uma finalidade única.

Produto degenerado duma filantropia mórbida, e consequência hiperbólica da injustificada e ininteligente generalização dos princípios de 89, o conjunto de tentativas para a assimilação dos indígenas nos diversos estabelecimentos coloniais, marca, entretanto, a feição dominante da primeira fase da colonização moderna, tendo-se tornado indispensável o desenvolvimento que nos nossos dias tem atingido a ciência colonial, para recambiar de novo essa verdadeira utopia, para o campo quimérico de onde melhor fora sem nunca haver saído (ibid., p. 12).

O paradigma da igualdade cultural seria inapropriada a uma política colonial de sucesso, pois há pouco tempo as ações colonizatórias ainda se baseavam na escravidão e na intolerância religiosa, os quais apenas tinham o caráter de subjugação econômica e moral dos povos ultramarinos, deixando de lado qualquer melhora civilizacional. Seria forçoso pensar que já era possível a assimilação em larga escala (ibid., p. 13).

O docente da *Escola* afirmava que em nome de um melhor-colonizar era premente esse aprimoramento moral dos povos colonizados, e para tanto, dever-se-ia, por sua vez, conhecê-los muito bem, percebendo-os como diferentes, com singularidades perceptíveis, e daí propor estratégias próprias a cada grupo social específico.

Indo no caminho da denúncia, o livro acusava a não existência de um sistema regulatório de contato com os “indígenas”. Portugal colonizador não conhecia suas populações e não sabia o que fazer com elas aquando da necessidade de criar novas formas de governá-las. A intervenção militar ainda era a principal maneira de agir, destruindo algumas comunidades, mas alterando muito pouco a forma como se organizavam as colônias como um todo. Era ineficiente, portanto, além de criar resistências à civilização.

Ele chega à conclusão de que o Império português ainda se mantinha demasiado conservador, tanto no sentido de sustentar relações antigas de vassalagem entre

colonizadores e colonizados – as relações de trabalho compulsório é um dos exemplos – como que agia muito pouco em prol de mudanças dentro dos grupos locais no caminho de um progresso civilizacional, incluindo aqui os crioulos e emigrados.

Em oposição a esse conservadorismo e imobilismo das ações colonizatórias, seria imprescindível a interferência nos corpos sociais de modo a fazê-los caminharem na direção de uma agregação, mesmo que lenta, dos parâmetros culturais da metrópole. Alinhar a África no caminho de uma teleologia programada para se alcançar uma espécie de identidade lusa, portanto.

Para tanto, Sampaio e Melo propunha um governo das diferenças, em que seriam adotadas estratégias individualizadas para cada realidade social. A título de exemplo, ele estipulava que para os avaliados como mais civilizados – com estruturas de poder mais próximos da Europa – o protetorado era o adequado. Para os que mantinham a estrutura fundiária coletivizada, a manutenção disto, desde que obedecendo a metas estipuladas de produtividade (ibid., p. 21). A uniformidade como finalidade seria o principal erro das experiências colonizadoras até então.

Como corolário lógico e racional da doutrina exposta, evidencia-se a necessidade da criação de leis especiais, adaptáveis aos usos e costumes dos indígenas, formando-se assim um foro propriamente local que, na hipótese daqueles não possuírem civilização anterior à obra colonial, ficará caracterizando a época de transição marcada pela conservação das instituições indígenas, que nas diferentes fases da evolução social irão sendo pouco a pouco modificadas pela organização europeia (ibid., p. 21).

A ação civilizatória agiria, assim, sobre três esferas sociais: os indivíduos (ou átomo social), as famílias (ou células sociais) e sobre a coletividade (o todo social).

A respeito dos indivíduos deveria se incidir sobre uma reforma moral, executada pela cristianização e a conversão ao catolicismo executadas por missionários portugueses. O trabalho de cariz produtivo e livre e a incorporação da ambição da propriedade privada deveriam imperar em detrimento da escravidão, da indolência e da propriedade coletiva, limitadoras do crescimento econômico. Numa base cívica, o europeu deveria contagiar os mestiços positivamente, indicando exemplos de probó comportamental e autocontrole.

Sobre a família a moralização dos costumes intestinos seria algo a se fazer com urgência, agindo-se em duas frentes: uma mais repressora, com o Estado interferindo no que fosse configurado de imoral e altamente selvagem; outra relacionada à assistência a gravidez, a maternidade e infância, tanto no sentido de saúde como de puericultura.

Com relação à coletividade, estariam a disposição várias ações necessárias: combater o nomadismo, implementando reservas indígenas; um ensino agrícola prático; aumento de serviços de assistência médica permanente, formando enfermeiros em meios às populações locais; a instrução higiênica e a propedêutica das massas; melhoramento da infraestrutura de transportes, com o intuito de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, dinamizando os corpos sociais; por fim, promover a conservação e progressivo aperfeiçoamento das instituições administrativas (ibid.).

Questões Coloniais ia em prol de um paradigma colonizador mais pragmático, propondo a elaboração de reflexões mais complexas no exercício de percepção das populações coloniais, num texto que se colocava como contraponto à uma produção até então repetitiva do que se descrevia acerca do ultramar, cheia de lugares-comuns e que abdicava de compreender as dinâmicas próprias de cada comunidade. “Educar, instruir, moralizar, eis o fim da política indígena; tolerância, a sua divisa; oportunismo inteligente, a sua norma” (ibid., p. 25).

Com a análise do que viria a ser um agente civilizador, deveria se perceber as gradações de cada população específica, indicando as respectivas possibilidades de absorção da cultura portuguesa, assim como o tempo e as ações necessárias para tal intento. Impor de maneira premeditada e racional, portanto (ibid., p. 26). E o agente civilizador estaria presente numa miríade de funcionários e funções práticas de reordenamento das populações: médicos e demais envolvidos com uma saúde pública propedêutica e prescritiva de higiene; missionários religiosos e docentes primários, unidos na instrução; legislação, tribunais e modos de sanções específicas a cada tipo de agrupamento; reordenamento do mundo do trabalho e dos impostos de modo a não manter uma estrutura de exploração largamente utilizada e que extenuava as populações e dificultava a entrada dos demais agentes civilizadores.

Tudo isso representava o grande desafio do colonialismo, de se tornar mais complexo para atender às demandas de mais-poder, e a Ciência da Colonização seria o campo de conhecimento apropriado para municiar a algo que “requer uma grande multiplicidade de engrenagens influenciadoras, todas, aliás, intimamente correlacionadas” (ibid., p 22), na grande maquinaria que veio a ser o engajamento no processo civilizatório das populações não europeias.

Uma ciência comprometida em explicar a alteridade combateria algo que Lopo Vaz qualificava como uma deformidade do colonialismo, que viria a ser a “cafrealização do branco”, ou seja, o abandono por parte do campo acadêmico

metropolitano de qualquer possibilidade de se integrar as populações locais do ultramar à civilização europeia, acusados de partidários da desigualdade da antropologia irreduzível ou chamados mesmo de propagandeiros de negrofobia. Para Portugal isto acarretou numa espécie de retrocesso cultural a quem tinha a obrigação moral de incorporar os outros povos de sua Nação – no caso, o descendente de europeu –, acontecendo destes se nivelarem “moral e intelectualmente a um modo inferior de vida” (ibid., pp. 27-28).

Associada ao “combate à cafrealização do branco” estava a atenção aos mestiços, pouco refletidos, muitas vezes rejeitados e que cresciam em quantidade nas colônias. A incorporação deles seria de suma importância para a constituição de uma civilização portuguesa no ultramar, içados ao papel de protagonistas neste novo período imperial.

[...] a mestiçagem é o mais poderoso fator de nacionalização colonial. Equiparados juridicamente aos europeus e admitidos nos cargos administrativos, religiosos, políticos e militares, os mestiços terminam por adotar exclusivamente os costumes e a língua da nação dominadora, e constituem o mais profícuo e apropriado instrumento de vulgarização desses caracteres étnicos na sociedade indígena que compreendem melhor que os europeus, e de quem estão mais próximos por afinidade hereditária. O mestiço recebendo por herança paterna um intelecto já apto para a assimilação científica, representa desde a primeira geração um elemento intelectual utilíssimo para a administração colonial (ibid., p. 70).

A ação civilizatória deveria incidir na população nativa, dentro de um roteiro metódico e adaptado às especificidades de cada grupo cultural já existente. Aos emigrantes e seus descendentes há que se ter uma estrutura de instituições de vigília sobre o comportamento e mentalidades, para que não se olvidem da cultura da qual pertencem. Os mestiços deveriam ser incorporados como agentes da civilização, sendo percebidos como já inseridos no processo, tendo apenas que proporcionar ambientes e incentivos de desenvolvimento do modo europeu que já carregam.

Por fim, o funcionalismo colonial é qualificado como o grupo que viabilizará a “política indígena”, tornando prática toda a formação feita nessa Ciência da Colonização que leva em conta as populações, agindo calculadamente em benefício do progresso em que todos os envolvidos no espaço ultramarino se congraçariam no grande projeto imperial de então. Lopo de Sampaio e Melo conclama a uma nova era colonizadora baseada no altruísmo, princípio moral do agente estatal português.

Temos assim rapidamente delineado a orientação a seguir na administração das raças dominadas, que afinal se pode reduzir a quatro princípios

fundamentais: conservação dos organismos administrativos indígenas; participação dos indígenas na administração geral; cuidadosa preparação de um funcionalismo europeu de carreira para superintender na administração indígena; concentração unitária de poderes nas atribuições desse funcionalismo (ibid., p. 556).

O funcionalismo público deveria ser composto por sujeitos preparados no governo de relações sociais que propiciassem a igualdade, baseados numa normativa de ações, dentro de uma homogeneização que permitisse constituir uma vivência comunitária com parâmetros europeus e que pudesse ser espraído ao restante das colônias. Seria o responsável por guiar os contatos entre os vários agrupamentos sociais das colônias. A regulação dessas zonas de contato seria a responsável pela integração das populações metropolitanas com as originais da África via aculturação na grelha cristã e nas práticas laborais próprias dos mundos industrial e agrícola de extensão.

Antes de se eliminarem práticas sociais e culturais específicas de cada um dos grupos envolvidos, a regulação pressupunha a constituição de uma forma de comportamento coletivo uniformizado, em que surgisse uma cooperação étnica com o objetivo de engrandecimento moral e econômico da Nação. Não deveria se interpenetrar primeiro a cultura portuguesa, mas sim constituir uma ética comum, carregando todos os atributos positivos do contato entre o europeu no seu viés lusitano com todas as culturas espalhadas nos territórios ultramarinos.

A política de regulação das zonas de contato teria a vantagem, de acordo com o professor Sampaio e Melo, de “apressar a civilização do indígena por intermédio do próprio indígena” (ibid., p. 188). E para se efetivar a população colonizada como agente ativo de seu próprio processo civilizador, com a menor interferência possível do administrador ou qualquer outro agente estatal metropolitano, diminuindo os custos da obra colonizatória.

Com essas proposições de constituição de uma nova ética imperial estaria fundada a Escola Colonial – local privilegiado de formação do neocolonizador – e feita a retomada de uma Ciência da Colonização responsável por viabilizar um instrumental de ação.

5.1.2 – Por uma política colonial ensinada na *Escola* e fundamentada na Ciência

O professor Lourenço Caiola inaugura a 2ª cadeira de Colonização com uma palestra em que esclarece os motivos da existência desta disciplina dentro da Escola Colonial: seria o centro do currículo, introduzindo o alunado nas “peculiaridades das

populações coloniais”; e dando a oportunidade, em sala de aula, que se descobrissem ações qualificadoras dos variados grupos do ultramar em “cooperadores ativos e prestimosos da riqueza mundial” (1920[1909], p. 188).

Nisto, a Ciência a serviço de um ensino para colonizadores serviria para “reabilitar moralmente o indígena” de modo a constituir neles as habilidades necessárias para “usufruírem os direitos de cidadãos livres” (ibid., p. 191). A “cadeira colonização” teria como uma das funções ensinar aos alunos-funcionários como guiar as populações que se encontrariam em estágio de submissão num caminho de progresso moral, isto somente sendo possível usando-se como instrumento de depuração o trabalho.

Para isso tem de se deixar de o considerar como uma besta de carga, cujo trabalho se aluga ou se escraviza, convindo antes aproveitá-lo como um homem, respeitando-se-lhe os hábitos e tradições, concedendo-se-lhe direitos cada vez mais progressivos e em harmonia com as diversas etapas civilizadas que ele vai atingindo e recorrendo-se depois a métodos pacientes e já consagrados pela prática para lhe ir pouco iluminando o cérebro, adestrando as faculdades manuais, até que ele próprio compreenda a se convença da utilidade do trabalho e de auxiliando ativamente o branco assegura da melhor forma a sua tranquilidade e o seu bem-estar (ibid., p. 191).

Procurando estruturar um processo disciplinador próprio, a 2ª *cadeira* pretendia criar uma teleologia aos povos colonizados, em que fossem convencidos e conduzidos nos preceitos da Ciência da Colonização via agentes imperiais, para fazer lograr a capacidade de viver em autonomia.

Isso passava, primeiramente, em se debruçar sobre formas de singularizar as individualidades culturais; por isso, as tais “peculiaridades” dos colonizados deveriam ser localizadas, descritas e levadas em conta. Em segundo lugar, passar a achar normais as diferenças, trabalhando em cima delas, governando-as no sentido de transformá-las no que fosse almejado pelo Império naquele momento – ou seja, seres produtivos em preceitos de trabalho livre. E tudo isso posto em tecnologias de adestramento, de fabricação de corpos que fossem úteis a preceitos econômicos.

Pelo lado propriamente dos funcionários-alunos, o curso serviria para inculcar a ideia de responsabilidade na condução das populações no caminho civilizatório, assumindo-se como autoridade racionalizadora pautada por uma nova ética colonizadora com finalidades de autonomia.

Portugal assumia responsabilidades designadas pela concertação global daquele momento, além de querer espalhar seu cosmopolitismo aos grupos populacionais no seu pedaço africano. Seria posta em prática, portanto, uma nova política colonial, em que se organizasse o exercício de poder do ultramar pela filigrana dos funcionários civis.

Um aluno da *Escola* já repetia, num trabalho de curso publicado no Boletim da Sociedade de Geografia, esta prédica, a que pensava o surgimento de um novo Império atrelado ao advento de um novo funcionalismo e de uma nova política colonial:

É uma necessidade lembrar aos colonialistas do meu país que estão algebrizando o problema colonial português, que um dos processos, que sabe se não o mais eficaz, de lhe encontrar solução é, sem dúvida, uma boa formação e conveniente preparação dos agentes coloniais. Administradores, que conheçam os segredos da política indígena, tenham iniciativa própria e saibam dirigir-se “on their own lines” [nos seus próprios caminhos], ou, segundo a fórmula feliz de Waldeck-Rousseau – dans l’axe de leur propre évolution [no eixo da sua própria evolução]. É tudo! (B.J., 1910, p. 316).

E os “próprios caminhos” portugueses na África não seriam feitos a esmo. A Ciência da Colonização traria o método comparativo com outros Impérios como formatador de como se agir, estabelecendo através das experiências a normatização do funcionário-aluno, no auxílio da “algebrização” do problema colonial (ibid.).

O professor Ernesto de Vasconcelos (de Geografia) defendeu um plano colonial unificado, que atravessasse governos diferentes (tanto na metrópole quanto nas províncias do ultramar), incorporado como uma política genuinamente de Estado. Além disso, as idiossincrasias deveriam já estar arraigadas na forma de se compreender as populações que habitam o além-mar, sendo os funcionários civis os especialistas em contemplar os interesses imperiais entre as especificidades de cada grupo sob responsabilidade de Portugal (1921, pp. 52-56).

A invariabilidade de uma política colonial também é endossada pelo professor Almeida Garret. Num texto em tom lamurioso e negativo com relação ao desenvolvimento do colonialismo nas últimas décadas, vítima da instabilidade da Primeira República, que provocava a mudança constante de mandatários nas colônias e códigos legais inconsistentes e fora da realidade. O professor de língua umbundo conclamava à salvação do sistema ultramarino na produção de princípios fundamentais claros e imutáveis, normas bem explicadas e que alcançassem o máximo de comunidades possíveis (1921, pp. 57-60). Uma reivindicação que será incorporada na elaboração do Ato Colonial de 1930.

A Ciência da Colonização teria caráter de selecionador do que fosse apropriado disso tudo às populações colonizadas. Ou como afirmado numa conferência feita por um sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1919, “cientificamente, COLONIZAÇÃO [sic] é a ação que um povo civilizado exerce sobre um país de civilização inferior à sua com o fim de o transformar progressivamente”, tendo os

neocolonizadores responsabilidades e deveres de estarem preparados para “concorrer para a melhoria da situação moral e material dos indígenas” (FONSECA, p. 48).

Assim que a Ciência da Colonização apresentada na Escola Colonial “[...] compreende a descrição dos tipos e modalidades que podem apresentar os diversos gêneros de colônias” (CAIOLA, 1920, p. 100), isto posto em séries analíticas que provocassem uma estandardização das práticas coloniais, encaixando Portugal em uma forma universal de se portar como Império. Isto acarretaria em possibilidades de se integrar o *Outro* encontrado nos territórios do além-mar, agindo sobre a alteridade para encaixe numa matriz única. Ou seja, a missão seria integrar colonizadores e colonizado num mesmo quadro reduzido de comportamentos, ações, reações, etc, produzidos dentro da Ciência da Colonização⁵¹.

O ato colonizatório por excelência passava a ser, neste momento, a de introjeção de cosmopolitismo, que integrava “indígenas”, assimilados, agentes estatais, emigrantes – cada em seu estágio próprio de desenvolvimento, num processo de expansão que deveria atingir todos os recônditos do Império – à nação portuguesa, com ela e partir dela, atando a uma rede de países, que se ao se implicarem uns aos outros acabavam por criar um padrão ético universal.

É na ação sobre o *Outro* e na sua mutação em ser universal que será inaugurada a cadeira de Colonização na Escola Colonial, preconizando uma missão educacional totalizadora. É nesta base que se agregarão outras áreas do conhecimento que surgirão ou adentrarão ao currículo da *Escola*, assim como no estabelecimento de áreas de investigação dedicadas a “entender e transformar progressivamente as civilizações inferiores”, reunidas na Junta de Investigações das Colônias.

5.2) A Ciência da Colonização finalmente se torna empírica?

Na “Escola modesta” foram reestabelecidos parâmetros do que seria uma Ciência da Colonização, a seu modo, herdando o paradigma teórico da Sociedade de Geografia de Lisboa, agenciando-se ao legado mas apostando na constituição de novas premissas.

⁵¹ Sobre o conceito de estandardização cultura cf. NÓVOA, António. “Tempos de escola no espaço Brasil-Portugal-Moçambique: dez digressões sobre um programa da investigação”. In: NÓVOA, António e SCHRIEWER, Jürgen [orgs.]. *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000.

Na tentativa de escapar da mirada científica enclausurada nas ações do Estado imperial, nas descrições ufanistas e genealógicas dos conquistadores portugueses do além-mar e do niilismo raciofóbico desmobilizador das ações colonizatórias, intentou-se incorporar a necessidade de percepção dos funcionamentos singulares dos corpos sociais colonizados. Avançava-se no sentido de tornar as populações como centrais nos estudos como forma de agitar o corpo discente.

Para Lopo Vaz, a Ciência da Colonização tinha como finalidade a produção de uma ética apropriada à colonização, calcada no pressuposto da existência de idiossincrasias, essas discernidas e analisadas dentro do currículo, e didaticamente passadas para o corpo discente. Nesta conjunção, a *Escola* detinha a função de formar na grelha de uma pedagogia moralizadora, usando um método instrucional, onde os professores/sociólogos seriam os doutrinadores de uma ciência positiva, e os alunos-funcionários os repassadores na sua prática dessa doutrina escolar.

Nos outros investigadores da *Escola*, e que ressaltamos nos escritos do professor Lourenço Caiola, a Ciência daria a capacidade ao alunado perceber as alteridades e criar tecnologias apropriadas para se transportar as populações colonizadas ao patamar civilizatório lusitano. As tecnologias deveriam perseguir a padronização, influenciando nas ações individuais dos funcionários, incidindo por toda a burocracia ministerial e o corpo social metropolitano. A ambição era fazer o território europeu português incorporar o Império.

Os estudos do professor Lopo de Sampaio e Melo e o conjunto produzido nesse primeiro período, até a chegada dos antropólogos na Escola Superior Colonial, é caracterizado por uma espécie de fixação em prescrições normatizadoras, com pouca preocupação em produzir conhecimento baseado em empiria. Estas eram justamente as acusações feitas pelo funcionalismo que não havia passado pelos seus bancos de aula.

Como pouco havia de descrições sobre a realidade das populações colonizadas e de como transformá-las, tornava difícil justificar qualquer alargamento da instituição e convencer que a teoria ensinada efetivaria o tal do mais-poder imperial. Como consequência, apesar das proposições de produção de uma ética dentro da *Escola*, acabava-se por se repetir o formato de antanho, reincorporando na ordem discursiva as mesmas descrições de naturalistas, antigos expedicionários e da historiografia ufanista. Não lograva se afastar de quem criticavam, acabando por se posicionar na genealogia de colonialistas científicos de desde Lacerda e Almeida e manter um agenciamento estéril de uma escola que parecia não lograr escolarizar.

Pois que a empiria seria um exercício imprescindível para efetivar o caráter formador da conduta dos *neocolonizadores* dentro da *Escola*. Como vimos no capítulo anterior, este tipo de aprendizado fora tentado nas aulas do antropólogo António de Almeida. Além disso, a efetivação do campo da antropologia no cotidiano dos cursos da ESC/ISEU trouxe a possibilidade de se ter contato com investigadores que usavam a África como campo de estudos. Fortalecendo essa nova perspectiva de ampliação da instrução, surgiu uma instituição que veio de encontro à demanda de centralização da pesquisa sobre o ultramar e sua ligação com instituições de ensino superior.

Dentro dessa nova perspectiva, tentaremos perscrutar um pouco de como se deram as investigações do novo organismo do Ministério das Colônias e de dois professores que foram a campo e usaram métodos empíricos para compreender as populações, objetos de estudo da Ciência da Colonização. E neles, tentar perceber se ocorre um salto qualitativo no caminho de uma educação para aprimoramento dos desígnios imperiais.

5.2.1) A Junta de Investigação e as Missões Científicas

A Junta de Missões Geográficas e Investigações das Colônias (JMGIC) surgiu em 1936 (decreto nº 26180 de 7 de janeiro) como organismo consultivo do Ministério das Colônias, tendo o intuito de centralizar as investigações sobre o ultramar que estavam espalhadas pelas universidades e departamentos dos ministérios. Ao mesmo tempo colocar em prática, nessa nova fase do Império no Estado Novo, a “ocupação científica das colônias”, patrocinando missões de cientistas que se deslocavam para estudar na África, na Ásia e no Timor.

Responsabilizando-se por organizar de maneira hierárquica o conhecimento produzido, de modo que os gabinetes dos investigadores e dos núcleos de estudos associados fossem o centro de produção analítica, sobrando às colônias o papel de recolha de material empírico. Ou seja, fazendo das instituições do continente europeu as compiladoras do conhecimento sobre as colônias.

Já no início de suas atividades, a *Junta* promoveu algumas missões científicas, sendo Moçambique a região que mais recebera (quatro no total: a geográfica, a hidrográfica, a botânica e a antropológica); Angola vindo a seguir com duas, as relacionadas à hidrografia e a geografia; Guiné, com duas também, a zoológica e geográfica; e Timor apenas com a visita da Geográfica.

Mesmo com essas atividades, até 1940 funcionou de maneira muito precária, repetindo na maioria das missões as atividades que já fazia antes, aquando ainda era a Comissão de Cartografia e onde eram elaboradas cartas geográficas e hidrográficas. Corroborando a isso, a procedência de seu primeiro presidente, o almirante Gago Coutinho – experimentado na geodésica e famoso por uma travessia pioneira aérea transatlântica – pareceu reproduzir a tradicional e limitada função de buscar somente informações de base geomorfológica. Bem da verdade que aconteceram missões antropológicas, estas, entretanto, financiadas pelo Instituto de Alta Cultura do Ministério da Educação Nacional e saindo das determinações metodológicas de trabalho de campo deste início de existência da nova instituição de investigação (PEREIRA, 2005).

Perante o acanhamento das empreitadas, alterou-se em 1945 seu estatuto (decreto nº 35395 de 26 de dezembro), no mesmo contexto de reorganização da Escola Superior Colonial. A reforma fora feita no sentido de reforçar a advocação dentro da *Junta* do máximo possível de grupos investigativos, e, igualmente, fazer funcionar o setor de publicações das pesquisas, assim como a internacionalização da produção nacional: “a Junta, propriamente, fica sendo um organismo aberto, de ilimitado número de membros, destinado ao estudo e discussão acadêmicos dos problemas científicos coloniais” (ibid.). Ademais, tinha outras funções como fornecer pareceres técnicos para o Ministério acerca da administração de assuntos tão diferentes como construção de caminhos-de-ferro, estabelecimento de parques naturais, desenvolvimento agrário, políticas populacionais e se responsabilizar por finalmente criar o Museu Colonial em Lisboa (algo esperado desde a SGL).

Dentro da renomeada Junta de Investigações do Ultramar (JIU, após 1954), constituiu-se uma rede de investigadores que incluía além dos vogais e pesquisadores, estagiários, tarefeiros, naturalistas, prospectores, coletores, técnicos e auxiliares, lotados na metrópole e colônias. Institutos de investigação científica foram implantados em Angola e Moçambique. Além disso, concederam-se bolsas para se estudar fora de Portugal e para estrangeiros, publicaram-se imensa produção de seus membros, como as coleções “Anais”, “Estudos de Ciências Políticas e Sociais”, “Estudos, Ensaios e Documentos”, “Estudos de Antropologia Cultural”, “Memórias” e “Colóquios”, a revista *Garcia de Orta*, e muitas outras obras não seriadas (CASTELO, 1999, p. 326).

Em meio aos 61 núcleos de investigação reunidos na JMGIC/JIU até 1974, os que estiveram engajados no desenvolvimento econômico (envolvidos em pesquisas

relacionadas à modernização de infraestrutura, da agricultura e do setor extrativo, por exemplo) e nas analíticas dos corpos sociais (antropólogos, etnólogos, sociólogos e politólogos) detiveram protagonismo institucional (CASTELO, 2012). De significativo, também a JIU representou a desvinculação definitiva da centralidade da geografia, adquirindo autonomia epistemológica (PEREIRA, id.).

Na estrutura da *Junta*, o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos se associou através de seus docentes com o Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar (CEEU), coordenado pelo professor António de Almeida, o CEPS (de direção do professor Adriano Moreira e que veremos com mais detalhes no próximo capítulo) e o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos – conduzido pelo reverendo António da Silva Rego, onde estava ligada a Filmoteca Ultramarina (MINISTÉRIO DO ULTRAMAR, 1960).

No caso específico do campo das ciências sociais, transitou-se de apreciações predominantemente da subárea da antropologia física para entendimentos baseados no lusotropicalismo e na antropologia cultural, isto constatado na coexistência dos núcleos do CEEU (responsável pela física) e do CEPS (partindo dos pressupostos do antropólogo brasileiro e da cultura).

Apesar de um grande grupo de investigadores ainda se manterem distantes das pesquisas de campo, preferindo lidar com dados disponíveis na metrópole – ou mesmo, arrecadados por outros pesquisadores pertencentes à estrutura da *Junta* e do Ministério das Colônias / do Ultramar –, as Missões Antropológicas se mantiveram, foram mais bem estruturadas e usadas como maneira de se colher informações sobre as populações colonizadas.

O Decreto-lei nº 34478 de 3/04/1945 determinava o formato dos trabalhos das Missões Antropológicas no “reconhecimento geral dos grupos étnicos de cada colônia, seus indivíduos, sua sistematização e definição de suas condições de vitalidade”. Qualificava, portanto, as ações dos cientistas alocados nestas expedições como esmiuçadores das populações, procurando identificar suas diferenças entre si e com os outros grupos existentes no ultramar, no propósito de elaborar uma longa taxinomia bioétnica. Dever-se-ia buscar todas as “Raças do Império” – parafraseando uma das principais obras do professor Mendes Correia, presidente da Junta de Investigações a partir de 1946.

Durante vinte anos, a partir do decreto-lei nº 34478, grupos de estudiosos, liderados por António de Almeida, Alfredo de Athayde, Mendes Correia, Santos Júnior e António Jorge Dias foram a campo em busca de mais informações sobre os

colonizados, adequando, mais uma vez, os seus olhares com métodos de uma velha base teórica, a supracitada antropologia física, entremeadas com tentativas de acrescentar informações baseadas em etnologia jurídica, arqueologia – principalmente no caso dos primeiros quatro antropólogos – e etnografia – esta mais relacionada a Dias (PEREIRA, 2005).

Parte da historiografia que se dedicou a descrever as atividades desses missionários científicos que saíram a campo medindo corpos, fazendo testes serológicos e narrando cotidianos, conclui que estes cientistas foram incapazes de concretizar a ampla taxonomia das populações colonizadas, paralisados em suas limitações teóricas e mantendo-se atrelados ainda a manutenção do discurso oficial (MATOS, pp. 138-141, 2006; PEREIRA, 2005; ALEXANDRE, 1996, p. 434).

Ao menos até o estabelecimento do Centro de Estudos Sociais e Políticas, estiveram perdidos em gigantescas descrições e tabelas pouco conclusivas, não lograram efetuar uma análise calcada no evolucionismo – como desejavam de partida –, tampouco se atrelaram a uma funcionalidade para a administração civil – expectativa, como vimos, da Escola Superior Colonial. Ficaram nas premissas que os corpos dos colonizados eram primitivos, sem conexão entre si, e que eram diferentes às das populações metropolitanas.

5.2.2) António de Almeida e a mutilação das identidades

António de Almeida foi admitido como docente em definitivo na Escola Superior Colonial no ano letivo de 1938-39, para a cadeira de Etnologia e Etnografia. Antes de assumir como professor auxiliar foi interino na cadeira de Quimbundo (1935). Para ser aceito, defendeu no concurso a dissertação “Mutilações Étnicas dos Aborígenes de Angola” (ESCOLA, 1939, p. 8).

Formado em Medicina, foi também aluno da instituição que veio a dar aula, além de ter tirado os cursos da Escola de Medicina Tropical e de antropometria na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (ibid., p. 6). Serviu em Angola em 1934 com bolsa da Junta de Educação Nacional, onde esteve para investigações em antropologia, antropometria e etnografia, dando assistência médica e estudando as línguas locais (ibid., p. 68). Na colônia angolana investigou, mais especificamente, sobre os povos maungos e loangos, cujos resultados saíram publicados em cinco artigos (ibid., pp. 68-69).

Teve preparo completo dentro da Ciência da Colonização, sendo um professor ideal dentro dos preceitos formativos escolares e científicos. Foi deputado por mandatos legislativos seguidos, militando no colonialismo em várias frentes: na docência formativa de funcionários, na investigação na metrópole e nas missões do além-mar, na assembleia e dentro de instâncias de mando do Ministério das Colônias / do Ultramar.

Na Junta de Investigações assumiu a diretoria do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, que mudou de denominação em 1962, passando a se chamar Centro de Antropobiologia, posicionando-se e se mantendo nesta linha de pesquisa mesmo após a solidificação da Antropologia Cultural do CEPS e do professor António Jorge Dias. Chefiou várias Missões de Estudos Antropológicos no Ultramar: em Angola (foram cinco, entre 1948 e 1955), no Timor (seis no total, entre 1953 e 1969). São Tomé e Guiné (duas missões), Moçambique (uma), Índia Portuguesa (duas) e uma em Cabo Verde (ALMEIDA, s.d.).

Em meados da década de 1940, antes do ápice de funcionamento das missões científicas na África e Timor, o antropólogo ainda dependia das informações arquivadas decorrência dos relatos de antigos exploradores e nas informações advindas de questionários elaborados por ele mesmo e endereçados aos funcionários coloniais incumbidos de preenchê-los. Contudo, esta última maneira se mostrava insuficiente devido à pouca adesão dos agentes estatais a tais práticas. Parece que havia resistência e negligência por parte dos que estavam nos sertões em responder ao cientista de Lisboa.

Temos cogitado, maduramente, sobre as causas prováveis deste inconcebível desinteresse manifestado pelos portugueses, dinâmicos, zelosos e competentes funcionários administrativos de Angola por tão sedutores e proveitosos problemas culturais. A que atribuir-se tamanha incúria? Vários hão de ser os motivos, mas estamos inclinados a admitir que a maior parte dos funcionários, além de estar assoberbada com o urgente, crê, supersticiosamente, que não vale a pena dispendir energia a responder aos questionários e quejandas maçadas pedidas do continente, porquanto tais relatórios jamais serão lidos e apreciados, destinando-se, em regra, a apodrecerem em escuros, poeirentos arquivos ou a tornarem-se pasto da traça e de análogos parasitas. De lamentar é que esta errada opinião se haja expandido tanto, chegando alguns chefes de posto de determinada circunscrição a copiar, integralmente, um mesmo relatório, salvo, bem entendido, o nome da localidade! (ALMEIDA, 1943, pp. 146-147).

Na própria dissertação apresentada no concurso de entrada na ESC, há omissão de resultados de exames dos maungos e loangos, pesquisa que deveria comportar um trabalho empírico. O texto, em realidade, detém excesso de citações de outros pesquisadores que visitaram antes a colônia, esquivando-se de defender teses e escorado em suposições generalizantes. Isso apesar do texto ser apresentado como síntese de

extensa pesquisa de campo e baseado na metodologia da etnogenia para enquadramento psicossocial do fenômeno das mutilações ocorridas entre as comunidades da região do Dembo (id., 1937).

O estudo é organizado para descrever quatro tipos de mutilações corporais, executadas pela maioria das populações do globo, excetuando-se a europeia. Esta afirmativa de que tais práticas físicas não são próprias de povos cultos, é reiterada enfaticamente ao longo da dissertação. As alterações corporais perpetradas pelos povos extraeuropeus seriam reunidas da seguinte maneira: 1) as que perfuravam orelhas, nariz e boca para pendurar adornos e enfeites; 2) as que alteravam o formato ou arrancavam dentes, como padrão estético; 3) os que tatuavam o corpo com tinta ou cicatrizes, numa linguagem identitária do grupo a que pertence; 4) circuncisões e emasculamentos, com o propósito de controlar os ímpetos sexuais (ibid.).

A proposta investigativa era simples: a de tentar localizar o estágio civilizatório das populações do Dembo através do abandono das práticas de mutilação. Deste modo, o raciocínio seria de quanto menos se manipular os próprios corpos, mais civilizado determinado agrupamento estaria. Ou seja, não é uma investigação que se dedicava a detalhar e compreender as práticas intestinas das comunidades e a partir delas invocar processos civilizatórios. De maneira simplória, mensurava-se o quão fora extirpada a identidade primitiva de cada uma das populações, conferindo a realização ou não dos atos qualificados como “incultos” (ibid., pp. 12, 22, 23, 31, 60).

A dissertação não chega a descrever um tipo étnico padrão banto, apesar dessa promessa no início. Isto é dificultado pelo antropólogo não conseguir localizar uma homogeneidade nas tipologias das mutilações, além delas, inclusive, não serem repetidas por todos os membros de uma mesma “etnia”. Acaba sendo, apenas, uma pequena contribuição a uma investigação posterior e maior, deixando como promessa uma pesquisa empírica mais completa quando possível:

Conquanto valioso o estudo das mutilações étnicas dos aborígenes de Angola, por si só, não bastaria para fundamentar perfeitamente a classificação etnológica das populações desta grande colônia portuguesa; a sua importância deve, contudo, ser reconhecida no precioso auxílio que dará à antropologia física e cultural na completa apreciação da grande família banto (ibid., p. 187).

O texto, em realidade, vem com o propósito de descontextualizar as práticas das populações colonizadas, estipulando um estereótipo e com ele marcando os grupos analisados. O desmonte identitário de António de Almeida e a reclassificação dos

agrupamentos externamente punha a disposição do professor o poder de determinar o que seria um sujeito diferente, baseada na localização das atitudes bizarras e na estipulação das gradações do primitivismo e da civilidade. O que ficava de relevante da dissertação fora a inclusão de António de Almeida como autoridade na matéria do que seria alteridade.

Participante ativo do auge das Missões Científicas portuguesas, Almeida percorreu os sertões de todas as colónias e de Macau em busca de indivíduos “incultos” para medir antropometricamente e examinar os grupos sanguíneos. Foram milhares de pessoas que forneceram dados para composição de “Cartas Etnológicas”, na tentativa de localizar e detalhar todas as etnias do Império.

No caso específico do Timor, onde chefiou uma missão no final da década de 1950, o antropólogo do ISEU se propôs avançar na complexidade das classificações, e quis incluir outras áreas, assim como maneiras de registros mais modernos, como o filme cinematográfico.

A Missão Antropológica do Timor, que tive a honra de chefiar, não só estudou com desenvoltura os caracteres físicos e biológicos das séries dos trinta e um grupo etnolinguísticos que constituem a população da parte portuguesa da ilha daquele nome, mas também registrou numerosas observações de índole cultural – sobretudo ergológicas e animalógicas –, algumas das quais se encontram fixadas em documentários cinematográficos e outras estão prestes a ser publicados, como as características gerais dos idiomas (ALMEIDA, 1959, pp. 445).

As trinta e uma “etnolínguas” de metade de uma ilha da longínqua Oceania foram divididas em análises *ergológicas* e *animalógicas*. Dispunham-se ainda a se dividir ainda mais todos esses indivíduos, sujeitando as trinta e uma “etnolínguas” a análises advindas da etnologia, da linguística e da arqueologia, numa multiplicação de características sem limites, que seriam remontadas ao bel prazer dos cientistas. Toda essa fragmentação das culturas levava, também, à redução das populações colonizadas em dimensões tão pequenas que dessem a sensação de controle.

Tudo isso posto numa grande encenação dos estereótipos não mais apenas em desenhos e diários, mas, a partir deste momento, resgatados por lentes e guardados em filmes, numa certificação mais exata de que aqueles sujeitos carregavam comportamentos anormais e corpos diferentes.

5.2.3) Mendes Correia descobre um Império com raças

Ao publicar *Raças do Império*, o professor Mendes Correia almejava constituir a síntese de tudo o que se acumulara de conhecimento da antropologia colonial portuguesa até o momento. Do mesmo modo, ele voltava ao conceito de *raça*, o qual repetidamente se envolveu, mesmo quando seus estudos tratavam apenas das populações metropolitanas.

Organizando a obra de modo enciclopédico, aspirava por um público-alvo abrangente: desde os círculos acadêmicos, passando pelos indivíduos envolvidos com a obra colonizatória (funcionários, missionários, emigrantes, etc.), chegando aos leigos da metrópole. Seria uma apresentação do grandioso Império português, desconhecido para a grande maioria – mesmo os que se encontravam no ultramar tinham contato com sua realidade específica apenas –, objetivando a naturalização de suas especificidades (CORREIA, 1943, pp. 5-6).

E o descomunal Império era feito de muitas raças, estas conceitualizadas como complexidades individuais que não transpareciam apenas no aspecto físico (ou como se apresentavam anatomicamente as etnias), mas também se relacionavam à história (pessoal e coletiva) e no arranjo biológico (acondicionamento bioquímico de cada um). As individualidades eram consideradas intrincadas, depósitos de hereditariedades e da interação dos corpos com os ambientes. E estas individualidades só eram admitidas como raça, a partir do momento em que se requalificavam como caracteres psicossociais próprios repetidos na coletividade (ibid., p. 11).

Nesta acepção, portanto, caracterizar raças apenas pelas diversas anatomias e morfologias apresentadas pelas populações no globo é um empobrecimento teórico, que resultava no racismo, situação que obliterava a maioria das investigações da Ciência da Colonização até o momento. Mesmo assim, Mendes Correia não abria mão de discutir raça, enfatizando seu afastamento das teses eugênicas do período, ao mesmo tempo em que tentava montar uma teoria integrativa das singularidades conjugada a um evolucionismo.

Isto acabava por resolver os dilemas posto por alguns antropólogos físicos, principalmente os que afirmavam a superioridade de grupos do norte da Europa em contraponto aos do sul do mesmo continente, muito baseados na antropometria e na heterogeneidade fenotípica. O contrabalanço de estudos fenotípicos com genótipos ensejava incluir os portugueses em posição análoga aos outros Impérios na imposição de uma cultura percebida como superior.

O estudo das populações passava a ser um processo complexo, que juntava campos de conhecimento que englobassem os métodos da antropologia física e que avançasse sobre outros campos científicos. Os conhecimentos da biologia e seu viés de serologia deveriam estar incluídos aí, de tal modo que se expandissem as informações sobre os sujeitos.

[...] Deste feito, estudar a raça como um fator de hereditariedade psicossomática, das causas germinais remotas, dos fatores biológicos profundos e permanentes, das energias elementares das estirpes naturais formadoras dos povos, na fisionomia e atividade étnica, política e histórica destes últimos (ibid., p. 12).

Neste contexto, a subárea da antropobiologia seria a eleita por Mendes Correia como uma das formatadoras ideais aos estudos das populações do Império, pois incorporava além das medições antropométricas, a análise das diferenças contidas no interno corpóreo, buscando dados como tipo sanguíneo e atividades hormonais – discriminando bioquimicamente as raças e os indivíduos, especulando como a constituição hematoquímica determinava as diferenças morfológicas externas –, tentando perceber ligações entre temperamentos, aptidões, patologias e as demais possibilidades que caracterizariam uma raça (id., 1933, p. 18).

Diferenciava-se de uma antropologia física mais tradicional onde as classificações se baseavam apenas no visível, em apreciações e medições que esquadrihavam os tipos intermédios, base de comparação para o enquadramento de todos os indivíduos analisados em grupos. Tentava ir além de uma preocupação em perceber a todos de maneira estática, determinando posições adequadas a cada um dos grupos raciológicos de acordo com as apreciações abalizadas na escopia.

Em contraponto, a antropobiologia almejava perceber os dinamismos dos organismos estudados, localizando, por exemplo, adaptações corpóreas a determinados ambientes, onde apareceriam as estruturas desenvolvidas e suas funcionalidades, somente passíveis de identificação ao se compararem os resultados das mensurações do corpo com os exames sanguíneos (id., 1962, pp. 147-149).

Podemos, então, afirmar que o fenótipo era o ponto de partida dos “físicos”, supondo *a posteriori* de como se organizariam os genótipos, estes tidos como pouco passíveis de mudanças. Os “biológicos” já estabeleceriam o estudo dos genótipos estando no mesmo patamar que as características fenotípicas dos sujeitos, e ambas passíveis de transformação na sua inter-relação com o ambiente.

Essa perspectiva, a qual ia além dos aspectos anatômicos e morfológicos, podia estabelecer que raças não estavam atreladas ao que se via de igual, mas podia estar contida na essência comum dos genótipos. Daí que aos indianos, chineses, africanos e timorenses era factível pertencer à raça lusitana, se claro, passassem por uma evolução que atingisse o propósito da padronização rática.

Para esta padronização lograr êxito, aconteceria uma espécie de amoldamento sociológico das populações colonizadas, onde a inclusão de práticas sociais importadas de Portugal – através da educação, da constituição de ambientes laborais produtivos, de uma agricultura baseada em propriedades privadas, da missionação católica e do aumento de contato com o emigrado da metrópole – facultaria, geração após geração, ser instaurada uma biopsíquica próxima ao do lusitano (ibid.).

Não se tratava de embranquecer o corpo, mas de aprimorar o espírito. Partindo disso, podia-se afirmar que o antropólogo que analisasse as etnias pela sua composição hematoquímica, deveria montar uma hierarquia genotípica, e a seguir demonstrar como a formatação da raça portuguesa poderia se sobrepor, a longo prazo, às etnias do Império (ibid.).

No que Mendes Correia veio a denominar *biocracia*, “a analogia ou identidade entre os fenômenos da vida propriamente dita e os fatos sociais”, numa espécie de categorização das sociedades assentes nos acomodatamentos do hereditário com os ambientes (id., 1934, p. 335), o estudo antropobiológico teria um caráter de descrever as fases evolutivas de cada comunidade das colônias, cruzando dados biológicos com psicológicos.

Na tabulação das informações seria possível afirmar o estágio de evolução de cada grupo estudado, podendo-se traçar uma tecnologia apropriada para se avançar no processo civilizatório. Haveria, portanto, um determinismo genético nas raças no caminho da evolução, em que o agente português poderia intervir na sua aceleração, proporcionando ambiente favorável para um progresso em direção a um porvir lusitano.

As relações dos corpos sociais ultramarinos, portanto, deveriam estar organizados de tal forma a eliminar o que fosse primitivo das populações colonizadas – claro, que de forma flexível e calculada, de acordo com o tempo de cada grupo – e desse continuidade ao que fosse mais evoluído, numa relação dialética cuja finalidade seria de alcançar a síntese entre o português e cada uma das formas étnicas. A raciologia apregoada por Correia acreditava numa antropologia de ação sobre os indivíduos

estudados, já que é ela que iria descrever as raças e prescrever o processo de homogeneização psicossocial em volta do lusitanismo.

Para ajudar nesse processo, vangloriava-se a raça portuguesa por ser a que mais agregava diferenças na sua grei psicoétnica, aceitando fisiologicamente as populações negras, indianas, chinesas e timorenses, e biologicamente incorporando o mestiço (mesmo não sendo incentivada a mistura entre as etnias), elemento tão importante quanto as outras raças. Seria, portanto, o português uma nacionalidade imperial por excelência.

A afetividade predominante na psicologia lusitana, com raízes verossímeis na esfera bio-neuro-psíquica, explica grande parte do êxito cultural obtido em tantos pontos do globo. O mestiçamento, o fácil convívio dos portugueses com os nativos explicam igualmente esse êxito e têm, do mesmo modo, pelo menos em parte, um papel importante na simpatia da qual aqueles foram objeto em regiões tão distantes.

O predomínio afetivo fez da cultura portuguesa, apesar de quebras de continuidade, da vã preocupação de aparências e doutros fatores de limitação, umas das mais naturais, atraentes e humanas das culturas, nos meios mais diversos. Não são assim de se estranhar o seu poder assimilador e a sua extraordinária difusão pelo mundo (CORREIA, 1951, pp. 48-49).

Para não surgirem imprecisões, o caráter associativo do lusitano se daria no além-mar, sendo que para Mendes Correia a metrópole deveria se manter imune aos processos de transformação gênica, já que era o civilizador e não tinha “afinidades hemáticas com africanos” (id., 1936, p. 36), colocando-se acima das “raças de seu império”.

O *telos* lusitano no ultramar é o do altruísmo rácico, onde “a melhor política perante os diversos elementos étnicos das nossas colônias não é, pois, a do desconhecimento duma realidade natural como a da raça ou a da mestiçagem, mas a tradicional simpatia, fraterna e cristã para com todos esses elementos e duma benévola inclusão destes numa tarefa de solidariedade e cooperação nacionais” (id., 1942, p. 621). A compatibilização inter-racial era a experiência por excelência no ambiente ultramarino português.

O evolucionismo a qual Mendes Correia se filia pensa o globo dividido em raças com o atributo da flexibilidade, esta que acataria reunir as diferentes histórias coletivas, etnias e aspectos sociais num mesmo diapasão. Um antropólogo colonial seria o classificador por excelência, e como afirma Patrícia Ferraz de Matos, isto feito no uso de ciências subsidiárias, com seus métodos e técnicas próprias (2012, p. 93) – como a arqueologia, a biologia, antropometria, psicologia, linguística, anatomia, embriologia,

ou mais áreas que ele se implicou a estudar – auxiliadoras na organização das escalas civilizatórias e no encontro das maneiras propícias de integração das singularidades.

Enunciando sobre o Outro, negava-se a possibilidade de simultaneidade de singularidades, convertendo-se a uma única raça o Império – ou duas, a metropolitana mais pura e a mestiça do ultramar, mas acopladas e hierarquizadas. Os exercícios empíricos perpetrados por esse grupo não tem o objetivo de descrição da realidade, mas de estipular as posições nessa hierarquia, determinando a quem é capacitado enunciar, no caso os cientistas da colonização.

Chegamos à conclusão que não existe a dicotomia empiria e teoria, mas uma multiplicidade de teorias e práticas postas em linha, sem se importar, em realidade, de saber mais sobre as singularidades, de compreender o qualificado como diferente. Há sim uma ação teórica sobre a alteridade, usando-a como base para construir uma identidade portuguesa – num tipo de espelho que mostra apenas aos olhares científicos as virtudes do lusitanismo – e a percepção de uma experiência específica imposta como universal.

5.3) Da *Biocracia* ou “expandir a colonização sobre as vidas do além-mar”

O empírico tão propalado nos meios acadêmicos metropolitanos e efetivado, como acompanhamos, nas missões antropológicas, aquando configurados nos textos resultantes das investigações, passava menos pelo entendimento da alteridade – como proposto em todos os professores aqui citados –, e mais por um processo de subjugação discursiva. O deslocamento ao campo seria mais como local de testes, no uso dos seres estudados como cobaias de tecnologias apropriadas ao exercício de poder sobre o que seria um sujeito não europeu.

O que se chamaria de Ciência da Colonização para esses autores seria a reunião de campos tão diferentes como a sociologia (Lopo Vaz), a etnologia (Lourenço Caiola), a antropologia física (António de Almeida) e a antropobiologia (Mendes Correia), todas essas utilitárias a experimentações de como estabelecer uma *biocracia* (poder imperial sobre os corpos colonizados, termo resgatado pelo professor do Porto) ou como expandir a colonização sobre as vidas do além-mar.

Pois que a incumbência desta ciência transformara-se na constituição de possibilidades de poderes sobre as diversas formas de vida, ao mesmo tempo em que deveria criar agenciamentos dos sujeitos colonizados aos europeus, de modo a se criar

uma espécie de rede de dependências de subjetividades, onde modelos estandardizados seriam constantemente lançados no além-mar, muitos se perdendo, mas alguns sendo resgatados e incorporados ao modo de ser português no além-mar.

O de mais significativo desse grupo de intelectuais reunidos na Escola Superior Colonial e Junta de Investigações foi de perspectivar maneiras de capturar as vidas em sua totalidade, propondo atingir com procedimentos apropriados os aspectos mais detalhados, tanto no visível (corpo), como no subjetivo.

Portanto, para nós do século XXI não importa se eles lograram efetivar estudos que dessem conta do controle do Império para o Estado metropolitano, ou se eles estavam acompanhando *pari passu* a produção científica de seus campos no período; mas sim que eles conseguiram incorporar como política colonial portuguesa a prerrogativa de produzir a verdade sobre o que é qualificado como diferente. E indo mais profundamente, perceber se atrelaram o futuro de todas as populações que investigaram ao futuro da metrópole e do continente europeu.

A alteração do *Outro* em algo, no mínimo, parecido, estabelecia também uma inclusão que, ao mesmo tempo e paradoxalmente, trazia a exterioridade. O estabelecimento de uma raça portuguesa por Mendes Correia, por exemplo – algo que ocorrerá similarmente ao conceito do lusotropicalismo (este que será predominante em parte dos escritos do professor Adriano Moreira e será incorporado como sustentáculo do discurso oficial do Estado Novo na década de 1950, como veremos adiante) – estipulava o “altruísmo português” compartilhando sua cultura; todavia, impondo, concomitantemente, uma fronteira entre o sujeito originalmente europeu e o que se encontrava fora e tivera recebido a herança da antiga metrópole.

Nestes pressupostos, ser lusitano nos trópicos não era o mesmo que ser português, não dando a possibilidade de ascender à plenitude existencial aquando se deslocasse ao continente europeu. O surgimento desta dupla consciência foi forjada nesse processo analítico qualificado como científico, aprisionando as identidades do Império.

O investimento do mando imperial sobre os corpos individuais dos colonizados vai nesse sentido daqui para frente. A expertise dos centros de investigação e informação estudados nesta tese carreará articular um exercício de poder de base científica que fosse além da hierarquização biológica e do recalque, incorporando a ideia de que se subjugava dentro de uma lógica universal, pré-existente, justificando a governação europeia sobre o globo.

Ademais, é inaugurado, ao menos na Ciência da Colonização portuguesa, um exercício de poder que crê positivando a alteridade. Isto será melhor exposto nos próximos capítulos, com a geração posterior a esta, a qual encontrou os meios de efetivar a política da verdade sobre o *Outro*, chegando à conclusão que se deveria desmobilizar o aparato colonizador montado desde a Conferência de Berlim, no intuito de constituir outras estruturas de mando mais eficientes e adequados ao período pós II Guerra Mundial.

PARTE III

DO ESPECTRO IMPERIAL PARA UM NOVO POSICIONAMENTO NO GLOBO

Quis a providência que fosse Portugal quem desempenhasse a missão ao convívio da Europa os povos de todos os outros continentes, levando-lhes com a civilização europeia a luz da mensagem cristã.

Exercemos esta missão através de todos os sacrifícios, durante cinco séculos.

Dela resultou ter-se constituído a comunidade nacional repartida por variados territórios e formada por povos de várias etnias.

É esta, na sua singeleza, a razão por que, perante a incompreensão quase geral e a hostilidade de muitos, Portugal quer continuar no Ultramar.

É que os seus povos, como os da Europa, fazem parte da Nação. São seus elementos integrantes.

Repudiá-los seria amputar Portugal de uma parte de si próprio. Não ignoro que no mundo em que vivemos, dominado pelos valores utilitários e desorientado pela influência de ideologias mal definidas, mas fortemente sentidas, a nossa persistência é considerada pura obstinação que há-de acabar por ser vencida pelos chamados “eventos da história”.

Como se enganam os que assim pensam!

Trecho do texto “A Nação escolheu o caminho” do futuro ministro do Ultramar no governo de Marcello Caetano e professor do ISEU, J. M. da Silva Cunha, 1964, pp. 1-2.

Na dinâmica da política internacional após a II Grande Guerra, ocorreram mudanças de paradigmas que comprometiam a manutenção de terras no além-mar, afetando o *status* de Império aos países que detinham essa condição. O fim do conflito armado altamente destrutivo e a sua catástrofe humanitária trouxeram questionamentos às estruturas seculares coloniais por parte dos novos atores globais que assumiam o seu protagonismo.

Na Carta de fundação das Nações Unidas de 24 de outubro de 1945, o artigo 73º já expunha tratativas das potências vencedoras em determinar aos Impérios coloniais bases éticas atreladas ao bem-estar das populações colonizadas, assim como incumbia a formação de governos cada vez mais autônomos nos territórios ultramarinos:

[...] os membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios⁵².

Tutela civilizatória e dependência política – práticas tão defendidas pelas potências centrais como as necessárias até então ao governo do mundo extraeuropeu –, seriam questionadas daqui para frente. De acordo com as novas premissas geopolíticas e de direito internacional, era crucial a formação de novos corpos políticos nas colônias, que detivessem a habilidade de se autogovernarem num determinado prazo e nos preceitos da cidadania.

Conclamava-se para que se fosse além da coesão social mantida pela autoridade baseada na vigília policial/administrativa restritiva (com cariz de Estado de Exceção) e as alianças com líderes tradicionais e títeres artificiais. Abriam-se possibilidades a um novo paradigma de relações entre os povos, que fosse baseado na equiparação cultural e política entre as populações de todos os territórios, rompendo a ordem hierárquica de colonizadores e colonizados.

Nos próximos anos viriam a desencadear, paulatinamente, processos de independência, como a da Síria e do Líbano (1945), da Índia e do Paquistão (1947), do Ceilão e da Indonésia (1948), da Argélia (1962), do Congo Belga (1959-60), e de Tanganica (1961), para ficarmos em exemplos que abrangeram os dois continentes e várias metrópoles. Nesse contexto, ainda ocorreu a Conferência de Bandung (1955),

⁵² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm

uma das ratificadoras da tendência de busca de autonomia por parte dos “povos emergentes”, num momento em que os líderes dos agrupamentos políticos independentistas se uniam para empreender uma luta mundial contra o domínio das nações centrais. Reforçava-se a isso tudo movimentos continentais como o pan-africanista.

Nesses anos pós-guerra o que vemos em todos os movimentos nativistas, portanto, fora a tomada de importância – tanto na reorganização das relações entre os países, assim como nas reivindicações das regiões colonizadas – do *nacional* e de seu *povo* como organização político-jurídica, e como parâmetro identitário para a produção de unidade cultural, sendo esses conceitos a serem reforçados, em detrimento dos indivíduos e/ou dos agrupamentos tradicionais. E esses “povos emergentes” deveriam estar atrelados às independências nacionais, com Estados devidamente organizados e fortalecidos para sustentá-los.

O novo paradigma já atingira o corpo acadêmico de algumas metrópoles, estabelecendo-se grupos de reflexão, apoio e ação à criação de Estados independentes na África e na Ásia. Sartre seria um dos principais intelectuais promovedores na *Academia* da emancipação dos *povos colonizados*, pronunciando-se em 1964 favoravelmente à ideia de comunidade ou povo como únicos geradores de força suficiente contra o que ele viera denominar de *sistema colonial opressor*: “Como reação à segregação na luta cotidiana, descobriu-se e se forjou a personalidade argelina. O nacionalismo argelino não é a simples revivescência de antigas tradições, de antigos apegos; é a única saída de que dispõem os argelinos para fazer cessar sua exploração” (1968[1964], p. 35).

Não passando despercebido nessa nova conjuntura internacional – mesmo a despeito de que as lutas de independência começaram posteriormente na África portuguesa, em 1961 – uma nova geração chega à Escola Superior Colonial com intenções de forjar novas acepções intelectuais de modo a, primeiramente, manter incólume o Império, mas que ao mesmo tempo propusesse novas práticas coloniais que se adaptassem aos novos marcos ético-regulatórios nas relações dos povos colonizados e, reinserir Portugal nas redes acadêmicas europeias. Estas já detendo grupos alinhados, como vimos com Jean-Paul Sartre, a uma crítica quanto às relações íntimas dos Estados imperiais e ao campo intelectual.

Como já descrito anteriormente, ocorriam desde 1945 reestruturações institucionais nas unidades de investigação e ensino no Ministério das Colônias,

aquando da entrada como titular da pasta do professor Marcelo Caetano, que possibilitaram a agregação de novos professores formados em ambientes diferenciados aos dos vetustos docentes das instituições e, particularmente, da Escola Superior Colonial.

Dois professores e o centro de investigação que eles fundaram, entre outros, estiveram na liderança das mutações que proporião novos conceitos colonizadores, que diziam respeito à incorporação de uma política assimilacionista e que ultrapassasse os ditames do Ato Colonial de 1930 e a Constituição do Estado Novo de 1933 – estes calcados em relações de subjugo cultural e exploração econômica apenas.

Foram eles Adriano Moreira e António Jorge Dias e o Centro de Estudos Políticos e Sociais: o primeiro ligado à cadeira de Política Ultramarina; o segundo à de Etnologia, reunidos na nova instituição. Neste momento tentaremos refletir acerca de suas obras e de suas ações acadêmicas, onde de uma base instrucional e investigativa chegaram a propor uma reestruturação ao *modus operandi* imperial português.

Usaremos os dois docentes/investigadores como operadores de uma nova formatação do Império português, sem deixar de lado a percepção de que era uma entre várias possibilidades que se apresentaram no pós-guerra para pensar o desempenho do Império. Outros grupos coexistiram, a maioria deles mantendo ainda as epistemes tradicionais da instituição de ensino superior e dos centros de investigação. Contudo, apostamos que Adriano Moreira e Jorge Dias lograram impor novas possibilidades de se compreender o além-mar lusitano, numa reorganização discursiva do que se poderia ser o Império e sua conservação.

6 – Dilemas imperiais: pertencer à Ciência da Colonização ou alcançar a autonomia investigativa? O CEPS e Adriano Moreira

6.1) Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS): dar maioridade à Ciência da Colonização

Dentro da estrutura da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, e associado ao ISEU, em 1956 foi fundado o Centro de Estudos Políticos e Sociais com o intuito de dotar o campo das ciências dedicadas ao Império de certa autonomia com relação aos ditames do governo central, implementando uma reflexão independente das responsabilidades metropolitanas.

Formar, assim, um centro que pudesse, ao mesmo tempo, reunir pesquisadores alinhados ao Estado imperial, com investigadores externos, tanto de outras instituições portuguesas como também estrangeiros, e que conseguissem conjugar-se no exercício de inflexão mais profunda acerca da governança do além-mar e das questões sociais contemporâneas.

Seria tentar se desvincular da produção – já enraizada na JIU – que se calcava em reproduções discursivas triunfalistas da colonização portuguesa, ou de investigações que sofressem pressão estatal por resoluções rápidas a problemas pontuais das ações colonizatórias. Ensejar um estabelecimento de estudos menos estatal e mais científico, menos doutrinário e propagandista e mais promotor de crítica regeneradora.

Indo além, beneficiando-se de um posicionamento que invocasse a autonomia acadêmica, produzir-se-ia conhecimento que pudesse renovar o poder imperial português em outros paradigmas que não os dos assentados há décadas nas posições de poder coloniais. Ambicionava-se reconstituir, assim, a ordem discursiva do colonialismo, no que tange as áreas de sociologia, história, ciência política e antropologia, de acordo com os preceitos civilizatórios posteriores a Segunda Grande Guerra. Tentar expandir em direção a um cosmopolitismo europeu, em substituição do acanhamento provinciano que se fossilizara nas ciências colonizadoras.

O CEPS possibilitou a arregimentação e reforço de teorias que eram desprezadas pelos velhos grupos de investigação coloniais – os quais não conseguiam mais reverberar com potência seus estudos nas instâncias administrativas coloniais e pouco influenciavam na elaboração de propaganda do colonialismo, ou eram colocadas na periferia dos estudos. Aqui encaixaria, por exemplo, o aprofundamento e melhor

exploração das teses lusotropicalistas e a importação das ideias da escola da antropologia cultural.

Enfatizamos que o Centro de Estudos manteve ainda vínculos nas determinações das políticas colonialistas do Estado Novo. Vide a elaboração de relatórios secretos para o Ministério das Colônias de seus principais pesquisadores. Os professores do ISEU e associados ao CEPS Silva Cunha, António Jorge Dias e Adriano Moreira foram enviados em missões especiais e relataram situações determinadas pelo governo imperial⁵³, mormente regiões onde havia problemas relacionados a descontroles militares e administrativos de Portugal.

Contudo, o que temos como hipótese à história do CEPS, desde sua fundação até sua anexação à Universidade Técnica de Lisboa – justamente com o ISCSPU – é que os seus envolvidos, num crescendo, transitaram de uma produção que tradicionalmente mais alimentava o poderio do Estado central para de outro tipo, mais atrelado às questões internas do campo acadêmico. Neste sentido, publicações, eventos e discussões foram ocorrendo na nova instituição, assim como concessões de bolsas a jovens investigadores que puderam circular em outros centros europeus.

Editaram inúmeras monografias e manuais, resultantes de pesquisas e grupos de estudos existentes dentro do *Centro*. Uma das coleções, por exemplo, chamava-se *Estudos de Ciências Políticas*, inaugurada pela famosa obra *Política Ultramarina*, de proposições e reforço ao colonialismo lusitano feita pelo professor Adriano Moreira, súmula das lições proferidas no ISEU no ano letivo de 1955/56⁵⁴. Até 1962, saíram publicados por esse conjunto de investigações 59 livros.

Dos inúmeros eventos ocorridos dentro do estabelecimento, *Os Colóquios* tiveram caráter formativo e sucesso na atração de alunos. Um deles, por exemplo, constituiu-se acerca de métodos investigativos próprios a cada área das Ciências Sociais. Organizada pelo professor Jorge Dias reuniu especialistas dos campos da História, Etnologia, Sociologia, Antropologia Cultural, Psicologia Social, etc., do próprio *Centro* ou convidados, os quais davam palestras, numa periodicidade mensal.

Em todas as quartas-feiras subsequentes, sucediam debates e análises acerca dos temas tratados nas palestras. Tais reuniões tinham a intensão de formar dos jovens investigadores em áreas do conhecimento das Ciências Sociais, cujas pesquisas o CEPS entendia como atrasadas e/ou carentes de renovação em Portugal (VÁRIOS AUTORES,

⁵³ Cf. CUNHA, J. M da Silva. *Movimentos associativos entre os indígenas de Angola*. Lisboa: 1956,

⁵⁴ MOREIRA, Adriano. *Política Ultramarina*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; CEPS, 1960.

1958, p. 9). Do resultado do primeiro ano de colóquios e seminários foi publicado um livro, sendo ele o décimo quinto da coleção *Estudos de Ciências Políticas* (ibid.).

Outros eventos aconteceram também nas instalações do *Centro*, com posteriores publicações, onde versavam sobre temas como “Cabo Verde”, “O Comunismo e a África” e “Problemas de Povoamento do Além-mar”, entre outros.

Neste momento da descrição da história da Escola Colonial trataremos especificamente de dois professores pertencentes ao CEPS, que tiveram importância nas instituições de promoção do Império, mas que igualmente lograram espriarem-se a campos diferentes, indo além da Ciência da Colonização: seriam eles Adriano Moreira e Jorge Dias. A escolha recaí sobre eles, em detrimento de outros, devido a também conseguirem permanecer após o *25 de Abril* como referências acadêmicas e políticas – mesmo que ainda muito criticados e em alguns momentos marginalizados.

O CEPS foi de encontro às avaliações de que a política ultramarina portuguesa entrava em esclerose nas relações de colonizadores e colonizados e que estas deveriam sofrer mudanças, principalmente no que tange aos administradores, pólo de inúmeros descontentamentos e conflitos. Isso ficaria bem mais claro ainda aquando da extinção do Estatuto do Indígena – no momento em que Adriano Moreira era ministro do Ultramar – onde deveria se aplicar a expansão de conceitos de igualdade jurídica além dos assimilados, oriundos da metrópole e crioulos em geral. Como Rui Pereira cita sobre o planejamento da nova arquitetura do *Centro*. “[...] a opção estava feita: integração e assimilação como formas ideais de abolir a distinção entre colonizado e colonizador e tornar os territórios ultramarinos parte integrante de um ‘todo nacional’, retirando assim, supunha-se, qualquer base de argumentação às pretensões autonômicas [...]” (1998, pp. XI-XII).

Contudo, como veremos, a história da instituição não logrará encontrar a saída civilizatória para o colonialismo e o CEPS, ao menos até o despoletar dos processos de independência da África portuguesa, pouco conseguiu adaptar o “velho colonizador” aos novos tempos de autonomia dos povos.

6.2) Prof. Adriano Moreira: do devaneio lusotropical à amargura de pertencer à geração traída

A partir de 1955 a história institucional do ISEU/ISCSPU passa a se confundir com a vida profissional de um de seus professores, que chegou a ascender ao comando das políticas coloniais do Estado Novo.

O professor de Direito e Política Ultramarina Adriano Moreira imprimiu uma marca duradoura na instituição de Ensino Superior, transmutando-a de órgão auxiliar estatal e abrindo mais possibilidades aos seus formandos além da reflexão sobre um Portugal imperial e/ou à atuação profissional nas colônias. Como ele mesmo descreveu em sua autobiografia de 2009 que “a Escola era praticamente um nicho reservado do Ministério do Ultramar e do quadro administrativo que apenas em parte alimentava” (2009, p. 139), ele entendeu como necessária a ampliação das funcionalidades educativas e investigativas da velha Escola Colonial. Para tanto, pugnou pela saída do ISCSPU da alçada do Ministério do Ultramar, levando sua infraestrutura e corpo docente para dentro da Universidade Técnica de Lisboa.

Licenciado em Ciências Histórico-Jurídicas pela Universidade de Lisboa em 1944, o trasmontano não se sentia pertencente à “aristocracia intelectual” portuguesa, tampouco era de uma família de posses, sendo filho de um policial. Acerca da formação universitária, ele qualifica que foi limitada, num curso de Direito que mais tinha de doutrinário, além de ter encontrado dificuldades em adentrar nos ambientes do campo jurídico para exercício da profissão. Iniciou a carreira como funcionário público⁵⁵ e, após alguns anos, militou na advocacia, defendendo corporações estrangeiras (isto por pelo menos 30 anos) e alguns presos políticos dissidentes do Estado Novo (MOREIRA, 2009).

Diante da decepção de ser rejeitado como professor-assistente de Direito na Universidade de Lisboa pelo professor Marcelo Caetano, aceita um convite que o fará em definitivo migrar para o campo do colonialismo: “Tirei dali [a denegação de Marcelo Caetano] o sentido e não pensei em mais do que na carreira forense, até que, estando de férias na Galiza, em setembro de 1950, recebi um telegrama do prof. Mendes Correia a convidar-me para ingressar no corpo docente da escola que dirigia. Foi um compromisso definitivo” (ibid., p. 139). No ano letivo de 1950/51, com 28 anos, assumiu, portanto, como docente auxiliar-interino da Escola Superior Colonial, regente de Direito Privado e Prática Judiciária no Curso de Administração Colonial, restringindo-se, de início, a ensinar na sua formação original.

Sua estreia como acadêmico e representante da instituição de ensino colonial deu-se no XX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, onde apresentou um texto genérico de direito, cujo título foi *A intervenção judiciária na*

⁵⁵ Esteve entre 1944 e 1947 como chefe da Seção do Arquivo Geral e Criminal e Policial.

privação da liberdade física, nada muito relacionado à Ciência da Colonização *strictu sensu*⁵⁶. Teve a companhia no evento dos professores da ESC António da Silva Rego, José Gonçalo de Santa-Rita e António Vasconcelos Teixeira Pinto Coelho (ESCOLA, 1951, p. 29).

No mesmo ano ainda chega a participar como representante da ESC, juntamente com o professor Álvaro da Fontoura, num evento que ocorria em Lisboa, organizado pela Comissão de Peritos de Política Social nos Territórios Não-Metropolitanos da Organização Internacional do Trabalho (ESCOLA, 1954, p. 53). Nas férias de agosto-setembro, vai a Angola e a Moçambique, numa missão do Ministério do Ultramar, para estudar a adaptação do regime prisional às províncias ultramarinas, esta que será a temática de sua tese de concurso (ibid., p. 45). O contato direto com o objeto de estudos parece ser uma das viragens de suas investigações, agora mais atreladas ao além-mar português.

Efetiva-se como professor-auxiliar ainda em 1953; e no ano seguinte ascende para professor efetivo pleno, após passar em concurso de provas públicas (ESCOLA, 1955, p. 19). Neste processo avaliatório teve como júri os professores Marcelo Caetano (da tese apresentada), Silva Cunha (tese e lições apresentadas) e Santa-Rita (lições). O título da investigação foi “O problema prisional do Ultramar”; as lições dadas foram sobre “A Política de Protetorado” (sorteada) e “Administração da Justiça aos Indígenas” (a escolhida previamente pelo candidato) (ibid., p. 69).

Ajuda a fundar o Centro de Estudos Políticos e Sociais, onde em definitivo adota conceitos mais próprios aos estudos do campo das Ciências Sociais na compreensão do colonialismo. No mesmo período acaba por assumir a regência da disciplina de Política Colonial (depois Ultramarina), abrindo mão, aos poucos, da responsabilidade de ensinar Direito Colonial (BARATA, 1995, p. 23). Em 1958 substituiu o professor Mendes Correia na direção do ISEU, solidificando o caminho da autonomia que havia pensado à instituição de ensino superior.

Fez parte da equipe que representou Portugal na Organização das Nações Unidas (1957-59), em temas ligados às autodeterminações dos povos no globo. Colaborou na elaboração da defesa e das justificativas da permanência de territórios do além-mar sob

⁵⁶ Foram os seguintes itens apresentados na comunicação do professor neófito: I. O princípio da estrita legalidade no momento repressivo; II. A projeção do mesmo princípio no regime das detenções; III. A crise do princípio de separação dos poderes e o reflexo no princípio da estrita legalidade; IV. A prevenção criminal e a estrita legalidade; V. A importância da intervenção do juiz como elemento fundamental da estrita legalidade (ESCOLA, 1951, p. 29).

jugo lusitano, diante das pressões advindas pelo fim do velho colonialismo. Foi docente, também, na Instituto Superior Naval de Guerra (a partir de 1968), além de presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa (1964-74).

Com a experiência que adquiriu como representante do Império português nos debates na ONU e consultor do Estado em produção de legislação específica ao além-mar, assim como professor da(o) ESC/ISEU, passou a participar como vogal do Conselho Ultramarino. Daí foi rapidamente indicado como, primeiramente, subsecretário no Ministério do Ultramar (1960-61), e, depois, ministro (1961-63). Fora designado como chefe maior desta pasta em meio à intentona liderada pelo general Botelho Moniz e dos primeiros ataques guerrilheiros no norte de Angola, tendo que assumir a incumbência de reformador do Império.

Na sua gestão como ministro executou ou propôs mudanças significativas, que de alguma forma o fragilizaram politicamente. Dentre elas, acabou com o regime do trabalho forçado e das culturas obrigatórias, assim como o Estatuto do Indigenato, trocando-os por uma reestruturação legal que incorporasse práticas assimilacionistas e pela reforma do Código do Trabalho Rural. Restabeleceu a prisão de Tarrafal, incentivando o envio de presos políticos às colônias. Criou as Juntas de Povoamento e os Institutos de Serviço Social.

Por fim, mandou estruturar os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique. Após forte pressão de grupos militares insatisfeitos ou contrariados pelas mudanças que efetivava – além de ver despoletar de vez os processos de independências na África e a anexação de Goa, Diu e Damão pela União Indiana – acabou por ser demitido pelo presidente do Conselho de Ministros, tendo que voltar ao já Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, onde reassumiu as posições que detinha antes.

Atreload-se, já na década de 1950, a centros de estudos europeus de cariz conservador, que carregavam planos de criar uma integração econômica e política europeia, e livrar a região do papel subalterno diante das superpotências. Um deles foi o Centro Europeu de Informação e Documentação (CEDI); outro grupo foi o Centro Português de Estudos Europeus. E aquando do seu desligamento da pasta do Ultramar, adotou a temática da integração do *Velho Continente* como um dos seus principais objetivos de estudos, migrando, pouco a pouco, suas investigações para o novo papel português – e continental – numa nova geopolítica que rechaçava as velhas colonizações (MOREIRA, 2009, pp. 228-233).

Adriano Moreira estabeleceu-se como intelectual de Estado, constituindo a nova ordem discursiva das políticas coloniais a partir da década de 1950: balizada primeiramente, nas pressões externas, estas no bojo da emergência das superpotências nucleares, fora da velha conformação do poderio europeu de outrora; em segundo lugar, na pressão de organismos internacionais, principalmente a ONU, que tentavam regulamentar as relações interestatais, num parâmetro de impedimento da repetição de conflitos tão ferozes quanto foi o da II Grande Guerra; por fim, às movimentações anticolonialistas, tanto das superpotências, como do pan-africanismo e as guerrilhas de libertação emergentes.

Além disso, assumiu o papel de professor do colonialismo, incentivador que foi de um rebuscamento das ações disciplinadoras da(o) ESC/ISEU/ISCSPU, de incremento conteudístico ao ensino, de desdobramento do currículo e conquista de melhor infraestrutura escolar. Tentou levar a cabo as mudanças já propostas em 1946 na instituição e que de certa maneira ainda não tinham sido postas em prática por completo.

Por fim, encampou mudanças no campo das Ciências da Colonização, ajudando a fundar um centro de investigação com independência, associando intelectuais que pudessem colaborar com novos paradigmas ao espectro imperial dos estudos, potencializando as instituições ESC/ISEU/ISCSPU e JIU na competitividade intra-acadêmica portuguesa.

Foi em reuniões deste tipo que se encontrou apoio para atualizar a nossa aproximação aos problemas coloniais. A Escola Superior Colonial tinha certamente um passado na área, devendo sempre lembrar-se Sampaio e Melo, cuja *Política Indígena*, de 1910, foi recuperada, e a clareza com que os velhos professores Mendes Correia, António de Almeida, e Santa-Rita, se aliaram à urgência da renovação, e apoiaram os novos docentes que foram aparecendo, desmentindo o conservadorismo tradicionalmente atribuído aos professores seniores (ibid., p. 156).

Nosso objetivo neste capítulo não é esgotar analiticamente a Adriano Moreira como intelectual do regime colonialista; menos ainda as ações políticas dentro das instituições científicas colonizatórias em que esteve engajado – já que ao menos por uma década alcançou a notoriedade neste campo – ou mesmo no ambiente ministerial. Queremos sim tentar reconstituir um pouco como se formou este sujeito intelectual dentro do campo da Ciência da Colonização, pensando-o como conformado dentro das instituições de investigação e ensino onde esteve envolvido. Analisar algumas obras de Moreira à luz dos rearranjos epistêmicos necessários ao restabelecimento dos estudos do

ultramar português a um patamar digno onde fosse (re)incorporado aos círculos de acadêmicos nacionais e europeus.

6.2.1) A estreia: o degredo como problema ultramarino

Diante da proibição do uso do degredo como pena para crimes – prática existente desde o início das colonizações, assim como diretivas que tentavam incorporar o sistema prisional do além-mar aos moldes metropolitanos – estabelecido pela Base LXX da Lei Orgânica do Ultramar Português de 27/06/1953 –, Adriano Moreira propôs-se, em seu doutoramento na ESC, averiguar o funcionamento do sistema prisional existente no Império e propor caminhos diferenciados aos banidos. Pensar uma nova arquitetura para o sistema jurídico-penitenciário que transitasse do arcaísmo do instituto do degredo para a incorporação de preceitos da recuperação e reincorporação social aos condenados.

Por o problema assim era, realmente, equacionar também a necessidade de conciliar os fins da justiça repressiva com os objetivos da colonização, que se traduzem na valorização do território e das gentes. A preocupação de adequar o regime do degredo ao fim da readaptação supunha que se admitiria também, como finalidade, que o território não se destinava apenas a ser e manter-se como colônia penal, antes devia evolucionar até ao nível de uma sociedade normal e autónoma (MOREIRA, 1954, p. 32).

O doutoramento seria uma estreia para Adriano Moreira nas investigações da Ciência da Colonização, colocando à disposição um estudo que tentasse dar possibilidades à nova lei. Esta se propunha a aprimorar as ações punitivas, dando melhores utilidades aos territórios do além-mar, espaço empregado por séculos como *locus* dos indesejados e infames da metrópole, sendo eles delinquentes, subversivos, pervertidos ou pecadores. Tinha-se a perspectiva, em seus estudos iniciais dentro da instituição, de reformar o homem ultramarino presidiário e reforçar o caráter de uma colonização que forneceria positividade socioeconômica, em detrimento de serem somente colônias penais. Muitos dos envolvidos com a política ultramarina ainda mantinham a defesa do além-mar como espaço propício para os “dejetos humanos”; em contraponto, Adriano especulava sobre como o desterro ultramarino era uma anormalidade administrativa.

A análise inicia-se comparando os usos do instituto do degredo entre as nações imperiais, enfatizando que Inglaterra e França utilizaram-se largamente dessa ação punitiva, constituindo colônias totalmente penais – como a Austrália, no caso inglês, e a Guiana, no exemplo francês. Principalmente na primeira metade do século XIX, ocorreu

de formarem-se nas suas colônias extensa massa populacional de origem prisional, muito difícil de governar, sendo as sociedades onde eram inseridos os marginalizados, mostravam-se corrompidas pelos cotidianos violentos.

As insurgências constantes, próprias de grupos que não viam possibilidade de reinserção na metrópole, davam mais força a manutenção constante da presença policial-repressora imperial, não possibilitando a constituição de outras estruturas colonizadoras que capacitassem as populações a poderem manter um ambiente mais pacificado e suscetível a uma maior produtividade econômica. Ao contrário do que se poderia supor, a de que ocorreria uma transformação rápida de colônias penais exclusivas em regiões integradas econômica e socialmente aos Impérios, apenas depois de décadas de experiências equivocadas de governadores ultramarinos é que se reformou o instituto do degredo para usá-lo de maneira mais positiva à governança do ultramar.

No caso português, de acordo com o professor-jurista, diferentemente dos outros Impérios, houve sapiência no uso desse instituto, já que governadores equilibraram o envio dos degredados metropolitanos para cada território, distribuindo-os por todas as colônias de modo a não se cometer o erro de se transformar apenas um domínio exclusivo em colônia penal. “[...] a nossa organização legal se estruturou de modo a fazer preponderar os fins da colonização sobre a repressão penal [...]” (ibid., p. 79). Para Moreira o degredo tinha um caráter de inclusão para o Império português, diferentemente dos outros países europeus e os usos que fizeram de seus territórios como espaços de isolamento e exclusão dos faltosos.

Ademais, a índole do banido lusitano seria distinta: mesmo sujeitos postos como párias na Metrópole – isso de acordo com análise documental feita por Moreira –, carregavam mesmo na punição da expatriação penal o que ele veio a denominar de *interesse público português dentro de si*, acarretando que ao sair da metrópole os degredados iam apenas cumprir a sanção, sem maiores embaraços. Ou seja, até os enjeitados sociais aceitavam o legado de missão ultramarina, agindo em prol do *modo de ser português* onde eram alocados (ibid., p. 73).

Dentro de toda esta tese defendida, de uma clara superioridades do uso do degredo em comparação aos Impérios inglês e francês, por que deste instituto do degredo não poder ser mais usado em Portugal, já que era feito com parcimônia e argúcia ao longo da história? Por que reformá-lo, então?

Principalmente pelo excesso de seu uso a partir do final dos anos 1800, o qual acarretou sobrecarga em algumas regiões. Esta situação já era percebida pelas proibições de degredos a algumas partes do além-mar – como algumas ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe –, assim como por legislações que vinham restringindo o uso deste instrumento punitivo desde o final dos 1800. Na reforma prisional de 1936, por exemplo, surgiram maiores restrições, mesmo ainda sendo utilizado para crimes tidos como de maior periculosidade (ibid., pp. 167-177).

Mesmo com a defesa de menor uso do degredo no Império, Adriano Moreira defende a manutenção no caso dos prisioneiros políticos da metrópole e das colônias: “Não é com problemas de redação que se resolve o perigo eminente que é enviar para o ultramar delinquentes políticos que confessadamente atuaram contra os padrões essenciais da cultura que o direito privado exprime e que, logicamente, atacam todos os regimes coloniais e pretendem incitar as populações nativas à desobediência” (ibid., p. 185). Neste caso o degredo deveria ter novo formato, mais controlador, reforçado com a adoção de prisões mais isoladas e seguras.

As sociedades coloniais tinham se tornado mais complexas do que as do século XIX, com presença de outros grupos que iam além dos tradicionais crioulos e nativos – como os próprios assimilados e o aumento da migração à África –, e o formato do degredo parecia dificultar a governança das coletividades que vinham emergindo. Para piorar, os embates políticos na metrópole – resolvidos com as perseguições típicas do regime autoritário –, ao contrário de serem dirimidos com os degredos, pareciam aumentar a resistência das oposições aquando essas eram postas no ultramar sem nenhum tipo de controle ou isolamento: “É de esperar que todos concordem em que tais delinquentes [políticos] não podem ser agentes da cultura nacional nem colaboradores da obra da assimilação” (ibid., p. 185).

Novamente, numa repetição das compreensões sobre como estão as sociedades ultramarinas africanas – como vimos nas descrições de desde o final do século XVIII –, o elemento metropolitano desequilibrava e atrapalhava ao chamado “processo de assimilação das populações locais”. Daí que deveriam se montar prisões no ultramar encerradas em si mesma, e não como copartícipes da colonização. Deslocar prisioneiros ao ultramar tudo bem, desde que não se atrelasse ao regime correcional a finalidade de transformar os recuperados em colonos.

De resto, a percentagem mínima que os delinquentes representam, e a percentagem mínima que ao fim poderá, com otimismo, supor-se que dentre

eles serão recuperados para a vida colonial, não parece justificar o aparato dispendioso dos falados estabelecimentos a construir no ultramar, com os perigos inerentes para a assimilação, para o prestígio internacional e para o sentimento de dignidade da sociedade ultramarina (ibid., 187).

Denunciava-se, portanto, o degredo como um instrumento que trazia o arrefecimento das desordens sociais e políticos no território metropolitano por um tempo; contudo transferiam-se esses mesmos conflitos para as colônias, num ambiente que agora não era mais o de outrora, onde o prisioneiro era isolado da metrópole e por lá ficava. Havia uma maior circulação entre territórios ultramarinos, e a própria metrópole poderia ser vítima de um empoderamento da delinquência num longo prazo no ambiente colonial, não tendo o degredo a mesma eficácia.

O exílio ultramarino adiava a resolução do problema prisional, que parecia retornar com o tempo: primeiramente no governo do Império, este abarrotado de delinquentes não corrigidos, comprometedores da positividade econômica e social do além-mar; posteriormente, dentro da própria metrópole, que voltava muitas vezes a absorver boa parte dessa população. Adriano Moreira convoca, portanto, o espraçamento do ideal da correção – já em voga nos sistemas jurídico-policiais europeus desde o século XIX – também aos prisioneiros ultramarinos no cumprimento de sua pena.

Acrescentando mais uma negatividade, a imagem do degredado inibia a migração espontânea para algumas regiões, já que passava-se a sensação de que a ida ao ultramar era por obrigação ou punição. Para muitos deslocar-se para tão longe era mais associado a castigo que a dádiva de uma nova vida pujante no além-mar. A imagem de ir viver em regiões longínquas “infestadas de delinquência”, trazia indisposição com a África portuguesa por parte da população metropolitana que ainda preferia ir para a América ou à Europa do norte (ibid., pp.188-189).

O doutoramento de Adriano Moreira trazia a avaliação, também, de que se deveriam – como já se discutia na Câmara Corporativa, a qual ele participava – tipificar os criminosos, de modo a separá-los, racionalizando-se a punição. Para início, dissidentes políticos seriam colocados junto a criminosos tidos como reincidentes e de alta periculosidade.

Aos demais, se de origem metropolitana, deveriam ficar neste território mesmo. Mas se mesmo assim ainda fosse necessário o envio para o ultramar de alguns (além dos próprios prisioneiros surgidos entre a população crioula e assimilada), era mister que fossem alocados em instituições disciplinadoras que acarretassem efetivamente a correção, como, por exemplo, prisões semiabertas e/ou que ofereciam alguma atividade

laboral com remuneração. Para a maioria dos criminosos o caráter intimidativo da expatriação não deveria existir, já que se daria a oportunidade de eles ficarem como colonizadores. O sistema prisional do ultramar deveria abranger uma progressão na vida do prisioneiro, que se sentiria incentivado a “reconciliar-se” com a sociedade que o excluiu, incorporado ao projeto civilizatório lusitano no seu mundo (ibid., pp. 231-240).

Outra separação a se executar seria a de colocar as populações africanas em recintos exclusivos, introduzindo punições e sanções com formato e objetivos diferentes do que os que tinham ascendência europeia ou advinham da metrópole. Com eles, o fim da regeneração é deixado de lado, pretendendo-se, em ambições mais módicas, operar no sujeitamento ao ordenamento legal do Estado colonizador. As prisões dedicadas aos povos colonizados, por seu turno, seriam de caráter mais instrucional que punitivo (ibid., pp. 229-230).

Portanto, a tese levantada por Adriano Moreira em seu doutoramento é que deveria se desvincular do ato colonizatório em si a ação de justiça metropolitana, sendo esta última a responsável pela correção dos prisioneiros. Ao ultramar, somente os que estivessem suscetíveis ao ato colonizatório. E se fossem transferidos prisioneiros de alta periculosidade – lembremos que os condenados políticos entravam neste quesito – que estivessem em prisões de isolamento total.

As colônias se tornaram importantes demais ao projeto nacional português para serem transformadas em locais propícios aos “párias” metropolitanos. Elas eram significantes economicamente, já que precisavam de uma harmonia social para uma melhor-produtividade; eram relevantes socialmente, já que se deslocavam massas populacionais da metrópole com ambições de se fixarem em detrimento dos até então escassos grupos interessados em ir e retornar o mais rápido possível à metrópole.

6.2.2) Em defesa da política ultramarina portuguesa

Nas comemorações de cinquenta anos do ISEU foram publicadas as lições de *Política Ultramarina* (ano letivo de 1955/56), inaugurando a coleção de publicações do CEPS. Propondo ser um *vade-mécum* para os estudantes do Instituto em matéria de problemas atuais da colonização, numa reestruturação curricular da disciplina – no momento em que Adriano Moreira assume no lugar do prof. Santa-Rita –, intentou ir além das questões restritas aos territórios coloniais em si, incluindo Portugal em debates geopolíticos globais daquela época. Nesta perspectiva, por exemplo, o novo professor chamava a atenção (Prefácio) às ocorrências do Médio Oriente, arriscando dar o palpite

de que nessa região surgiriam muitos conflitos no futuro (1960, pp. 7-9), além de outras ocorrências daquele período que não influenciariam diretamente os desígnios do Império português, mas que apontavam novos rumos das políticas das potências de então; e, a longo prazo, determinariam por onde a Europa deveria rumar.

As aulas publicadas também demonstravam a intenção de associar os estudos das políticas coloniais ao campo científico da Ciência Política, numa dupla perspectiva: a primeira de naturalizar a compreensão que o fenômeno do colonialismo não era restrito às velhas potências imperiais europeias ultramarinas. O colonialismo seria uma maneira de estruturar o poder entre os povos de longa data, não sendo fenômeno apenas dos últimos séculos ou do Velho Continente. Defendia, em contraponto, que o ato de uma nação colonizar outras regiões já ocorria anteriormente, assim como havia participação de países mormente olvidados pela literatura anticolonialista produzida nos últimos anos, como os Estados Unidos e a Rússia. Colonialismo seria, portanto, ação humana coletiva legitimada historicamente, aos moldes das guerras e revoluções, e inserida nos enunciados da Ciência dedicada às relações políticas.

Em segundo lugar, tentava assegurar um posicionamento da Ciência da Colonização, no seu viés *Política Ultramarina*, ao campo maior do conhecimento da *Ciência Política*, criando interdependência epistêmica entre ambos.

O fenômeno colonial determina a existência de um ramo da ciência política a que poderá chamar-se política colonial, e que não pode deixar de exibir o reflexo de todos os problemas levantados pela política geral. Naturalmente, a primeira questão suscitada pela política colonial é a de saber como se caracteriza uma situação colonial, porque é o caráter específico desta situação que justifica a existência de uma disciplina autônoma (ibid., p. 23).

O curso e seu manual serviriam às tratativas de incutir o fenômeno do anticolonialismo nas discussões dentro do ISEU, incorporando a realidade internacional das relações de Portugal com o mundo, no momento em que era atacado na ONU e sofria ameaças da União Indiana à Goa, Damão e Diu. E obviamente, tentar criar uma ambiência de montagem de um discurso de defesa da natureza histórica portuguesa ultramarina entre o alunado.

Um posicionamento epistemológico relevante foi o de afastar-se da caracterização geográfica do que é ser colônia. Ter ou não ter contiguidade física passa a não ser relevante. Colonizar, necessariamente, não seria deter o controle sobre terras e gentes de regiões longínquas, apenas. Os estudos de uma cadeira de Política Ultramarina avançariam, por exemplo, sobre as situações de regiões ocupadas pela

Rússia (no que se convencionou chamar de unidade em torno dos Sovietes), ou o caso da maneira como Israel tem ocupado a Palestina, por exemplo. Reposicionar as investigações comparativas sobre os poderes imperiais tendo como perspectiva a heterogeneidade cultural, caracterizando as relações de poder entre as populações que submetiam e as que eram submetidas, e as suas interdependências.

Especificando o objetivo de sua cadeira formativa, as aulas do curso de Moreira teriam que dar conta de entender o fenômeno das populações nos territórios ultramarinos, já que a política estuda o Estado, este composto por território, população e governo; e um Estado Imperial como o português, deveria tentar compreender o que vem a ocorrer nas relações das populações do além-mar com o Estado metropolitano, invocando principalmente as noções legais nos territórios do ultramar e como se governaria em meio a culturas jurídicas diferentes (ibid., p. 28). *Política ultramarina* tem como objeto de estudo as alteridades jurídicas nos territórios coloniais, e como se organizavam as relações de poder ali.

A questão racial seria a primeira problemática elencada. Inicialmente defende-se a tese de que existe uma ética europeia emancipatória há décadas nas ações colonizatórias na África – presentes em textos elaborados durante a Conferência de Berlim (1885), a Conferência Antiesclavagista de Bruxelas (1889), na fundação da Sociedade das Nações e até na própria Declaração dos Direitos Humanos da ONU. Não seriam portanto novidade as temáticas da emancipação dos povos e o combate aos racismos, já que numa linha progressiva o assunto elas vinham sendo retomadas a cada momento de inflexão da presença europeia no continente africano. O curso de Adriano Moreira no ISEU tentava divergir do senso comum de que povos e suas autonomias culturais, identitárias e políticas tratavam-se da grande novidade do pós-guerra.

Indo além, *Política Ultramarina* denuncia que o discurso anticolonialista não se interessava muito com a ética emancipatória, preocupando-se mais em atrelar os países recém-independentes às órbitas de influência dos Estados Unidos e da União Soviética, muitas vezes propagandeando o fortalecimento de grupos políticos nativos que em realidade estavam mais atentos à manutenção do próprio poder, pouco interessados com a soberania econômica e despreocupados em proteger seus países da exploração financeira internacional selvagem.

De acordo com a análise, para piorar aos novos países os conflitos étnicos seculares mantinham-se, ou mesmo eram aumentados: por um lado, ocorria um exacerbamento antieuropeu, acarretando em violências inflamadas contra as populações

de origem metropolitana, multiplicando as animosidades destruidoras de uma convivência inter-racial de séculos; por outro lado, os próprios novos Estados não tinham capacidade de governar as rivalidades internas, devido ao arremedo de nacionalismo que fora proposto aos povos cujos territórios mais separavam que conglomravam:

[...] É apenas uma ridícula, e também a maior parte das vezes desonesta figura de retórica, falar do nacionalismo do Sudoeste Africano, de Angola ou do Congo Belga, como princípio aglutinador das populações indígenas contra o domínio político dos Estados soberanos. A confusão da unidade do território com a unidade nacional tem, por outro lado, conduzido aos mais deploráveis resultados, por muitas partes, dada a manifesta inviabilidade de convivência pacífica, em pé de igualdade, dos povos que ficam incluídos em tais unidades territoriais e entregues à lei do mais forte. A dolorosíssima experiência colhida em regiões onde se praticou essa imprudente confusão [...] ajuda a tornar claro que, ao atacar-se o colonialismo que se exerce na África negra, não é o princípio das nacionalidades que se tem em vista (ibid., p. 61).

Acrescenta-se a isso, o ataque da Organização das Nações Unidas a um tipo de colonialismo que Adriano Moreira dizia ser o motor civilizador dos povos ultramarinos, o de cariz missionário. Esse colonialismo seria o experimentado pelos países ibéricos, na política dos mandatos da Sociedade das Nações e nos fideicomissos da própria ONU. Era o que priorizava, dentre as ações colonizatórias, aquelas que tivessem características civilizadoras, invocando a missão de agir no ultramar de acordo com uma ética superior ao mundanismo da pura exploração econômica e limitador do exercício do poder, que no caso lusitano está assente nos travões morais cristãos (ibid., pp. 33-34).

Ao mesmo tempo, o posicionamento das potências imperiais europeias de se retirarem de pronto das suas colônias, deixando um vazio de poder, fez com que ocorresse o estouro de violência provocado por tiranos nativos travestidos de libertadores, e de sistemas econômicos sufocadores do livre arbítrio individual, muitos deles agora manietados pelo movimento internacional comunista, que estabelecia uma nova hierarquia internacional, onde a URSS era o centro de dezenas de países periféricos. “A desmobilização ideológica do Ocidente está sem dúvida entre as condições que favoreceram um êxito tão clamoroso e que reduziu a Europa livre ao minguado território de que ainda dispõe” (ibid., p. 70).

Num outro momento do curso de Adriano Moreira, entende-se que a Conferência de Bandung ao invés de criar possibilidades novas às regiões antes colonizadas, planejando caminhos diferentes para novos países, consagrou o racismo contra o europeu como política de Estado, não conseguindo ultrapassar o cabresto ideológico da dicotomia *brancos versus negros*. Além disso, não capacitava uma reação

ao papel secundário novamente dado aos países do que vinha se convencendo chamar de Terceiro Mundo, colocando as nações recém-libertadas num novo jugo. No velho colonialismo este jugo se fazia por imposição, o que dava margem a resistências e negociações mais justas aos dominados; para o cientista político o momento presente era pior, pois se submetia por adesão (ibid., p. 70).

Portugal surge, então, como vanguarda de resistência ao derrotismo que se implantara no continente europeu, já que era um país que não aceitara até então a debandada abrupta do continente africano; não abandonara suas populações ultramarinas, além de ser, obviamente, o artífice da melhor forma de colonialismo, o de cariz missionário. Por isso, também, seria o Estado ideal para reorganizar ideologicamente o continente europeu na luta contra essa nova formatação de racismo que se fortalecia. “Se a Europa não pode salvar-se sem a África, estão não pode manter-se unida ao mundo livre sem a reabilitação do colonialismo” (ibid., p. 72).

Para a reabilitação do colonialismo, para um “neocolonialismo” estaria a disposição o lusotropicalismo, o *modo português de estar no mundo*, que reforçava o triunfo do Império que ainda resistia, pois foi o que melhor criou corpos sociais maleáveis para o exercício da assimilação, da mestiçagem cultural. Se Portugal se retirasse do novo arranjo geopolítico, deixando espaços livres para avanço das potências nucleares, como proposto na ONU, significaria uma perda para o mundo como um todo. A solidariedade racial implantada pela política lusotropicalista e que implicava em segurança social nunca alcançada em outros impérios, e tinha como substituto as rivalidades beligerantes altamente destrutivas da nova era.

Seguindo, no capítulo de número II (ibid., pp. 144-261), são retratadas as aulas que discutem os movimentos colonialistas – hegemônicos antes da II Grande Guerra – e a oposição anticolonialista, que ganhava força com a Carta das Nações Unidas e o patrocínio das superpotências. Aqui, em tom de denúncia, Adriano Moreira vai expondo o que ele crê ser a hipocrisia de uma nova concertação global que viera a substituir a europeia.

No caso estadunidense, a primeira denúncia relaciona-se a agirem em defesa da autonomia das minorias no exterior, em contradição ao que ocorre dentro de seu próprio território onde índios, além de terem sido vítimas de extermínio, não eram incorporados juridicamente à sociedade; por sua vez, os negros eram segregados, sofrendo dificuldades na ascensão social e política. “De modo que o anticolonialismo americano, como se revelou pelo movimento de opinião já referido que surgiu durante os anos da

guerra, é de feição puramente internacional, isto é, não têm em vista as situações coloniais que se encontram dentro de seu próprio território” (ibid., p. 177).

O segundo ponto a ser denunciado foi que essa maneira contraditória de pensar a autonomia mundial dos povos se adequava aos interesses econômicos de expansão comercial em detrimento de qualquer interesse civilizatório ou de preservação dos direitos humanos, algo que no caso português era posicionado em equidade aos outros objetivos da colonização.

É todavia certo que, fora das fronteiras nacionais, a sua conduta [dos Estados Unidos] obedeceu fundamentalmente a motivos de segurança estratégica e de liberdade de acesso aos mercados e às matérias-primas, fomentando a autonomia sempre que aqueles pressupostos ficam a salvos. Parecem ser os mesmos motivos que explicam o empirismo da sua conduta em relação às colônias alheias (ibid., pp. 181-182),

O caso soviético seria ainda mais escancarado, pois na ânsia de alimentador de um tipo de ambição vazia de criar um império gigante, anexou territórios e não dava vazão a qualquer possibilidade de autonomia e nacionalismos, reprimindo qualquer ação espontânea cultural, ao mesmo tempo em que as populações eram assimiladas forçosamente à cultura russa, “Deste modo, a *nação* não é um valor, e, por isso, a regra de os povos disporem livremente de si próprios não é uma regra jurídica, é simplesmente uma regra tática. O único valor, a que o valor-nação se subordina, é o triunfo da classe proletária” (ibid., p. 184). Não há um reconhecimento pelas outras nacionalidades, pois seriam instrumento das burguesias locais e perigosas ao triunfo do comunismo; ao mesmo tempo, a hipocrisia soviética seria exposta justamente pela manutenção de um nacionalismo russo, justamente por ter sido a nação onde nascera a revolução.

Outro problema do anticolonialismo seria o de se alinhar às lutas antifascistas, crendo que todas as ações colonialistas tinham o objetivo de subjugar aos povos, como apregoadado em algumas ideologias europeias. Incorria-se na má fé, assim, de simplificar toda a obra colonial europeia aos devaneios e horrores do período nazi:

Assim, o anticolonialismo firmado na Carta teve em vista um colonialismo que se confunde com a doutrina do espaço vital, que reclama, para certo povo, o direito de apropriar-se de tudo quanto seja necessário para a satisfação dos seus interesses, em determinado nível, um colonialismo desprovido da ideia missionária que definitivamente se tornou característica exigida da ação das potências durante o período da S. D. N. [Sociedade das Nações] (ibid., p. 190).

E essa “hipocrisia anticolonialista” se valia da possibilidade das novas potências poderem usar do estratagema da censura na comunidade das nações e nos vários organismos internacionais de fiscalização sobre as relações internacionais, consagrado no artigo 73 da Carta das Nações Unidas. Os princípios da ONU estariam de acordo com o período, isso o professor não questionava. Contudo as grandes potências degeneravam-na, com sua forma de agir que colocava os interesses econômicos acima dos missionários.

Para Adriano Moreira a ONU mantinha, com o verniz de laico, princípios cristãos de relação entre os diferentes povos. Ele percebia a Igreja Católica “como definidora de uma doutrina geral dos contatos coloniais, dando origem a uma ética que está na base da missão reclamada da ONU” (ibid., p.205). Portugal seria o que ainda preservava essa ética cristã em sua forma de colonizar, tendo que ser defendida por entidades como a ONU, e não atacada como estava a acontecer. Daí, que se lança a proposição de que o lusotropicalismo seria a política redentora internacional *per se*, devendo ser usada como base para as novas tutelas de países centrais sobre as minorias.

E era possível comprovar isso através do arcabouço jurídico, da formatação administrativa e da organização do exercício do poder no ultramar português. Desde o Ato Colonial de 1930 garantia-se uma evolução da emancipação político-administrativa para os territórios do além-mar, com a perspectiva de em médio prazo se transformar em regiões com posição jurídica próxima à da Metrópole, assim como o Estatuto do Indígena vinha dando a possibilidade de assimilação aos povos colonizados.

A faculdade que o indígena tem de, voluntariamente e logo que tenha adquirido os usos e costumes pressupostos pela aplicação do direito público e privado português, optar pela lei portuguesa comum, ficando assim assimilado aos cidadãos originários, mostra como a igualdade do gênero humano continua a inspirar o nosso direito. Por tudo pode dizer-se que o sistema português se caracteriza pelos seguintes traços: centralização política, autonomia administrativa e assimilação cultural (ibid., p. 324).

Numa ironia histórica, Portugal chegava para o professor de Política Ultramarina a seu zênite imperial justamente num momento em que encontrava um ambiente hostil a *seu modo de estar no mundo*. É dentro desse contexto que Adriano Moreira atuava no seu início de ISEU, como reanimador do já secular espectro colonialista português.

Longe de ser uma inflexão das ações colonizatórias e possibilidade de crítica às estruturas de poder engendradas por séculos no além-mar, *Política Ultramarina* parte justamente para a defesa das ações colonizatórias portuguesas usando novamente o método comparativo. Na exposição de uma terceira via, o cientista político preocupou-

se em escancarar virtudes do Império lusitano – em nada comprovadas por literatura da temática ou de estudos empíricos – e escondeu possíveis problemas de Portugal no seu *modo de estar no mundo*.

Adriano Moreira age mais como um diplomata que reproduzia as teses e os discursos feitos na sua atuação dentro da ONU em defesa do Estado português colonizador: conclamava a uma ética esvaziada, a cristã missionária naturalizada no caráter lusitano, sem detalhar muito bem aos alunos o que seria isso em termos concretos. Inclusive, os próprios “valores” dessa missão luso-cristã-civilizadora não são elencados com precisão. *Política Ultramarina* ainda se debatia com o formato doutrinário da instituição de ensino superior.

6.2.3) O lusotropicalismo e a associação a Gilberto Freyre

A adoção do lusotropicalismo como dispositivo que possibilitava o rearranjo da Ciência da Colonização foi largamente usado por Adriano Moreira. Este conceito já havia sido utilizado anteriormente em outros autores do campo de conhecimento e teóricos portugueses em geral, assim como sua origem é difusa, remontando a discursos de vinculação identitária de cariz nacionalista desde o século XIX. O lusotropicalismo, não seria, portanto, uma linha teórica *per se*, mas sim constituído “no seio de uma ensaística culturalista [...] tanto no Brasil como em Portugal, [em] discursos das elites letradas em diálogo com noções de senso comum, em formações políticas específicas” (ALMEIDA, 2000, p. 182).

Mas a partir de meados da década de 1940, o regime do Estado Novo concedeu um protagonismo acadêmico ao lusotropicalismo favorecendo como seu maior divulgador em língua portuguesa Gilberto Freyre. Para tanto, apadrinhou inúmeras atividades do investigador pernambucano no Império. Organizou uma espécie de *tour* às colônias, onde foi levado sob patrocínio do Ministério das Colônias a conhecer a dinâmica imperial e incentivado a repensar sua teoria. Também foi apresentado ou manteve contato com altas autoridades do Estado Novo, além de ser convidado a dar palestras por universidades portuguesas, fazendo-se circular entre os que pensavam e administravam a colonização portuguesa⁵⁷.

⁵⁷ Numa das viagens de Gilberto Freyre a Lisboa na década de 1950, para participação num congresso do Instituto das Civilizações Diferentes, Oliveira Salazar quis encontrar o pesquisador de Casa-Grande e Senzala, situação descrita por Adriano Moreira da seguinte maneira: “Aconteceu até que, no fim do Congresso, Sarmento Rodrigues, Gilberto Freyre, e eu como secretário, fôssemos recebidos por Salazar para lhe dar conhecimento das conclusões da reunião que os promotores consideraram importante. Nessa

Duas obras de Freyre foram editadas por organismos estatais portugueses: *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958), editado pela CEPS na coleção dos Estudos de Ciências Políticas e Sociais (ECPS), e *O luso e os trópicos* (1961), encomenda feita pela Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário de Morte de Dom Henrique.

Processou-se, assim uma associação do regime ditatorial aos enunciados lusotropicalistas de Freyre, sendo incorporados inclusive em discursos oficiais do próprio presidente do Conselho de Ministros. Mas parece que a utilização mais relevante foi a executada na organização do discurso das políticas exteriores do Estado Novo nas décadas de 1950 e 1960, tanto no que tange aos diplomatas, como os propagandistas do regime, o qual percebemos num texto para a Exposição Universal de Bruxelas de 1958, do próprio professor Adriano Moreira:

E foi sem dúvida esta concepção de vida igualitária, de democracia humana, a contribuição mais significativa da ação portuguesa no mundo para a valorização do homem. Uma ação no mundo absolutamente alheia à ideia de conflito e de domínio, ao sentimento de superioridade e inferioridade racial, ao esquema simplista da dialética entre a agressão e a resposta (1958, p. 290).

Com relação às proposições lusotropicalistas propriamente ditas, ao menos no micromundo das Ciências da Colonização, veio tentar dirimir a esclerose teórica pelo qual passava o campo, fugindo da repetição esquizofrênica que passou a ser o catecismo da antropobiologia e demais teorias rácicas. Também serviu na associação a centros de investigação ou um círculo de intelectuais que lutavam ainda contra o domínio crítico à utilização das ciências humanas como fornecedoras de verdades às ações colonizatórias. Tentava resistir à militância anticolonialista de dentro da Academia, que crescia tanto entre intelectuais das antigas metrópoles, como em investigadores das ex-colônias, estes a se posicionarem com força em diversos campos das Ciências Humanas em geral.

Indo adiante, revigorou retoricamente o Estado Novo e sua atuação geopolítica na África, que se sentia a vontade para repetir, nos vários fóruns internacionais que veio a participar, as prédicas lusotropicalistas, potencializando-se simbolicamente para resistir às ameaças das superpotências e das movimentações independentistas do

reunião ele surpreendeu Gilberto perguntando-lhe em que ponto estavam as suas investigações para o trabalho que se viria a chamar *Ordem e Progresso*, quis saber notícias do Brasil político, e não omitiu os pessimismos sobre a decadência ocidental. Ao terminar a reunião, Gilberto lembrou a visita que seu velho pai, o prof. Freyre, fizera algum tempo antes a Portugal, a alegria com que percorrera o país e, acrescentou, o apreço que tinha pelo Dr. Salazar. Este, que ia acompanhando Gilberto para a saída, segurando-lhe no braço, foi dizendo: bem sei, um bom salazarista, mais do que o filho. O Gilberto despediu-se com algum embaraço” (2009, p. 320).

continente africano ao seu Império. Fora, também, uma nova tentativa de tomar para as instituições ISEU/ISCSPU/JIU a centralidade da compreensão do Império lusitano. A teoria do cientista social brasileiro parecia suficientemente abrangente para impor um discurso que aparentasse deter a totalidade do fenômeno da colonização portuguesa.

Nela afirmava a existência de um corpo social resultado de uma síntese e já formatado em meio aos territórios do além-mar na década de 1950. Mesmo que as populações fossem heterogêneas, muitas mesmo mestiçadas étnica e culturalmente, havia um nexo cultural que fora constituído historicamente pela metrópole portuguesa. Por sua vez, essa ligação feita *pelo modo de ser português de estar no mundo* atava esses mesmos grupos humanos espalhados pelo globo no presente e, por que não, no futuro.

Adriano Moreira também aderiu ao ideário de Gilberto Freyre, fazendo dele uma estrela nas instituições de investigação e ensino a que pertenceu. Muito dos discursos do diplomata-advogado defensor do Império na ONU e do ministro das Colônias teve como base retórica as teses gilbertianas. Ademais, nos seus cursos era parte do currículo da disciplina de Política Ultramarina (o que Freyre chamara de lusotropicologia), inspirando inclusive inúmeras dissertações de conclusão de licenciatura, teses de doutoramento e trabalhos de campo de alunos do ISEU/ISCSPU.

As teses do antropólogo brasileiro vieram a calhar pois reforçou a defesa da terceira via do “velho Império”, diante do esgarçamento das sociedades dos novos países independentizados, pressentido por Moreira nas ex-colônias africanas, alijadas que estariam da tutela civilizatória das metrópoles. A presença portuguesa significaria a manutenção de certa paz social, já que “o lusotropicalismo é, por isso e apenas, uma manifestação regional da democracia humana tradicional, isto é, da regra da igualdade do gênero humano” (MOREIRA, 1960, p. 140). Portugal – e mais especificamente *o seu modo de ser* – era, assim, vetor de uma harmonia entre culturas, exercendo o melhor papel de colonizador na história de domínio europeu sobre os povos do além-mar.

Um dos pontos resgatados por Adriano Moreira na obra de Freyre foi a miscigenação cultural, acontecimento típico do cotidiano do além-mar. Entendia-se aí que se chegou a um tipo ideal de ser humano, que respeita diferenças, se não as incorpora em parte, quando o entende como proveitoso para o alcance da virtuosidade. “Tudo parece ter cristalizado hoje na aceitação de um tipo *normativo de português*, no que respeita ao grupo *leader*, cujo teor cultural é inspirado na fé em que na verdade Portugal cresceu e se engrandeceu” (MOREIRA, 1961, p. 139).

E o *tipo normativo de português* carregaria uma ética emancipacionista por onde foi e vai, tornando-o plenipotenciário de uma comunidade que juntamente, sem secessões, impunha-se como outro modo civilizatório, além dos já derrotados na II Grande Guerra (franceses, ingleses e alemães), e dos que vinham se apresentando como alternativas naquele período (EUA e URSS). E essa ética emancipatória também se mostraria muito mais efetiva dos que as experimentadas desde o Congresso de Berlim.

Quando, a partir do movimento antiesclavagista, a colonização passou a ser encarada como função de certos deveres internacionais a que todos os povos colonizadores deveriam obedecer, adotaram-se, sim, novas técnicas políticas para satisfazer as ambições de alguns Estados (os mandatos e, mais tarde, a tutela internacional), mas não se proclamou nenhum princípio ético que não tivesse já efetiva vigência na experiência portuguesa em particular e peninsular em geral (ibid., pp. 140-141).

Daí que a superioridade do império lusitano, primeiramente, estaria em carregar objetivos nobres como o de salvaguardar culturas, incorporá-las ao cotidiano colonial e influenciar positivamente as populações governadas do ultramar, deixando assim a exploração comercial pura e simples – como a praticada no Congo Belga – como subordinada e sendo um dos itens da ação colonizatória.

Importante se enfatizar que a miscigenação é comemorada enquanto posicionada no além-mar. Na metrópole isso não poderia ocorrer, pois seria onde estaria o local da centralidade irradiadora da cultura, de saída e não de chegada nas transumâncias lusitanas. Os princípios éticos surgiram na metrópole e de lá espalharam-se, já sendo absorvidos em grande medida (no caso brasileiro), ou em processo de absorção (no caso africano). Não haveria sentido de Portugal europeu mudar.

Outra justificativa para a permanência do Império lusitano é a de que a obra de constituição de um sujeito ético lusitano ainda estava a ser executado, e a paralisação desse processo – reivindicado pelos movimentos anticolonialistas – exporia sociedades ainda feitas pela metade, alvos fáceis de grupos políticos e econômicos sem escrúpulos ideológicos, e Estados-nacionais pouco afeitos às heterogeneidades sociais.

Na repetição do enunciado da miscigenação cultural – em que tentava-se inculcar que na diáspora dos “sujeitos cosmopolitas lusos” era habitual a relação íntima de portugueses com as populações que encontravam nas andanças pelo globo – atuava-se em prol de um turvamento do discurso histórico, com o propósito de, senão alcançar um oblívio coletivo, lograr deixar menos perceptíveis as demais ações colonizatórias portuguesas de caráter etnocida, como a escravidão, por exemplo. Operava-se no

sentido de se retirar a responsabilidade dos agentes estatais ligados ao Império nos acontecimentos sinistros *do modo de estar português no mundo*.

O dever de um povo lusófono global é do que tratava as condições de organização da colonização portuguesa na história e que o investigador do ISEU/CEPS, e por um período curto o ministro-colonizador, ambicionava realizar, e lusotropicalismo para ele tinha a qualidade de demonstrar cientificamente isso. Nesse contexto, o fim do Estatuto do Indigenato e o salto a ser dado pela extinção do *assimilado* como sujeito jurídico foi, ao ver de Adriano Moreira, um ato de coragem aquando esteve à frente nos mandos do Império e de transcorrer natural.

Porém, a quimera do povo indivisível, a entidade unitária que se chegaria em breve – e que muitos, na atualidade, repetem na apologia que fazem de uma CPLP atuante no ambiente das relações internacionais – traz, em realidade, a não realização por completo do devaneio lusotropical. Nem todas as populações podiam, na altura, usufruir igualmente do que o Império proporcionava, que na prática ainda mantinha as velhas estruturas de divisão entre oriundos da metrópole e populações nativas. Ademais, as guerras coloniais despoletaram justamente nesse período, escancarando as divisões das sociedades ultramarinas e constringendo qualquer tese de colonialismo igualitário.

6.2.4) O fim do estatuto indígena e a autonomia política fornecida pelo “modo de ser português”

Na condição de representante e defensor do Império português nos debates e votações da ONU, Adriano Moreira acumulou, nos anos de 1950, escritos que tentavam atacar a atuação das superpotências no mundo, os quais ele acreditava serem críticos cínicos aos atos ultramarinos de seu país.

União Soviética e Estados Unidos constantemente apoiavam as nações recém independentizadas nas denúncias ao colonialismo ainda existente em algumas regiões do globo, principalmente as de domínio lusitano. Contudo, as superpotências omitiam que detinham em seus territórios populações tuteladas pelo Estado de maneira muito próxima ao estatuto indígena, e que diferentemente desses países, nos territórios ultramarinos portugueses estava em vias de ser abolido.

Na interpretação do professor do ISEU, havia populações sistematicamente inferiorizadas e até desprezadas na Rússia e na América do Norte – num quadro próximo ao que ocorrera com a África após Conferência de Berlim –, não obstante sem

passarem por ações colonizatórias de cariz emancipatório, como as empreendidas no Guiné, em Angola, e em Moçambique e que traziam a redenção do Estado imperial:

[...] existem situações coloniais, em territórios unitários, onde tal base geográfica não se verifica e a população sujeita à situação colonial se encontra disseminada, como acontece com os Negros em alguns Estados americanos e com os Judeus em alguns Estados europeus. Tudo isto implica também que se diga que falamos em situação colonial quando um grupo politicamente dominante está em contato com outro cuja cultura considera inferior, pretendendo exercer uma ação valorizadora das pessoas e do território. A falta desta ação valorizadora fez surgir um fenómeno de outra natureza: a pura sujeição, que nada tem a ver com a missão colonial (MOREIRA, 1963c, p. 36).

Na comparação da *obra* do colonialismo entre os impérios – o mais tradicional com os mais recentes –, sempre fora a valorização da alteridade um dos atributos alcançados por Portugal, numa relação espontânea de interatividade com as populações em que se vai entrando em contato, onde a autoridade do colonizador é reconhecida justamente por essa “benevolência” cultural. No caso das superpotências aconteceria a simples submissão, com intenções homogeneizadoras, impositoras de uma ordem econômico-social externa aos povos. Daí que havia uma sensação de injustiça da concertação das potências para com a nação colonizadora por excelência.

Entendia-se, assim, que ocorria a integração nacional plena em todos os territórios portugueses, obviamente que cada região a seu tempo próprio. Mesmo estando a se viver no longínquo e diverso, cada vez mais se formava um laço identitário num entendimento integrativo das populações ultramarinas às metropolitanas, com a peculiaridade de que se agia na valorização das especificidades culturais, numa *obra* de progressão civilizatória de cinco séculos. “Essa ação é orientada pela assimilação dos povos indígenas para a cultura portuguesa e o objetivo final é o da igualdade de estatuto jurídico, político e econômico de todos os portugueses, sem distinção de origem, da raça, da cor, do território” (ibid., p. 36). E tudo isso sendo executado de maneira voluntária e espontânea.

Indo além na exposição dos avanços civilizatórios a quem adquiria a *dádiva* da cultura lusa, vários agentes estariam em acordo com o projeto nacional português de integração da metrópole com o ultramar. O primeiro deles seriam os colonos brancos, que normatizados pelo Estado protegiam os nativos africanos, principalmente aqueles que ainda preservavam a condição social original.

Os assimilados seriam outros agentes poderosos contra a febre nativista de então e neles estavam estampados variados exemplos de êxito na adesão ao processo

civilizatório português/europeu/universal, além de serem os estabelecedores da harmonia social nos territórios coloniais, no passar adiante a cultura lusa.

Parece realmente certo que todo e qualquer povo que pretenda chamar à sua concepção de vida um povo de cultura diferente tem de fazer apelo a uma classe especial, a classe intermédia, que abandona a cultura originária, mas adota a missão de generalizar os costumes novos. Para tanto é absolutamente indispensável que os componentes dessa classe intermédia não encontrem nenhum motivo de ressentimento no povo que a chama ao seu estilo cultural, designadamente pela existência de uma segregação racial (ibid., pp. 42-43)

O estatuto jurídico do colonizador, portanto, é alcançado por esse grupo “intermédio”, que se identifica com os portugueses, podendo acessar a propriedade e a quem será facultado organizar-se em famílias nucleares, duas situações demonstrativas do grau de integração. O grupo *assimilado*, onde estavam acondicionados brancos e negros, teria a condição social de igualdade e fraternidade, num *telos* civilizatório que Portugal começava a alcançar e que ele ressalta, não repetido no mundo naquele momento.

E há um marco histórico para o estabelecimento jurídico definitivo de uma colonização que preconizasse a “unidade e solidariedade imperial” como um dos *telos*: o Ato Colonial de 1930, o qual fora este conjunto de leis dedicado ao governo dos territórios ultramarinos, o demarcador nacionalista da diferenciação da tendência internacional de colonizar de maneira oportunista e interesseira (MOREIRA, 1951, p. 5). Obviamente não saíra do nada essa proposição, mas sim seria resultado de ordenamentos administrativos e jurídicos que remontavam a ação de comissários régios como Mouzinho de Albuquerque e António Enes, demonstrando um obstinado trabalho acumulado por parte dos agentes estatais envolvidos com o Império (ibid., p. 6).

O Ato Colonial consagrara um Estado ético, que tinha o esmero de governar as populações ultramarinas da mesma maneira que no próprio território metropolitano. Repetia-se que a essência de constituição do Estado era o destino de se ter domínios no além-mar (ibid., pp. 16-17). E chegara a hora em que o marco jurídico deveria evoluir para outro mais conectado ao *mundo português ultramarino* em vias de atingir a unidade completa.

A mais importante das medidas a decretar é a revogação do Estatuto dos Indígenas, um diploma que prestou relevantes serviços e foi instrumento de uma política iluminada pelo mais alto sentido de responsabilidade missionária. [...] ao decretar a uniformidade do estatuto político de todos os portugueses, não pensamos que diminuíram as nossas responsabilidades civilizadoras, antes o fazemos no entendimento de que chegamos a um ponto da evolução portuguesa em que a tarefa histórica que nos coube poderá ser

facilitada por esta uniformização. Necessitamos, porém, de corresponder ao aceleramento do processo evolutivo do Ultramar, determinado em grande parte pelo aumento em quantidade e qualidade dos meios de que temos podido dispor nas últimas décadas, com o povoamento intensivo de origem metropolitana, do qual depende a formação das comunidades multirraciais integradas, sem as quais não haverá em África nem progresso, nem ordem, nem civilização, nem direitos do homem (MOREIRA, 1961, p. 32).

O ciclo civilizador tomava impulso com a revogação do Estatuto do Indígena em 6 de setembro de 1961, aquando Adriano Moreira já estava a cargo do comando administrativo das colônias, que de acordo com a autobiografia do professor feito ministro foi “ato pelo qual todos os portugueses passaram a ser iguais perante a lei política, uma decisão tão importante [...] como foi a que revogou a escravidão e o tráfico em 1836 e 1837 pela mão de Sá da Bandeira” (MOREIRA, 2009, p. 246).

O abandono do ultramar seria proibitivo nesse momento em que se daria um salto em direção à consolidação do universal lusitano-cristão. Numa teleologia proclamada, advinda de uma linha evolutiva jurídica, a paralisação do processo civilizatório português traria prejuízos aos próprios povos colonizados, jogados num limbo geopolítico, presas fáceis dos mandatários capitalistas.

De alguma forma, anunciava-se a predisposição de manter a posição de Portugal nos seus territórios do além-mar, antecipando o desastre que acarretou a resistência do Estado Novo em aceitar a *emancipação dos povos* imediatamente. As propostas de reforma jurídica do colonialismo, a defesa das ações portuguesas na África dentro da ONU e a repetição das prédicas lusotropicalistas alimentavam ainda mais o devaneio civilizatório do professor e a crença de um Portugal imperial, que o ajudaram a ser içado ao principal posto administrativo, de Ministro do Ultramar. Ele se pensava como sendo um dos principais reformadores do Império, pertencente a uma linhagem de dirigentes como o Marquês Sá da Bandeira, António Enes e Mouzinho de Albuquerque, só que agora evoluindo para uma racionalidade científica.

6.2.5) “A Geração Traída”

Ao descrever o período que passou como ministro do Ultramar, Adriano Moreira não esconde o quão hercúlea foi sua atuação, baseada que fora num roteiro sugerido por Oliveira Salazar. Este propôs mudar a maneira como a metrópole governava as populações do além-mar e o professor de Política Ultramarina acreditou que teria força suficiente para fazê-lo. Mas, de certa forma, foi frustrante, pois algumas forças seculares – detentoras que eram do domínio político das colônias – e prostradas

no Estado imperial não o deixaram pôr em prática esse roteiro que lhe parecia irretocável. Acrescenta-se ainda a posição de um novo grupo de militares forjados dentro da NATO, descrentes de um colonialismo encarado como fragilizado, os quais percebiam que no Império cresciam as forças socialistas.

Isto tudo colaborou no isolamento do professor do ISEU na altura que foi ministro. Justamente ele que tentava disciplinadamente aplicar as novas políticas ultramarinas sem abandonar o ideário estadonovista do “orgulhosamente sós” na geopolítica global, tentando mudar lentamente o Império.

Absolutamente seguros de que a evolução institucional dos territórios deve ser função das suas necessidades e possibilidades, e não dos interesses expansionistas de terceiros, temos o direito de exigir que a nossa ação seja julgada pela sua retidão ao serviço dos interesses dos povos, e não pela conveniências dos imperialismos que têm o hábito de se bater até ao último alento dos seus aliados e a tradição de engrandecer às custas dos pequenos países. Sobretudo, sejam quais forem as contingências que o futuro nos reserve, esperamos que esses que usam não ter a coragem de dizer que confundem o seu direito com a própria força, e nunca hesitam em usar a força para esmagar o direito, não consigam perturbar a lucidez que precisamos para repudiar a mistificação com que escondem a sua mesquinha luta e com que têm conseguido extinguir gradualmente no Mundo [sic] a alegria de viver. Ainda é tempo de evitar a geração que agora faz o seu primeiro encontro com as responsabilidades venha a ser, como a nossa, uma geração traída (MOREIRA, 1962, p. 30).

Nas últimas palavras desta conferência dada no Porto, Adriano Moreira já como ministro – mas sem perder a verve de docente –, acusa sua geração de ter sido traída pelas opções das potências europeias do pós-guerra, as quais concederam independência às suas colônias sem fazer uma passagem necessária para se constituir povos autônomos. De acordo com ele, ao invés de proteger os africanos tutelados, os expuseram ao avanço inescrupuloso de novos totalitarismos, encarnados nos Estados Unidos e na União Soviética.

E estas superpotências ajudaram a estruturar e manipulavam descaradamente instituições internacionais irresponsáveis (numa alusão clara à Organização das Nações Unidas), que prejudicavam a Portugal e seu projeto civilizatório, tentando acabar com sua soberania e, pior, dando ensejo à expulsão das populações metropolitanas e descendentes enraizados já há bom tempo no além-mar. Indo além, atacou os movimentos anticolonialistas e os compreendia como ingênuos já que serviam como massa de manobra dos interesses das grandes corporações estadunidenses e da subversão internacionalista comunista (ibid., pp. 5-18).

Nesta conferência acabaram por ser destacados dois motes que justificavam a indignação do ministro-professor: em primeiro lugar, a defesa da soberania portuguesa que se via abalada se acabassem suas extensões territoriais ultramarinas. Dentro disso, a conservação de uma unidade em construção, conjugando metrópole e povos ultramarinos, era uma espécie de mantra a ser repetido incansavelmente para sobrevivência da Nação.

Outro ponto era o de afirmar como Portugal e seu Império ainda eram caracteristicamente europeus. Todavia, de maneira também desleal, os países centrais vinham abrindo mão da soberania continental, o que fazia de Portugal um “guerreiro solitário” diante das inescrupulosas superpotências e seu neoimperialismo. O “velho colonizador cordial” seria o proporcionador de autonomia às populações lusoafricanas, estas em gradual evolução ao caminho da autonomia. Ao contrário das outras populações africanas já independentes as quais sofriam muito mais exploração e guerras.

Moreira já vinha chamando a atenção à existência de uma “*tábua de mitos* que define uma personalidade africana ou afroasiática autônoma” (1963a, p. 105). Um dos componentes dessa *tábua* seria a política do neutralismo, apregoada por países independentes do pós II Guerra e anunciada coletivamente por chefes de Estado de algumas dessas novas nações na Conferência de Bandung (1955).

O *neutralismo* não tinha nada de imparcial, pois se dedicava mais a atacar os “velhos colonizadores” questionando as extensões territoriais que tivessem o mar sobreposto, deixando de lado o que ele denominava de “colonialismos contíguos”, como o russo e o chinês. Era, portanto, uma luta injusta já que prejudicava um grupo de países, em detrimento da Europa (ibid., p. 106).

A pseudo neutralidade também partia de um pressuposto equivocado, o de que todas as populações estão amadurecidas o suficiente para caminhar sozinhas em meio a um ambiente tão competitivo entre as nações. E o pior seria de que cada vez seriam presas fáceis de um imperialismo soviético, que destruía as bases de uma civilização cristã constituída a duras penas nos últimos séculos pelas nações ocidentais (ibid., 106-107).

Dando continuidade, ao defender a autodeterminação dos povos, a política *neutralista* – que repetindo, de acordo com Moreira, toma o partido do revanchismo aos europeus – impõe a ideia de que há povos espalhados pela África ao sul do Saara que reivindicam a independência política, quando em realidade há projetos nacionais

externos às populações, sem muitas vezes terem conexões com as realidades locais dos colonizados, pautados pela artificialidade. (ibid., 109). Daí que as ações anticolonialistas baseiam-se em criar elites antipopulares, que implantadas no poder por neoimperialismos, invocam identidades inventadas com o intuito de romper laços de solidariedade entre povos africanos e europeus constituídos há séculos.

Toda a ideologia neutralista ataca frontalmente o modo português de estar no mundo. [...] Entre uma África que expulsa o Branco [sic] e outra que discrimina contra o Africano, a nossa doutrina de igualdade dos homens presta um notável serviço para a manutenção da paz. [...] Afastados esses perigos e pressuposta a paz, poderemos resistir, com base na unidade nacional, à política do revisionismo de fronteiras que já se manifestou concretamente em relação a parcelas importantes do território nacional; às tentativas, de que a O.N.U. tem sido o teatro principal, no sentido de negar o reconhecimento internacional da nossa soberania plena sobre as províncias; às tentativas de fazer aparecer elites indígenas que invoquem projetos nacionais contra a nossa unidade nacional. Podemos assim continuar a dar uma contribuição altamente valiosa e positiva para a sobrevivência da Europa e para a liberdade e progresso da África (ibid., pp. 113-114).

No espectro da reforma das ações colonizatórias estabelecida por Adriano Moreira, gerenciadas na produção acadêmica do ISEU/CEPS e que começavam a ser aplicadas na sua ascensão ao cargo de Ministro do Ultramar, conformava-se o Império português a um momento de traição das sociedades e Estados-Nacionais aliados antigos do continente, e ao atropelo sofrido pelas condições geopolíticas da Guerra Fria.

A traição ao legado civilizatório europeu é o vivido nesse momento, mancomunando grupos – e o mais temeroso seria o que se reunia a volta da Rússia soviética – para, primeiramente, enfraquecer as nações europeias; em segundo lugar, subjugar-las; por fim, paralisar e até retroceder em avanços civilizatórios alcançados nas últimas décadas de políticas e ações coloniais.

Portugal seria assim o último paladino de um mundo em desconstrução, em meio a elites locais inescrupulosas e novas potências manipuladoras, perdendo-se o fio ético humanista que havia nas atuações dos *velhos impérios*. “No mundo contemporâneo, Portugal encontra-se, em relação ao Ocidente, na mesma posição única e insubstituível que já teve no começo da expansão: somos a última amarra da cristandade nas terras do Oriente; estamos, no exercício da soberania legítima, mais ou menos em toda a parte donde foi expulsa a presença europeia” (id., 1963b, p. 149).

A injustiça externa da geopolítica da sua época, somada aos dissabores e frustrações das ações do ministro – estas advindas de “traidores internos do Império” –, de fogos amigos vilipendiadores da confiança que Adriano Moreira tinha em Portugal.

O Almirante Sarmiento Rodrigues dizia por vezes que, no regime, para viver era necessário fazer-se de morto, mas esta noção não a tinha adquirido, e percebi, com total frieza, que as consequências viriam em tempo demorado. Desta vez a campanha tradicional procurou raízes comunistas no passado do ministro, invocando uma alarmada suspeição e, por outra linha menos vermelha, apoios maçônicos severamente condenadas pelo Código do Direito Canônico em vigor. Neste caso foi ajuda anedótica o fato de que, para retribuir uma obra histórica que me ofereceu o Embaixador da Inglaterra, adquiri na Feira da Ladra uma gravura de Jorge VI, com a insígnia da Maçonaria, que guardei no meu escritório, encostada à parede, para lhe enviar (MOREIRA, 2009, p. 226).

Mas o principal problema do professor-ministro era a nomeação de governadores para as províncias, onde o acúmulo de poderes nos âmbitos civil e militar acarretava, aos ocupantes dos cargos, a sensação desmedida de autoridade e autonomia com relação ao poder central, dando a sensação de descolamento das ordens do governo metropolitano. Além disso, a obrigatoriedade de nomeação de militares como governantes gerais ocasionava constante insubordinação aquando o Ministro do Ultramar era um civil, o que era obviamente o caso do professor Adriano Moreira. A coesão necessária ao ministro num momento de início de desintegração do Império, com a invasão da União Indiana e Goa, Diu e Damão e o início das guerrilhas africanas foi de impossível construção (Ibid., p. 205).

A falta de autoridade de Moreira se deu, por exemplo, com o governador da Índia, general Vassalo e Silva, que ao contrário do determinado pela Metrópole, abandonou seu posto na iminência de invasão das tropas indianas, não dando resistência ou mesmo não negociando e largando a tropa (Ibid., pp. 213-216). Outro caso descrito por Moreira como demonstrador de seu enfraquecimento ocorrera com o comandante do posto de São João Batista de Ajudá, que também diante de uma invasão do Daomé mandou incendiar a construção e fugiu do posto, sem pedir consentimento ao ministro (Ibid., p. 212).

Com Venâncio Deslandes se deu um caso mais desgastante. O governador de Angola não aprovou a condução da criação de cursos universitários em Luanda, tentando sabotar o projeto, uma das prioridades do mandato do ministro. Eles discordaram da magnitude do empreendimento, sendo que o general defendia a divisão do curso entre Luanda e Coimbra (o primeiro como lugar de início e a universidade tradicional como complemento); já Adriano Moreira desejava uma faculdade integral em Angola e que detivesse autonomia com relação ao governo local, respondendo diretamente a Lisboa. (Ibid., pp. 237).

O general Deslandes sem aviso prévio criou um diploma legislativo em 1962 que fundava os Centros de Estudos Universitários⁵⁸, tomando a iniciativa antes do seu superior. A esse ato espontâneo veio somar-se outro do governador-general que foi publicar outro diploma que aumentava a tributação sobre as empresas angolanas, atingindo principalmente a mineradora Diamang (Ibid., p. 255). Nos dois casos foram revogados os diplomas por inconstitucionalidade, e a demissão do general veio logo após as insubordinações.

A ponderação obtida foi a de ele convocar o Conselho Legislativo para 21 de julho, onde lembrou que comandava ‘o maior exército português de todos os tempos’, esta que foi a frase de derrocada do governador (Ibid., p. 256). O caso do governador Venâncio Deslandes, escolhido por exclusão [por Oliveira Salazar] para o mais elevado posto do Comando-Chefe, apenas excedido simbolicamente pelo desaparecido caso da Índia (Goa), foi claramente um fenômeno de vertigem do poder (ibid., p. 237).

O episódio, contudo, enfraqueceu o ministro já que parecia que seria uma imposição civil sobre os militares e/ou escancarava a falta de controle que havia sobre os comandos do além-mar. As ações de reforma também já eram amplamente questionadas em vários setores administrativos do Ultramar. Com apenas um ano e meio de ministério, algumas semanas após o caso dos cursos universitários de Moçambique e Angola, o presidente do conselho de ministros demitia o professor do comando do Ultramar.

A realidade colonial contrapôs o acadêmico, que não conseguiu encaixar o que ele investigava e ensinava nos ISEU/ISCSPU/CEPS. A título de exemplo, o conceito “democracia racial” que tanto lhe agradava e advinha do lusotropicalismo, não encontrava eco com o que estava acontecendo nas colônias, já que atrelado a ela estava a tese de que havia harmonia e paz entre as populações colonizadas. Já nos primeiros dias como ministro ocorreu um ataque de guerrilha perpetrado pelo agrupamento da UPA à população metropolitana recém migrada, no norte de Angola (1961). Veio à tona uma realidade que expunha um corpo social fracionado, em conflito e em estado de beligerância. O governo metropolitano passou a contra-atacar usando mais violência, numa história que sabemos o final. O professor como ministro não conseguiu agir de maneira a substituir a guerra pela reforma administrativa-escolar como governo das populações coloniais.

⁵⁸ Diploma Legislativo nº 3235 de 21 de abril de 1962.

Anos mais tarde reparei que, no que toca à política do ‘beco de honras’, a que mais me lisonjeava era o fato de ser o único Ministro do Ultramar que não recebera a Ordem do Império, certamente o sinal mais significativo de que todo o reformismo, todo o esforço de conciliação das etnias e culturas, toda a dificilmente racionável esperança de fazer convergir os valores da História com as exigências do futuro urgente, eram inconciliáveis com a irracional, dominante, e raras vezes comprovada ilusão, de que era possível, e justo, e irrenunciável, fazer regressar a vida habitual (Ibid., p. 290).

A velha estrutura colonial, assentada no militarismo pragmático e nos empoderados que estavam encastelados no ultramar, parece que se sobrepôs novamente ao representante da expertise, numa repetição de situações em que as reformas de cunho acadêmico eram trespassadas. Dado isso, era momento de retornar à velha faculdade de formação administrativa-civil e de produção da Ciência da Colonização, e de lá se lançar a empreitadas mais do campo da crítica acadêmica, já que o Estado Imperial não reconheceu seus préstimos.

7 – Perscrutar os sertões: compreensões das gentes do interior por António Jorge Dias

7.1) De expatriado ao retorno às raízes

Na formação acadêmica do professor António Jorge Dias não se deixou de lado o contato e as citações de outros intelectuais portugueses ligados à colonização, podendo-se considerá-lo como um continuador de uma episteme já iniciada desde a Sociedade de Geografia de Lisboa. Contudo, ele adquiriu, juntamente, uma formação internacional, com grande influência de conceitos alienígenas nas suas investigações.

Seria uma espécie de portador de mais um reinício num ciclo que mesclava ideias locais com concepções exógenas, mudando olhares e reflexões, numa recapacitação de atuações científicas em Portugal. Obviamente com vistas de manter o poder imperial português. E que após as experiências advindas das Missões Científicas ao norte de Moçambique (1956-1961), acabou por ter pontos de fuga aos cercos epistêmicos, tanto do “micromundo” institucional do ISEU/JIU, quanto do “macromundo” acadêmico da época do Estado Novo.

Licenciado em Filologia Germânica em 1937 pela Universidade de Coimbra, no período de seus estudos formativos teve uma bolsa pela *Humboldtstiftung* para frequentar o curso de férias da Universidade de Hamburgo em 1935. Fez doutoramento em Etnologia pela Universidade de Munique, concluído no ano de 1944. Viveu doze anos em terras alemãs após licenciar-se, com bolsa do Instituto para a Alta Cultura, onde frequentou além da Universidade em que fez o doutoramento, as instituições de ensino superior de Hamburgo (novamente), Rostock e Berlim, onde fora leitor de português (DIAS, 1956, p.73).

Na Alemanha Nacional-Socialista obteve influências do etnólogo austríaco Richard Thurnwald e teve contatos iniciais com conceitos da escola de antropologia difusionista (CABRAL, 1989, p. 96). Em 1944 deslocou-se à Espanha Franquista para inaugurar a cadeira de Leitorado Português na Universidade de Santiago Compostela e lecionar na Universidade de Madri. Até 1956 ainda deu aulas na África do Sul e no Brasil, em curtos períodos.

Voltou a Portugal em 1947, onde foi investido como pesquisador do Centro de Estudos de Etnografia Peninsular (Porto)⁵⁹, convidado do professor Mendes Correia. Empreendeu investigações no interior de Portugal, dedicadas a aldeias onde pensava ocorrerem sociabilidades tradicionais, intentando buscar nessas localidades relações culturais “fossilizadas” de períodos pré-modernos. As conclusões das pesquisas saíam em três publicações: *Os Arados portugueses e as suas prováveis origens*, de 1948, *Vilarinho da Furna: uma aldeia comunitária*, de 1948 e *Rio de Onor: comunitarismo agropastoril*, de 1953.

Lecionou quatro anos na Universidade de Coimbra, onde pertencia à cadeira de Etnologia. Entre 1956 e 1969 esteve no corpo docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nas disciplinas de Etnologia Geral e Etnologia Regional. Importante chamar a atenção de que o seu doutoramento feito em Munique nunca fora reconhecido nesta universidade, tendo que escrever outro, defendido no ano de 1965, com o tema dos macondes de Moçambique – que foi reconhecida como sua obra maior, posteriormente (LUPI, 1984, p. 42).

Em 7 de junho de 1956 assumiu como docente responsável pela cadeira de Antropologia Cultural no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos – substituindo o professor comandante Sarmiento Rodrigues, que se exonerara –, assim como de investigador na Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, no que tornou-se um dos vogais do Centro de Estudos Políticos e Sociais. Nestes recintos, a Antropologia Cultural seria o seu paradigma, e a partir dela montaria toda a sua linha investigativa.

Pina Cabral, um dos fundadores do departamento de antropologia do ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa na década de 1980, num artigo do final da mesma década elegeu Jorge Dias como inovador no campo da antropologia portuguesa, em meio a uma inercial aridez investigativa. Ao mesmo tempo, indicou resistências advindas do meio acadêmico português às suas pesquisas, onde era supostamente posto no ostracismo, pois sobrara a ele a posição de professor do ISEU, instituição percebida como de menor importância.

⁵⁹ O Instituto para a Alta Cultura foi o proponente e organizador dessa instituição, cujas atividades se iniciaram em 1945. Foi no estabelecimento de investigação etnológica do Porto que Jorge Dias conheceu um dos seus futuros colaboradores Ernesto Veiga de Oliveira e a esposa e colega de investigação Margot Schmidt.

O isolamento que permite tais anacronismos só foi atingido por meio de práticas complexas de exclusão acadêmica que, apesar de serem antiquíssimas na universidade portuguesa, foram sem dúvida reforçadas durante a ditadura salazarista. Só assim podemos compreender as dificuldades com que se depararam todos os grandes inovadores nesta área para se integrarem na vida acadêmica nacional: Leite de Vasconcelos na *Belle Époque*, Jorge Dias nos anos 50 e José Cutileiro nos anos 70. O doutoramento alemão de Jorge Dias nos anos 50, por exemplo, nunca recebeu reconhecimento oficial. E foi só na escola de administração colonial (na altura menos prestigiada por referência à universidade) que ele conseguiu obter a posição de professor, apesar de toda uma vida de árdua labuta acadêmica sem par entre os seus contemporâneos da área disciplinar que nos ocupa (CABRAL, 1989, p. 93-94).

Adriano Moreira em sua autobiografia indica que apenas no campo da Ciência da Colonização seria onde o investigador fora valorizado, “que vindo da Universidade de Coimbra, pela primeira vez teve a consagração de catedrático e vastos meios de investigação que resultaram numa obra notável de docente e investigador” (MOREIRA, 2009, p. 166).

Pois que nossa análise incidirá sobre a atuação de Jorge Dias na faculdade “menor” e na JIU, tentando reconstituir os caminhos trilhados nas instituições e como eles se misturavam às opções epistêmicas de sua produção: acompanhando as mutações ocorridas, tanto no sentido de incorporador do ideário de obras de outros professores/investigadores alinhados às práticas colonialistas do Estado português, assim como introdutor de novos parâmetros para a Ciência da Colonização. Tratar-se-á, de um lado, de descrever a trajetória intelectual em cima de conceitos que o professor-investigador vai transitando, e, por outro, como o uso desses mesmos conceitos vai modificando a atuação do antropólogo no campo específico.

7.2) Institucionalizando práticas e teorias

Mesmo como professor neófito, no dia 11 de dezembro de 1956 foi oferecido a Jorge Dias o pronunciamento da *Oração de Sapiência* na *Abertura Solene das Aulas* daquele ano letivo do ISEU, cujo título fora “A expansão ultramarina portuguesa à luz da moderna antropologia”; sua palestra foi feita após fala do diretor Mendes Correia, no ano em que se comemoravam 50 anos de fundação da Escola Colonial.

A despeito do anúncio registrado anteriormente por Pina Cabral – de que António Jorge Dias seria um dos três grandes “arejadores” teóricos da Antropologia portuguesa, devido a carregar inovadoras influências do resto do continente europeu –, o que percebemos na sua estreia como docente foi a repetição do catecismo lusotropicalista tão em voga nas propagandas do Estado Novo, o tal regime que o

antropólogo do *pós 25 de Abril* afirmou ser reforçador de um anacronismo na investigação em Portugal.

O português agia como um ser humano que lida com outros seres humanos, num plano de fraternal convívio, e não me canso de repetir este postulado fundamental. Isto é típico e está tão arraigado, que até nas regiões onde utilizamos o trabalho escravo – que aliás não foi inovação nossa, mas o aproveitamento de um estado de coisas vigentes então entre sociedades – repito: quando utilizamos o trabalho de escravos não deixávamos muitas vezes de incluir estes na nossa família patriarcal, multifuncional, como alguns autores brasileiros puseram em evidência (DIAS, 1957, p.80).

Não se sabe se por carregar a sensação de fragilidade devido a ser novo no estabelecimento ou ainda deter uma produção intelectual calcada em estudos exclusivos à metrópole, ao Brasil e algumas viagens aos Estados Unidos, Jorge Dias acabou por repetir na *Oração de Sapiência* o que se produzia dentro do ISEU (e ainda no CEPS), sem rupturas ou transições. Um alinhamento ao que Cláudia Castelo afirmara ser a “credibilidade excessiva” fornecida ao lusotropicalismo pelas instituições de investigação colonial e o discurso oficial do regime imperial, a partir do final da Segunda Guerra (1998, p. 15).

Novamente, este conceito impunha-se como limitador das experiências institucionais nos quadros da produção de conhecimento sobre o ultramar, dando pouca margem, ao menos nesse período, de criação de enunciados ou mesmo a importação de conceitos outros advindos de praças académicas estrangeiras além da brasileira – ou no caso de Dias, as que ele próprio vivenciou em sua pregressa formação intelectual.

Todavia, a hibridização torna-se um operador institucional para Dias com o passar do tempo, tanto como investigador assim como docente/conferencista, propondo-se a adaptar o que ele compactuava no campo da antropologia europeia e estadunidense, ao mesmo tempo em que aceitava o agenciamento a preceitos institucionais do JIU/ISEU. Havia dado o primeiro passo ao sair dos estudos sobre áreas rurais da metrópole, onde se preocupava mais em descrever a cultura material, postos nas obras anteriores ao *Instituto*. Congregou novos conceitos do campo da etnologia às suas pesquisas, já que assumia uma posição importante na análise do ultramar. Para tanto, teve que ampliar seu escol teórico, caminho que começou a trilhar com a incorporação da teoria de Gilberto Freyre.

A *Oração de Sapiência* de 1956 já mostrava outras influências, mesmo que ainda de maneira pusilânime, como as reflexões dos discípulos estadunidenses do antropólogo Franz Boas, acerca dos conceitos de aculturação, carácter nacional e

etnocentrismo nos contextos de interação cultural. A hibridização em Portugal das teorias de origem brasileira com os antropólogos dos Estados Unidos tentava traçar novos marcos justificativos para a ação imperial em terras africanas, já que se constituía historicamente no ultramar uma etnia, o luso, sujeito síntese das ações civilizatórias da metrópole, esta posta agora em unidade com suas populações colonizadas (MACAGNO, 2002, p. 106).

O sujeito luso, ou o lusófono, estaria dentro de um conceito-chave para o desenvolvimento de reflexões de Dias, que seria o de área cultural, *locus* de interação das populações. Os espaços por onde estiveram ou estão os portugueses formaram áreas de interação que constituíram, depois de séculos, uma cultura própria, mediada por língua e história comum, que, também, ao mesmo tempo, é dinâmica e multiforme.

Área cultural pôde fornecer um avanço com relação ao senso comum corporificado nos estereótipos do lusotropicalismo, e no imobilismo interpretativo sobre o *Outro* da antropologia física – diga-se de passagem, esta linha teórica ainda presente em bom número nas investigações e nas aulas do JIU/ISEU:

A noção de área cultural tornou-se um instrumento altamente útil ao serviço de todos aqueles que se dedicam aos estudos da cultura, quer no presente (etnologia ou antropologia cultural), quer no passado (arqueologia). É, como tal, um artifício de que o investigador se serve para melhor compreender os dados coligidos de acordo com a sua distribuição no espaço. Porém, esta noção só serve para o estudioso, pois o leigo terá sempre relutância em se aceitar compreendido numa área cultural, que abrange culturas bem diferenciadas em aspectos de pormenor, embora irmanadas por características mais importantes – todos tendemos para notar melhor as diferenças entre nós e os nossos vizinhos, do que as semelhanças (DIAS, 1955, p. 1).

Os contatos entre as populações – delimitados aos espaços percorridos e o que a geografia vai proporcionando, obviamente, assim como as alteridades encontradas e o que vai se incorporando e se descartando dos contatos com o *Outro* – seriam um dos paradigmas metodológicos de Dias.

Não obstante, concomitantemente haveria que ocorrer a percepção do que há de igual no que até então se pressupunha apenas diferente. Esta seria a proposição renovadora das investigações do etnólogo: afastar-se da descrição anatômica das populações analisadas em que se dedicava a identificar as anormalidades do *Outro*, e ir em direção de descrever e analisar as proximidades comportamentais e psicológicas entre os grupos culturais que se encontraram ou se encontram no mesmo espaço.

A área cultural assim abrangeria grupos que mesmo ao se deslocarem no espaço, manteriam características historicamente existentes. A diferença e a mudança seriam descartadas como paradigmas de método, usando-se mais a apreensão da constância das práticas culturais das populações, não se importando com a originalidade como fator relevante, e sim dando ênfase à praticidade na sobrevivência da cultura em si no tempo e espaço.

Estar-se-ia ainda distante de um rompimento com a fixidez como característica importante numa análise etnológica. A cultura imutável é entendida como algo do comportamento de algumas populações, as quais estariam em contraponto com outras que detinham a capacidade de se mudar de acordo com as necessidades e ambições. Eleger-se-ia a mudança como habilidade significativa de uma cultura para sua durabilidade, desde que não se deixasse de lado os universais proporcionadores da unidade. E aos que se mantinham “imutáveis” sobraria sua incorporação às culturas pragmáticas.

Justamente interessaria, numa área cultural determinada, a incidência do que pudesse ter sido “petrificado” entre as culturas, e, também, as adaptações historicamente surgidas, na simbiose entre o universal e o flexível. O perscrutar do etnógrafo captaria, portanto, muito pouco ou nada do diferente ou do bizarro, e mais se preocuparia com as repetições que trariam as similitudes.

Ao se constituir uma maneira discursiva de descrição do outro que se atentasse aos seus universais, abria-se a possibilidade da reforma desses sujeitos, já que eles carregavam características que todos têm, e a partir delas iria-se transformando os sujeitos em plenamente únicos. Invocando-se o enunciado de áreas culturais para a Ciência da Colonização, mantinha-se a ambição de operar mudanças culturais nas populações ultramarinas, reposicionando o caráter civilizatório no campo. “As pequenas sociedades, fechadas em si mesmas, só poderão jogar um jogo muito limitado e imperfeito; mas, quando forem chamadas a jogar um jogo universal, então as combinações atingirão proporções insuspeitadas” (DIAS, 1959, p. 107).

De um lado, ao propor áreas culturais que determinam historicamente práticas universais – estas que se mostravam mais úteis e se preponderaram sobre outras práticas perdidas ou ainda existentes entre grupos menores –, propõe-se uma teleologia à análise antropológica: poder-se-ia prescrever reformas aos sujeitos que o pesquisador da Ciência da Colonização iria encontrando nas andanças investigativas, com expectativas

que se empurrassem as estruturas culturais dos colonizados de encontro ao progresso do universal total.

Ademais, ao contrário de incentivar uma intervenção direta sobre o *modus vivendi* das populações coloniais, esquivando-se das tradicionais ambições de mudar na totalidade os homens extraeuropeus e seus costumes – através de imposições que muitas vezes eram violentas simbolicamente –, optou-se por cartografar as culturas, percebendo as identidades, passando a mapear nelas as mudanças para a “mais civilização”. A etnografia iria além de dar visibilidade ao diferente, passando também a perseguir as repetições, excluindo as que pudessem ser entendidas como obstes à civilização.

Na cartografia do que haveria de civilizado nas populações colonizadas, há planos de se reconstituir a arquitetura das estruturas culturais universais dos povos do mundo, como se vê no trecho abaixo:

O único ponto fraco do sistema será, quando muito, a adoção da mesma designação – área – para designar coisas diversas, mas isso modificar-se-á no dia em que um levantamento pormenorizado de todas as áreas, permita uma classificação segura que não ofereça dúvidas quanto ao lugar que cada uma ocupa em relação às outras. Aliás, nas ciências naturais, na zoologia, por exemplo, também houve uma fase de classificação arbitrária e de incertezas. Hoje, todos sabemos que um chimpanzé é um primata, sem por isso deixar de ser um mamífero, e um vertebrado e um metazoário e, finalmente, um animal e um ser vivo – uma coisa não exclui a outra. Também virá o dia em que a antropologia cultural será capaz de definir as áreas culturais não digo como nas ciências naturais [...] porque cada ciência tem as suas exigências próprias, mas dando-lhe a classificação que melhor lhe convier. No estado atual da taxonomia cultural não podemos sair dum certo relativismo; relativismo que aliás creio ser inerente aos próprios fatos da cultura (DIAS, 1955, pp.4-5).

É de novo a taxonomia que deveria ser construída, agora uma de cariz cultural, em contraponto às hierarquias ráticas tão caras a antropologia física. Dever-se-ia, nessas taxonomias, ultrapassar a arbitrariedade e o relativismo, impondo-se como utopia da descrição total sobre o real metropolitano e ultramarino. Numa reconstituição da discursividade da antropologia colonial – papel que Dias vai se sentindo cada vez mais a vontade –, anuncia-se a intenção de reordenamento dos enunciados já existentes com os novos, numa normatividade taxonômica que buscasse grupos homogêneos, preocupada com as evoluções ou “fossilizações” de práticas culturais.

E esse reordenamento mais do que ter a função de fortalecimento do investigador no seu campo de atuação, tinha a intenção de primeiramente avaliar e, posteriormente, maximizar a produção moral do sujeito imerso no Império português. Parte-se do lusotropicalismo, já incorporado desde o início como paradigma, e suas

assertivas éticas do que é ser um lusitano; passar-se-ia agora a perceber o que disso está presente nas populações do além-mar e com isso avaliar se haveria capacidade de autonomia e emancipação entre eles.

Transpõe-se o geográfico como limitador identitário; no caso de Portugal, o ultramar e os povos encontrados e sob tutela imperial fariam parte da identidade nacional (ibid, p. 6). Assim que por circunstâncias históricas já havia uma grande comunidade geográfica lusa, que seria cada vez mais guiada por universais, num processo catalisado pela presença do Estado metropolitano português nas suas colônias africanas. A etnografia passaria então a perceber os universais próprios lusitanos incrustados nos sujeitos colonizados.

E o Império português, que espalhara seu modo de ser aos povos, possibilitando o aproveitamento da sua flexibilidade funcional natural de sua cultura – que mantém estático os universais superiores com uma abertura aglutinadora de novas maneiras de estar no mundo –, anuncia um devir histórico lusófono, que soa como uma espécie de mito do Quinto Império reconfigurado. Vê-se isso na conceituação específica contida na descrição das colonizações portuguesas ao longo da história, num texto intitulado *Contatos de Cultura*, apresentado no CEPS, onde Dias defende as capacidades humanitárias da colonização portuguesa:

Esta tendência conservadora da cultura, a que se acostuma chamar o elemento estático, ao combinar-se com o elemento progressivo, ou dinâmico, permite que a evolução se processe tanto quanto possível igual a si mesma através do devir histórico. É esta tendência conservadora que permite falar-se em carácter nacional, porque a personalidade base ou modal de um povo permanece idêntica através de séculos, independentemente da evolução desse povo (DIAS, 1958, p.6).

António Dias estava predisposto a descobrir os universais incrustados em meio às populações coloniais. Lançava a crença, antes mesmo de conhecer o campo de estudo, que haveria entradas civilizatórias já constituídas. Com as descrições que imaginava fazer, daria pistas para o avanço de processos homogeneizadores sociais.

O mapa das missões etnográficas, portanto, teria um desenho diferenciado, tentando-se elaborar menos a escopia do primitivo – já repetidamente descrito por seus antecessores – e mais a circunscrição dos instantâneos de civilização. E no caso do ultramar português, carregaria vantagens sobre os demais espaços colonizados pelos europeus, pois seriam, afinal, “magníficas expressões da enorme diversidade de aspectos que, em vez de negar a unidade de uma cultura, a afirmam” (Ibid., p. 14).

7.3) A Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (MEMEUP)

No ano seguinte às suas admissões no ISEU e na JIU, Jorge Dias funda a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar, pertencente ao Centro de Estudos Políticos e Sociais, que viria a ser a organizadora das viagens investigativas do antropólogo e sua equipe, e por onde se tentaria elaborar uma etnografia calcada na Antropologia Cultural, já prenunciada na portaria de criação da CEPS (nº 15 737, de 18/02/1956). Parece ser o primeiro movimento para se constituir uma espécie de ponto de fuga ao cerco epistêmico do lusotropicalismo.

Não obstante, antes mesmo do surgimento desse estabelecimento dentro da JIU – o qual se prontificava a planejar, organizar, estruturar teoricamente e pôr em prática as expedições de cunho científico da CEPS –, Antônio Dias já viajara à África “com o objetivo de fazer uma primeira prospecção, com vista à futura organização de um plano de investigação sistemática sobre o tema” (DIAS; GUERREIRO; DIAS, 1960, p.1).

As Missões de Estudos representaram a possibilidade de se colocar finalmente no protagonismo acadêmico os estudos culturais, ultrapassando a tão desgastada e criticada Antropologia Física, tão repetida nos escritos de investigadores do campo (PEREIRA, 1998, p. VIII). No Centro de Estudos ter-se-ia autonomia, infraestrutura mínima e possibilidade de difusão do conhecimento, isto nos seminários do Centro, nas publicações do JIU, nas aulas e nos orientandos do ISEU.

Com relação às expedições da MEMEUP propriamente ditas, a primeira já ocorreria em 1957, percorrendo a região nordeste de Moçambique, tendo duas finalidades distintas: primeiramente, para feitura de uma monografia sobre os povos macondes, nos campos da sociologia e da etnologia; além de um segundo estudo encomendado, relacionado aos campos da sociologia e da política, e que se dedicaria a descrever as minorias étnicas “estrangeiras” de Moçambique: chineses, indianos, negros islamizados e mestiços (CUNHA, 1960, p. 1),

Na segunda expedição Antônio Dias percorreu as mesmas regiões e mais os territórios vizinhos do norte de Moçambique. Seu primeiro assistente Manuel Viegas Guerreiro, que na viagem anterior havia colhido informações acerca dos bôeres, continuou com esta atividade, acrescentando os bosquímanos e os cabindas, ambos fixados em Angola. Uma das ações executadas pela MEMEUP, aquando da finalização dos estudos de campo na África, foi a montagem de uma exposição no secretariado cujo título foi “Vida e arte do povo maconde” (DIAS e GUERREIRO, 1960, pp-2-3).

A terceira expedição (1959) incluiu no seu roteiro a União Sul-Africana – a qual Dias se aproveitara para numa estadia em Joanesburgo ministrar um curso na Universidade de Witwatersrand. Nesta incursão, Manuel Viegas Guerreiro visitou sozinho os macondes “onde colheu materiais sobre literatura oral, sabedoria e idioma”. Também, não deixou de ir a Angola visitar os mesmos povos do ano anterior. Desta vez juntara-se outra assistente, a esposa de origem germânica Margot Dias, que havia passado o ano todo no norte de Moçambique, além de Tanganica, Zovala e Gaza, “onde estudou técnicas tradicionais, (cestaria e olaria), música e instrumentos musicais, e atividades de curandeiros” (ibid., p. 4).

Parte da quarta expedição teve como função acompanhar o antropólogo Charles Wagley por Moçambique, União Sul-Africana, Sudoeste Africano e Angola, percorrendo dez mil quilômetros no total, tudo dentro de um automóvel. Após a partida do pesquisador estadunidense, os investigadores do MEMEUP prosseguiram, dividindo-se ainda: António e Margot Dias se deslocaram para o Congo português, e Guerreiro seguiu para o sul de Angola, onde teve contato etnográfico com os Vakwankale (ibid., p. 5).

Quando lemos os relatórios confidenciais do MEMEUP, sobram descrições das inúmeras dificuldades às atuações dos investigadores, sendo feito um esboço das falhas da colonização portuguesa, principalmente na região fronteiriça de Moçambique com Tanganica.

Um dos primeiros empecilhos relacionava-se aos pagamentos às pessoas que executavam serviços para as missões científicas. Por um lado, os altos preços cobrados: “os indígenas estão convencidos que o branco não conhece dificuldades de dinheiro, e embora a gente procure convencê-los do contrário, não pode também prejudicar o êxito do seu trabalho tornando-se mesquinho” (DIAS; GUERREIRO; DIAS, 1960, p. 4).

Por outro lado, a burocracia inútil, criadora de exigências estapafúrdias como a exigência de muitos recibos; e pior, com a obrigação de serem assinados, causando constrangimentos desnecessários aquando da não alfabetização por parte de quem vendia o serviço: “Já não falo por mim, mas pelas missões futuras, que não poderão nunca realizar uma obra à altura das necessidades do país, se não se fizer uma pequena reforma orgânica das Missões”. Para os investigadores não deveriam existir exigências de caráter administrativo-burocrático, proporcionando exclusivamente a fiscalização dos produtos contratados pelo Estado, ou seja, os relatórios e monografias de estudo, importando a prática de organização das Missões estadunidenses (ibid., p. 5).

Segue-se a descrição dos problemas logísticos das missões como, por exemplo, o extravio de bagagens, atrasos constantes, a inexistência de motoristas locais que conheciam as estradas e seus percalços (estes constantemente desviados para a colheita de algodão), fazendo com que os investigadores sozinhos conduzissem a *Land Rover*. A água e sua salubridade é motivo de desconfiança; e a comida nem sempre está em fartura, chegando-se, inclusive a se caçar antílopes para se completarem as refeições. “Estes pormenores são para se fazer uma ideia das dificuldades de vida no mato e as necessidades que tem uma missão desta natureza” (ibid., pp. 6-7).

Analizando o norte de Moçambique, chama a atenção dos investigadores/agentes estatais o descontrolo à circulação de pessoas, sendo região de contrabando e perda de trabalhadores para a Tanganica. “O contraste entre estes territórios estrangeiros que se desenvolvem num ritmo rápido e a nossa letargia não escapam aos olhos dos indígenas. Quando querem dar exemplo de qualquer fato de civilização é sempre Tanganica citado” (ibid., p. 56).

Assim que de acordo com os relatórios três problemas surgem para Portugal: o primeiro seria a emigração que esvaziava o norte moçambicano; o segundo se relacionava ao não pagamento de impostos por parte dos que iam e voltavam e voltavam; e por último, é que nas andanças fronteiriças havia uma atração cada vez maior pela “subversão” autonômica, que estaria muito forte do lado inglês e vinha já influenciando as populações que voltavam para o lado português (ibid., p.57).

Nesse contexto, eles anteveem um grave problema na ocorrência de uma possível independência de Tanganica:

Se isto é possível e perigoso agora, talvez o seja ainda mais, quando o Tanganica obtiver a sua autonomia. Em tal caso víamo-nos a braços com uma massa de gente habituada a um nível de vida melhor, sem nenhuma consideração por nós, e altamente trabalhada pela propaganda que lavra no Tanganica. Julgo que haveria toda a vantagem em impedir que estes indígenas gozassem de regalias de cidadania, e se estudasse a maneira de os obrigar a optar por Moçambique ou pelo Tanganica, dando-lhes um prazo relativamente curto (ibid., p. 58).

Parece que o relatório apesar de no início tentar propor melhoras às condições de investigação nos territórios ultramarinos, reivindicando a isenção da parte administrativa em benefício ao ato etnográfico, ao lermos o relatório como um todo vemos um agente estatal imperial por completo, apontando as fragilidades do ato colonizatório português *per se*. Os conceitos de lusotropicalismo e área cultural são

olvidados, assumindo-se um papel mesmo de fomentador de informações e prescritor para uma melhor atuação de um Estado Imperial policial ou mais voltado à governação.

Nesta perspectiva, insiste por apontar os problemas da presença portuguesa na região dos macondes. Elenca, por exemplo, a falta de trato com a população local, relatada na história do encontro com um régulo, onde, de alguma forma é descaracterizado o caráter dócil da maneira de ser do português, tão apregoado pelos escritos do próprio Dias baseados no lusotropicalismo:

Um dia, ao fazermos uma visita ao régulo Diankali, depois de termos conversado longamente, ele virou-se para o nosso intérprete e disse que nós não éramos portugueses. Afirmei-lhe que sim, que éramos portugueses. Porém ele insistia que éramos ingleses ou german [sic], mas portugueses era impossível. Como ele tinha conhecido indivíduos dessas nacionalidades no Tanganica, eu disse-lhe que bem podia ver que o meu tipo moreno era inteiramente português. Ao que ele retorquiu: ‘não me refiro a isso, refiro-me à maneira de ser. Um português não conversa conosco, só sabe berrar!’. Vários outros negros me disseram que lhes agrada mais a maneira de ser dos ingleses, do que a nossa. Dizem que os ingleses não são impulsivos e exaltados como nós. Ouvem as queixas e de outros e levam tempo a tomar uma decisão. Os portugueses não; zangam-se, berram muito e dão porrada (ibid., p. 59).⁶⁰

E por vários parágrafos o etnógrafo/agente estatal do colonialismo vai corroborando com os lamentos das populações locais para com os colonizadores, descrevendo estes últimos como de imensa soberba diante dos assimilados, tratando-os com desprezo e evitando contato. “Para o comum dos europeus mantém-se a mentalidade colonialista, que considera o negro como mão de obra barata a explorar e não procura assimilá-lo. [...] Daqui sucede que pretos assimilados têm de ocultar por vezes a sua situação jurídica, para conseguirem arranjar trabalho como indígena vulgar” (ibid., p. 61). Denunciava-se a falência do estatuto do assimilado, essa posição jurídica que acabava por limitar economicamente aos colonizados negros.

O temor nas áreas rurais que se tinha dos portugueses era constante, principalmente pelos sequestros de trabalhadores forçados ou os castigos corporais que os próprios administradores determinavam como punição exemplar. E essas denúncias traziam uma preocupação, por parte da equipe enviada, de que avançasse uma propaganda antilusitana. “Se a nossa população indígena continuar a ir para o Tanganica, como até aqui, e vierem alguns elementos de propaganda de lá para cá, o mito da nossa superioridade pode cair rapidamente” (ibid., p. 63-64).

⁶⁰ Palavras sublinhadas pelos autores

E seguem relatos de abusos e ataques de fúria dos colonizadores, situações que desequilibravam a sociedade moçambicana: alcoólatras espancadores de africanos; pais brancos menosprezando filhos mestiços nascidos fora do casamento; ambição desmedida que determinava um desprendimento com o ultramar acarretando “liberalidades indecentes” e dificuldades em se fixarem; resistência a se adaptarem às relações sociais e à alimentação; a falta de médicos e o número grande de doenças; a solidão, principalmente das mulheres oriundas da metrópole (ibid., pp. 64-71).

No caso específico dos colegas funcionários, encaravam o norte isolado de Moçambique como punição ou pesado fardo, e pouco se dedicavam a cumprir suas funções decentemente. “À primeira conversa que se tem com um administrativo do norte, veem logo as suas lamentações e queixas, sendo as esposas, com frequência, o elemento mais revoltado” (ibid., p. 71). A equipe de investigadores chega a acusar de corrupção um chefe de posto de Montepuez, “que levado pela ambição de fazer fortuna rapidamente, se apoderava de dinheiro que pertencia aos indígenas” (ibid., p. 72).

Há também as diferenças entre os funcionários com formação no ISEU e os que não passaram por essa instituição. Os oriundos da antiga Escola Colonial sentiam-se em plano inferior no cotidiano de governança em Moçambique, com relação aos seus colegas formados em outras instituições de ensino superior:

Uma das rivalidades que saltam logo aos olhos de qualquer observador é que se estabelece entre diplomados pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e os não diplomados. Esta rivalidade contribui para quebrar a união que deveria haver no quadro administrativo. Um administrador não diplomado não esconde a sua má vontade em relação ao Chefe de Posto diplomado, e sempre que pode gosta de pôr em relevo os seus deslizes. Por sua vez os diplomados sentem-se frustrados porque tiraram um curso superior e não lhes dão a mesma categoria que têm os licenciados pelas Faculdades (ibid., p. 77).

O elemento europeu, por todo o relatório é apontado como o desagregador das boas ações imperiais, o desarticulador das comunidades africanas historicamente constituídas pelo Império, sabotador de uma relação que poderia ser harmoniosa com as populações locais. Ou seja, os oriundos da metrópole com seu jeito de ser, viviam e ajudavam a estabelecer um inferno, onde o discurso lusotropicalista bazofiava como sendo o paraíso português do além-mar.

E o tal “mundo que o português criou” tão conclamado na metrópole, quando visitado pelo professor da Universidade de Columbia e brasilianista Charles Wengley

(acompanhado por seu amigo Jorge Dias) é escondido, sendo apenas escolhido, em Moçambique um “cenário antropológico” menos indigno:

A fim de conseguir levar a cabo à empresa a melhor maneira, resolvi mostrar-lhe primeiro Moçambique. Eu sabia que Moçambique onde a atitude de segregação racial é mais nítida, apesar dos esforços empregados para os combaterem seria a Província que mais críticas e objeções levantaria. [...] Por isso, visitando o sul do Save, que é a região de Moçambique mais influenciada pelo português, no bom sentido, e procurando rebater algumas acusações infundadas que nos foram feitas, ou colocando no seu lugar alguns problemas, cujas conclusões estavam erradas, porque não tinham sido bem postos, podíamos com vagar modificar um pouco sua opinião (DIAS e GUERREIRO, 1960, p.5).

Há uma sensação que depois de tanto tempo se escrevendo sobre a melhor forma de governar as colônias, de tentar disciplinarizar e controlar as populações colonizadoras, não se conseguiram muitos avanços, limitando o Império ainda a repetir a ação colonizatória de antanho. “Quem governa, e me confiou a missão de ir estudar problemas etnossociológicas às Províncias Ultramarinas, consideraria certamente desonesto, se eu guardasse para mim o que me parece menos animador e grato ao nosso orgulho de portugueses, pois para governar é preciso estar informado” (ibid., p. 86).

Contudo, as “verdades sobre a colonização” ficaram “escondidas” nos relatórios. Nos setores de investigação colonizatória, até a incorporação do ISEU pela Universidade Técnica de Lisboa, também essas informações, assim como as análises antropológicas culturais de Dias foram marginalizadas. A obra *Os Macondes de Moçambique* vai mudar em parte essa condição.

Os relatórios parecem expor que a política migratória europeia, ao contrário de impor um ambiente mais estável, propício à assimilação tão desejada pelo projeto civilizatório de então, aplacou uma maior intolerância, influenciando tanto em demandas de segregação, por parte dos recém-chegados, assim como a produção de uma contraconduta por parte dos povos moçambicanos, para, primeiro se defenderem da violência europeia – que por sua vez, já estava fixada na memória coletiva – e, em segundo lugar, produzindo desejos de verem-se livres em definitivo de um colonialismo exploratório e nada autonomista em sua prática cotidiana.

7.4) *Os Macondes de Moçambique*: início do trespassar da Ciência da Colonização

A obra *Os Macondes de Moçambique* de Jorge Dias foi considerada como sua principal investigação, sendo uma espécie de divisor epistemológico relevante da

produção antropológica portuguesa. A parte de pesquisa parece ter contribuído à expansão do *modus operandi* da Antropologia Cultural dentro do próprio campo de conhecimento, e, também, possibilitou alinhar ao próprio ambiente investigativo etnológico metodologias já correntes há algum tempo no restante da Europa.

Numa análise da obra calcada na assertiva de que abandonava a Ciência da Colonização e sua pedagogização no ISCSPU, elencamos, primeiramente, as intenções de um lento rompimento com a aliança feita com a política colonizadora estatal, tentando criar outras possibilidades à antropologia. Permitindo ao campo de conhecimento, primeiramente, não ser um dos responsáveis pela compilação das informações para os agentes estatais que iam colonizar. Era premente alcançar uma autonomia com relação às ambições imperiais de mais-poder, estabelecendo um aprofundar descritivo e analítico mais espontâneo, ao mesmo tempo em que atendesse às demandas da própria ciência, impostas pelo transcorrer das investigações desde o final da II Guerra Mundial, as quais já tentavam se desvencilhar do papel de linha acessória de justificações teóricas para ações civilizatórias europeias na África.

Em segundo lugar, e por consequência, havia de se estabelecer métodos mais rebuscados de entendimento dos chamados povos não-civilizados – inclusive para se manejar conceitos mais contemporâneos –, percebendo-os dentro de suas especificidades culturais, saindo do imperativo epistemológico de categorizações hierarquizantes e que tentassem isolá-los para um melhor aproveitamento econômico. Não somente refleti-los como colonizados que deveriam ser, desmobilizados de suas “maneiras primitivas”, para impor-se outra cultura dita superior. Igualmente seria proposta um revigoramento teórico que os aceitasse como detentores de práticas culturais relevantes, que inclusive poderiam servir de parâmetro para compreender a própria forma de ser portuguesa, europeia e ocidental.

Obviamente que esta obra, resultante de viagens promovidas pela Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português ao norte de Moçambique, assim como os relatórios de viagens do professor, estão num contexto de produção de conhecimento para melhor colonizar, como grande parte dos estudos gerados até agora nas instituições da Ciência da Colonização. Ou como afirma Pereira “o levantamento etnográfico de determinadas culturas, como exemplo os macondes, serviu de intento de dominação colonial, mesmo que o possamos entender – e devemos fazê-lo para o caso da monografia de Jorge Dias – como uma prestação acadêmica e científica – teoria e metodológica – importantíssima” (1998, p. XLVII).

Podemos acrescentar que o círculo de leitores da produção antropológica portuguesa foi ampliado com *Os Macondes de Moçambique*, rompendo o restrito campo da Ciência da Colonização, sendo ainda uma das poucas investigações provenientes de instituições científicas de cariz colonizador a ser referência em escritos contemporâneos de antropologia.

Pesquisa de grande fôlego começou com modestas pretensões, onde se ambicionava chegar a 600 páginas (ibid., 1998, p. L). Foi muito além disto: publicaram quatro volumes e 1200 páginas descritivas e detalhistas. O primeiro tomo (*Aspectos históricos e econômicos*) foi escrito inteiramente por Jorge Dias; no segundo (*Cultura material*) e no terceiro (*Vida social e ritual*) houve a coautoria de sua esposa e assistente Margot Schmidt Dias; a elaboração do quarto (*Sabedoria, língua, literatura e jogos*) foi entregue ao investigador-adjunto da MEMEUP Manuel Viegas Guerreiro. Foi planejado um quinto volume, relacionado às *Artes*, que não chegou a ser publicado⁶¹.

Com relação à obra propriamente dita, encontramos no *Prefácio* (DIAS, 1998, pp. 7-11) o anúncio das limitações e das deficiências, onde se elencam a não ciência da língua maconde, o pouco tempo de trabalho de campo (apenas as férias de verão), intérpretes com pouco conhecimento do português e a não presença dos investigadores na estação das chuvas – que os fez perder a possibilidade de observar algumas atividades importantes, sendo estas apenas registradas através do filtro de relatos dos macondes.

No mesmo *Prefácio* há, ainda, a justificativa acerca da escolha dessa população como objeto de estudos: seriam eles um dos raros povos de pouco contato com os europeus até a Primeira Grande Guerra, além das poucas ocorrências de descrições feitas em Portugal até o momento, indicando uma tentativa de se preencher uma lacuna investigativa portuguesa a um grupo fixado numa região geopoliticamente estratégica, na fronteira de Moçambique com a colônia inglesa de Tanganica. Seguindo metodologia antropológica corrente, repetiu-se justificativa da escolha do Vilarinho das Furnas, aldeia que foi objeto de estudos no doutoramento de Jorge Dias na Universidade de Munique. As populações pertencentes ao planalto maconde e à serra do povoado minhoto, devido às suas geografias, carregavam uma espécie de originalidade: “um

⁶¹ Na página 77 do primeiro volume, num trecho onde anuncia a predominância de estatuetas femininas na produção artesanal Maconde, há uma nota de rodapé anunciando que se aprofundará esta temática num quinto volume.

grupo que viveu durante muitas gerações isolado tende a alcançar uma relativa homogeneidade” (ibid., p. 50-51).

Para tanto, no capítulo dedicado à genealogia dos macondes (intitulada *Um Pouco de História e o Problema das Origens*, pp. 57-95), o autor tenta desconstruir justamente as hipóteses de autores portugueses e estrangeiros sobre possíveis grupos ascendentes, as rotas de migração, as influências culturais exógenas e as miscigenações. Ao mesmo tempo em que Dias defende uma unidade cultural maconde, ele encontra traços “que a aparentam com outros povos, nomeadamente aqueles que são considerados como tendo pertencido ao grupo marave⁶²” (ibid., p. 74). Novamente de acordo com o autor, a população em estudo havia migrado para o planalto devido à fome, onde se adaptaram, desenvolveram agricultura e se multiplicaram, podendo ou não terem se misturado a populações anteriormente fixadas no norte de Moçambique, como os hotentotes (ibid., pp. 74-75).

Não se tem o paradigma da “pureza racial” do antepassado e uma possível corrupção física que tivesse ocorrido por *misturas biológicas*. De certa maneira, Jorge Dias desqualifica autores portugueses – como, por exemplo, Carlos dos Santos Reis do grupo de antropólogos do Porto, no capítulo *Elementos Antropobiológicos* (ibid., pp. 41-55) – que baseavam suas pesquisas em análises antropométricas que apenas percebiam e/ou queriam provar a esqualidez dos Macondes.

Muito menos a miscigenação seria encarada apenas como um jogo de forças onde uma cultura “inferior” absorvia outra “superior”; tampouco se indica um caminho progressivo de uma determinada estrutura cultural para outra. A análise da genealogia maconde se incide mais sobre descrições da adaptação histórica e geográfica das populações, contextualizando-se ocorrências de necessidade de uma construção de coesão cultural para a sobrevivência do grupo, mesmo sendo esta coesão proveniente de uma miscigenação. Parece que há uma preocupação em compreender a mutação cultural como qualidade de identidade, localizando como se constituíram as estruturas funcionais das inter-relações macondes, numa valoração das capacidades de sintetizar maneiras e comportamentos alheios.

Sobre a justificativa de se estudar os macondes apenas, ao invés de se incorporar outros grupos como objetos da obra, Dias escreve o seguinte:

⁶² Mesmo grupo encontrado e identificado nos diários de Lacerda e Almeida: cf. capítulo 2 desta tese.

Não basta observar um fato social num único local. É indispensável o estudo comparativo, repetindo a observação em diferentes lugares do mesmo povo, pois só assim compreendemos o que é essencial e o que não passa de variações locais. Quem convive desta maneira com os rurais africanos observa que as regras nunca são tão rígidas como os teóricos, por vezes, julgam, e que a capacidade de improvisar é enorme (ibid., p. 9).

Pois que se compreende um povo não europeu como portador de complexidade suficiente que obrigasse a se dedicar por muito tempo e exclusivamente ao estudo dele, pois detinha estruturas universais em práticas específicas juntamente com complexidades próximas a dos europeus. É nesse jogo de complementares opostos que estaria a justificativa de uma pesquisa extenuante sobre os macondes.

Segue reivindicando a disponibilidade de bastante tempo para a efetivação de toda a pesquisa, situação ideal para um melhor trabalho de campo, já que era necessária uma melhor descrição da naturalidade dos hábitos, comportamentos e eventos: “depois de horas de marcha ou de espera para assistir a uma determinada cerimônia, sofriamos a desilusão de ver que ela ia sendo adiada até o europeu se cansar e desistir” (ibid., p.9). Ou mesmo porque para um efeito mais racional às reflexões, era premente um afastamento das emoções vivenciadas no campo, visto na citação que Jorge Dias faz do antropólogo Evans-Pritchard⁶³: “a experiência tem mostrado que uma interrupção de alguns meses gastos de preferência num departamento universitário é essencial para uma pesquisa de campo saudável” (apud ibid., p. 10).

Portanto, foi um estudo em que o trabalho de campo fora feito no *vis a vis*, conquanto do pouco tempo na África. O mundo real investigado era naturalizado na metodologia, e não estranhado; as “resistências dos estudados” aos investigadores, entendidas muitas vezes como contratempos intransponíveis por antecessores de Dias, eram encaradas agora como normais e não julgadas como paralisadores da reflexão.

Partindo de uma ética com regras diferentes de atuação a da Ciência da Colonização, num posicionamento externo ao objeto de estudos sem a intenção de interferência, e com a infraestrutura de investigador em Lisboa – com a ligação que o professor tinha ao ISEU e ao CEPS – poder-se-ia dedicar a uma elaboração escrita mais aprimorada, de modo a se colocar numa posição superior ao cotidiano da colonização, este isolado nas influências sobre as considerações acerca dos povos das colônias.

Sobre o autor inglês usado como uma das referências teóricas no mesmo *Prefácio* (o já mencionado Evans-Pritchard, citado em dois trechos), Dias avisa de seu

⁶³ EVANS-PRITCHARD, E. E. *Social Anthropology*. Londres, 1960, p. 76.

alinhamento a uma corrente denominada Antropologia Social. Dentre algumas características – e não queremos nos alongar muito em descrições sobre esse ramo metodológico-teórico – há uma espécie de pragmatismo da pesquisa de campo, tentando repartir a utilidade entre algo que corroborasse os poderes de governança das populações coloniais, assim como alimentadoras de conhecimento para os investigadores e professores universitários.

Que utilidade tem o conhecimento dos povos primitivos? Uma resposta a esta questão formulada deste modo tem de ser dividida num debate sobre a sua utilidade para as próprias sociedades primitivas e para aqueles que são responsáveis pelo seu bem-estar e numa discussão da sua utilidade e valor para os homens que as estudam – ou seja, para nós próprios (EVANS-PRITCHARD, 1972, pp. 173-174).

Este trecho foi extraído do capítulo “Antropologia Aplicada” e saúda os investimentos feitos pelo Ministério das Colônias do Reino Unido em pesquisas antropológicas, assim como em ensino de antropologia e etnologia fornecidos aos agentes estatais britânicos pelas universidades e seus cursos específicos, que auxiliaram na estruturação de situações de “bem-estar” em algumas colônias. Contudo, num determinado momento, o professor britânico afirma que “a melhor forma de efetuar uma investigação é através dos departamentos universitários”:

Estou completamente de acordo com os que sustentam que a melhor forma de efetuar uma investigação é através dos departamentos universitários. Neste caso, são eles os responsáveis pela seleção e preparação dos estudantes, pela supervisão do trabalho e pela redação e publicação dos resultados. A política atual [década de 1950] do Ministério das Colônias é organizar os estudos através dos institutos locais de investigação. [...] Pessoalmente não creio que possam substituir os departamentos universitários na direção das investigações, mas penso que podem desempenhar um papel muito importante como centros locais de trabalho para os estudantes universitários” (ibid., p. 177)

Há propostas, portanto, de reestruturação da produção e irradiação de conhecimento da rede das ciências colonizatórias: mudar-se-ia o núcleo para as universidades dos países imperiais, e as instituições de investigação ligadas diretamente ao Estado teriam a posição de auxiliares e/ou receptores da produção da expertise acadêmica. A nova tendência da ordem discursiva sobre o ultramar seria a de se desvincular das ações colonizadoras, tentando posicionar os investigadores universitários como consultores privilegiados de elementos ligados ao cotidiano ultramarino.

Posteriormente, no mesmo capítulo, Evans-Pritchard vai tentar justificar a conveniência da Antropologia Social para as ações de colonização, e a relaciona a uma habilidade específica e exclusiva, que seria a de achar em meio aos ambientes hostis e estranhos do ultramar as “aptidões, necessidades e aspirações morais, intelectuais e sociais específicas” dos povos colonizados. (ibid., p. 185).

O antropólogo seria um especialista em desvendar enigmas culturais e de destrinchar relações sociais misteriosas; um entendedor de hábitos exóticos sem julgá-los *a priori*. Mais do que repetir estereótipos – já tantas vezes escritos e reescritos em estudos e obras de divulgação por naturalistas, geógrafos, historiadores, antropólogos, etc., na longa dinastia de cientistas sociais que havia em Portugal – Jorge Dias optou por ir além, seguindo o convite de Evans-Pritchard que seria o de revelador de segredos do mundo não-europeu.

Como já afirmado, optou por adotar outra ética científica, proposta pelo inglês, que se contrapusesse à constituída por todo o complexo de instituições e intelectuais colonialistas desde a Sociedade de Geografia de Lisboa até o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e a Junta de Investigações do Ultramar. De alguma forma, a perscrutação da colonização na África, e a relação dos agentes estatais com a população local, descrito nos relatórios e transcrito por nós acima, corrobora a defesa de uma externalidade das digressões científicas no ultramar:

Não creio que possa aplicar-se o conhecimento antropológico às artes administrativas e da educação entre os povos primitivos, a não ser num sentido cultural muito geral: na influência que exerce sobre a modelação da atitude do europeu em relação aos povos primitivos. A compreensão do modo de vida de um povo suscita em regra simpatia a seu respeito, e às vezes uma profunda dedicação pelos seus interesses e necessidades. Deste modo se beneficia o nativo e o europeu (ibid., p. 191).

Trata-se mais de propor um modelamento do europeu na sua relação com o *Outro* e muito menos de uma interferência sobre o transcorrer social das populações submetidas. Menos preocupado com as particularidades, ou melhor explicando, não tomando as particularidades em si como essenciais para a compreensão das comunidades locais, buscar-se-iam os universais, sem se preocupar com demandas estatais. Haveria que se inverter nas prioridades: menos tratar dos interesses específicos do Estado metropolitano; dedicar-se mais a compreender as similitudes e diferenças, para se autocompreender (e, obviamente, ressignificar as próprias identidades) e incluir a alteridade nos padrões comuns de comportamento e entendimento do mundo.

Outro teórico citado por Jorge Dias do campo antropológico, agora na parte da *Introdução*, foi o professor Thurnwald, este que tivera contato na etapa de sua formação na Alemanha. O professor português realça dele a influência da antropologia funcional que havia proposto o conceito das duas forças determinantes da cultura: “uma que atua de dentro para fora e outra de fora para dentro, como consequência dos contatos com o exterior” (DIAS, 1998, p. 21).

Bom se deixar claro que como se trata de um intelectual que escreve e fala autorizado por um regime ditatorial, com formação calcada em conceitos antropobiológicos, e ainda devendo transitar por eles já que tinha obrigações de contribuir no propagandeamento do colonialismo do Estado Novo e nas agências institucionais dos ISEU/JIU. Assim que não veremos cortes extremos na organização do livro quanto a algumas investigações anteriores portuguesas. Afirmamos, outrossim, que a obra aponta uma mutação epistêmica, mesclando a organização dos capítulos com o formato da *Antropobiologia*, mas com o enxerto de conceitos das *Antropologias Cultural e Social* entrementes.

Justamente no capítulo responsável pelos Elementos Antropobiológicos (volume 1), Jorge Dias justifica desta maneira o porquê de se manter essas descrições em meio a uma Antropologia de vertente cultural:

Embora se considere, hoje, a cultura como fenômeno independente das características somáticas, não deixa de ser importante ter uma noção tanto quanto possível clara do homem físico portador dessa cultura. Por outro lado, ao discutir problemas de origem, devem-se conjugar os esforços da antropologia cultural e os da antropologia física, pois só as duas abordagens, conjuntamente, podem permitir resolver problemas desta natureza, e não separadamente (ibid., p. 43).

Após isso, o antropólogo do ISEU acaba por usar dados de dois colegas compatriotas, Carlos dos Santos Reis e Santos Júnior, acerca das composições antropométricas dos macondes, no que tange aos “índices de robustez” e os “coeficientes de vitalidade”, onde se demonstra que “todos os índices obtidos pelo Dr. Carlos dos Santos Reis são concordes em mostrar a inferioridade do povo maconde em relação aos vários grupos autóctones de Moçambique até hoje estudados” (ibid., p. 46). Ainda seguia-se, até esse momento do livro, o roteiro de um estudo que mantinha perspectivas de tentar achar corpos colonizados aptos à produção de riqueza.

Contudo, ao fazer uma descrição mais aprofundada dos estudos de Carlos Santos Reis, ele afirma que o autor chegou a resultados muito diferentes nas duas investigações

executadas sobre os macondes, não detendo dados tão enfáticos da fragilidade corpórea deles, entrando em contradição e sendo pouco convincente acerca da assertiva da inferioridade desta população, tese que tentava provar em seus estudos. Críticas parecidas Dias fez aos administradores da região do planalto de Mueda.

É certo que em toda a sociedade humana há diversidade, mas um grupo que viveu durante muitas gerações isolado tende a alcançar uma relativa homogeneidade. Ora, é isto que eu creio não se ter verificado no povo maconde em geral, onde se foi sempre dando miscigenação por raptos, sobretudo de macuas, e, possivelmente, miscigenação com grupos pigmóides, em certas regiões baixas. É curiosa a afirmação do administrador Perestrelo quando exclama: ‘Por que não dizer abertamente que o maconde são restos dos aborígenes desta África, tão mal estudada ainda?’⁶⁴ Devemos recordar que a área deste administrador era nas baixas e que ele devia ter um conhecimento menos perfeito das aldeias do planalto (ibid., pp. 51-52).

Quando trata da análise sanguínea dos macondes feitas por Carlos Santos Reis, Dias a desqualifica por completo, afirmando que ela não conseguiu provar o parentesco com os macuas, tampouco que os próprios macondes teriam vindo numa segunda leva migratória a Moçambique, duas afirmações do antropólogo da geração anterior (ibid., pp. 52-56). “Temos de concluir que a última palavra ainda não foi dita e seria bem para desejar que o Dr. Carlos Santos Reis pudesse fazer uma campanha na área dos macondes juntamente com um etnólogo para levarem a cabo um estudo antropológico pormenorizado que permitisse esclarecer tudo o que neste campo ainda é nebuloso e confuso” (ibid. p.56).

Uma característica interessante do estudo de Jorge Dias, que nos incentiva a incluí-lo como introdutor de novas proposições de estudo para o campo da antropologia colonial, diz respeito a tentar compreender as motivações de manifestações culturais e a maneira como se organizavam. Um primeiro exemplo elucidativo tem relação às hipóteses de fixação dos macondes no planalto, após uma migração de regiões mais interiores.

O planalto é muito mais saudável do que as terras baixas, junto dos rios, onde abunda a malária e onde a doença do sono também constitui um perigo, não só para os gados como para as pessoas. Mas não creio que tenha sido esta a razão que levou os Macondes a subir para o planalto pela primeira vez; é evidente que foi depois de lá viverem que adquiriram experiência. De fato, os macondes, depois de viverem num lugar saudável durante muitas gerações e tendo muitos deles de ir às baixas de vez em quando, é natural que chegassem à conclusão de que as febres que traziam eram lá contraídas.

⁶⁴ *Apud* Administrador Herculano Manso Perestrelo, Relatório anual de 1930 da Administração dos Macondes, p. 10.

Parece-me isto mais lógico do que o contrário. Como é que uma população que viveu sempre em lugares onde há malária vai imaginar que, se for para um lugar elevado, se vê livre da doença?” (ibid., pp. 77-78).

Ele especula sobre lógicas de sobrevivência, abrindo mão de suposições de inferiorização, tentando compreender as experiências próprias dos macondes nas suas relações como população com a região que tiveram que se fixar. Claro que Dias não rompe com a tendência de perceber evoluções nas adaptações da cultura ao longo das migrações e mesclas com outras populações, e no difusionismo da cultura maconde no norte de Moçambique, mas transparece aqui um salto qualitativo com relação às análises infecundas da antropologia física portuguesa colonialista.

Outra experiência citada, que faz organizar os macondes como um grupo coeso, espacialmente determinado e fixado, com uma cultura em processo de homogeneização, foi a guerra. Diante de possibilidade de ataques advindos de traficantes de escravos, portugueses ou de outros grupos que circulavam pela região, o isolamento foi a saída para a possibilidade de alcance da paz, fazendo com que se mantivessem no planalto, num movimento de constituição de uma unidade em defesa da autopreservação coletiva. “Com a chegada dos angônis e com as suas razias constantes, a situação piorou e os macondes foram-se cada vez fechando mais dentro do seu planalto, donde só saíam para fazer rápidas incursões em territórios vizinhos para apanhar mulheres, ou para ir aos mercados do litoral. A sua agressividade e isolamento acabaram por lhes granjear a fama de invulnerabilidade e ninguém se atrevia a entrar no seu território” (ibid., p. 83).

Percebe-se que a guerra é usada como experiência de aglutinação espacial e cultural, tirando o aspecto de ferocidade e insociabilidade que outros autores associavam aos macondes, contrapondo Dias aos aspectos de cordialidade e hospitalidade a quem eles tivessem confiança (ibid. p. 84). Reforçando a ideia de que essa população nada mais é do que o constructo de uma comunidade de diferentes que estão a se igualar pelo caminho da cultura, Jorge Dias cita os chineses como alusão ao mesmo processo que se vivencia no norte de Moçambique:

Pode pensar-se que este isolamento devia ter contribuído para uma grande unidade biológica, e que os macondes constituem um grupo caracterizado por enorme pureza racial. Contudo, como vimos, isto está longe de ser uma realidade. De fato, a unidade maconde é simplesmente de natureza cultural. Aliás, pode dizer-se que o maconde tem, como os antigos chineses, um conceito cultural de nacionalidade, e não um conceito racial ou de sangue. Isto verifica-se na facilidade com que antigamente aceitavam estranhos que viessem a bem, se quisessem fixar, com a condição de se tornarem macondes.

A marca exterior da naturalização era principalmente a tatuagem (ibid., p. 85).

Jorge Dias relaciona identidade nacional a unidade cultural da população ligados a alguns símbolos, que no caso maconde além da tatuagem, como citado acima, está a matrilinearidade, compreendendo mais uma forma de incorporação na forma maconde de organizar-se baseada na miscigenação. Há uma hipótese sustentadora disso tudo: a de que por trás da unidade há particularismos, ambos surgidos devido a uma historicidade comum e ao ambiente.

Essa formação sociocultural descrita no capítulo “Um pouco de história e o problema das origens”, onde a manutenção de uma estrutura cultural que se preserva – mesmo incorporando o que vem do exterior, numa espécie de equilíbrio da tradição com o novo –, estaria associada ao pouco que o português impôs-se culturalmente sobre os macondes.

O debate sobre se haveria uma antropologia colonial ou não deixemos para os próprios historiadores do campo debaterem (PEREIRA, 1998, p. XLVII-XLVIII). Interessa-nos mais é precisar um campo específico chamado de Ciência da Colonização onde a antropologia e a etnologia contribuíram com instrumental metodológico e, de certa maneira, intercambiou capital científico de modo aos dois se fortalecerem. No caso específico português desde começos do século XX, viu-se uma grande dependência da antropologia envolvida na sustentação de um Estado colonialista, sendo que os mantenedores do prestígio dentro do campo do colonialismo tinham junto a possibilidade de controle das posições chave nas instituições de investigação e ensino de antropologia e etnologia.

Não sabemos se foi o intento do antropólogo Jorge Dias, mas o resultado foi de um exercício autônomo de reflexão – claro que ainda preso a conceitos de uma antropologia cultural etnocêntrica –, desprendido do Estado, sem intenções de contribuir nem com uma melhora no governo das populações colonizadas, nem num aprimoramento administrativo, tampouco contributivo na constituição de um discurso ufanista sobre o pioneirismo português e seu mais-saber sobre o ultramar.

Nesse sentido, a obra *Os Macondes de Moçambique* representaria uma espécie de tentativa de voo desprendido da guarda da Ciência da Colonização, trespassando-a e pensando outros usos para os territórios africanos que ainda pertenciam a Portugal.

8 – O crepúsculo da Ciência da Colonização no ISCSPU

Referi-me, há pouco, a antigos projetos de reorganização da *Escola* que redundariam na sua desapareição ou absorção. Eram evidentemente tais projetos ditados por um louvável espírito de aperfeiçoamento e engrandecimento do existente. Poderá rezeir-se que algum dia chegue também a Portugal o espírito de abdicação e suicídio que tem informado nos últimos anos a política colonial de alguns países e, que levado por esse funesto espírito, alguém possa entender que uma escola em que se habilitam funcionários para a administração ultramarina deva ser extinta, como representante de um estado de espírito já ultrapassado. Já não há indígenas, já não há colônias, como se poderá então manter, qualquer que seja o nome por que se designe, uma escola colonial? (SANTA-RITA, 1945, p. 60).

Este trecho pertence a um discurso do decano José Gonçalo de Santa-Rita (1890-1967), talvez o mais longo dos professores da EC/ESC/ISEU, que entrou em 1916 e atravessou as reformas de 1919, 1926 e 1946, as três denominações, chegou a ser diretor interino da instituição e do *Anuário*, além, claro, de lecionar nas cadeiras de geografia, língua concani e colonização. Esta fala, em tom já de nostalgia, esteve inserida nas comemorações dos “50 Anos da *Escola*”, feita na SGL.

Mesmo com meio século de existência, encontrava-se a instituição ainda em estado de fragilidade, passível de anexação por outras congêneres de ensino superior, e agora amedrontada com a possibilidade de fim dos Impérios europeus. Para agravar, não se tinha segurança de que havia cumprido sua finalidade, a de ter formado um corpo administrativo responsável pela transformação dos outros corpos sociais das colônias em massas civilizadas. Se no ápice do Império a ESC não se posicionara com eficácia, imaginemos numa nova época em que os processos de independência dos territórios coloniais na África e na Ásia estavam em plena evolução. A obra colonizatória parece que se esvaía, sem a *Escola* ter se inserido nela.

A Escola Colonial (ou Instituto Colonial, denominação de quando era ainda projeto) viera como reivindicação de uma entidade privada, a Sociedade de Geografia de Lisboa, e atrelada à estrutura do Ministério que determinava o formato dos governos coloniais. Era, portanto, uma instituição formativa sob um duplo jugo: de colonialistas fechados em um clube restrito e das demandas da máquina administrativa do Estado Imperial.

Do projeto inicial de 1878 até a fundação foram quase três décadas de conjecturas sobre como deveria funcionar e de qual seria seu currículo ideal. Neste tempo todo, de certa maneira, acompanhou o que acontecia dentro dos salões da *Sociedade*, onde mesmo tendo almejado um deslocamento dos estudos geográficos e

ultramarinos de então, numa busca de novos referenciais ao colonialismo mais atrelados à população, a SGL permaneceu num tipo de produção de conhecimento fixado nos aspectos físicos dos territórios, alimentando com informações acerca do estabelecimento de fronteiras e na fabricação de uma cartografia auxiliar às ações militares. Ademais, empenhou-se na escrita de uma historiografia ufanista, reforçando descrições mitológicas das biografias de navegadores e exploradores, aos moldes de Lacerda e Almeida.

De início, sustentou-se a proposta de se conhecer as colônias de maneira mais profunda, adicionando, por exemplo, estudos linguísticos, etnográficos e de higiene/saúde pública, indo além de um interesse diletante presente entre alguns sócios. Contudo, foi algo apenas acessório, não alcançando a centralidade na produção da *Sociedade*. Dentre as proposições, a Escola Colonial foi uma das únicas ações institucionais que rompeu com essa inércia, indicando uma modificação concreta nas ações colonizatórias.

De local que reunia muitas expectativas, a Escola Colonial se deteve na “modéstia” – pronunciado e antevisto pelo ministro da Marinha e do Ultramar no findar do primeiro ano letivo –, tendo infraestrutura precária, um currículo mínimo e limitado, e investigações incipientes e tidas como demasiadamente teóricas. A conexão direta com a realidade do além-mar era exceção, fazendo parte dos velhos colonizadores desacreditarem da formação que se fornecia.

Durante décadas depositaram sobre a educação dos neocolonizadores esperanças de que se mudariam as práticas colonialistas. Mais que isso: invocou-se pedagogia apropriada para fazer do mundo não-europeu a sua semelhança, num projeto ambicioso de sujeitamento do Outro em algo análogo. Ou como o professor Santa-Rita quimERICAMENTE afirmara numa palestra dentro da Escola Superior Colonial, no início da ditadura, um dos momentos ápices na crença do desígnio imperial da nação: que “o ideal pedagógico seria que nenhum indivíduo fosse exercer a sua atividade para as colônias, sem uma preparação prévia, maior ou menor [...]” (SANTA-RITA, 1928, p. 141).

Imaginou-se, portanto, algo grandioso. No entanto, teve um efeito restrito sobre quem eles priorizavam formar, como descrito ao longo da tese. Voltando à mesma palestra de 1928, em contraponto a quimera ele identificava um desdém da “pedagogia do colonizador” entre os agentes civis ultramarinos: “muitos vão e continuarão a ir sem qualquer preparação anterior, desconhecendo do meio, aprendendo à sua custa, e um

grande número destes, portanto, vítimas, na vida ou na fazenda, da sua ignorância” (ibid.).

Não houve adesão à escolarização dos colonizadores, ao menos se refletirmos sobre um projeto que almejava ser o preponderante. A começar pelas tentativas de ensinar na Escola Superior Colonial emigrantes, como comerciantes e agricultores. Logo na fundação e prosseguindo nos anos posteriores, o curso que tinha como clientela esse grupo era pouco frequentado, demonstrando ter fracassado; “nunca tem funcionado, por falta de alunos, o curso para colonos e empregados para comércio, que a reorganização de 1919 criou na Escola Colonial, esse curso está inteiramente deslocado e não tem condições de vida (ibid., p. 144).

As proposições constantes de incorporação num Instituto Colonial (que agrupasse a própria Escola e outras instituições dedicadas à formação e à investigação do ultramar), não possuir uma sede própria, estar ligada à Sociedade de Geografia de Lisboa mesmo tendo que se submeter ao Ministério das Colônias – criando uma espécie de esquizofrenia, não sabendo se deveria ser autônoma ou dependente ao Estado –, a legislação que indicava e não assegurava efetivamente a reserva de cargos no ultramar para os formados... tudo isso perpetuou a instabilidade.

Isto está escancarado nas inflexões institucionais escritas durante a existência. De tempos em tempos, ministros, diretores e professores indicavam o porvir de um centro formativo que abarcasse todos os problemas do ultramar, num espaço redentor das fragilidades do ato colonizatório, contendo um grupo de pessoas que logravam racionalizar a administração e a Nação. Mas, juntamente, compunham uma comparação com os outros Impérios, nos seus métodos de dominação e seus Institutos de formação, qualificando-os como exitosos, e lamentando o atraso português nessa matéria, expondo conclusões que redundavam em sensações de fracasso eterno da empreitada no além-mar.

A Escola Colonial, apesar de ter sido idealizada por seus fundadores (Lopo Vaz, Santa-Rita e Caiola, principalmente), para refletir as populações coloniais com bases científicas calcadas nos métodos da sociologia e da etnologia, de acordo com preceitos contemporâneos produzidos pelas academias europeias, acabou por adotar um ensino apoiado demasiadamente no campo jurídico, atendendo a demandas de regulamentação das relações entre administradores e colonizados, pensando poder reordenar as organizações sociais em volta apenas de marcos legais. Isto associado à pouca

existência de investigações empíricas, acarretando em pouco efeito sobre a forma como atuavam os funcionários.

A reforma de 1946 (reivindicação do corpo docente desde meados da década de 1930), a entrada do prestigiado professor do Porto Mendes Correia como diretor, e a incorporação do campo da antropologia física ao currículo – já iniciada pelo professor António de Almeida em meados de 1930, mas que ganhou força mesmo na década seguinte – trouxe alento à instituição, que se via ameaçada de fragmentação entre outros centros de investigação.

Todavia, tais mudanças e incrementos vieram tardiamente. O mundo mudara com a derrota do Eixo na Segunda Guerra, a ascensão das superpotências, o início dos trabalhos da Organização das Nações Unidas e os processos de independência no que viera a se chamar “Terceiro Mundo”. Os Impérios com colônias eram postos em questão juntamente com os órgãos que justificavam este formato de domínio geopolítico. A ESC/ISEU e seus docentes passaram a ser encarados como anacrônicos, reprodutores de um tipo de conhecimento que não tinha mais serventia a Nação e pior, era desprestigiado no campo acadêmico europeu.

Pelos próximos anos, o isolamento continental não seria exclusividade do campo diplomático português, mas também da expertise envolvida com a Ciência da Colonização. Boa parte se manteve a repetir as investigações de antanho, não se importando com o que acontecia fora de seus gabinetes, desde que se mantivesse estrutura mínima. Foi o caso, por exemplo, do Centro de Estudos de Antropobiologia do professor António de Almeida (criado pela portaria nº 19120, de 30/05/1962), que ainda insistia nessa metodologia, em plena década que despoletavam as guerras de independência nas colônias portuguesas.

Os ingressos dos professores Adriano Moreira e António Jorge Dias na década de 1950 e a rápida ascensão institucional deles vieram no bojo de restabelecer o prestígio da formação e da ciência de ISEU e JIU, além de se incumbirem de manterem o espectro colonizador de Portugal. Ambos realmente trouxeram dinamismo, primeiro com a fundação do Centro de Estudos Políticos e Sociais e a expansão quantitativa e qualitativa da investigação e formação, algo que acompanhamos em parte nos trabalhos pessoais dos professores, apresentados nos capítulos anteriores.

O reflexo natural seria a mutação do tipo de ensino e pesquisa sobre o ultramar, provocados pela necessidade de se começar a pensar Portugal sem o seu Império, vínculo identitário do último século, e buscar outro reposicionamento no mundo. Era

premente, novamente, se reformar as instituições. O que veremos a partir de agora, são os reflexos dessa dinamização no instituto de formação e de como isso provocou o crepúsculo do campo da Ciência da Colonização.

8.1) “A escola do Adriano”: a conquista da autonomia

O surgimento do Centro de Estudos Políticos e Sociais veio modificar não somente os conhecimentos vinculados aos estudos ultramarinos; incidiu igualmente na reestruturação do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. De certa maneira, acabou se aproveitando de espaços que foram sendo deixados por antigos professores, investigadores e centros de estudos, já reformados, falecidos ou superados. Esteve consoante, por exemplo, com o afastamento e/ou morte de professores antigos, como António Mendes Correia e José Santa-Rita.

Com certo atraso, também, foi o CEPS que catalisou os resultados da reforma de 1946, aquela que multiplicou em dois o original Curso Superior Colonial, criando um mais dedicado a investigação e desmembrado da necessidade da formação. O *Centro* se assumiu como local onde se pudesse pesquisar sem a necessidade de uma aplicação imediata no ultramar.

O novo centro de estudos ensejou a possibilidade de se transitar de enunciados arcaicos do campo da Ciência da Colonização – como os de “raça”, “povos primitivos a se civilizar”, “eugenia”, etc. – para outros advindos de renovados ramos científicos e núcleos investigativos estrangeiros – postos em “cultura” e “emancipação dos povos e nações”. O processo de adequação ao mundo contemporâneo se iniciara apenas nesse momento, permitindo romper uma estrutura instrucional no ISEU fossilizada ainda a um período posterior ao da Conferência de Berlim e do Ultimato inglês.

Demarcando essa transição gradual para uma faculdade que se assentasse mais na investigação do que apenas na instrução do funcionalismo, e que pudesse ir além das doutrinações dos campos jurídico e da antropologia física, mudou-se novamente o nome, chamando-se a partir de 1962 de Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (portaria nº 19521, de 24 de novembro). O ISCSPU estaria alinhado à opção feita na fundação do CEPS, de se aprofundar no ensino das ciências políticas, sociológicas e da antropologia cultural.

Quase ao mesmo tempo, ocorria o desatrelamento senão completa, mas ao menos relevante, do *Instituto* dos desígnios centrais do Estado Imperial, alcançando a

autonomia universitária na sua vinculação à Universidade Técnica de Lisboa (decreto-lei nº 43 858, de 14/08/1961). Além da óbvia possibilidade de se abrir o ensino e pesquisa a outros interesses além do que ocorria nos territórios portugueses, a entrada na UTL poderia, de alguma forma, trazer maior aceitação do campo acadêmico português por aquela instituição conhecida por seu isolamento.

É necessário se recordar que o estatuto de autonomia universitária não fora algo unânime na história da EC/ESC/ISEU. Em 1940, no Prolóquio do *Anuário* (espécie de declaração oficial da instituição) defendia-se a manutenção do atrelamento da então Escola Superior Colonial ao Ministério das Colônias, atacando a possibilidade de se transferir para dentro do Ministério da Educação ou a incorporação da instituição pela Clássica ou pela Técnica. “A nossa escola, para o bem do país e do Império, tem de conservar integralmente a sua categoria, a sua independência de qualquer outro instituto de ensino superior” (ESCOLA, 1942, p.10). A expertise da ESC reivindicava manter-se a parte do campo acadêmico português.

Entretanto, o ISEU foi conquistando maior influência e com a ascensão de três professores ao cargo de ministro do Ultramar⁶⁵ ocorreu o ápice da unidade entre a instituição de ensino superior e os desígnios do Império. Paradoxalmente, o prestígio conquistado contribuiu para que se alcançasse a autonomia universitária. “Com a recente integração [...], que fica a dever-se ao prof. Adriano Moreira, terminou aquilo a que já se tem chamado 1º ciclo de vida deste estabelecimento superior” (GONÇALVES, 1962, p. 3).

Pois que de dentro do CEPS brotou o que viera a ser o ISCSPU, uma entidade mais abrangente que o ISEU, com estrutura investigativa, acesso a bolsas de estudo, organização de eventos e incentivos aos seus docentes e pesquisadores circularem no mundo acadêmico europeu. Em ambas as instituições o mesmo diretor, que nesse ínterim também foi ministro do Ultramar. O curto período como principal dirigente do Império, e as frustrações inerentes, não diminuíram a influência de Adriano Moreira nas mudanças da *Colonial* e o caminho que ela seguiu depois, passando a ser alcunhada por muitos a partir de agora como a “escola do Adriano”.

O ISCSPU surgia, também, no bojo de extinção do Estatuto do Indigenato, que intencionava finalizar com as ações tutelares dos funcionários ultramarinos sobre as

⁶⁵ Manuel Sarmiento Rodrigues (1950-55), Adriano Moreira (1961-62) e Joaquim da Silva Cunha (1965-73) foram a tríade de professores do ISEU/ISCSPU, os quais estiveram a frente do Ministério das Colônias/Ultramar.

populações colonizadas em estado tribal e, retirando deles, de certa maneira, a responsabilidade nas determinações de “políticas indígenas”, cabendo mais o papel de analistas das situações sociais e políticas no ultramar. Obviamente que não se eximia de formar os administradores, algo que estava previsto e mantido no seu curso Contudo, poderia se vislumbrar a vinculação de parte dos cursos e da investigação a algo mais amplo que o simples reforço do poder imperial.

Disto percebe-se uma profusão de objetos de estudos e publicações, além do surgimento de novas licenciaturas, incrementando o ensino e a investigação do ISCSPU e refletindo também sobre uma nova Europa sem seus impérios. Temas como “questões internacionais do trabalho”, “problemas das terras” e a “demografia colonial”, ou um *Colóquio sobre a Europa* que ajudou a criar a cadeira sobre *História da Europa* regida por João Amaral, além do oferecimento das disciplinas de Ciência Política e Relações Internacionais (estas, que deram origem a cursos, *a posteriori*) e Estratégia, davam o tom da expansão após a entrada na Universidade Técnica de Lisboa (MOREIRA, 2009, pp. 165-166).

Projeto nunca concretizado até então, um “Museu Colonial” afinal surgiu. O Museu Etnológico do professor António Jorge Dias foi fundado em 1965 reunindo material recolhido nas suas andanças pelos sertões africanos nas missões científicas. Mais que isso, foi a solidificação da antropologia como um conhecimento que ia além do relato do que seria primitivo, assumindo um formato mais flexível no que tange a teoria. Não se tratava mais apenas de gabinete de curiosidades ou um amontoado de objetos recolhidos nas terras de além-mar. Haveria preocupação antropológica e museológica com o que se exporia.

Um dos resultados da desvinculação de um órgão central do Estado Novo como o Ministério do Ultramar, e um preço a se pagar ao se conquistar a autonomia em meio a uma ditadura, fora a perseguição e repressão. Em 1963 a PIDE negou a entrada de Adérito Sendas Nunes como professor do ISCSPU, demonstrando o fim do “salvo-conduto” que os membros dessa comunidade educacional detinham (ibid., p. 73). Nos movimentos estudantis de 1969, o *Instituto* sofreu intervenções do ministro da Educação José Hermano Saraiva (que, aliás, havia sido docente da instituição), o qual determinou a cassação do registro do curso de Serviço Social (justificado pelo mercado deter muitos profissionais na área), interditou a entrada de Narana Coissoró como professor e solicitou a invasão policial à sede da faculdade no Palácio Burnay (na rua da

Junqueira) em 19/07/1969, para interditar assembleia de alunos. Adriano Moreira nessa crise foi demitido do cargo de diretor (ibid., pp. 339-345).

O surgimento de um movimento estudantil independente, despreocupado com a carreira que viria depois, reivindicatório de melhorias no ambiente universitário simplesmente, indica desprendimento dos alunos da instituição com os tais “desígnios imperiais”, a qual o estabelecimento onde estudavam fora fundamentada desde os planos da SGL. Isto associado a uma faculdade que adquirira a autonomia, com setor de investigação em expansão e incorporando a crítica à própria existência de domínios ultramarinos por parte de Portugal, faz-nos perceber que se transitava para uma instituição de ensino superior detentora de professores e alunos que se pensavam numa categoria a parte do que o Estado determinava.

Adquiria o ISCSPU o direito de questionador da ordem estabelecida – e afirmamos que não somente a do Estado Novo, mas também a continental – em nome de valores abstratos qualificados como superiores, despreocupados com a utilidade disso. A intervenção social não seria mais cobrada na forma direta e com resultados no curto prazo. Ou seja, não formar pelo Império e deixar de tomar partido por ele, preocupando-se em desenvolver um quadro de referências comuns que se mostrasse independente.

Neste sentido, o fim de uma Ciência da Colonização no *Instituto* foi o caminho lógico, pois era ela tomada pelas padronizações externas advindas do Ministério do Ultramar e suas políticas imperiais monolíticas, impositoras de uma heteronomia e de censuras estranhas às típicas do campo universitário. Juntamente, veio a possibilidade de não ser mais responsável pela formação da expertise colonizadora, passo importante para se livrar de um encargo que se mostrara impossível de se realizar, o de disciplinar os agentes estatais neocolonizadores.

8.2) Um conhecimento que não alcançou o estatuto de Ciência?

Os investigadores que militaram para efetivar uma Ciência dedicada a melhor colonizar, propuseram-se a selecionar e articular um conjunto de conhecimentos a serem utilitários ao incremento do domínio de territórios e populações do ultramar. Ademais, agiram em prol de lastrear maneiras de interferir sobre os comportamentos e mentalidades dos que vivessem no Império português, ou de acordo com o que o professor António de Almeida afiançou, seria “a arte de conduzir povos atrasados até a

nossa civilização” (1940, p. 223). Ter uma Ciência da Colonização servia, portanto, a ordenar discursivamente as justificativas do predomínio europeu sobre os outros continentes e na fabricação de sujeitos específicos, os colonizados.

A ordem discursiva desta Ciência seria o resultado de intercâmbios dos campos político-estatal com o intelectual-acadêmico, o primeiro determinando o sentido dos discursos e agenciando outros campos envolvidos com a obra colonizadora; o segundo selecionando e alimentando com enunciados. Deste modo, na Ciência da Colonização emergiu um grupo próprio de intelectuais com suas instituições e paradigmas de pesquisa, que circularam e ocuparam postos chave na administração colonial, ao mesmo tempo em que atuaram na produção de conhecimento para o campo; grupo este que denominamos expertise.

Num primeiro momento o novo campo apresentou-se acanhado e cauteloso, arrecadando e compilando as descrições de viajantes e sertanejos de outrora. Era a época em que os Estados europeus avaliavam se compensava iniciar uma ocupação efetiva do interior da África, antes da corrida científica iniciada com a fundação da Associação Internacional da África.

Os exploradores dessa “pré-história” da Ciência da Colonização, reunidos em instituições como a reformada Universidade de Coimbra e a Academia das Ciências, agiam de modo improvisado, calcados em ditames que mais pareciam contemplativos e enviesados por uma compreensão eurocêntrica da natureza, em contraponto a uma realidade agreste vivenciada nas andanças na África, na Ásia e na Oceania. Pois que se tratava, simplesmente, de descobrirem coisas novas em paisagens monumentais, procurando o exotismo e as singularidades.

O personagem Lacerda e Almeida, escolhido para iniciar o debate sobre este novo acondicionamento do conhecimento, fora deslocado desde a metrópole para o *hinterland* desconhecido, dispondo-se a absorver o que percebia de diferente em meio ao sentimento de deslumbramento e as dificuldades de adaptação. Ia com a incumbência de propor maneiras de se ampliar o domínio português, usando tirocínio e parâmetros incorporados nas instituições onde foi formado e/ou pertencia. Como vimos, a despeito da historiografia qualificá-lo como tendo êxito em sua missão científica, o luso-brasileiro do final do século XVIII não completou o que tinha se proposto fazer, não conseguindo aplicar o “cientismo” e falecendo de forma trágica no início da travessia entre os atuais Moçambique e Angola, sem deixar descrições convalidadas pelas gerações posteriores.

Um segundo momento de intento em se efetivar a Ciência da Colonização veio com a Sociedade de Geografia de Lisboa, que no contexto de expansão do imperialismo europeu na África (da segunda metade do século XIX), autodeclarou-se principal empreendedora da cruzada científica ultramarina em Portugal. Apesar de ter a aparência de uma instituição robusta, transparecida num cotidiano performático de seus sócios, a SGL não logrou efetivar um corpo estável de investigadores que dessem conta de compreender as complexidades das populações e dos territórios dos grandiosos territórios portugueses conquistados na África.

O terceiro momento ocorreu dentro das várias instituições e grupos de intelectuais que se dedicaram, no século XX, a propor a ocupação científica da África e dilatar o poder imperial de Portugal. Chegamos a citar a Escola de Medicina Tropical, a Agência-Geral das Colônias e o Grupo de Antropologia do Porto, assim como descrevemos algumas ações da Junta de Investigações do Ultramar. Mas centramos nossa análise na Escola Colonial, e de como alguns de seus professores atuaram nesse campo de conhecimento dedicado ao Império.

Desde a Academia das Ciências, depois a SGL, a EMT, passando pela fundação da Escola Colonial, o surgimento da Agência-Geral das Colônias (e sua divisão de investigação), a fundação da JIU e seus centros de pesquisa, até a anexação do ISEU/ISCSPU à Universidade Técnica de Lisboa, percebemos mais que um crescendo da quantidade de produção investigativa sobre as colônias dentro das próprias instituições. A cada nova instituição acontecia um enredamento com a anterior, abocanhando o arquivo da precedente, num processo de reprodutibilidade entediante e que dava a impressão de ser ilimitada.

Com o Estado Novo, esses estabelecimentos participantes do espectro ultramarino adquiriram força suficiente para se manterem em posição fulcral no campo das ciências humanas, servindo na justificação da manutenção das colônias, deixando exíguas possibilidades de se questionar dentro da academia metropolitana a existência de um Império. Isto tudo acabou por sustentar uma oligarquia intelectual pouco afeita ao dissenso, atacada e quase extinta aquando do *25 de Abril* e que ainda resiste em uma ou outra sociedade e instituto remanescentes do período de exceção.

Pouco efeito surtiu o que se investigou por décadas nessas instituições – e principalmente na Escola Colonial – no modo de agir dos colonizadores e na governança do Império. O que vimos se reproduzir foi a infecundidade dos estudos desses pesquisadores, de seus métodos e das suas conclusões, ao menos com relação aos

objetivos iniciais, que fora de prover de melhores tecnologias os exercícios específicos de poder do ultramar.

Apesar de alimentadora e alentadora da manutenção de uma oligarquia científica colonialista, outros efeitos brotaram na atuação e na produção desses investigadores e professores, alguns deles não esperados. Um dos principais foi a disciplinarização do olhar, a reorganização da percepção no caminho do que seria diferente. Surgida de uma emergência, a de se saber coisas básicas do continente africano para ocupação rápida, num reposicionamento geopolítico diante dos impérios europeus no continente, a Ciência da Colonização padronizou um vislumbre dos povos africanos que se enraizou no senso comum metropolitano e se perpetua até a atualidade.

Com o transcorrer das investigações houve a necessidade de ir além do que já se tinha de informações, não somente no caminho de mais quantidade, mas qualificando positivamente o que se arrecadava. Foi premente se alterar a forma como o cientista europeu perscrutava, decidindo mais enfaticamente o que se mirava fora do continente, determinando com mais detalhes a descrição dos sujeitos e suas atitudes, numa reeducação cognitiva sobre a alteridade. Inseria-se um espectro de controle escópico mais restrito, numa nova etapa colonizadora, inaugurada, em parte, pela *Sociedade* e que no século XX foi repassado à *Escola* e à *Junta*.

Fazia-se isto, de partida, no isolamento do ser analisável, atribuindo uma mirada que classificasse, separasse os diferentes com intenções de cessar com o desequilíbrio do colonizador diante de um desconhecido ambiente. Era necessário rearranjar o conhecimento sobre as populações, para dirimir a instabilidade e dar a sensação de segurança aos colonizadores.

Justificava essa mutação do perceber a crença de que havia duas sociabilidades descompassadas dentro de um mesmo espaço abstrato denominado Império, e que para entrarem no mesmo ritmo, dever-se-ia impor sobre os tidos como retardatários um processo que acelerasse a evolução histórica. Este processo passaria, primeiramente, por uma decomposição analítica das gentes, nas suas ordenações próprias de tempo, de como se relacionavam com os espaços que habitavam e dos seus atos particulares. Um esquadrinhamento que procurava determinar parâmetros mínimos para constituir um conjunto de ações de controle e modificação.

O ato escópico nada mais era do que uma anatomia política feita nos corpos sociais dos colonizados, estes esmiuçados a cada nova geração de investigadores científicos que surgia e seus velhos-novos métodos. Buscava-se retalhar as identidades e

depois emendá-las, num quebra-cabeças imaginário que se montava e desmontava infinitamente, de acordo com os desejos de poder de cada época. Dispôs-se um saber-poder descritivo e vigilante – baseado em um grande arquivo e fornecedor de visibilidade às mazelas da antiga colonização e dos modos de viver dos colonizados – reorganizador das subjetividades imperiais em parâmetros universais.

Um olhar disciplinado e disciplinador, por assim dizer, o qual demarcava de partida o que seria positivo e o que seria negativo, e, portanto, passíveis de modificação. Ou melhor definindo, vai se constituindo uma classificação normalizadora, onde o considerado anormal pela “Ciência” passava a ser o sujeito a se transmutar, ao mesmo tempo ratificando o modo europeu de identidade como finalidade global.

Quando, por exemplo, se realizavam exames serológicos e a partir de seus resultados especulava-se sobre identidades étnicas, por mais estapafúrdio que pudesse parecer a aplicação dessa parafernália antropobiológica, havia o objetivo de circunscrever os indivíduos a estereótipos, estes dispositivos simplificadores da complexidade das populações distantes e até aquele momento invisíveis. Localizados esses estereótipos, podia-se colocá-los a se manifestarem diante de regimes de verdade do conjunto de conhecimentos utilitários à Ciência da Colonização, resultando em pleitos racionais de modificação ou extirpação, se acaso fossem compreendidos como inadmissíveis à civilidade europeia⁶⁶.

O próximo passo foi colocar em circulação na metrópole os tais dos estereótipos: mais facilmente introjetados e repercutidos nas redes de conhecimento das Universidades, incorporados pelos liceus (nas aulas, na formação dos professores e nos livros didáticos), reforçados por propaganda estatal, repetidos nas exposições de museus, chegando num ponto onde não se reconheceria mais de onde surgiu determinada verdade sobre as populações do ultramar. O exercício empírico científico executado pelas missões e expostos em publicações, aulas, palestras e exposições na metrópole acabou por fixar os corpos sociais colonizados a características advindas da externalidade científica, mas que foram naturalizadas no circuito metropolitano de mais-saber sobre o ultramar.

Havia uma confiança onipotente de manipulação das identidades, de modo a substituí-las como quisessem o que se interpusse como descartável, numajuizamento

⁶⁶ Sobre o conceito de estereótipo e colonialismo cf. BHABHA, Homi K. “A questão outra: estereótipo, discriminação e o discurso do colonialismo”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro [org.]. *Deslocalizar a Europa. Antropologia, arte, literatura e história na pós-modernidade*. Lisboa: Cotovia, 2005.

repartido com os agenciamentos dos campos econômico/financeiro, administrativo/jurídico, religioso/moral e educacional/cultural. Os exames feitos pela expertise descritos nesta tese, que dissemos terem a finalidade da exposição das singularidades, detinham em realidade a intenção de recusá-las, definindo que fossem substituídas por outras tidas como mais conexas às dos sujeitos metropolitanos.

O amoldamento total, almejado pelo Império, não se efetivou. Entretanto, logrou-se abrir a possibilidade de governar as subjetividades desde Portugal continental, que a partir das redes estruturadas assumiu o papel de avaliador sobre a dosagem de absorção do modo de ser português: o ritmo apropriado a se alcançar esse devir e se estaria em desacordo com o original. Estabeleceu-se, assim, um ambiente de governo das subjetividades por parte do antigo colonizador que se eternizou, dando ensejo a poder se planejar a saída física dos territórios ultramarinos, pois se constituíram outras formas menos custosas de se exercer o mando sobre as agora populações que compartilham a cultura lusa.

Acoplado a esse exercício, havia um desejo narcísico com as atitudes das populações colonizadas, de as incutirem os modos da população metropolitana. Isto passava, antes, por uma apreciação que acabava por rechaçar as diferenças, desmoralizando-as e impondo no lugar senão algo igual, mas o mais próximo ao que fosse característico das atitudes de um lusitano. É bom recordarmos que, no caso do grupo dos antropólogos fora feita, anteriormente, inúmeras investigações que determinavam o que seria esse português arquetípico.

A busca narcísica do lusitano no sujeito ultramarino, que vimos ser o cerne das investigações principalmente da geração influenciada pelo lusotropicalismo, estabeleceu um *Outro* cognoscível, autorizado a ser incorporado na grande comunidade imperial, desde que mediado por autoridades da Ciência da Colonização – os missionários e os funcionários egressos de formação na EC e no EMT – estes, por sua vez, controlados pela expertise, os narradores privilegiados de como se alcançar o devir lusófono.

Outro ponto a se considerar do narcisismo refletido no espelho ultramarino é o que capacitou a existência de uma singularidade portuguesa, estabelecendo-se como uma das bases de sustentação identitária da nação nos últimos cento e quarenta anos aproximadamente. Esses exercícios “científicos” geraram uma transição suave para a identidade lusoeuropeia, na passagem de alguém que se impunha como colonizador para um sujeito mais civilizado, imune de qualquer promiscuidade inerente às ações imperiais portuguesas do passado recente. O “cientista imperial” criou em meio aos

européus um modelo de comportamento que articularia o olvido do passado colonizador de Portugal.

Transcorrido pouco tempo após as independências da PALOP, já dentro de um novo ciclo e como necessidade geopolítica, renascem as tratativas de se constituir uma comunidade lusitana fora de Portugal, porém por ironia não como aspiração do antigo colonizador, mas como demanda das ex-colônias. E mais importante: não por imposição, mas por adesão voluntária.

De certa maneira, a lusofonia vem como conceito rearranjador de um processo homogeneizador, cujo benefício seria o de remontar uma cognição comum entre as ex-colônias e a antiga metrópole, e distinta da grande parte das outras culturas do planeta, constituidora de autonomia e poder em meio aos vizinhos de cada um dos países que adotaram a língua oficial portuguesa. Ou seja, adere-se ao sujeito lusitano global para se sentir protegido dentro de uma comunidade constituída por uma área cultural comum.

Voltamos ao lugar que parece nunca termos saído, de novo a se pensar no devir luso, numa cultura que pensa novamente ter conseguido equilibrar o universal herdado com o específico que foi agitado por um processo civilizador, este que promete transformar os indivíduos que dividem o uso da língua e cultura portuguesas em sujeitos flexíveis e cordiais.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS REFERENCIADOS

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Plano de Estatutos em que convieram os primeiros sócios da Real Academia das Ciências, com beneplácito de Sua Majestade*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, §X e XI, 1780.
- _____. *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as Remessas dos Productos, para Formar Hum Museo Nacional*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1781.
- ALEXANDRE, Valentim. “Ideologia colonial”. In: ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de [org.]. *Dicionário do Estado Novo* [2 vols.]. Lisboa: Bertrand, 1996, pp. 432-435.
- _____. “Administração colonial” In: BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena [coord.]. *Dicionário de História de Portugal (volume VII – suplemento A/E)*. Lisboa: Figueirinhas, 1999.
- _____. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamentos, 2000.
- ALMEIDA, António de. *Sobre as mutilações étnicas dos aborígenes de Angola. Dissertação de concurso para prof. Efetivo da 4ª cadeira – Etnografia e Etnologia Coloniais – da Escola Superior Colonial*. Lisboa: Oficinas Gráficas O Século, 1937.
- _____. “Relatório sobre a organização, na regência da 4ª cadeira do C.S.C do Curso de Antropologia Cultural, apresentado à direção da E.S.C.”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1938-39)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1940.
- _____. “As investigações antropológicas e etnográficas em Angola”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1942-43)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1943.
- _____. “Notas sobre artes e ofícios de nativos do Timor português”. In: JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR. *Revista Garcia de Orta*, v. 7, nº 3, 1959, pp. 435-630.
- _____. *Curriculum Vitae do Excelentíssimo Senhor Professor António de Almeida*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas, Processo 255, s.d.
- ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Travessia da África*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1926[1798].
- _____. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944[1798].
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta, 2000.
- ÁLVARES, Pedro A. “Bases para a criação de uma colônia agrícola branca no Inharrime”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 14ª série, nº 12, 1895, pp. 951-1022.
- ALVES, Luís Alberto Marques. *ISEP 150 anos. Memória e identidade*. Porto: ISEP; Edições Gêmeo, 2005.
- BHABHA, Homi K. “A questão outra: estereótipo, discriminação e o discurso do colonialismo”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro [org.]. *Deslocalizar a*

- Europa. Antropologia, arte, literatura e história na pós-modernidade*. Lisboa: Cotovia, 2005.
- BALANDIER, Georges. “Reflexões prospectivas sobre as ciências do homem”. In: Revista *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, v. 1, nº 3, julho, 1963.
 - BARATA, Óscar Soares. “Adriano Moreira: quarenta anos de docência e ação pública”. In: INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS. *Estudos em homenagem ao professor Adriano Moreira (vol. I)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1995.
 - BASTO, Lima. “Discurso inaugural”.: In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1942-43)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1943, pp. 61-63.
 - BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti [dir.]. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
 - BETTS, R. F. e USIWAJU, A I. “Métodos e instituciones de la dominación europea”. In: ADU BOAHEN, A. *Historia general de África. VII: África bajo el dominio colonial (1880-1935)*. Paris: Unesco; Madri: Tecnos, 1987.
 - BIBLIOTECA DO POVO E DAS ESCOLAS. *História da botânica em Portugal*. 3º ano, 9º série; Lisboa: David Corazzi, 1883.
 - B. J. “Subsídio para o estudo comparativo do ensino colonial no estrangeiro: o que é que deve ser esse ensino em Portugal”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 10, 29ª série, 1910, pp. 312-328.
 - BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Lisboa: Relógio d’Água, 1984.
 - BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
 - _____. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Edunesp, 2004.
 - BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública portuguesa (tomo III – 1700 a 1800)*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1898.
 - CABRAL, João de Pina. “Portugal”. In: *Hojas de Antropología Social*. Madrid, 1989.
 - CAIOLA, Lourenço. “A obra da colonização. Oração de sapiência lida na inauguração do curso 1909-10”. In: ESCOLA COLONIAL. *Anuário (1919-1920)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1920[1909], pp. 187-203.
 - _____. “A incompetência colonizadora e escravagismo de Portugal. Oração de sapiência proferida em 02/11/1926, na sessão de abertura dos Cursos da Escola Colonial no ano letivo de 1926-27”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1924-27)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1927, pp. 144-172.
 - CALLOT, Emile. *La philosophie de la vie au XVIIIe siècle. Étudiée chez Fontenelle, Montesquieu, Maupertuis, La Mettrie, Diderot, d’Holbach, Linné*. Paris: Marcel Rivière et cie., 1965.
 - CARDOSO, José Luís [coord.]. *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal, e suas conquistas (tomo IV)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.
 - _____. [coord.]. *Memórias de história natural: Domingos Vandelli*. Porto: Porto, 2003.

- CARVALHO, Filipe Nunes. “Sociedade de Geografia de Lisboa (S. G. L.)”. In: BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena [coord.]. *Dicionário de História de Portugal (volume VIII)*. Lisboa: Figueirinhas, 1999.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?* Lisboa: Horizonte, 1974.
- CARVALHO, Rómulo de. *A atividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa_ Academia das Ciências de Lisboa, 1981.
- _____. *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar/Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- _____. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação, 1987.
- CARVALHO, Tito Augusto. “As companhias portuguesas de colonização”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 19ª série, nº4-6, 1901, pp. 265-381.
- CASTELO, Cláudia. *“O modo português de estar no mundo”. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamentos, 1998.
- _____. “Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/ Junta de Investigações do Ultramar”. In: BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena [coord.]. *Dicionário de História de Portugal (volume VII – suplemento A/E)*. Lisboa: Figueirinhas, 1999.
- _____. “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações” (1936-1974). In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Vol. 12, nº 2. Rio de Janeiro: abr./jun., 2012.
- CHAGAS, Pinheiro. *Os portugueses na África, Ásia, América e Oceania ou História cronológica dos descobrimentos, navegações, viagens, explorações e conquistas dos portugueses nos países ultramarinos. Desde o princípio do século XV (tomo VIII – 1811 a 1890)*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1890.
- CIRNE, M. J. de Vasconcelos e. “Ofício dirigido por Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne ao encarregado dos Negócios da Marinha e Ultramar”. In: SANTANA, Francisco. *Documentação avulsa moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964[1829], pp. 1074-1075, 1964[1929].
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III Império português: 1825-1975*. Lisboa: Teorema, 1990.
- CORDEIRO, Luciano: “Discurso”, in SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1ª série, vol. 1, pp. 41-49, 1876.
- _____. “Expedição geográfico-portuguesa à África central”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Tipografia Cristóvão Augusto Rodrigues, 1ª série, nº 3, 1878, pp. 169-235.
- _____. *As questões coloniais*. Lisboa: Vega, 1986.
- CORREIA, António Mendes. *Introdução à antropobiologia*. Lisboa: Academia de Ciências; Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.
- _____. *Da biologia à história*. Porto: Faculdade de Ciências de Universidade do Porto, 1934.
- _____. *Raças do Império*. Porto: Portucalense, 1943.

- _____. “A cultura portuguesa na África e no Oriente”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Revista Estudos Coloniais. Volume II (1950-51)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1951, pp. 19-50.
- _____. “A ação da Escola Superior Colonial”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1951-52)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1952.
- _____. “Alocução do diretor do Instituto, na sessão solene da inauguração do ano letivo de 12/11/1955”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1955-56)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1956.
- _____. “Da antropobiologia ultramarina”. In: JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR. *Introdução à Antropologia Tropical*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1962, pp. 145-238.
- CORTESÃO, Armando. *History of Portuguese Cartography*. Coimbra: Junta de Investigações Ultramarinas, 1969
- COSTA, Eduardo. “Estudo sobre a administração civil das nossas possessões africanas”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 19ª série, nº7-12, 1901, pp. 535-761.
- COSTA, Prazeres da. “Projeto de lei: Instituto Colonial”. In: GONÇALVES, José Júlio. *Criação e reorganizações do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Volume 1 (1906-1961)*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1962[1912], pp. 123-158.
- COUTINHO, Gago. “Nota explicativa”. In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Travessia da África*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1926.
- COUTINHO, João Azevedo de. “Projeto lei: Instituto Colonial Português”. In: GONÇALVES, José Júlio. *Criação e reorganizações do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Volume 1 (1906-1961)*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1962[1909], pp. 81-122.
- COUVANEIRO, João. *O Curso Superior de Letras (1861-1911). Nos primórdios das ciências humanas em Portugal*. Lisboa: tese de doutoramento em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.
- CURTO, Diogo Ramada. “As práticas da escrita”. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa. O Brasil na balança do Império (1697-1808) – vol. 3*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- CUNHA, J. M. Silva. *Movimentos associativos entre os indígenas de Angola*. Lisboa: 1956,
- _____. “Parecer sobre o relatório da campanha de 1957 (Moçambique e Angola): da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, chefiada pelo Prof. Dr. Jorge Dias” In: DIAS, Jorge António; GUERREIRO, Manuel Viegas; DIAS, Margot. *Missão de estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português: relatório da campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganica e União Sul-Africana)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960.
- _____. *A Nação escolheu o caminho*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1964.
- DIAS, António Jorge. *Algumas considerações sobre áreas culturais: a área cultural luso-brasileira*. Braga: Oficinas Gráficas de Companhia do Minho, 1955.

- _____. “Curriculum Vitae”. In: INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS ULTRAMARINOS. *Anuário de 1955-1956 (vol. II)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1956.
- _____. “Oração de sapiência, proferida em 11/12/1956 na abertura solene das aulas do ISEU”. In: INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS ULTRAMARINOS. *Anuário de 1956-1957 (vol. II)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1957.
- _____. *Contatos de cultura. Comunicação apresentada ao Centro de Estudos Políticos e Sociais Da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*. Lisboa: CEPS/JIU, 1958.
- _____. “Ambiente natural e história (dinamismo cultural)”. In: SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA. *Volume de homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa*. Porto: Faculdade de Ciências do Porto, 1959.
- _____. *Os Macondes em Moçambique. Aspectos históricos e econômicos (vol. I)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.
- DIAS, António Jorge e GUERREIRO, Manuel Viegas. *Relatório sucinto da atividade da Missão de estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960.
- DIAS, António Jorge; GUERREIRO, Manuel Viegas; DIAS, Margot. *Missão de estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português: relatório da campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganica e União Sul-Africana)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960.
- DIAS, José Sebastião da Silva. *O ecletismo em Portugal no século XVIII. Gênese e destino de uma atitude filosófica*. Coimbra: Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Psicológicos e Pedagógicos (separata da Revista Portuguesa de Pedagogia, ano VI), 1972.
- DOMINGUES, Ângela. “Viagens científicas (verbete)”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza [coord.]. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1994.
- DROUIN, Jean-Marc. “De Lineu a Darwin: os viajantes naturalistas”. In: Serrès, Michel [coord.]. *História das Ciências: da Idade Média a Lavoisier (volume 2)*. Lisboa: Terramar, 1996.
- ESCOLA COLONIAL. *Anuário (1919-20)*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1920.
- ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1930)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1930.
- _____. *Anuário (1931-32)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1934.
- _____. *Anuário (1935-36)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1937.
- _____. *Anuário (1938-39)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1939.
- _____. *Anuário (1940-41)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1942.

- _____ . *Livro dos finalistas de 1938-1942*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1942.
- _____ . *Anuário (1942-43)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1943.
- _____ . *Anuário (1944-45)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1946.
- _____ . *Anuário (1948-49)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1949.
- _____ . *Anuário (1949-50)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1950.
- _____ . *Anuário (1950-51)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1951.
- _____ . *Anuário (1953-54)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1954.
- _____ . *Anuário (1954-55)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1955.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Antropologia Social*. Lisboa: 70, 1972.
- FONSECA, A. Loureiro da. “Ensino colonial e educação colonial”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Tipografia Diário de Notícias, 37ª série, nº1-3, 1919, pp. 45-53.
- FONSECA, Quirino da. *Um drama no sertão. Tentativa de travessia de África em 1798*. Famalicão: Minerva, de Gaspar Pinto e Irmão, 1936.
- FREITAS, Divaldo Gaspar de. *Paulistas na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1959.
- FREUDENTAHL, Aínda Faria. “Angola”. In: MARQUES, A. H. Oliveira [coord.] (2001). *Nova história da expansão portuguesa. O Império africano: 1890-1930 (volume XI)*. Lisboa: Estampa, 2001, pp. 259-453.
- GAMITO, António. *O Muata Cazembe e os povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral. Diário da expedição portuguesa comandada pelo major Monteiro e dirigida àquele imperador nos anos de 1831 e 1832*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937[1853].
- GARCIA, Penha. “Alguns conceitos fundamentais da moderna política colonial portuguesa. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1930)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1930.
- _____ . “Relatório do diretor relativo ao ano escolar 1931-32”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1931-32)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1934.
- GARRET, Tomás de Almeida. “Abertura do curso de administração colonial. Extrato de lição”. In: ESCOLA COLONIAL. *Anuário (1920-21)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1921, pp. 57-60.
- GONÇALVES, José Júlio. *Criação e reorganizações do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Volume 1 (1906-1961)*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1962.
- GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- GUSDORF, Georges. *Da história das ciências à história do pensamento*. Lisboa: Pensamento, 1988.

- HESPANHA, António Manuel e SANTOS, Maria Catarina. “Os poderes num Império oceânico”. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807/4º volume)*. Lisboa: Estampa, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Nota-prefácio: biografia”. In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1994[1936].
- INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS ULTRAMARINOS. *Anuário (1954-55)*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1955.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras. A “missão civilizadora” do colonialismo português (1870-1930)*. Lisboa: ICS, 2009.
- LACERDA, José de. *Exame das viagens do Doutor Livingstone*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- LANDER, Edgardo [org.]. “Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos”. In: _____. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso; Unesco, 2003.
- LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as duas razões*. 2ª. edição, Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988.
- LUPI, João Eduardo Pinto. *A concepção da etnologia em António Jorge Dias*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 1984.
- MACAGNO, Lorenzo. “Lusotropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique”. In: *Revista Afro-Ásia*, Salvador: UFBA, nº 28, 2002, pp. 97-124.
- MACEDO, José Borges de. “Prefácio”. In: MACEDO, José de. *Autonomia de Angola*. 2ª edição, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, s.d.
- MACEDO, José de. “Estudos coloniais (memórias para o Congresso Colonial): As riquezas coloniais”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 18ª série, nº 8-11, 1900, pp. 411-610.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 12ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.
- MARQUES, A. H. Oliveira. *História de Portugal. Do Renascimento às Revoluções Liberais (vol. II)*. 10ª edição, Lisboa: Palas, 1984.
- _____. *Organização geral*. In: ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill [coord.]. *Nova História da expansão portuguesa. O Império africano (1825-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. [coord.]. *Nova história da expansão portuguesa. O Império africano: 1890-1930 (volume XI)*. Lisboa: Estampa, 2001.
- MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro. Francisco José de Lacerda e Almeida: travessias científicas e povos da África Central (1797-1884). Lisboa: dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Lisboa, 1997.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. *As cores do Império. Representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS-UL, 2006.
- _____. *Mendes Correia e a escola de antropologia do Porto. Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Lisboa: tese de doutoramento defendida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012.

- MATOS, Sérgio Campos de. *Consciência histórica e nacionalismo*. Lisboa: Horizonte, 2008.
- MELO, Lopo Vaz de Sampaio e. *Questões coloniais: política indígena*. Porto: Magalhães e Moniz, 1910.
- _____. “O problema social nas colônias e as modernas correntes de política indígena”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 7-8, 45ª série, jul.-ago. 1927, pp. 170-191.
- _____. “Prolóquio”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1924-27)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1928, pp. 6-8.
- _____. “Prolóquio”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1929)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1930a, pp. 6-8.
- _____. “Da generalização do ensino colonial a todas as escolas portuguesas”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1929)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1930b, pp. 152-164.
- _____. “Prolóquio”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1931-32)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1934, pp. 5-8.
- _____. “Por minha dama. De onde nasceu e como tem vivido a Escola Superior Colonial”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1946-47)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1946, pp. 36-51.
- MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. *Junta de investigações do ultramar. Seus organismos: pessoal técnico e científico*. Lisboa: Centro de Documentação Científica do Ultramar, 1960.
- MONTEIRO, Armindo. “As grandes diretrizes da governação ultramarina portuguesa no período que decorreu entre as duas guerras mundiais”. In: BAIÃO, António; CIDADE, Hernâni; MÚRIAS, Manuel. *História da expansão portuguesa no mundo (volume III)*. Lisboa: Ática, 1940.
- MORAES, Alberto Faria de. “Circunscrições administrativas nas colônias, Conferência realizada na Sociedade de Geografia, na noite de 11/07/1922”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: SGL, 43ª série, nº 4-6, 1925, pp. 96-106.
- MOREIRA, Adriano. *A revogação do Acto Colonial*. In: separata do nº 3 da *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, Lisboa, 1951.
- _____. *O problema prisional do ultramar*. Dissertação de concurso para professor ordinário do 1º Grupo de disciplinas e cadeiras (Ciências Jurídicas e Administrativas) da Escola Superior Colonial, Coimbra: Coimbra Editora, 1954.
- _____. “Portugal ultramarino”. In: VÁRIOS AUTORES. *Exposição universal e internacional de Bruxelas. Portugal: oito séculos de história ao serviço da valorização do homem e da aproximação dos povos*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1958.
- _____. *Política ultramarina*. 3ª edição, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960.
- _____. *Política de integração. Discurso proferido pelo Ministro do Ultramar, prof. Dr. Adriano Moreira, em 28 de agosto, na Associação Comercial do Porto*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1961.

- _____. *Geração traída. Conferência proferida pelo Ministro do Ultramar, prof. Dr. Adriano Moreira, na Casa do Infante, no Porto em 11 de maio de 1962*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1962.
- _____. “A África e o ultramar português na conjuntura internacional. Conferência proferida no Instituto de Altos Estudos Militares, em 13 de março de 1959”. In: _____. *Ensaios*. 3ª edição, Lisboa: Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963a.
- _____. “A unidade política e os estatuto das populações. Conferência proferida na Universidade de Coimbra, em 18 de março de 1960, e integrada nas Comemorações Henriquinas”. In: _____. *Ensaios*. 3ª edição, Lisboa: Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963b.
- _____. “Problemas sociais do ultramar. Conferência pronunciada na sessão de encerramento das Comemorações do XXV Aniversário do Instituto de Serviço Social, realizada em 9 de julho de 1960, sob a presidência de Sua Eminência o Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa”. In: _____. *Ensaios*. 3ª edição, Lisboa: Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963c.
- _____. *A espuma do tempo. Memórias do tempo de vésperas*. Lisboa: Almedina, 2009.
- NÓVOA, António. “Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa da investigação”. In: NÓVOA, António e SCHRIEWER, Jürgen (orgs.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000.
- PACHECO, José Alves. *Alguns fatos históricos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina*. Lisboa: ISCSPU, 1963 [datilografado].
- PAULO, João Carlos Duarte. *A “honra da bandeira”. A educação colonial no sistema de ensino português (1926-1946)*. Lisboa: dissertação de mestrado apresentada na FCSH/Universidade Nova de Lisboa, 1992.
- _____. “Sociedade de Geografia de Lisboa”. In: ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de [org.]. *Dicionário do Estado Novo (Volume 2)*. Lisboa: Bertrand, 1996.
- _____. “Cultura e ideologia colonial”. In: MARQUES, A. H. Oliveira [coord.] (2001). *Nova história da expansão portuguesa. O Império africano: 1890-1930 (volume XI)*. Lisboa: Estampa, 2001.
- PEDROSO, Consiglieri. “Luciano Cordeiro e sua obra”. In: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 18ª série, nº 12, 1900, pp. 673-685.
- PELLISSIER, René. *História das campanhas em Angola. Resistência e revoltas (1845-1926)*. Lisboa, Estampa, 1986.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Brasileiros a serviço do Império: a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII”. In: Revista Brasileira de História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo: XXXIII, pp. 153-190, 1999.
- PEREIRA, Rui M. “Introdução à reedição”. In: DIAS, António Jorge. *Os Macondes em Moçambique. Aspectos históricos e económicos (vol. 1)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

- PEREIRA, Rui M. “Raça, sangue e robustez. Os paradigmas da antropologia física colonial portuguesa”. In: *Cadernos de Estudos Africanos [online]*, 7/8, 2005.
- PINTO, Alexandre de Serpa. *Como eu atravessei a África: do Atlântico ao mar Índico, viagem de Benguela à contra-costa, através de regiões desconhecidas; determinações geográficas e estudos etnográficos (dois volumes)*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Revington, 1881.
- POPKEWITZ, Thomas S. e MARTINS, Catarina Silva. “Now we are european! How does it get that way?” In *Sisyphus: Jornal de Educação*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, v. 1, n. 1, 2013.
- QUINTÃO, José Luís. “Usos e costumes indígenas. Oração de sapiência recitada em 14/02/1916 para abertura da Escola Colonial no referido ano”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1919-20)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1920[1916], pp. 229-236.
- RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia (tomo VII)*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1878.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. “Alguns aspectos da reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772)”. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos [coord.]. *Pombal revisitado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal (volume 1)*. Lisboa: Estampa, 1985.
- ROQUE, Ricardo. “O fio da navalha: vulnerabilidade imperial na ocupação do Moxico, Angola”. In: CARVALHO, Clara e CABRAL, João de Pina [orgs.]. *A persistência na história. Passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 64-88.
- _____. “A antropologia colonial portuguesa (c. 1911-1950)”. In: CURTO, Diogo Ramada [org.]. *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; FCT, 2006.
- ROSE, Nikolas. “Governando a alma: a formação do eu privado”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da [org.]. *Liberdades reguladas. A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SAID, Edward S. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTA-RITA, José Gonçalo de. “A escola colonial e a universidade. Discurso lido na distribuição de prêmios aos alunos do curso 1920-21”. In: ESCOLA COLONIAL. *Anuário (1921-1922)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1922, pp. 64-83.
- _____. “O ensino colonial. Sua importancia e função”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1928)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1928.
- _____. “Vida escolar”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1942-43)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1943, pp. 7-18.
- _____. “Um quarto de século”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1943-1944)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1945, pp. 6-7.
- _____, José Gonçalo de. “Selvagens e civilizados. Palestra dada na Emissora Nacional na série ‘Pelo Império’”. In: ESCOLA

- SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1943-44)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1945, pp. 164-170.
- SANTOS, Álvaro Tavares Afonso dos. “Discurso proferido na sessão solene da distribuição de prêmios aos alunos mais classificados”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1930)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1930, pp. 244-254.
 - SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 4ª edição, Porto: Afrontamentos, 1995.
 - SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2ª edição, Lisboa: IICT, 1978.
 - SARTRE, Jean-Paul. *Colonialismo y neocolonialismo. Situation, V*. 2ª edição, Buenos Aires: Losada, 1968[1964].
 - SCARANO, Fabio Rubio. *De Vandelli para Lineu; de Lineu para Vandelli. Correspondência entre naturalistas*. São Paulo: Dantes, 1987.
 - SERRA, José Correia da. Discurso preliminar. In: Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal, e suas conquistas (tomo IV). Lisboa: Banco de Portugal, 1789.
 - SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paulo. *Investigações botânicas: José Correia da Serra*. Porto: Porto, 2002.
 - SILVA, Maria Beatriz Nizza da [coord.]. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1994.
 - _____. *A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1ª série, nº 1, 1876, pp. 1-61.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1ª série, nº 2, 1877, pp. 62-164.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1ª série, nº 3, 1878a, pp. 168-237.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1ª série, nº 4, 1878b, pp. 239-333.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 2ª série, nº 3, 1880, pp. 125-262.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 2ª série, nº 7-8, 1881, pp. 451-600.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 3ª série, nº 6, 1882, pp. 321-384.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 6ª série, nº 4, 1886a, pp. 197-258.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 6ª série, nº 8, 1886b, pp. 455-540.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 6ª série, nº 9-11, 1886c, pp. 543-699.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 6ª série, nº 12, 1886d, pp. 705-755.
 - SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 7ª série, nº 2, 1887a, pp. 97-150.

- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 7ª série, nº 6, 1887b, pp. 361-414.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 7ª série, nº 10, 1887c, pp. 611-669.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 7ª série, nº 12, 1887d, pp. 741-827.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 8ª série, nº 5, 1888-89, pp. 239-294.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 9ª série, nº 1, 1890.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 9ª série, nº 1, 1890a, pp. 3-106.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 9ª série, nº 6, 1890b, pp. 253-293.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 9ª série, nº 7, 1890c, pp. 299-362.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 9ª série, nº 8-9, 1890d, pp. 365-468.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 9ª série, nº 10-11, 1890e, pp. 469-572.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 9ª série, nº 12, 1890f, pp. 579-635.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 12ª série, nº 7-8, 1893, pp. 315-374.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 17ª série, nº 1, 1898-99, pp. 3-72
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Sociedade de Geografia da Lisboa, 15ª série, nº 12, 1907, pp. 393-461.
- SOUSA, José de Santa Rita e. “Inauguração do curso de concâni”. In: ESCOLA COLONIAL. *Anuário (1921-1922)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1922, pp. 121-127).
- SOUSA, J. M. Cordeiro de. *Luciano Cordeiro*. Lisboa: Agência-Geral das Colônias, 1936.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Estatutos da Universidade de Coimbra. Compilados debaixo da immediata e suprema inspeção del-Rei Dom José I pela Junta de Providência Literária (3º vol.)*. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1772.
- VANDELLI, Domenico. “Memória sobre a utilidade dos museus de história natural”. In: CARDOSO, José Luís [coord.]. *Memórias de história natural*. Porto: Porto, 2003[1787].
- _____. “Memória sobre a Faculdade Filosófica da Universidade de Coimbra”. In: _____. *Aritmética política, economia e finanças (1770-1804)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994[1791].
- _____. “Memória sobre o sal-gema das ilhas de Cabo Verde”. In: CARDOSO, José Luís [coord.]. *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da*

- indústria em Portugal, e suas conquistas (tomo IV)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1991[1812].
- VÁRIOS AUTORES. *Colóquios sobre metodologia das Ciências Sociais*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/CEPS, 1958.
 - VARNHAGEN, Francisco Adolfo. “Biografia dos brasileiros ilustres por armas, letras, virtudes, etc.: Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo XXXVI, 1ª parte, 1873, pp. 177-183.
 - VASCONCELOS, Ernesto. “Necessidade de um plano colonial”. In: ESCOLA COLONIAL. *Anuário (1920-21)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1921, pp. 52-56.
 - VIDROVITCH, Catherine Coquery. “El postulado de la superioridad blanca y de la inferioridad negra”. In: FERRO, Marc [coord.]. *El libro negro del colonialismo. Siglos XVI a XXI: del exterminio al arrepentimiento*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2003.
 - VIEIRA, José Francisco. “Os três maiores inimigos do colono português. In SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 19ª série, nº 3, 1901, pp. 225-247.
 - VILAS, Gaspar do Couto Ribeiro. “Os portugueses na colonização. Seu papel ao lado dos restantes povos no movimento colonizador (esboço de história colonial). Dissertação apresentada ao concurso para professor-auxiliar do 2º grupo de cadeiras da ESC”. In: ESCOLA SUPERIOR COLONIAL. *Anuário (1924-27)*. Lisboa: Ministério das Colônias, 1927[1926], pp. 241-400.
 - VIRVILLE, A. Davy de e LEROY, J. F.. «Botanique». In: TATON, René. *La science moderne (de 1450 a 1800)*. 12ème édition, Paris: Press Universitaire de France, 1969.
 - WAGNER, Peter. “Introducción”. In: CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter. *Redes intelectuales transnacionales. Formas de conocimiento académico y búsqueda de identidades culturales*. Barcelona; México: Pomares, 2006.
 - XAVIER, Alfredo Augusto Caldas. “Província de Moçambique; distrito de Inhambane: o Inharrime e as guerras de Zavalas”. In SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim*. 2ª série, nº1-12, 1880.